

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

**ANDERSON FRANCISCON**

**CONFIGURAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE  
CAMPO MOURÃO - PR: PARTICULARIDADES E  
POTENCIALIDADES**

**CAMPO MOURÃO – PR  
2019**

**ANDERSON FRANCISCON**

**CONFIGURAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE  
CAMPO MOURÃO - PR: PARTICULARIDADES E  
POTENCIALIDADES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito para obtenção do título de Mestre.

**Área de Concentração:** Sociedade e Desenvolvimento  
**Orientador:** Prof. Dr. Marcos Clair Bovo

**CAMPO MOURÃO – PR  
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca  
UNESPAR/Campus de Campo Mourão

F819c Franciscon, Anderson  
Configuração e apropriação dos espaços públicos de Campo Mourão – PR:  
particularidades e potencialidades / Anderson Franciscon. – Campo Mourão, PR :  
UNESPAR, 2019.  
268 f. : il. ; color.


Orientador: Dr. Marcos Clair Bovo.  
Dissertação (Mestrado) – UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, Programa de  
Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), 2019.  
Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

1. Espaço Público. 2. Sociedade. I. Bovo, Marcos Clair (orient). II. Campo Mourão  
– Município. III. Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão, PR.  
IV. UNESPAR. V. Título.

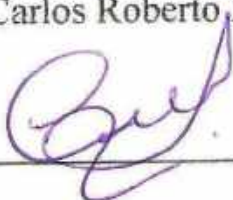
CDD 21.ed. 307.7681  
320.531

## BANCA EXAMINADORA

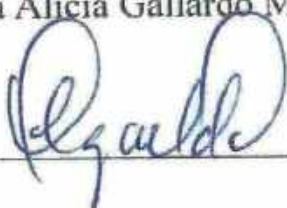
Prof. Dr. Marcos Clair Bovo (Orientador) – UNESPAR/ Campo Mourão

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Carlos Roberto Loboda – UFU/ Ituiutaba

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr<sup>a</sup>. Olga Alicia Gallardo Milanés – UPH/ Juiz de Fora

  
\_\_\_\_\_

Data de Aprovação

03/12/2019

Campo Mourão – PR

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais: Jorge Franciscon e Luzia das  
Graças Tomadon Franciscon, que por tantas vezes  
se esquivaram de seu bem-estar em prol do meu.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que dentre tantas graças, me possibilitou este momento.

Aos meus pais Jorge Franciscon e Luzia das Graças Tomadon Franciscon, meus irmãos Moises e Hugo.

A Minha família, meu alicerce, sempre disposta a me ajudar e acreditar em meu potencial.

A minha esposa, Juliana Ferreira Franciscon, por me apoiar desde o início, por acreditar em meu potencial e pela parceria.

A meu orientador, professor doutor Marcos Clair Bovo, pelos votos de confiança, já no processo seletivo, acreditando em meu potencial. Não medindo esforços (críticas e sugestões) para o desenvolvimento dessa pesquisa, muito obrigado.

Ao excelentíssimo Senhor Augustinho Vecchi, ex-prefeito de Campo Mourão. Importante cidadão na história municipal, que nos auge dos seus 85 anos não mediu esforço a relatar as histórias dos espaços públicos mourãoenses, apresentando-os sob um enfoque interdisciplinar, ou seja, não apenas construção, mas sim, sua relação com a cidade.

Ao amigo Munir Barakat, Engenheiro Civil e professor da UNESPAR, por seu empenho em contribuir com a pesquisa, fornecendo material histórico impresso e por transmissão oral.

Ao insaciável “historiador desde criança” Jair Elias dos Santos Junior, que além de contar com farta bibliografia mourãoense, me recebeu em seu escritório, relatando importantes marcos na história dos espaços públicos.

Ao professor e artista plástico Bernardo Matos, autor do desenho das andorinhas, que repaginou o antigo calçadão em petit-pavê, que por sua vez, me recebeu em seu apartamento, construindo historicamente para a construção dessa dissertação.

Aos professores Fábio Rodrigues da Costa, Carlos Roberto Loboda e Claudia Chies pelos apontamentos e sugestões proferidos no exame de qualificação.

Aos docentes do Programa de PPGSeD que não mediram esforços na transmissão do ensino nas disciplinas obrigatórias e eletivas. Trazendo contribuições significativas para a pesquisa e minha formação acadêmica/científica.

Aos amigos discentes do PPGSeD, em especial ao Paulo Sérgio Gusmão, pela parceria, seja em sala de aula, nas pesquisas ou nas orientações com o prof. Marcos Clair Bovo.

À Prefeitura de Campo Mourão, por meio de sua Secretaria de Planejamento pelos materiais de apoio e possibilidade de exercer horário diferenciado.

A todos, muito obrigado.

## **EPIGRAFE**

Se Campo Mourão Progrediu, as consequências históricas são da responsabilidade dos legatários dos seus percursores. O passado está escrito. Retraçar firmemente as conquistas é de responsabilidade das gerações presentes e futuras, delineando os avanços.

Ao talento dos mourãoenses incumbe atuar na preservação das conquistas benéficas e apontar veredas para o futuro.

Milton Luiz Pereira – Ministro do Superior Tribunal de Justiça, in: Veiga (1999, p. 13)

## RESUMO

FRANCISCON, Anderson. **Configuração e apropriação dos espaços públicos de Campo Mourão** - **PR**: Particularidades e potencialidades. 268 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2019.

O espaço público é um dos temas mais relevantes na sociedade contemporânea. Tema que vem sendo debatido por diferentes áreas do conhecimento, dentre elas: filosofia, sociologia urbana, geografia, história e arquitetura, as quais buscam por diferentes vieses o seu entendimento nas diferentes especificidades ou na sua totalidade por meio de um enfoque interdisciplinar. Diante disso, a pesquisa objetiva analisar as potencialidades dos espaços públicos da cidade de Campo Mourão, destacando os aspectos sociais, econômicos, ambientais, simbólicos e culturais. Para tanto, levantamos os seguintes questionamentos: a) Qual (ais) a (as) relação (ões) entre os espaços públicos de Campo Mourão e o público frequentador? b) Como ocorre a sociabilização entre os frequentadores desses espaços públicos na cidade de Campo Mourão? c) Os espaços públicos de Campo Mourão apresentam diferentes usos e funções? Qual (ais) a (as) visão(ões) do público que frequenta essas áreas? d) Como o poder público tem agido na administração de espaços destinados à população mourãoense? e) Quais as potencialidades dos espaços públicos da cidade de Campo Mourão? Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se os seguintes aportes metodológicos: recorte espacial (espaços públicos centrais), pesquisa bibliográfica, pesquisa *in locu*, entrevistas, elaboração de elementos cartográficos e levantamento urbanístico-arquitetônico. Para tanto, apresentamos os resultados utilizando o quadro CPD- Condicionantes, Potencialidades e Deficiências. Dessa forma, como potencialidade dos espaços públicos de Campo Mourão tem-se os fatores ligados às atividades sociais, culturais, simbólicas, ambientais, funcionais e econômicas. São os frequentadores: transeuntes e trabalhadores locais que são classificados como potencialidades, sendo responsáveis pela vitalidade local, proporcionando encontros, trocas comerciais, culturais e econômicas. Em contraponto, a atuação do poder público tem se demonstrado ineficiente, deixando de investir em políticas públicas, feitura e manutenção dos espaços públicos, conseqüentemente, havendo deficiências quanto aos bancos, iluminação, pavimentação, acessibilidade, paraciclos, entre outros elementos.

**Palavras-chave:** Espaço público, potencialidades, deficiências, funcionalidade, sociedade.



## ABSTRACT

FRANCISCON, Anderson. **Configuration and appropriation of public spaces in Campo Mourão** - PR: Particularities and potentialities. 268f. Dissertation. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus of Campo Mourão. Campo Mourão, 2019.

Public space is one of the most relevant subjects in current society. It has been discussed by different fields of knowledge, such as philosophy, urban sociology, geography, history and architecture, all of which search for an understanding through different approaches or specificities, or in its totality by means of an interdisciplinary focus. In face of that, this research aims at analyzing the potentialities of public spaces in the city of Campo Mourão, highlighting social, economic, environmental, symbolic and cultural aspects. To accomplish the objective, we have raised the following questions: a) Which is/are the relation/s between the public spaces in Campo Mourão and their attending public? b) How is set the socialization between the attenders of these public spaces in Campo Mourão? c) Do the public spaces in Campo Mourão present different uses and functions? Which is the perspective of the public that attends these areas? d) How the Public Power acts in the administration of spaces design for the citizens of Campo Mourão? e) Which are the potentialities of public spaces in Campo Mourão? For developing the research, we have used the following methodological approaches: spatial cutout (central public spaces), bibliographical research, research in loco, interviews, elaboration of cartographic elements and urbanistic and architectural survey. For that, we present the results using the table CDP- Conditioners, Potentialities and Deficiencies. Thus, as potential of public spaces in Campo Mourão there are factors linked to social, cultural, symbolic, environmental, functional and economic activities. They are frequenters: passers-by and local workers who are classified as potential, being responsible for local vitality, providing meetings, commercial, cultural and economic exchanges. In contrast, the performance of the public manager has been shown to be inefficient, failing to invest in public policies, construction and maintenance of public spaces, consequently, with deficiencies in terms of banks, lighting, paving, accessibility, paracycles, among other elements.

**Keywords:** Public space; potentialities; deficiencies; functionality; society.

## LISTAS DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Figura 1:</b> Destino e ocupação dos bens públicos.....   | 27  |
| <b>Figura 2:</b> Setorização do estudo na malha urbana de Campo Mourão.....  | 31  |
| <b>Figura 3:</b> Demonstração de calçada acessível com travessia, piso tátil e diferentes faixas (acesso, livre e de mobiliário).....      | 42  |
| <b>Figura 4:</b> Infográfico - diferentes ocupações sociais do espaço público paulistano ao longo de sua história.....                     | 65  |
| <b>Figura 5:</b> Desenvolvimento da vida urbana, de 1880 a 2005.....   | 67  |
| <b>Figura 6:</b> Evolução dos estudos e visões sobre ruas e espaço públicos no planejamento urbano e no design.....                        | 68  |
| <b>Figura 7:</b> Os dozes princípios do bom espaço público.....  | 75  |
| <b>Figura 8:</b> Relação entre qualidade do ambiente e atividade desenvolvida.....   | 76  |
| <b>Figura 9:</b> Prognóstico percentual para um bom dia e para os demais.....  | 77  |
| <b>Figura 10:</b> Relação entre esfera pública e espaços públicos e privados.....  | 86  |
| <b>Figura 11:</b> Localização do município de Campo Mourão (PR) e sua sede urbana.....   | 99  |
| <b>Figura 12:</b> Paraná – divisão administrativa do ano de 1951.....  | 100 |
| <b>Figura 13:</b> Pirâmide etária municipal em 2010.....   | 101 |
| <b>Figura 14:</b> Rede de influências das cidades paranaenses.....   | 104 |
| <b>Figura 15:</b> As andorinhas e sua subliminaridade: duas escuras, e uma clara entre elas.....   | 109 |
| <b>Figura 16:</b> Projeto do Calçadão Índio Bandeira veiculado em jornal impresso.....   | 110 |
| <b>Figura 17:</b> Reportagem ilustrando o início das obras do Calçadão e revitalização da Praça Getúlio Vargas.....                        | 112 |
| <b>Figura 18:</b> “Conclusão do calçadão e o slogan “sou Campo Mourão de coração”.....   | 114 |
| <b>Figura 19:</b> O Calçadão Índio Bandeira: sua evolução espacial, funcional e social ao longo da história por meio de imagens.....       | 116 |
| <b>Figura 20:</b> Esquema ilustrativo da evolução da Praça São José e Getúlio Vargas nas décadas de 1940 e 1950.....                       | 119 |
| <b>Figura 21:</b> Plano urbanístico de Campo Mourão em 1953.....   | 119 |
| <b>Figura 22:</b> Praça São José e Getúlio Vargas: sua evolução espacial, funcional e social ao longo da história por meio de imagens..... | 124 |
| <b>Figura 23:</b> Croqui da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, sua estrutura e seus edifícios.....  | 129 |
| <b>Figura 24:</b> Croqui da subdivisão proposta para a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto.....   | 130 |
| <b>Figura 25:</b> Enquete site Boca Santa: a prefeitura pode doar parte da Praça do Fórum?.....  | 130 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Figura 26:</b> Praça Bento Munhoz da Rocha Neto: sua evolução espacial, funcional e social ao longo da história por meio de imagens..... | 132 |
| <b>Figura 27:</b> Infraestrutura do Calçadão- trecho 01.....  | 137 |
| <b>Figura 28:</b> Infraestrutura do Calçadão- trecho 2.....   | 138 |
| <b>Figura 29:</b> Infraestrutura do Calçadão- trecho 03.....  | 139 |
| <b>Figura 30:</b> Infraestrutura da Praça São José e Getúlio Vargas. ....   | 140 |
| <b>Figura 31:</b> Infraestrutura da Praça São José e Getúlio Vargas. ....   | 141 |
| <b>Figura 32:</b> Skyline entorno do Calçadão .....   | 143 |
| <b>Figura 33:</b> Skyline entorno das Praças São José e Getúlio Vargas. ....  | 144 |
| <b>Figura 34:</b> Skyline do entorno da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto.....   | 146 |
| <b>Figura 35:</b> Preço do m <sup>2</sup> na área central de Campo Mourão, considerado em 2019 para cálculo de IPTU. ....                   | 148 |
| <b>Figura 36:</b> Os modais de transporte e estacionamento .....  | 152 |
| <b>Figura 37:</b> Mobilidade interna/externa: a pavimentação, o piso tátil e os rebaixos. ....  | 153 |
| <b>Figura 38:</b> Árvores, arbustos e forrageiras. ....   | 155 |
| <b>Figura 39:</b> As obras de artes e memoriais. ....   | 158 |
| <b>Figura 40:</b> Os templos e as instituições. ....  | 160 |
| <b>Figura 41:</b> Os bancos e assentos dos espaços públicos. ....   | 164 |
| <b>Figura 42:</b> As lixeiras. ....   | 166 |
| <b>Figura 43:</b> As floreiras dos espaços públicos de Campo Mourão .....   | 168 |
| <b>Figura 44:</b> Os paraciclos e as diferentes formas de estacionar a bicicleta.....   | 169 |
| <b>Figura 45:</b> As placas de identificação .....  | 170 |
| <b>Figura 46:</b> O comércio formal .....   | 173 |
| <b>Figura 47:</b> Telefone público. ....  | 174 |
| <b>Figura 48:</b> Quadra poliesportiva em areia. ....   | 175 |
| <b>Figura 49:</b> Espaços para as práticas culturais (palco, arena, coreto e placas publicitárias). .                                       | 177 |
| <b>Figura 50:</b> A iluminação dos espaços públicos mourãoenses .....   | 180 |
| <b>Figura 51:</b> Bairros de procedência dos frequentadores dos espaços públicos de Campo Mourão. ....                                      | 187 |

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Quadro 1:</b> Levantamento dos aspectos quali-quantitativos dos equipamentos e estruturas existentes nos espaços públicos estudados. .... | 34  |
| <b>Quadro 2:</b> Parâmetros avaliativos para cada equipamento.....   | 36  |
| <b>Quadro 3:</b> Formulário para avaliação dos itens de acessibilidade das praças.....   | 41  |
| <b>Quadro 4:</b> Cenários possíveis na avaliação das calçadas.....   | 43  |
| <b>Quadro 5:</b> Cenários possíveis na avaliação da sinalização tátil. ....  | 43  |
| <b>Quadro 6:</b> Tipologias de espaço público.....   | 47  |
| <b>Quadro 7:</b> Condicionantes, potencialidades, deficiências e diretrizes dos espaços públicos. ....                                       | 79  |
| <b>Quadro 8:</b> O espaço público e alguns de seus conflitos.....  | 90  |
| <b>Quadro 9:</b> Características dos espaços públicos e publicizados na contemporaneidade. ....  | 93  |
| <b>Quadro 10:</b> Especificidades do espaço público contemporâneo.....   | 94  |
| <b>Quadro 11:</b> Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas - 2017 .....  | 102 |
| <b>Quadro 12:</b> Relação a número de leitos hospitalares (total, sus e não sus) segundo a especialidade – 2017.....                         | 103 |
| <b>Quadro 13:</b> Panorama atual do espaço público: uma análise entre o bom, o regular, o ruim e a necessidade de implantação.....           | 181 |
| <b>Quadro 14:</b> Conceituando os espaços públicos.....  | 195 |
| <b>Quadro 15:</b> Políticas públicas e eventos com o apoio da prefeitura. ....   | 201 |
| <b>Quadro 16:</b> Deficiências - sugestões para a melhoria dos espaços públicos .....  | 203 |
| <b>Quadro 17:</b> As diferentes sugestões de reformas.....   | 203 |
| <b>Quadro 18:</b> Sugestões de eventos promocionais.....   | 204 |
| <b>Quadro 19:</b> Sugestões de eventos lazer comercial.....  | 204 |
| <b>Quadro 20:</b> Anseios com relação a segurança .....  | 205 |
| <b>Quadro 21:</b> As políticas públicas sugeridas.....   | 206 |
| <b>Quadro 22:</b> Outras sugestões. ....   | 207 |
| <b>Quadro 23:</b> Condicionantes, deficiências, potencialidades e sugestões.....   | 209 |

## LISTAS DE GRÁFICOS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Gráfico 1:</b> O perfil etário dos usuários conforme espaço pesquisado. ....                  | 188 |
| <b>Gráfico 2:</b> Grau de escolaridade dos usuários conforme espaço pesquisado. ....             | 190 |
| <b>Gráfico 3:</b> O perfil ocupacional dos entrevistados. ....                                   | 190 |
| <b>Gráfico 4:</b> Faixa salarial dos entrevistados. ....   | 191 |
| <b>Gráfico 5:</b> Jornada semanal de trabalho dos entrevistados. ....                            | 192 |
| <b>Gráfico 6:</b> Horas de lazer praticadas pelos entrevistados durante a semana. ....           | 192 |
| <b>Gráfico 7:</b> Atividades feitas em casa. ....  | 193 |
| <b>Gráfico 8:</b> Atividades feitas quando sai. ....   | 193 |
| <b>Gráfico 9:</b> Os modais de locomoção e sua preferência por parte dos entrevistados. ....     | 194 |
| <b>Gráfico 10:</b> Elementos representativos do espaço público. ....                             | 196 |
| <b>Gráfico 11:</b> Utilização do espaço público e sua carga horária. ....                        | 197 |
| <b>Gráfico 12:</b> Utilização do espaço público e sua rotina. ....                               | 198 |
| <b>Gráfico 13:</b> Motivos que levam os entrevistados aos espaços públicos de Campo Mourão. .... | 199 |
| <b>Gráfico 14:</b> Estados de conservação e grau de acessibilidade. ....                         | 200 |
| <b>Gráfico 15:</b> Avaliação da atuação dos órgãos responsáveis pela qualidade desse espaço? ..  | 201 |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AML: Academia Mourãoense de Letras.

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

BNH: Banco Nacional de Habitação.

CEBEJA: Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos.

COAMO: Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda.

CODUSA: Coordenadoria de Planejamento, Urbanismo e habitação.

COMCAM: Comunidades dos Municípios da Região de Campo Mourão.

CPD: Condicionantes, Potencialidades e Deficiências.

CURA: Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada.

EAD: Ensino À Distância.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

ITCG: Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná.

MP: Ministério Público.

NBR: Norma Brasileira.

P.C.R: Pessoas em cadeira de rodas.

PNCS: Plano Nacional de Conservação de Solos.

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil.

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SESC: Serviço Social do Comércio.

SESI: Serviço Social da Indústria.

SUS: Sistema Único de Saúde.

TUPs: Telefones de Uso Público.

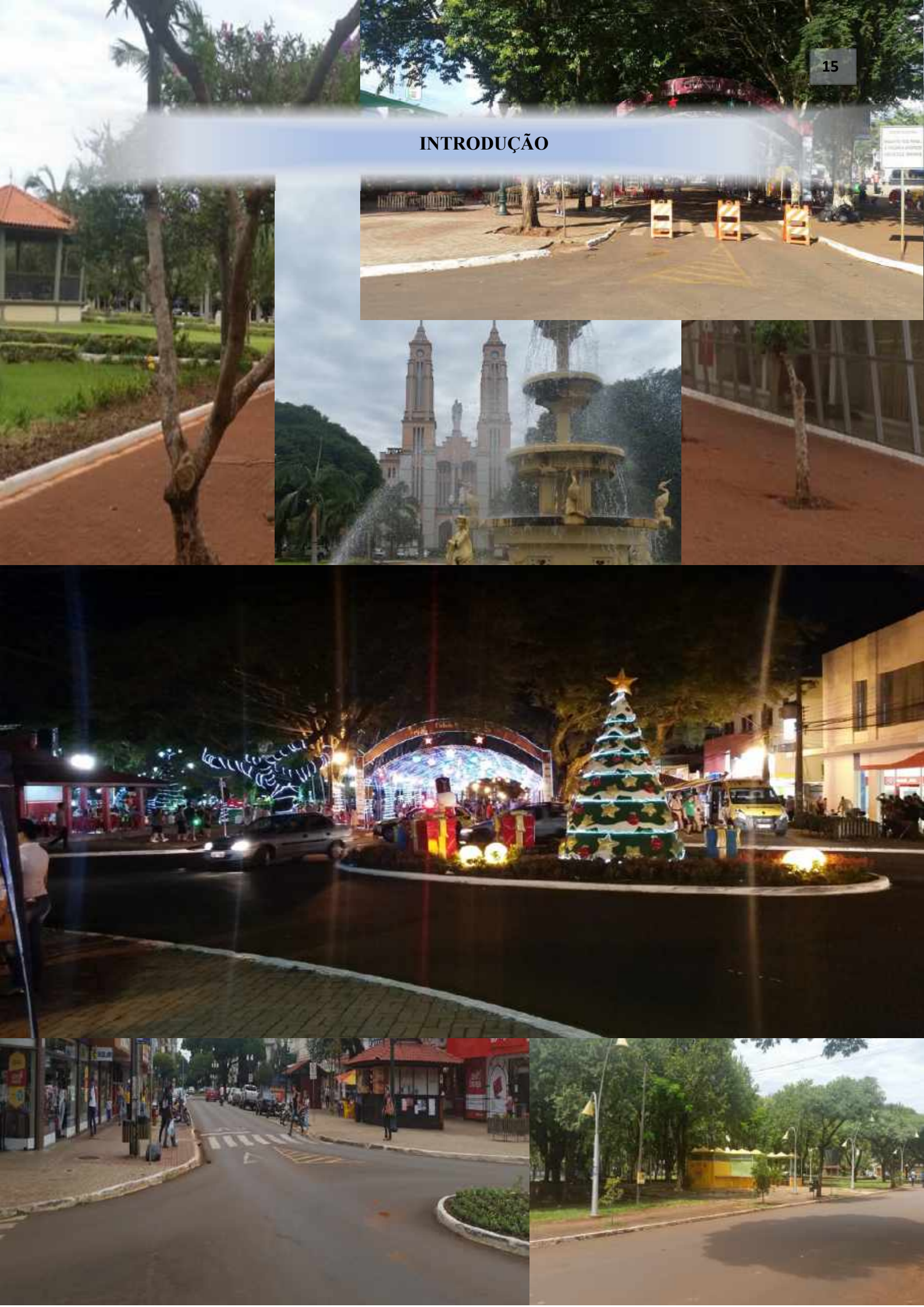
## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 15  |
| <b>CAPITULO 1: O ESPAÇO PÚBLICO COMO OBJETO DE ESTUDO: O PERCURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO</b> .....                   | 24  |
| 1.1 Pressupostos teóricos da pesquisa .....  | 25  |
| 1.1.1 O espaço Público:apontamentos iniciais.....  | 26  |
| 1.1.2 Potencialidades:apontamentos iniciais .....  | 28  |
| 1.2 Procedimentos metodológicos.....   | 30  |
| <b>CAPITULO 2:_O ESPAÇO PÚBLICO: O QUE PENSAM OS PESQUISADORES?</b> ....   | 45  |
| 2.1 O espaço público e suas distintas dimensões.....   | 46  |
| 2.2 Diferentes funções do espaço público .....   | 60  |
| 2.3 Espaço público Potencial .....   | 66  |
| 2.4 Espaço público versus privado: uma discussão acerca da dominialidade e funcionalidade.....                       | 82  |
| 2.5 O espaço público na cidade contemporânea .....   | 88  |
| <b>CAPITULO 3:_CAMPO MOURÃO E SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS</b> .....  | 97  |
| 3.1 Campo-Mourão: a cidade .....   | 99  |
| 3.2 O Calçadão .....   | 106 |
| 3.3 As praças São José e Getúlio Vargas enquanto espaço público .....  | 118 |
| 3.4 A Praça Bento Munhoz da Rocha (Praça do Forum) enquanto espaço público .   | 126 |
| <b>CAPITULO 4:_AS POTENCIALIDADES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CAMPO MOURÃO</b> .....                                     | 134 |
| 4.1 O espaço público: sua infraestrutura .....   | 136 |
| 4.1.1 O Calçadão e as Praças São José, Getúlio Vargas e Bento Munhoz: panorama atual.....                            | 136 |
| 4.1.2 A vizinhança (plinths, Soft edges e transparência): a rua, as lojas, as praças.....                            | 143 |
| 4.1.3 Acessibilidade: modais de transporte, estacionamento, faixas de pedestres, pisos e traçados dos caminhos. .... | 148 |
| 4.1.4 A Vegetação dos espaços públicos centrais de Campo Mourão.....   | 154 |
| 4.1.5 As obras de artes: chafariz, memoriais, monumentos e placas de inauguração.                                    | 155 |
| 4.1.6 Os templos e as instituições.....  | 159 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>4.1.7 Os bancos e assentos</b> .....   | 160 |
| <b>4.1.8 As lixeiras</b> .....  | 165 |
| <b>4.1.9 As floreiras</b> .....   | 167 |
| <b>4.1.10 Os paraciclos</b> .....   | 168 |
| <b>4.1.11 Placas de identificação</b> .....   | 170 |
| <b>4.1.12 O comércio: Banca de revista, quiosque de alimentação, quiosque de uso múltiplo e shop</b> .....  | 171 |
| <b>4.1.13 Telefones públicos</b> .....  | 174 |
| <b>4.1.14 Quadras poliesportivas</b> .....  | 175 |
| <b>4.1.15 Palco/arena/coreto/placa de publicidade</b> .....   | 176 |
| <b>4.1.16 A iluminação</b> .....  | 178 |
| <b>4.1.17 Panorama atual (quadro síntese)</b> .....   | 181 |
| <b>4.2 O espaço público: diferentes olhares</b> .....   | 186 |
| <b>4.2.1 Os frequentadores: Quem são, de onde vem e o que gostam de fazer nas horas vagas?</b> .....        | 186 |
| <b>4.2.2 O espaço público mourãoense: utilização, frequência, conflitos, conservação e sugestões.</b> ..... | 195 |
| <br>  |     |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 213 |
| <br>  |     |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....   | 221 |
| <br>  |     |
| <b>APÊNDICES</b> .....  | 236 |



# INTRODUÇÃO



O espaço público é considerado um dos principais pontos notáveis de uma cidade, apresentando distintas e importantes funções, sendo responsável por nortear o plano urbanístico da urbe; integrar ou segregar habitantes; fomentar a economia local; gerar uma imagem identitária ao município, entre outros.

Na medida em que o espaço público se torna palco de importantes eventos, envolvendo diferentes atores/agentes/atividades, constitui um dos temas mais relevantes na sociedade contemporânea. Tema que vem sendo debatido por diferentes áreas do conhecimento, dentre elas, destacamos a sociologia urbana, a geografia, a arquitetura, a filosofia e a história, entre outras que procuram por diferentes vieses entender o espaço público, seja ele, na sua especificidade ou na sua totalidade, por meio de um enfoque interdisciplinar.

Assim, entendemos que o conceito de espaço público urbano está vinculado às diversas áreas do conhecimento científico, que vem sendo abordado tanto pela sua estrutura e forma, quanto pelo seu caráter social, produzindo diferentes perspectivas de análise sobre o seu significado, dimensão e função.

Ainda que o espaço público seja uma temática interdisciplinar, é corriqueiro que autores tendem a caracterizá-lo conforme sua formação acadêmica, científica e subjetiva, ainda o mesmo autor pode classificá-lo em diferentes dimensões. Autores como Serpa (2011) e Narciso (2009) classificam-no como simbólico e identitário; Já Indovina (2002), Rolnik (2004), Borja (2003) e Lynch (1989) assemelham o espaço público à imagem da cidade; enquanto autores como Agostinho (2008) cita o espaço público ligado à memória.

O espaço público é visto como palco à socialização humana, assim defendido por autores como Borja (2003), Innerarity (2008), Choay (1979) e Gehl e Gemzoe (2000); Já para Serpa (2011), Castro (2002), Borja (2003) e Habermas (2003), defendem o espaço público como palco para a ação política, liberdade de expressão e livre democracia. O espaço público também é visto com espaço propício ao noticiário ao ar livre “fofoca”, conforme Sennet (2003), Arendt (2004) e Giddens (2008).

Pode o homem moldar o espaço público e ao mesmo tempo ser moldado pelo espaço por ele idealizado? A relação metamórfica entre homem e espaço público é defendida por Carmona et al (2003), Borja (2003), Innerarity (2008), Serpa (2011), Gehl (2013), entre outros. Autores como Castro (2002), Gomes (2006) e Chapman (2006) defendem o espaço público no caráter político-jurídico, sou seja, a serventia de todos, ao mesmo tempo regrado.

O espaço público é visto por alguns autores como um espaço plurifacetados, contemplando sua existência, distribuição, formas, usos e funções. Autores como Correa (2004), Brandão (2008), Arantes (2016), Calliari (2016), etc.

Dessa forma, a conceituação de espaços públicos pode envolver diferentes sentidos, consequência da complexidade que abrange o termo, além disso, alguns autores, como Gomes, (2006) apontam para uma deformação em relação ao conceito. Castro (2002) destaca a banalização de seu uso, que faz com que seu significado fique incerto. Essa definição não pode ser entendida simplesmente pela sua natureza jurídica, representada pelos estatutos dos diferentes espaços urbanos e amparada na dicotomia público/privado.

O direito de propriedade e as diferentes formas de utilização, impactam diretamente na função socioespacial dos espaços públicos nas três últimas décadas do século XX. As décadas de 1970, 1980 e 1990 marcam o abandono “morte” do espaço público, dessa forma, havendo uma problemática em curso. Tal fato se deu pelos seguintes fatores: privilégio ao carrocentrismo em contraponto ao pedestre; privatização do espaço público; aumento da criminalidade urbana; e por fim, o surgimento de espaços publicizados, ou seja, espaços particulares que assumem caráter público, como é o caso dos *shoppings centers*.

Entendendo o espaço público como território de domínio, feitura, manutenção estatal, acessível e frequentado pelos munícipes, percebemos atualmente a ampla existência de espaços públicos degradados e subutilizado. Dessa forma, na contemporaneidade espaços como a calçada, o parque e a praça passam a perder sua essência, passando a ser vistos como “peso morto” para a administração pública, assim não equiparando a relação custo benefício.

Nesse contexto, autores como Sennet (1999) acusa a morte do espaço público na contemporaneidade, baseada em uma nova cultura, sobretudo urbana, baseada no secularismo e capitalismo, enquanto para outros, como Caldeira (2000) e Sobarzo (2017), apenas houve uma mudança funcional; para os mais otimistas como Calliari (2016) e Queiroga (2001) o espaço público contemporâneo encontra-se em um momento de inflexão, assim havendo sua retomada e transformação.

Diante disso, temos como objetivo geral: analisar as potencialidades dos espaços públicos de Campo Mourão, destacando os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Para tanto, levando-se em consideração as seguintes questões problematizadoras: a) Quais(ais) a(s) relação(ões) entre os espaços públicos e o público frequentador?; b) Como ocorre a sociabilização entre os frequentadores desses espaços públicos na cidade de Campo Mourão?; c) Os espaços públicos de Campo Mourão apresentam diferentes usos e funções? Quais(ais) a(s) visão(ões) do público que frequenta essas áreas?; d) Como o poder público tem agido na administração de espaços destinados à população mourãoense? e) Quais(ais) as potencialidades dos espaços públicos? ;

Dessa forma, definimos como objeto de estudos a cidade de Campo Mourão – PR, haja vista sua importância política e econômica na mesorregião centro-ocidental paranaense. Município sede da região denominada COMCAM (Comunidades dos Municípios da Região de Campo Mourão), sendo importante polo econômico, universitário, saúde, tecnológico e gastronômico no contexto regional, além de estar situado num grande entroncamento viário. Para atingirmos nossos objetivos, primeiramente entende-se potencialidades como uma condição de possibilidade de realização, ou seja, a possibilidade de transformar algo em realidade no presente momento ou futuramente.

Assim, Dinoá (2005) considera um espaço público potencial aquele que cumpre sua função social junto à sociedade: Para o autor, os espaços devem ser considerados lugares, proporcionando encontros e possibilidades para conversação, as praças devem apresentar potencialidades de modo a exercer funções urbanas, proporcionando atividades de lazer a seus frequentadores, ou seja, o lazer deve estar presente em espaços públicos e na esfera pública. O espaço público é percebido como potencial quando atende à sociedade no quesito: atividades de lazer. Podemos acrescentar ainda: sociabilidade, econômicos, culturais e ambientais.

Nesse sentido, as características citadas fazem da presente pesquisa (potencialidade dos espaços públicos) um objeto a ser realizado a partir de aparatos interdisciplinares, nos quais segundo Agostinho (2008, p.22), trata-se da ferramenta mais adequada para compreender o ambiente construído e habitado pelo homem, “pois este se apresenta como uma via para o conhecimento integrado, sendo um meio para conhecer e atuar sobre os sistemas complexos”. Deve se entender o espaço público como um objeto cultural coletivo, envolvendo diferentes atores, como: técnicos, políticos, e toda a sociedade.

Dessa forma, evidencia a necessidade de conhecer os fatores culturais da sociedade, “[...] e perceber como a cultura reflete e media as relações de dominação numa sociedade complexa, procurando estudar a cultura não como algo externo, mas, como um fenômeno que é produzido pelos homens nas suas relações sociais” (OLIVEN, 1979, p. 34).

Estudos voltados às cidades e espaços públicos devem levar em consideração aspectos materiais e imateriais, o que Raynaut (2011) chama de modelo heurístico, considerando a zona híbrida entre ambos aspectos, denominada de interdisciplinaridade.

Em contraponto a Raynaut (2011), os cientistas no final do século XX e início do século XXI são altamente especialistas, ou seja, sabem muito sobre pouca coisa, produzindo pesquisas fragmentadas e unilaterais. Para Feistel e Maestrelli (2000, p. 3), o pesquisador contemporâneo deve ser interdisciplinar, assumindo “[...] postura crítica, sendo este um sujeito que pensa na sua produção como uma totalidade, não como o fragmento de um processo unilateral”.

Nesse sentido, segundo Japiassu (2006), a hiper-especialização age diretamente sobre a metodologia de ensino e pesquisa, condicionando e mediocrizando nossas mais brilhantes inteligências. O autor cita conflitos de ego na pesquisa: “[...] As disciplinas se tornam fechadas e estanques, fontes de ciúme, glória, arrogância, poder e atitudes dogmáticas” (JAPIASSU, 2006, p. 21).

Sendo assim, Raynaut (2014) e Agostinho (2008) explicam que a interdisciplinaridade é fundamental para entender os problemas contemporâneos, desse modo é preciso ultrapassar as fronteiras disciplinares, nas quais predominam/predominaram a modernidade. O panorama atual apela por novos (as) paradigmas, metodologias, formas de ensino e categorias de pensamento. É preciso romper com a metodologia de recorte disciplinar estruturada e idealizada historicamente por instituições de ensino e pesquisa.

De acordo com Raynaut (2014, p.1), é preciso romper paradigmas em prol de uma colaboração interdisciplinar. “Fronteiras conceituais estabelecidas entre áreas de conhecimento distintas tornam-se permeáveis. Trocas e ajustes metodológicos são necessários. O apelo para a colaboração interdisciplinar expressa-se hoje com cada vez mais força”. Corroborando com Raynaut, Morin (2005, p. 26) acusa um rompimento nos paradigmas científicos, nos quais o conhecimento disciplinar já não é mais suficiente “o conhecimento científico está em renovação desde o começo deste século”.

Para Agostinho (2008, p.23), a interdisciplinaridade surge como caminho alternativo à ciência contemporânea, sendo considerada como um grande desafio a seguir, pois “a interdisciplinaridade não se constitui propriamente em um método ou metodologia, mas em uma atitude”. O autor percebe a necessidade de se dominar diferentes metodologias científicas. “Em geral, percebo que o trabalho interdisciplinar requer o domínio de variados métodos e uma especial capacidade de síntese, respeito e valorização dos diferentes olhares”.

Nesse sentido, Fazenda (2011) acusa a importância de se delimitar e conhecer veemente o objeto de estudo e seu contexto, pois o “projeto interdisciplinar competente nasce de um locus bem delimitado”, devendo o mesmo ser contextualizado, pois este “exige uma recuperação da memória em suas diferentes potencialidades, portanto do tempo e do espaço no qual se aprende” (FAZENDA, 2011, p. 11). Assim sendo, para Santos (1999), o grande desafio da interdisciplinaridade trata-se de metodologias adequadas em que “os mesmos objetos podem dialogar com as mais diversas disciplinas [...]”. A questão que se coloca é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista (SANTOS, 1999, p. 49)

Nesse contexto, a pesquisa interdisciplinar é relevante para o entendimento das potencialidades dos espaços públicos, visto que o objeto traduz uma produção cultural antrópica, envolvendo conceitos materiais (edificações, paisagismo, mobiliários etc.) e imateriais (formas de utilização). Para Agostinho (2008), o pesquisador passa a ser um integrante do objeto, tendo como grande desafio abdicar de preconceitos e desenvolver metodologia apropriada de pesquisas, visto que envolverá duas ou mais disciplinas.

Nesse sentido, a presente pesquisa dialoga com a Arquitetura, Geografia, História, Sociologia Urbana e Filosofia, sendo que para a pesquisa cada área do conhecimento apresenta suas peculiaridades e similaridades entre todas.

O diálogo com a Arquitetura ocorre de forma intensa, tendo em vista a função do arquiteto no fomento da cidade e seus espaços públicos ao longo da história. A Arquitetura atua veementemente na concepção projetual dos edifícios, mobiliários públicos, paisagismo, forma e dimensões dos espaços públicos e privados da cidade. Os autores basilares: Carla Alexandra Filipe Narciso (2009), Jan Gehl (2010., id. 2011., id. 2013., id. 2014), William Whyte (2001), Kevin Lynch (1989), Maria da Graça Agostinho (2008), Bruno Zevi (2000), Pedro Brandão (2008), Raquel Daroda (2012), Francesco Indovina (2002), Raquel Ronilk (2004), Sun Alex (2008), entre outros.

O diálogo com a Geografia ocorre com sua produção teórica e conceitual acerca do espaço público, enfatizando sua produção e formas de apropriação, contribuindo, sobremaneira, por meio de importantes pesquisadores, como Ângelo Serpa (2011), Milton Santos (1996, 1999 e 2004), Carlos Roberto Loboda (2008), Roberto Lobato Correa (2004), Oscar Sobarzo (2017), Paulo César da Costa Gomes (2002, 2006), Jordi Borja (2003); Ana Fani Alessandri Carlos (1994), David Harvey (2012, 2013), Yi Fu Tuan (1980, 1983, 2005) etc.

A História dialoga com a pesquisa de forma breve e sintética por meio de relatos históricos acerca da funcionalidade dos espaços públicos e sua relação com a cidade e dos locais investigados (praças centrais e o calçadão). Importantes referenciais teóricos: Jacques Le Goff (1998), Françoise Choay (1979), Leonardo Benevolo (1987) e Jair Elias dos Santos Junior (2010; 2019).

A Sociologia urbana faz-se presente por meio de conceitos que abordam o espaço público como produto cultural, produto feito pelo homem para atender o homem, conceitos que favorecem a sociabilização, formas e intensidade de uso. São importantes teóricos: Jane Jacobs (2014), Richard Sennett (1999, 2003), Rafael de Aguiar Arantes (2011, 2016); Zygmunt Bauman (2007, 2009); Alexandra Castro (2002), Anthony Giddens (2008), Henri Lefebvre (2008), Edgar Morin (2005), Ruben Oliven (1979).

Na filosofia tem se estudado a ação humana, na qual tem o espaço público como palco, pois o espaço público é visto como local de excelência para que o cidadão possa cumprir sua cidadania, por exemplo: ação política. Para o debate, filosófico, utilizamos alguns autores-chaves: Daniel Innerarity (2008), Henri Lefebvre (2008), Edgar Morin (2005) Jürgen Habermas (2003) e Hannah Arendt (2004).

Dado que o campo de diálogo interdisciplinar traz conceitos semelhantes entre si, como exemplo, a forma de utilização do espaço, na qual objetiva discorrer sobre sua função projetual e funcional junto à sociedade. No entanto, cada área do conhecimento apresenta conceitos e definições específicas podendo ou não ser distintas.

Assim, de forma a apresentar as potencialidades dos espaços públicos de Campo Mourão PR, esta pesquisa encontra-se constituída de introdução e de quatro capítulos: O espaço público como objeto de estudo: o percurso teórico e metodológico da pesquisa; O espaço público: o que pensam os pesquisadores; Campo Mourão e seus espaços públicos e as potencialidades dos espaços públicos de Campo Mourão e finalmente as considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado “O espaço público como objeto de estudo: o percurso teórico e metodológico da pesquisa”, objetiva discorrer sobre o espaço público enquanto objeto de estudo, destacando o percurso teórico e metodológico da pesquisa.

No primeiro tópico, nomeado de “Pressupostos teóricos”, objetiva introduzir os conceitos centrais da dissertação: o espaço público e potencialidades, nos quais discorreremos brevemente acerca dos conceitos e principais autores que deram sustentação à discussão teórica da pesquisa: sobre espaço público, Serpa (2011), Agostinho (2008), Sennet (1999), Gomes (2006), Narciso (2009), Castro (2002), Arantes (2016), Calliari (2016), Sobarzo (2017), Santos (1985), Jacobs (2014). A respeito das potencialidades, Calliari (2016), Whyte (2012), Gehl (2011) entre outros.

No segundo tópico, pressupostos metodológicos, apresentamos a metodologia utilizada para atingirmos nossos objetivos. Assim sendo, o procedimento metodológico adotado é: recorte espacial. Para tanto, a pesquisa em epígrafe tem como objeto, praças e vias públicas de Campo Mourão, mais precisamente o calçadão e seu entorno e as praças centrais “São José, Getúlio Vargas e Bento Munhoz da Rocha”; pesquisa bibliográfica em teses, dissertações, livros e periódicos científicos relacionados à temática; pesquisa de campo, realizada em etapas: Levantamento de projetos/revitalizações junto a Secretaria de Planejamento do município de Campo Mourão, levantamento de campo e elaboração de croqui atual (*As Built*) documentado com imagens; aplicação de formulário de levantamento e avaliação da estrutura e acessibilidade e aplicação de formulários/entrevistas a frequentadores e feitores dos espaços pesquisados.

No segundo capítulo intitulado como “o espaço público: o que pensam os pesquisadores”, objetiva compreender o debate teórico acerca do espaço público por meio da abordagem interdisciplinar. Nesse capítulo será discutindo o conceito de espaço público, a quem pertence? Como é e/ou foi utilizado? Quais são as características desejadas em um bom espaço público? Qual a função do espaço público na contemporaneidade? Tais questões problematizadoras objetivam debater o espaço público, apresentando conceitos teóricos de fundamental importância para entendimento do objeto a ser pesquisado: “potencialidade dos espaços públicos da cidade de Campo Mourão”.

No primeiro subtítulo: “o espaço público e suas distintas dimensões” visa apresentar e debater acerca das diferentes conceituações inerentes ao espaço público, oriundas de diferentes autores das distintas áreas do conhecimento que são atribuídas ao mesmo objeto: “espaço público” diferentes conotações, assim podemos entender o espaço público sob uma ótica disciplinar e interdisciplinar.

O segundo subtítulo, “Diferentes funções do espaço público” visa debater as diferentes funções desempenhadas pelo espaço público num contexto contemporâneo e histórico, destacando seus aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais. O entendimento das citadas características é de fundamental importância para determinar as potencialidades de um espaço público.

Já o terceiro subtítulo, aborda o “espaço público potencial”, no qual debatemos características desejáveis em um bom espaço público, compreendendo seus significados, a escala humana, legibilidade e diversidade de usos. Nesse sentido, a temática objetiva compreender a qualidade do espaço público pesquisado.

Enquanto o quarto subtítulo, denominado de “Espaço público versus privado: uma discussão acerca da dominialidade e funcionalidade” visa debater a relação entre o espaço público e o privado. A dicotomia pública/privada norteia importante discussão acerca da dominialidade e funcionalidade, levantando importantes incógnitas, como: um shopping center, é público ou privado? Para nossa pesquisa, esses levantamentos são de fundamental importância para entender a quem pertence a função de feitura e manutenção dos espaços pesquisados e quem pode frequentá-los.

O quinto e último tópico “O espaço público na cidade contemporânea” discorre acerca das características do espaço público contemporâneo, levantando os seguintes pontos: São frequentados? São enclausurados? Prevalece a agorafobia? Entre outros.

É no capítulo três que apresentamos Campo Mourão e alguns de seus principais espaços públicos (Calçadão e as praças São José, Getúlio Vargas e Bento Munhoz da Rocha Neto).



Assim, de forma sintética abordaremos a história de Campo Mourão e seus principais indicadores que fazem do município importante polo pendular de trabalhadores, estudantes e demais visitantes. Nos tópicos subsequentes, abordamos os espaços pesquisados, apresentando sua história e por meio de imagens as transformações socioespaciais ocorridas no processo histórico.

Com base em nossa problemática, objetivos e metodologia, apresentamos no capítulo quatro “as potencialidades dos espaços públicos de Campo Mourão” os resultados da pesquisa. No tópico um “o espaço público: sua infraestrutura” apresentamos por meio de cartografia e imagens a infraestrutura dos espaços pesquisados. Nesse tópico analisamos e classificamos qual quantitativamente (atende, atende parcialmente, não atende) bancos, estacionamentos, acessibilidade, iluminação etc.

Já, no segundo tópico “o espaço público: diferentes olhares” apresenta os espaços pesquisados sob a ótica de seus frequentadores (obtidos por meio da aplicação dos questionários/entrevistas), assim o caracterizando de forma plurifacetada. Nesse tópico, apresentamos o perfil socioeconômico, cultural e anseios dos frequentadores “entrevistada” dos espaços públicos de Campo Mourão.

Finalmente, tem se a parte referente às considerações finais, na qual apresentamos os resultados, confrontando-os com a nossa problemática, objetivos desenvolvidos e metodologia aplicada. Conhecer o espaço público, sua forma de relacionamento com a cidade e com a sociedade é de fundamental importância para entender o mesmo como produto feito pelo homem para o homem. Um “produto”, que dentre algumas funções, tem por objetivo proporcionar a seus munícipes o direito à cidade, ou parte dela, (direito ao entorno).

**CAPÍTULO 1**  
**O ESPAÇO PÚBLICO COMO OBJETO DE ESTUDO: O PERCURSO TEÓRICO E**  
**METODOLÓGICO**



Os que se encantam com a prática sem a ciência são como os timoneiros que entram no navio sem timão nem bússola, nunca tendo certeza do seu destino.

Leonardo da Vinci

Partenon<sup>1</sup>, o mais importante templo grego edificado no século V a.C., na acrópole de Atenas – Grécia, vai além do conceito edificação, pois o mesmo foi erigido a partir de rígidas metodologias e teorias (construtivas, geométricas e simbólicas). Para que o edifício atingisse o ápice arquitetônico, foi necessário definir e seguir aportes teóricos e metodológicos, dentre eles: o número de ouro em sua fachada, colunas proporcionais em razão de seu diâmetro, técnicas de perspectivas por meio de linhas curvas. O sucesso arquitetônico da clássica obra é proveniente da aplicação na prática de uma metodologia definida pelos arquitetos Ictinus e Calícrates, (447-432 a.C.), idealizadores do templo, servindo como caminho à construção do edifício.

As bases teóricas e a metodologia adotadas pelos arquitetos na idealização do Partenon, juntamente com as ferramentas (bússola e timão) citadas por Leonardo da Vinci como instrumentos necessários a atingir um destino, demonstram a importância do percurso teórico e metódico na busca de atingir os objetivos desejados de forma prática e eficaz. Nesse sentido, esse capítulo objetiva compreender o espaço público enquanto objeto de estudo, destacando o percurso teórico e metodológico da pesquisa.

Dividido em dois subtítulos, o primeiro tem por objetivo apresentar autores e conceitos responsáveis pelo suporte teórico da pesquisa, buscando contribuir teoricamente para a compreensão dos espaços públicos e potencialidades. No segundo subtítulo, apresentamos o percurso metodológico, discorrendo sobre os procedimentos metodológicos aplicados para atingirmos nossos objetivos.

## **1.1 Pressupostos teóricos da pesquisa**

De forma a entendermos os espaços públicos e seus potenciais, primeiramente é importante entender a sua relação com a cidade, sociedade e poder público. Para isso, precisamos pensar num espaço público apto a atender uma sociedade cosmopolita, com hábitos culturais distintos e necessidades diferentes.

Sendo assim, na primeira parte deste capítulo introduzimos os conceitos centrais da pesquisa: o espaço público e potencialidades. Para isso, discorreremos brevemente acerca dos conceitos e principais autores que deram sustentação à discussão teórica da dissertação: sobre espaço público, Serpa (2011), Agostinho (2008), Sennet (1999), Gomes (2006), Narciso (2009), Castro (2002), Arantes (2016), Calliari (2016), Sobarzo (2017), Santos (1985), Jacobs (2014).

---

<sup>1</sup> Na capa do capítulo 1, o templo grego Partenon, atual importante ponto de visitação na acrópole grega de Atenas. Fonte: <<https://bit.ly/2MSGpjc>>. Acesso em fevereiro de 2019.

A respeito das potencialidades, Calliari (2016), Whyte (2001), Gehl (2011), Dinoá (2005), Barbosa (2010), Ferro (2003). Os citados autores, dentre outros, contribuem para a reflexão acerca do objeto de estudo (espaço público e potencialidades).

### *1.1.1 O espaço Público:apontamentos iniciais*

Os espaços públicos estão presentes tanto no meio rural<sup>2</sup>, quanto no meio urbano, neste último, torna-se mais notável por meio dos parques, praças ruas calçadas, áreas verdes, edifícios institucionais, entre outros.

Dentre as distintas definições de espaço público, talvez a de melhor definição, trata-se da indissociação entre acessibilidade e direito de propriedade, ou seja, o espaço enquanto local deve pertencer ao estado enquanto território. Devido à sua complexidade, torna-se imprescindível pressupor acerca do espaço público, a quem pertence e quem pode utilizar?

No tocante a dominialidade, segundo Sobarzo (2017, p. 187), o Código Civil brasileiro de 1916 estabelece que “um bem é público quando pertence a qualquer esfera da administração (federal, estadual ou municipal) e é privado em todos os outros casos”.

A dominialidade dos espaços públicos é também estabelecida na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, quanto pertencente à união; artigo 26 quando pertencente ao estado. Em nível municipal não há partilha constitucional, no entanto está previsto em normas infraconstitucional.

Sabendo a quem pertence os espaços públicos, é importante debater seu destino, ou seja, quem o utiliza e de que forma. De forma sintética, vamos adotar o infográfico (figura 1) desenvolvido por Oliveira (2017).

A figura 1 apresentada por Oliveira (2017), pautada no Código Civil brasileiro, da qual destacamos os seguintes artigos:

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99. São bens públicos:

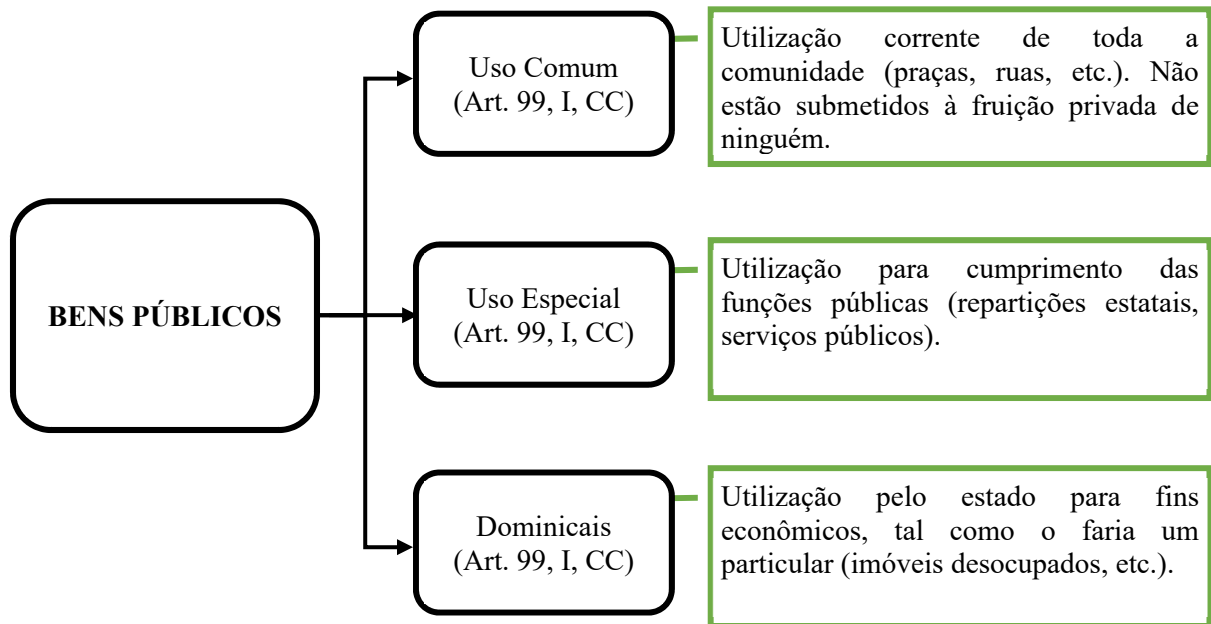
I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

---

<sup>2</sup> Como exemplo de espaços públicos rurais podemos citar os parques e reservas ecológicas. Na região de Campo Mourão temos a Reserva Biológica das Perobas pertencente aos municípios de Tuneiras do Oeste e Cianorte; Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo, situado em Fênix; e na região dos Campos Gerais paranaense temos o Parque Estadual de Vila Velha, localizado no município de Ponta Grossa.

II – os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;  
 III – os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades (BRASIL, 2008, p.156-157).

**Figura 1:** Destino e ocupação dos bens públicos.



Fonte: Oliveira (2017), adaptado pelo autor.

Diante disso, o Código Civil Brasileiro (2008) destaca que os espaços e bens públicos apresentam diferentes destinos, por exemplo: as praças, ruas, calçadas e parques (objetos desta pesquisa) foram classificados como de uso comum. Com esse intuito, Sobarzo (2017) define espaço público como um tipo de propriedade e por uma possibilidade de uso. Com relação à propriedade, define-se espaço público como espaço de domínio estatal.

Nesse sentido, Gomes (2006, p. 162) considera que “fisicamente, o espaço público é, antes de tudo, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa”. Para o autor, esta é uma regra que deve ser seguida, apesar das divergências dos grupos sociais que convivem sob o mesmo espaço. Diante disso, essa acessibilidade deve estar sujeita apenas às normas que regulam as condutas nas áreas comuns.

No entanto, para Sobarzo (2017, p. 197-198), o Brasil moderno “[...] privilegiou a distinção entre público e privado como relativa ao direito de propriedade, e não como atinente aos direitos das pessoas [...] na legislação brasileira o espaço público se define exclusivamente em função da sua propriedade”.

No entanto, segundo Gomes (2002) há três incompreensões acerca do espaço público:

1) “é público aquilo que não é privado”, além de limitar a existência de outros tipos de espaços como o espaço comum ou o espaço coletivo ainda não define ou identifica o espaço, uma vez que existem espaços públicos com acesso limitado ao público, como hospitais, presídios e outros e existem espaços privados com amplo acesso ao público como o shopping center. 2) “tomar o espaço público como uma área juridicamente delimitada”, como se a existência desses espaços estivessem vinculadas exclusivamente a criação de leis, quando existem casos em que a sua existência antecede à legislação. 3) “a qualidade de livre acesso”, no sentido de que para ser espaço público o acesso tivesse que ser livre para todos os cidadãos; como exemplo disso, os hospitais, as escolas, as áreas militares que mesmo sendo público possuem regras de acesso sem perder o caráter público (GOMES, 2002, p. 159, Apud RÉ, 2017, P.56).

Nesse contexto, nas palavras de Gomes (2002) metaforizadas por Ré (2017), além de juridicamente delimitado e acessível, o espaço público é complexo, plural e multifuncional. Uma investigação dessa temática pelos autores permite-nos dizer que os espaços públicos compreendem hoje um desafio nos projetos urbanos na medida em que deve atender a diferentes usos e públicos.

### *1.1.2 Potencialidades:apontamentos iniciais*

Entendemos como potencialidades a possibilidade de atingir objetivos, a possibilidade de transformar algo em realidade, no presente momento, ou em momentos futuros.

Assim, Dinoá (2005) considera um espaço público potencial aquele que cumpre a sua função social e de conservação junto à sociedade. Corroborando com Dinoá (2005), Barbosa (2010) acrescenta o potencial de espaços públicos, no caso, dos parques lineares: sociais, culturais e ecológicos. Podemos acrescentar como premissa, também os fatores econômicos, turísticos e simbólicos.

Para Jan Gehl (2011), o espaço público potencial, é aquele feito para o homem, voltado às atividades humanas, como caminhar, socializar, comprar, sentar, descansar entre outros. Enquanto para Jacobs (2014), o espaço público potencial é aquele que propicia a seus frequentadores um programa de atividades distintas, alto fluxo de pessoas, segurança e integração com o entorno. Para o autor, a vizinhança deve integrar e fazer parte do espaço público. Para White (2001), pessoas atraem pessoas, ou seja, um espaço público frequentado tem maior poder de atração de novos frequentadores. Desse modo, além da diversidade e da escala humana, Calligari (2016) acrescenta conter significância histórica e proporcionar orientação ao frequentador.

Nesse sentido, um espaço público é potencial para Gatti e Zandonade (2013) quando propicia: condições seguras de locomoção para pedestres e modais não motorizados; acessibilidade; segurança: arborização; conforto; lazer ativo e contemplativo; e apelo visual. Porém, Barbosa (2010) acrescenta outros atributos como: possibilidade de cultivar o corpo e a mente, educação ambiental e sentimento de liberdade. Para os autores as ausências das características descritas destacam a necessidade de projetar novos espaços ou readequá-los conforme as necessidades coletivas da sociedade contemporânea, pois:

A leitura dos espaços públicos existentes em determinada cidade ou região poderá indicar a necessidade de adaptações ou a criação de novos espaços, bem como evidenciará os problemas e potencialidades de cada lugar, a fim de direcionar os investimentos necessários e suas prioridades. Os pontos de análise de cada espaço público existente podem variar de acordo com a escala e com o tipo de atividade (GATTI e ZANDONADE 2013, p. 20).

Assim sendo, Vieira (2010) afirma que existe uma relação direta entre forma, escala e apropriação espacial que deve ser trabalhada na produção ou readequação de novos espaços públicos. Para o autor:

[...] existe uma relação direta entre a configuração do espaço e sua apropriação, e que as formas potencializam o uso do espaço público. A investigação identifica atributos a serem considerados na proposição de novos espaços públicos ou na readequação dos já existentes (VIEIRA 2010, p.5).

É neste contexto que Ferro (2013) destaca que o espaço geográfico em singularidade não apresenta potencial, para que o potencial exista, é necessário haver interação entre sociedade, poder público e o espaço para que cada um cumpra a sua função:

[...] o local, considerado **o espaço geográfico onde tudo acontece, é verdadeiramente o agenciador de seu próprio desenvolvimento** com liberdade e sustentabilidade, bem como sua intensidade, visto que **a determinante para a garantia e ocorrência ou não da melhoria na qualidade de vida** da população que o habita é **a capacidade que a própria população tem de desenvolver e descobrir seus próprios potenciais**, sem se esquecer da vocação natural do lugar; para tanto, a organização social passa a desempenhar um papel de primordial importância e cada ser componente desse grande grupo precisa adquirir ou até absorver essa característica, pois sozinho não chegará a nenhum lugar; **unidos, as chances de uma coalizão entre todos os setores da sociedade despontam para uma governança não-paralela ao poder público, mas adicionante a este**, capaz de contribuir e dar suporte a ações com interesses e objetivos comuns evidencia-se maiores oportunidades de alcance de melhoria e extensão nos níveis que determinam a qualidade de vida. (FERRO, 2013 p. 34). Grifo nosso.

Dado que a sociedade e o poder público são responsáveis pela potencialidade dos espaços públicos, no entanto, para Vieira (2010), o poder público em muitas ocasiões não consegue visualizar potencialidades nos espaços públicos, considerando-os como fardos, absorvendo altos custos de verbas públicas.

[...] Refuta-se a idéia do espaço público como um espaço que sirva apenas à circulação de automóveis e de mercadorias, encarado como um espaço inseguro, um fardo para o poder público. O que se está propondo é o reconhecimento do potencial do sistema de espaço público como matriz da estrutura urbana, surgido a partir do parcelamento da terra e que se modifica ao longo do processo de urbanização (VIEIRA, 2010, p.12-13).

Dessa forma, para que o espaço público seja potencial, deve haver uma relação entre espaço, poder público e sociedade, no entanto a capacidade potencial pode sofrer mutações, sendo impactada por fatores econômicos, ideológico, dentre outros, conforme exposto por Santos (2004),

O espaço, portanto, tornou-se mercadoria universal por excelência. Como todas as frações do território são marcadas, doravante, por uma potencialidade cuja definição não se pode encontrar senão a posteriori, o espaço se converte numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto (SANTOS, 2004, p. 30).

Nas palavras de Santos (2004), uma mesma praça é dotada de uma justaposição de espaços potenciais distintos, ou seja, espaço potencial ao lazer ativo, ao lazer contemplativo, a conversações, manifestações, realizações de atos religiosos, entre outros.

O próprio significado dos espaços públicos tende a modificar-se e, com isso, a sua potencialidade de representar terreno de encontro e lugar privilegiado das sociabilidades e elaboração simbólica, sendo igualmente apropriado e partilhado por grupos sociais muito diferentes entre si (SANTOS, 2004, p.21).

Assim sendo, percebe-se certa indefinição acerca de espaço público potencial, visto que ele muda de acordo com os atores envolvidos. Ou seja, uma praça equipada com uma concha acústica, somente será potencial se inserida numa sociedade adepta de eventos culturais, caso contrário, será apenas um equipamento ocioso no citado espaço.

Nesse contexto, consideraremos potencialidades como as características que o espaço público tem de cumprir as funções: econômicas, sociais, culturais, ambientais e simbólicas.

## **1.2 Procedimentos metodológicos**

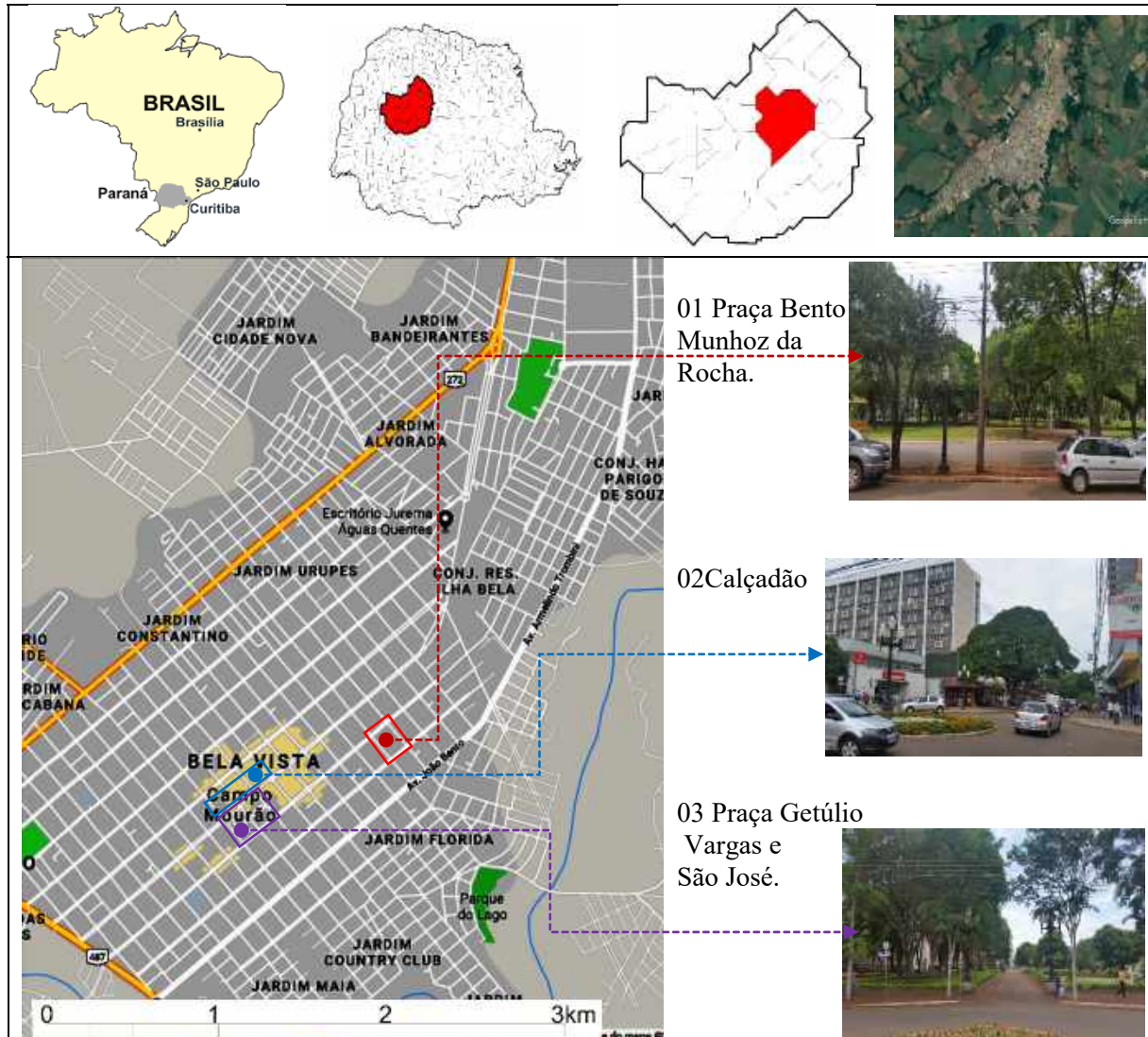
Neste subtítulo apresentamos o caminho metodológico investigativo de nosso objeto de estudo “potencialidade dos espaços públicos de Campo Mourão-PR”, composto de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, de forma a contribuir com o conhecimento do potencial dos principais espaços públicos de Campo Mourão.

Assim sendo, o procedimento metodológico inicial adotado é: recorte espacial. Para tanto, a pesquisa em epígrafe tem como objeto as praças e vias públicas de Campo Mourão,



mais precisamente o Calçadão, as praças centrais “São José, Getúlio Vargas e Bento Munhoz da Rocha” (Figura 2).

**Figura 2:** Setorização do estudo na malha urbana de Campo Mourão.



Fonte: Google Maps adaptado pelo Autor.

O recorte espacial “seleção dos espaços públicos” foi definido por meio de sua importância no contexto local e regional. A praça São José e Getúlio Vargas situam-se no “coração financeiro, cultural e social de Campo Mourão”, dotadas de infraestrutura, propiciam a mobilidade urbana, como: ponto de táxis, terminal rodoviário e estacionamento. Ambas possuem elementos simbólicos, como o Chafariz, o Coreto Alberto Nogarolli, a Estação da Luz Dom Eliseu Simões Mendes (antiga estação rodoviária) e a Catedral São José, eleita em 2009 como “Símbolo de Campo Mourão”.

Adjacente às praças Getúlio Vargas e São José encontra-se o calçadão, este que representa para Campo Mourão o mesmo que Avenida Paulista para São Paulo e *Fifth Avenue*

para Nova Iorque, ou ainda, a Rua das Flores para os curitibanos. Importante ponto cosmopolita, é no calçadão que se desenvolve algumas das principais atividades locais, como: comércio fixo e de rua, transações bancárias, manifestações artísticas e culturais, enfim, importante marco financeiro e identitário da sociedade mourãoense.

Ainda na zona central, a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto é marcada pela presença imponente do poder judiciário de Campo Mourão e região, de ocupação mista (instituições, comércios e moradias). A praça conta com ponto de ônibus para transporte municipal e intermunicipal. A praça ainda carrega a honraria de contar com o primeiro obelisco mourãoense (1976).

Esta pesquisa foi executada por etapas, compreendendo levantamento bibliográfico, embasamento teórico conceitual, levantamento teórico e projetual, com os quais levantamos a evolução do espaço investigado por meio de projetos, leis e políticas públicas; como também levantamento de campo para obtenção e identificação de informações qualitativas junto a frequentadores locais e entrevistas.

Na primeira fase, realizamos o **levantamento bibliográfico** em teses, dissertações, livros, revistas e periódicos científicos relacionados à temática (espaço público, potencialidades, história de Campo Mourão e seus espaços públicos, objetos da presente pesquisa), objetivando elaborar uma base teórica norteadora. O processo de levantamento bibliográfico iniciou com a seleção de materiais que embasam à temática, seguida por uma leitura de caráter mais crítico e analítico, a fim de sintetizar e ordenar as informações.

De forma a complementar o embasamento bibliográfico dos espaços pesquisados, sobretudo o calçadão, que mesmo sendo um ponto notável da cidade, é carente de história, da história escrita. De forma a memorar e transmitir tal história, fez-se necessário a utilização da história oral como ferramenta metodológica transmissora da história.

Para tanto, inicialmente levantamos os principais personagens envolvidos em sua feitura, localizamos por meio de contatos, negociamos as entrevistas sendo estas gravadas e posteriormente transcritas. Dentre os entrevistados, temos o senhor Munir Barakat (Engenheiro Civil, Coordenador de Planejamento, Urbanismo e Habitação: 1989 – 1990 Diretor Técnico da CODUSA “Companhia de Desenvolvimento, Urbanização e Saneamento de Campo Mourão”: 1991 -1992): apêndice 01; o senhor Augustinho Vecchi (Prefeito de Campo Mourão entre os anos de 1989 a 1992): apêndice 01, o senhor Bernardo Matos (Graduado em Belas Artes, professor e artista plástico), vencedor do concurso que elegeria o design “as andorinhas” do futuro calçadão: apêndice 02 e o historiador mourãoense e Jair Elias dos Santos Junior: apêndice 03, este último mais focado á relatos da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto.

Destacamos que o roteiro da entrevista foi elaborado conforme função/atuação do entrevistado. Todos os entrevistados concordaram em ceder ao pesquisador o uso e direito de seus relatos, conforme apêndices 04 a 07.

Em um segundo momento, houve um **levantamento teórico/projetual** junto à Secretaria de Planejamento e prefeitura do município de Campo Mourão: levantando projetos/revitalizações, histórico e políticas de utilização dos espaços públicos objeto deste estudo. A utilização de material interno da prefeitura se deu mediante solicitação em protocolo (apêndice 08).

Em um terceiro momento, realizamos o **levantamento de campo** (*As Built*), obtendo um diagnóstico preciso do sítio e seu entorno, apresentando-o por meio de mapas cartográficos e imagens fotográficas. Com base nos quadros 01 (critérios quali-quantitativos) e 02 (parâmetros e legenda de cores), ilustramos por meio de cartografia o espaço pesquisado, representando-o em escala, na quais locamos os equipamentos e mobiliários urbanos, em sua posição geográfica aproximada.

Para tanto, utilizamos como base, imagem aérea (de satélite) disponibilizada pela Secretaria de Planejamento de Campo Mourão. Utilizando-se de software CAD (Computer Aided Design), ou Desenho Assistido por Computador, delimitamos o espaço pesquisado por meio de linhas (cores e espessuras), além do mais, na cartografia representamos os objetos (bancos, luminárias, quiosques, etc.) em diferentes escalas de cores, conforme sua avaliação individual. Destacamos que a nota referente a cada grupo, por exemplo, bancos, foi atribuída conforme o conjunto e não em sua singularidade.

Representado cartograficamente o espaço, partimos para sua demonstração de forma mais dinâmica, representando volumetrias e movimentos, para tanto retratamos por meio de fotografias. Nessa etapa, as fotografias têm como função materializar por meio de imagem os conceitos representados em duas dimensões na base cartográfica.

De forma a padronizar a avaliação dos elementos, estabelecemos parâmetros fixos de mensuração, conforme quadros 01 e 02 ambos serão preenchidos pelo pesquisador, visando avaliar o ambiente de forma quali-quantitativa.

O quadro 01 trata-se de metodologia desenvolvida/aplicada por De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004), Bovo (2009) e Ré (2017), adaptado pelo autor para levantar os aspectos quali-quantitativos dos equipamentos urbanos<sup>3</sup> e estruturas existentes no espaço

---

<sup>3</sup> Entendemos como equipamento urbano, segundo a NBR 9284 (1986, p.1), como “todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, em espaços públicos e privados”.

pesquisado. Para tanto, o quadro 01 e seus respectivo preenchimento são apresentados nos apêndices 09, 10 e 11.

**Quadro 1:** Levantamento dos aspectos quali-quantitativos dos equipamentos e estruturas existentes nos espaços públicos estudados.

| Local: _____  |  |                |     |                |      |
|---|--|----------------|-----|----------------|------|
| Cidade: _____   |  |                |     |                |      |
| Localização: _____  |  |                |     |                |      |
| Coordenadas Geográficas: _____  |  |                |     |                |      |
| Forma Geométrica: ( ) Quadrangular ( ) Circular ( ) Retangular ( ) Outra  |  |                |     |                |      |
| Data da avaliação: ____/____/____   |  |                |     |                |      |
| Início: _____   |  | Término: _____ |     | Duração: _____ |      |
| EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS   |  | SIM            | NÃO | QUANT.         | NOTA |
| 1. Banco – Material:  |  |                |     |                |      |
| 2. Iluminação: ( ) Alta ( ) Baixa ( ) Mista   |  |                |     |                |      |
| 3. Iluminação: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |  |                |     |                |      |
| 4. Lixeiras: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |  |                |     |                |      |
| 5. Sanitários: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |  |                |     |                |      |
| 6. Telefone Público: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |  |                |     |                |      |
| 7. Bebedouro: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim  |  |                |     |                |      |
| 8. Pavimentação: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |  |                |     |                |      |
| 9. Pavimentação (tipo de material):<br>( ) Concreto ( ) Paralelepípedo ( ) Pedra<br>( ) Bloquetes ( ) Portuguesa ( ) Outros |  |                |     |                |      |
| 10. Palco/outro: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |  |                |     |                |      |
| 11. Obra de arte. Qual?   |  |                |     |                |      |
| 12. Espelho d'água/chafariz   |  |                |     |                |      |
| 13. Pontos de água  |  |                |     |                |      |
| 14. Canteiros: ( ) meio-fio ( ) cerca viva ( ) grades ( ) floreira  |  |                |     |                |      |
| 15. Estacionamento  |  |                |     |                |      |
| 16. Ponto de ônibus   |  |                |     |                |      |
| 17. Ponto de táxi   |  |                |     |                |      |
| 18. Quadra esportiva: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim  |  |                |     |                |      |
| 19. Equipamentos para exercício físico:<br>( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |  |                |     |                |      |
| 20. Equipamento físico para terceira idade:<br>( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |  |                |     |                |      |
| 21. Parque infantil: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |  |                |     |                |      |
| 22. Banca de revista  |  |                |     |                |      |
| 23. Quiosque de alimentação   |  |                |     |                |      |
| 24. Identificação (nome da área)  |  |                |     |                |      |
| 25. Edificações institucionais  |  |                |     |                |      |
| 26. Templo religioso  |  |                |     |                |      |
| 27. Qualidade paisagística: ( ) Boa ( ) Satisfatória ( ) Ruim   |  |                |     |                |      |
| 28. Aspecto geral (limpeza e conservação)<br>( ) Boa ( ) Satisfatória ( ) Ruim ( ) Inexistente                              |  |                |     |                |      |
| 29. Segurança   |  |                |     |                |      |

**Fonte:** Bovo (2009); RÉ (2017); De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004), adaptado

Com o objetivo de avaliar qualitativamente o estado de conservação dos mobiliários e equipamentos públicos (quadro 01), aplicamos metodologia qualitativa adotada por De Angelis (2000) adaptada pelo autor, na qual classificamos os objetos numa escala de 0,0 (zero) a 3,0 (três). Sendo: 0,0 —|1,0 ↔ ruim; 1,1 —|2,0 ↔ regular; 2,1 —|3,0 ↔ bom.

A metodologia consiste em qualificar o conjunto de equipamentos levando em consideração seu estado de conservação, usabilidade, acessibilidade e potencial estético, histórico e simbólico. É importante salientar que cada elemento individual é avaliado em sua especificidade, dessa forma um banco é avaliado de forma distinta a uma obra de arte.

Assim sendo, elaboramos o quadro 02, no qual consta: identificação do equipamento; legenda simbólica; descrição do equipamento investigado, características a ser avaliadas e por fim, os possíveis cenários:

**Ruim:** Caso o equipamento não atenda as características avaliadas, recebendo nota entre 0,0 e 1,0.

**Regular:** Caso o equipamento atenda parcialmente as características avaliadas, receberá nota entre 1,1 e 2,0;

**Bom:** Caso o equipamento atenda as características avaliadas, receberá uma nota entre 2,1 e 3,0;


























A iluminação será qualificada por meio dos parâmetros adotado por Carvalho (2001, p.32):







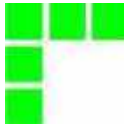

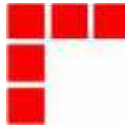





















**Sem iluminação:** área desprovida de postes de luz ou, quando existentes, encontram-se quebrados e inativos;































**Regular:** apesar dos postes de luz estarem em bom número e bem localizados, existem luminárias quebradas, influenciando na iluminação da praça, prejudicando a segurança e o bem estar da vizinhança;

**Boa:** iluminação em bom estado de manutenção, sem luminárias quebradas. O número de postes é suficiente para proporcionar uma boa luminosidade e não estão localizados próximos às copas de árvore, prejudicando o desempenho da iluminação;































**Quadro 2:** Parâmetros avaliativos para cada equipamento.





















| Equipamento /<br>Legenda   | Descrição   | Características a ser<br>avaliada.                                  | Cenários possíveis a atender  |   |   | Ponto proposto  |
|--|---|---|---|---|---|---|
|  |   |   | Atende<br>(Nota 0,0 a 1,0)  | Atende parc.<br>(Nota 1,1 a 2,0)  | Não atende<br>(Nota 2,1 a 3,0)  |   |
| <b>Bancos</b><br>             | Estado de conservação, material empregado em sua confecção, conforto, localização ao longo dos caminhos - se recuados ou não, distribuição espacial - se em áreas sombreadas ou não, design e quantidade. | Bem conservado: bem localizado (próximo de luminárias); Ergonômico? |    |    |    |    |
| <b>Iluminação</b><br>         | Alta ou baixa (em função da copa das árvores); tipo - poste, super poste, baliza, holofote, localização, conservação, atendimento ao objetivo precípuo.   | Ver especificação conforme Carvalho (2001, p. 32).                  |    |    |    |    |
| <b>Lixeiras</b><br>           | Tipo, quantidade, localização, funcionalidade, material empregado e conservação.  | Bem conservada; possui sacola para coleta de lixo;                  |    |    |    |    |
| <b>Sanitários</b><br>       | Condições de uso, conservação e quantidade.   | Bem conservado; aberto ao público, acessível?                       |   |   |   |  |
| <b>Telefone público</b><br> | Localização - na praça ou parque, próximo ou distante de conservação.   | Bem conservado; efetua chamadas; Equipamentos acessíveis?           |  |  |  |  |

|  |   |   |   |   |   |   |
|--|---|---|---|---|---|---|
| <p><b>Bebedouros</b></p>                              | <p>Tipo, quantidade, condições de uso, conservação.</p>   | <p>Bem conservado? É acessível? Fornece água natural e gelada?</p>            |    |    |    |    |
| <p><b>Piso e traçado dos caminhos</b></p>             | <p>Material empregado, funcionalidade, segurança e conservação. Funcionalidade, largura, manutenção e desenho.</p>                | <p>Bem conservado? É funcional? É Seguro? É elegante?</p>                     |    |    |    |    |
| <p><b>Palco/coreto/ concha acústica</b></p>           | <p>Funcionalidade, conservação, design, uso (frequente, esporádico, sem uso), se compatível com o desenho da praça ou parque.</p> | <p>Bem conservado? Funcionando? Frequência de utilização acima 1X/semana?</p> |    |    |    |    |
| <p><b>Obra de arte</b></p>                            | <p>Significância da obra de arte; conservação; inserção no conjunto da praça ou parque.</p>                                       | <p>Bem conservada? Bem visível? É significante?</p>                           |    |    |    |    |
| <p><b>Espelho d'água/ chafariz/lagoa/ lago</b></p>  | <p>Em funcionamento, se inserido ou não no contexto da praça ou parque e conservação.</p>   | <p>Bem conservado? Está funcionando? É simbólico?</p>                         |  |  |  |  |
| <p><b>Ponto d'água</b></p>                          | <p>Tipo, quantidade, condições de uso, conservação.</p>   | <p>Bem conservado? Está funcionando? É acessível?</p>                         |  |  |  |  |

|   |   |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|---|---|
| <b>Estacionamento</b><br>                                    | Conservação, sombreamento e segurança.  | Bem conservado? É seguro? Tem sombra?   |    |    |    |    |
| <b>Paraciclo</b><br>   | Material, tipologia, tem valor estético?  | Bem localizado? É funcional? Em bom número?                                   |    |    |    |    |
| <b>Ponto de ônibus</b><br>                                   | Se na praça ou parque, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo e conservação. Verificar raio da abrangência= 500m | É bem conservado? Tem abrigo? Quando ausente no lugar, situa a menos de 500m? |    |    |    |    |
| <b>Ponto de táxi</b><br>                                     | Se na praça ou parque, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo e conservação.                                     | É bem conservado? Está funcionando? Tem abrigo?                               |    |    |    |    |
| <b>Quadra esportiva</b><br>                                 | Quantidade, conservação, material empregado com iluminação e cercada.   | É bem conservada? Tem iluminação? É Aberto ao público?                        |   |   |   |   |
| <b>Equipamentos para prática de exercícios físicos</b><br> | Tipo e quantidade, material empregado, conservação.   | É bem conservado? Possui diversidade? É acessível?                            |  |  |  |  |



|  |   |  |   |   |   |   |
|--|---|--|---|---|---|---|
| <p><b>Estrutura para a terceira idade</b></p>         | <p>Estruturas existentes e conservação.</p>   | <p>É bem conservado? Possui diversidade? É acessível?</p>                            |    |    |    |    |
| <p><b>Parque infantil</b></p>                         | <p>Brinquedos que o compõem, material empregado e cor, se em área reservada e protegida e conservação.</p>  | <p>É bem conservado? Possui diversidade? É acessível? É seguro?</p>                  |    |    |    |    |
| <p><b>Banca de revista</b></p>                        | <p>localização – periférica ou central, em evidência ou não, material empregado em sua construção, design (estética – se compatível com a praça ou parque).</p> | <p>É bem conservado? Está funcionando? É acessível? Possui área de leitura?</p>      |    |    |    |    |
| <p><b>Quiosque para alimentação e/ou similar</b></p>  | <p>Tipo - trailer, carrinho, construção em alvenaria (...), higiene, estética, localização.</p>   | <p>É bem conservado? Está funcionando? É acessível? Possui praça de alimentação?</p> |    |    |    |    |
| <p><b>Quiosque para vendas diversas</b></p>         | <p>localização – periférica ou central, em evidência ou não, material empregado em sua construção, design (estética – se compatível com a praça ou parque).</p> | <p>É bem conservado? Está funcionando? É acessível? É significativo?</p>             |   |   |   |   |
| <p><b>Identificação da praça</b></p>                | <p>Estruturas existentes e conservação.</p>   | <p>É bem conservada?</p>   |  |  |  |  |

|  |   |  |   |   |   |   |
|--|---|--|---|---|---|---|
| <b>Edificação institucional</b><br> | Na praça há edifício institucional  | É bem conservado? É simbólico?                             |  |  |  |  |
| <b>Templo Religioso</b><br>         | No local há Templo Religioso?   | É bem conservado?  |  |  |  |  |
| <b>Segurança</b><br>                | Na praça ou no entorno há segurança ou ponto de guarda.<br>Raio de abrangendo Posto policial =2000m | Na praça o entorno imediato, até 2000m, há posto policial? |  |  |  |  |
| <b>Vegetação</b><br>                | Estado geral e manutenção.  | É bem conservada? É diversificada?                         |  |  |  |  |

**Fonte:** De Angelis (2000), Bovo (2009), Ré (2016), adaptado pelo autor.

Por meio de uma legenda, foram apresentados os aspectos qualitativos, na qual seguimos a metodologia proposta por Bovo (2009) e organizada por Ré (2017), sendo a representação do mesmo objeto em quatro tonalidades distintas, sendo: vermelha, para objetos ruins; laranja para objetos regulares; verde para estruturas e equipamentos em bom estado; e a cor preta indicam as propostas de equipamentos e estruturas a serem implantadas.

Os equipamentos analisados foram indicados em mapas cartográficos em escala de cor, conforme sua avaliação singular, no entanto para sua conceituação final, levou-se em consideração o conjunto.

Com relação à avaliação da pavimentação e de alguns equipamentos, necessitamos verificar a maneira como se deu o atendimento à acessibilidade, de acordo com o quadro 03. Utilizamos o quadro em epigrafe como material de apoio como parâmetro qualitativo para preencher o quadro 01. Por tanto, não temos como objetivo apresentá-los em anexo.

No quadro 03, realizamos a análise pela acessibilidade, por meio de levantamento in loco, verificado o atendimento aos parâmetros impostos por a NBR 9050 (2015), de forma a proporcionar a acessibilidade e convivência universal a todos os frequentadores. Para tanto, efetuou se uma análise qualitativa, conforme metodologia adaptada de Graebin (2009).

**Quadro 3:** Formulário para avaliação dos itens de acessibilidade das praças

| Local: _____   |                              |                          |       |
|--|------------------------------|--------------------------|-------|
| Endereço: _____  |                              |                          |       |
| Forma Geométrica: ( ) Quadrangular ( ) Circular ( ) Retangular ( ) Outra |                              |                          |       |
| Data da avaliação: ____/____/____  |                              |                          |       |
| Início: _____  | Término: _____               | Duração: _____           |       |
| ITEM   |                              | ATENDE AS RECOMENDAÇÕES? | Notas |
| <b>Calçada</b>   | Faixa Livre                  |                          |       |
|  | Rampas                       |                          |       |
|  | Pavimento                    |                          |       |
|  | Inclinação transversal       |                          |       |
| <b>Sinalização</b>   | Sinalização tátil direcional |                          |       |
|  | Sinalização tátil de alerta  |                          |       |

**Fonte:** Graebin (2009) – adaptado pelo autor.

Nesse contexto, de forma a facilitar a avaliação e entendimento da pesquisa, optamos por agrupar os parâmetros estabelecidos pela NBR (9050) para locais externos de acesso público. Assim classificados: calçada, mobiliário urbano e sinalização. Dessa forma, estabelecemos critérios com base na NBR9050-2015, Graebin (2009) e Gomes (2016), a seguir:

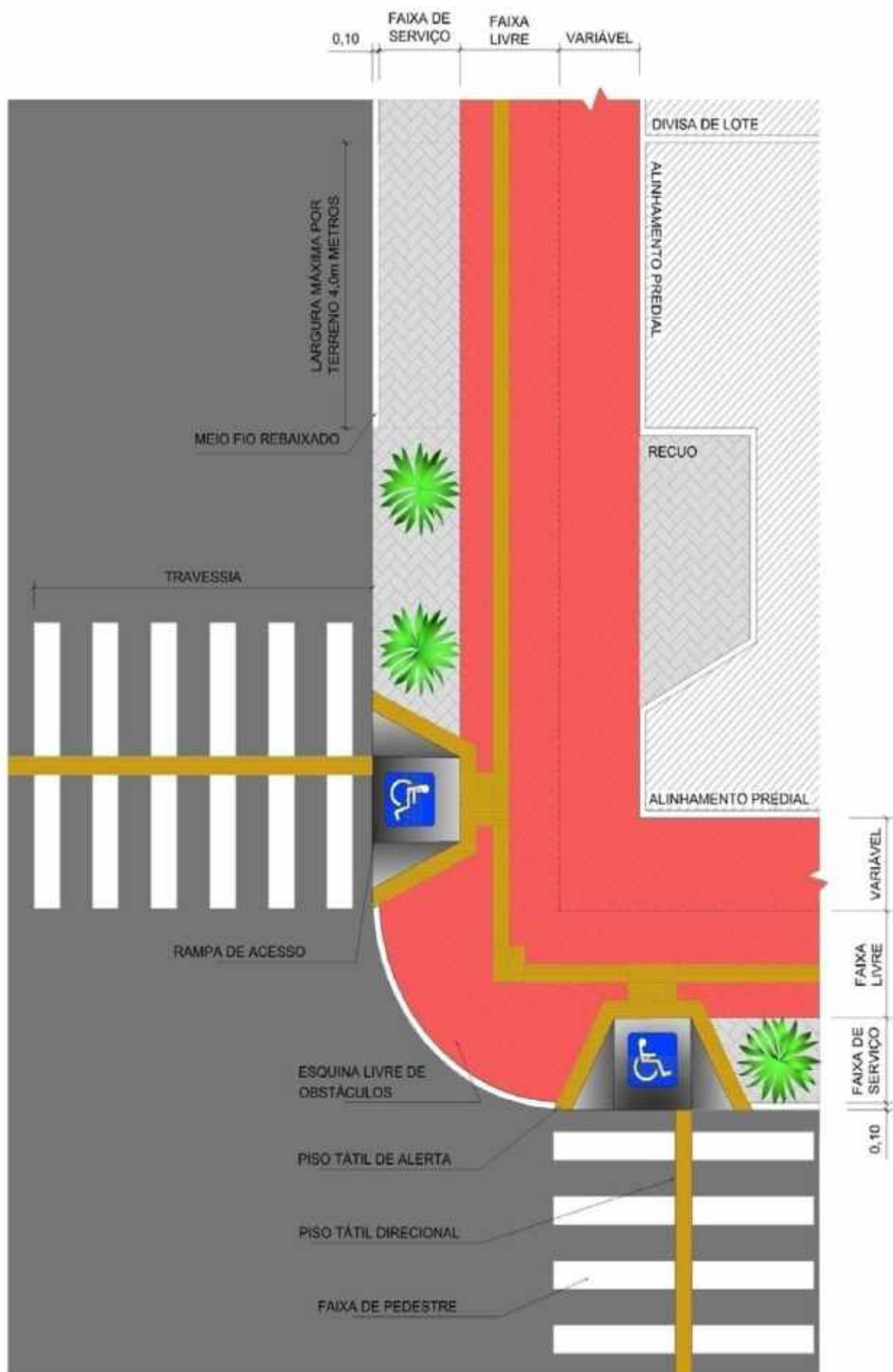
**Calçada:** Verificar a existência de: faixa livre e pavimento adequado; inclinação transversal igual ou inferior a 3%; faixa de mobiliário urbano; rebaixos de calçadas; esquina livre de obstáculos.

**Mobiliário urbano:** Existência de equipamentos e mobiliários acessíveis, implantados de forma que não atrapalhe o fluxo, (faixa de serviço ou fora da faixa livre).

**Sinalização:** Existência de sinalização tátil adequada no pavimento e se necessário nos equipamentos do mobiliário urbano.

Alguns dos parâmetros avaliados podem ser visualizados na figura 3.

**Figura 3:** Demonstração de calçada acessível com travessia, piso tátil e diferentes faixas (acesso, livre e de mobiliário).



Fonte: Graebin (2009, p.73).

O quadro 03 é avaliado conforme quadros 04 e 05, no qual descrevemos os possíveis cenários a serem avaliados, conforme metodologia adotada por Graebin (2009), adaptada pelo autor. De forma a qualificar os itens, classificamos os objetos numa escala de 0,0 (zero) a 3,0 (quatro). Sendo: 0 —|1,0 ↔ ruim; 1,1 —|2,0 ↔ regular; 2,1 —|3,0 ↔ bom.

Já, o Quadro 4 indica os cenários possíveis na avaliação das calçadas.

**Quadro 4:** Cenários possíveis na avaliação das calçadas

| Cenários Possíveis  | Nota      |
|---|-----------|
| Faixa livre inferior a 1,20m, pavimento inexistente ou com quebras, buracos e degraus, inclinação superior a 3%, inexistência de rampas. Mobiliário no centro da calçada e na esquina.  | 0,0 a 1,0 |
| Faixa livre entre 1,20m e 1,50m, pavimento em bom estado, inclinação inferior a 3%; meio fio adequado, mas não possui rampas. Possui mobiliário urbano no alinhamento da calçada, sem recuos. Obstáculos na esquina (vegetação e mobiliário). Existência de trechos do passeio sem pavimento. | 1,1 a 2,0 |
| Faixa livre mínima de 1,50 m, pavimento da faixa livre e da faixa de serviço em bom estado, inclinação transversal máxima de 3%, meio fio adequado, rampas na esquina e no meio da quadra. Esquina livre de obstáculos. Toda a extensão do passeio com pavimento.                             | 2,1 a 3,0 |

**Fonte:** Graebin (2009), adaptado pelo autor.

Por fim, apresentamos os cenários possíveis na avaliação da sinalização tátil, também adaptado pelo autor de Graebin (2009), cujas notas foram mensuradas entre 0,0 a 3,0. Quadro 05.

**Quadro 5:** Cenários possíveis na avaliação da sinalização tátil.

| Cenários Possíveis  | Nota      |
|---|-----------|
| Sinalização tátil no pavimento e no mobiliário em bom estado. | 2,1 a 3,0 |
| Sinalização tátil em bom estado.                              | 1,1 a 2,0 |
| Não possui sinalização tátil.                                 | 0,0 a 1,0 |

**Fonte:** Graebin (2009), adaptado pelo autor.

Num quarto momento, já conhecendo a estrutura física do local, partimos para realização de entrevistas (apêndice 12), objetivando a avaliação do espaço investigado sob a ótica dos frequentadores, assim sendo foi possível saber se os espaços pesquisados atendem ou não aos anseios da população, conhecendo suas principais deficiências e potencialidades.

Os questionários foram aplicados no local pesquisado e seu entorno imediato. A amostragem segue caráter não-probabilística, visto não haver conhecimento da população que os frequenta, tal ausência estatística é defendida por Gerardi e Silva (1981) na qual, parte do pressuposto de que em Ciências Sociais, cuja aplicação dos questionários deixa de ser significativa no ato da repetição e/ou similaridade das respostas obtidas junto aos entrevistados.

Dessa forma, fixamos a aplicação de trinta questionários, cada qual contendo 29 questões: objetivas e discursivas. Com relação ao entrevistado, objetivamos: levantar seu perfil

socioeconômico (onde mora; profissão; escolaridade; carga horária trabalhada; carga horária de lazer; principais *hobbies*, entre outros); a forma de uso do espaço público (frequência, tempo de uso, opinião sobre o espaço, entre outros).

Com relação à aplicabilidade dos questionários, levamos em consideração a funcionalidade do espaço pesquisado. Na área mais central (Calçadão e as Praças São José e Getúlio Vargas) optamos por aplicar aos sábados em período integral (manhã, tarde e noite). A escolha se deu devido à funcionalidade comercial, além do mais, na maioria das vezes, devido a jornada de trabalho é no sábado que a maioria dos munícipes podem ir às compras, assim, possibilitando uma abrangência maior de possibilidades quanto aos pesquisados.

Desprovida de atividades comerciais, possuindo programa funcional distinto as praças Centrais, faz da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, utilizada durante a semana, seja por usuários do transporte coletivo, trabalhadores da Pedra<sup>4</sup> ou outras instituições periféricas. Também há de se destacar a presença (junto à praça) do CEBEJA - Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos. Dessa forma, a praça é frequentada de forma mais intensa nos dias úteis semanais.

Decorrido tabulação e análise dos resultados, os apresentamos por meio da metodologia CPD- Condicionantes, Potencialidades e Deficiências. Tal metodologia, consagrada e amplamente utilizada no planejamento urbano em nível local e/ou regional, propicia a apresentação dos resultados, de forma agrupada, objetiva e de fácil compreensão.

Para finalizarmos, destacamos que a aplicabilidade da metodologia não se deu de forma ordinária como aqui apresentado (primeiro momento, segundo momento, etc.). Em alguns momentos as diferentes atividades ocorreram em simultaneidade, ou não, ou inversamente.

Nesse contexto, apresentado a metodologia que nos norteará a atingirmos nossos objetivos, seguimos para o capítulo 02. Este, baseado em levantamento bibliográfico, apresentando o espaço público e suas dimensões a partir de diferentes olhares, defendido por distintos autores. Além do mais, é o capítulo dois que embasará nossa pesquisa, fornecendo subsídios a serem avaliados nos capítulos seguintes, especialmente, no capítulo 04 e considerações finais.

---

<sup>4</sup> Pedra, trata-se de um ponto comercial com sede física (um quiosque), atuando na compra e venda dos mais variáveis itens, principalmente, automóveis e imóveis. Por críticos locais, é conhecido como ponto dos picaretas; para os admiradores, é visto como importante elo para a vitalidade e diversidade da Praça.

## CAPÍTULO 2

### O ESPAÇO PÚBLICO: O QUE PENSAM OS PESQUISADORES?



Se essa rua  
Se essa rua fosse minha  
Eu mandava  
Eu mandava ladrilhar  
Com pedrinhas de brilhante  
Para o meu  
Para o meu amor passar

Nessa rua  
Nessa rua tem um bosque  
Que se chama  
Que se chama solidão  
Dentro dele  
Dentro dele mora um anjo  
Que roubou  
Que roubou meu coração

Se eu roubei  
Se eu roubei teu coração  
Tu roubaste  
Tu roubaste o meu também  
Se eu roubei  
Se eu roubei teu coração  
É porque  
É porque te quero bem

(Mario Lago e Roberto Martins)

A cantiga “Se essa rua fosse minha” de Mario Lago e Roberto Martins retrata uma típica relação entre o homem e o espaço público, trazendo em si alguns pressupostos a serem discutidos nesse capítulo. Por meio do “eu lírico”, os compositores utilizam um espaço público (a rua) para expressar seus desejos, dentre eles, o da apropriação, tanto formal, “o direito de ir e vir”, quanto o de privatização “se essa rua fosse minha”; há uma forte presença da sociabilidade, no caso, um romance.

Num sentido semelhante, o artista plástico Jorge Selarón, por achar pouco atraente a rua lindeira a sua casa, optou por “ladrihá-la”, produzindo um imenso mosaico, expressando no espaço público (conhecido como escadaria Selarón<sup>5</sup>) alguns de seus desejos. Nesse contexto, fica evidente a função simbólica, funcional e social do espaço público, revelando-o como uma temática complexa (significados, apropriação, direito de ir e vir etc.), na qual, permeia distintas reflexões teóricas.

É interessante compreender o espaço público além de sua estrutura física, analisando sua usabilidade e ociosidade, assim como: “[...] seus potenciais de acesso para a realização de funções diversas da própria vida urbana, pois ocorre, nos espaços públicos, uma multiplicidade de manifestações de ser e estar que se expressam no espaço urbano em escalas diferenciadas” (LOBODA, 2008, p.7-8).

No presente capítulo, temos como objetivo compreender o debate teórico acerca do espaço público por meio da abordagem interdisciplinar. Nesse contexto discutimos o espaço público, fazendo os seguintes questionamentos: O que é o espaço público? A quem ele pertence? Como é e/ou foi utilizado? Quais são as características desejadas para um bom espaço público?

## **2.1 O espaço público e suas distintas dimensões.**

Uma cidade enquanto território é composta por inúmeras e distintas frações territoriais, pertencentes ao domínio público e privado. Em termos percentuais, segundo Bastos (1999) cerca de 35% de sua área urbana pertencente ao domínio público, fracionado em sistema viário 20%, áreas verdes, 10% e áreas institucionais 5%. Demais parcela, (65%) são terrenos de dominialidade privada. Recorrentemente, a cidade é vista como um espaço público, tanto pela

---

<sup>5</sup> Na capa do capítulo 2, a Escadaria Selarón. Na verdade, a citada obra trata-se de uma rua escalonada de forma a vencer o forte desnível local. A escadaria (Rua Manuel Carneiro), situa no Bairro Santa Tereza.RJ. Fonte: Adaptado de: < <https://bit.ly/2SqVUcn>>. Acesso em fevereiro de 2019.



quantidade de espaços públicos nela presente, bem como, a aplicação de recursos públicos em sua feitura e manutenção.

Segundo Ascher (1995), em documento administrativo, a terminologia espaço público foi citada pela primeira vez em 1977, sendo direcionado, não somente a ruas, praças e espaços verdes, mas também a mobiliários urbanos. Devendo ser de uso coletivo e pertencente ao poder público.

Ao se falar de espaço público, logo se pensa em espaços abertos, parques e praças, permeando a sensação de acessibilidade, a qualquer horário e sem a necessidade de solicitar permissão para adentrar. A cidade contempla distintos espaços públicos como: áreas verdes, edifícios institucionais, ruas, calçadas e fundos de vales.

Nesse sentido, Brandão (2008) apresenta quinze tipologias de espaço público estruturada em seis grupos característicos, sendo eles: traçados; paisagem; deslocação; memória; economia e espaço gerado. Cada espaço apresenta suas especificidades, conforme quadro 6.

**Quadro 6:** Tipologias de Espaço Público.

|                      |                  |  |
|----------------------|------------------|--|
| Espaços - traçado    | Encontro         | Largos, praças                               |
|                      | Circulação       | Ruas, avenidas                               |
| Espaços - paisagem   | Lazer - natureza | Jardins, parques                             |
|                      | Contemplação     | Miradouros, panoramas                        |
| Espaços - deslocação | Transporte       | Estações, paragens, interfaces               |
|                      | Canal            | Vias-férreas, autoestradas                   |
|                      | Estacionamento   | Parking, silos                               |
| Espaços memória      | Saudade          | Cemitérios                                   |
|                      | Arqueologia      | Industrial, agrícola, serviços               |
|                      | Memoriais        | Espaços monumentais                          |
| Espaços comerciais   | Semi-interiores  | Mercados, centros comerciais, arcadas        |
|                      | Semiexteriores   | Mercado levante, quiosques, toldos           |
| Espaços gerados      | Por edifícios    | Adro, passagem, galeria, pátio               |
|                      | Por equipamentos | Culturais, desportivos, religiosos, infantis |
|                      | Por sistemas     | Iluminação, mobiliário, comunicação, arte    |

**Fonte:** (BRANDÃO, 2008, p.19).

Ainda o espaço público, segundo Mora (2009) pode ser classificado como tradicionais e contemporâneos. Tradicionais: praças, parques, vias e fontes de águas; contemporâneos: Espaço público interior (edifícios públicos) e informais (escadarias, estacionamentos etc.).

Conforme exposto por Brandão (2009) e Mora (2009), diversos são os espaços públicos na qual, cada um apresenta suas particularidades, nesse sentido, para Narciso (2009), o espaço público atualmente é objeto de discussão referente às diversas e distintas ciências, gerando novas abordagens. Para os autores, os estudos acerca do espaço público são diversos, podendo

ser: estrutura, função, projeto, caráter semântico, econômico, social, entre outros. Os autores alertam para a polissemia dos significados e dimensões indissociáveis. Dessa forma, evidenciando seu caráter inter e multidisciplinar.

No mesmo sentido, Dias e Esteves Junior (2017, p. 636) defendem a cidade e os espaços públicos, como uma realidade plurifacetada, envolvendo diversos agentes, atores, elementos e perspectivas interdisciplinares. Assim, “A cidade é uma realidade plural e multifacetada, um fenômeno polifônico e polissêmico, um espaço povoado por uma multiplicidade de imagens, cores, sons, linguagens e informações, do qual emerge a diversidade”, dessa forma “[...] Tal complexidade demanda do planejamento urbano uma interdisciplinaridade com outros campos do conhecimento, que analisam a cidade a partir de perspectivas geográficas, políticas, históricas, antropológicas, sociais, culturais e artísticas”.

Devido à complexidade envolvendo o espaço público, havendo fatores socioculturais, ambientais e econômicos, distintas são as preposições acerca da temática, envolvendo diversas disciplinas técnicas e interdisciplinares. Assim, vamos conceituar e definir espaço público sob a ótica de importantes teóricos dos mais distintos campos do conhecimento.

Para tanto, inicialmente, de forma a expor a relevância e protagonismo do espaço público, lançamos o questionamento feito por Calliari (2016, p.27) “[...] Afinal, o que há de tão importante nesse tipo de espaço que o torna parte de nossa própria identidade.”?

Nesse sentido, levando em consideração haver uma gama de conceitos, classificamos e agrupamos os de acordo com a ideia central de cada autor, sendo classificado nas seguintes dimensões: **o espaço público, a imagem da cidade; espaço público simbólico, identitário e histórico; espaço público da socialização e comunicação; espaço público da ação política, liberdade e democracia; espaço público político-jurídico; espaço público plurifacetado; e para finalizar a simbiose entre homem e espaço público.** É importante destacar que um mesmo autor, em determinadas situações apresenta distintos conceitos para o espaço público urbano.

De forma ao apresentarmos a polissemia do espaço público, iniciamos por compreender sua relação com a cidade. Para alguns autores, os espaços públicos fundem-se à própria cidade, considerando a cidade como um espaço público. Nas palavras de Borja e Muxí (2000, p.15), “O espaço público é a cidade e a história da cidade é a do seu espaço público”. No mesmo sentido, Ré (2017) considera a história do espaço público como a história da própria cidade, visto que a urbe é considerada a maior e mais complexa produção cultural humana.

[...]. A história das praças, muitas vezes, se confunde com a da própria cidade porque é um lugar que representa a vida cotidiana da população. [...] A praça,

em especial nas pequenas cidades, é uma das principais referências de centralidade urbana, congregando, em seus arredores, o comércio e os serviços mais importantes da vida comunitária (RÉ, 2017, p. 16).

Nesse sentido, Indovina (2002, p. 119) afirma o espaço público ser a própria cidade “O espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a própria cidade”. Corroborando com Indovina, Innerarity (2008, p. 18) destaca que “a ideia do espaço público está intimamente associada à realidade da cidade aos valores da cidadania e ao horizonte da civilização”, assim, “[...] a cidade é o lugar por excelência de afirmação do espaço público é validada pela história do pensamento político”.

A relação indissociável entre espaço público e cidade é citada por Rolnik (2004, p.20), “[...] mesmo numa cidade perdida nos confins da história ou da geografia há pelo menos uma calçada ou praça que é de todos e não é de ninguém”. Na mesma direção, Tonucci Filho (2015) conceitua as diversas formas de utilização da cidade, enfatizando o espaço público como elemento potencial,

[...] Socialmente produzida, a cidade é diferente de todos os demais produtos: o que lhe dá especificidade é o primado do valor de uso sobre o valor de troca. Como se usa a cidade? Através das suas ruas, quarteirões, monumentos e espaços públicos, através da festa, momento de consumo improdutivo de energias e recursos em favor somente do prestígio e do prazer. Para Lefebvre, não pode haver cidade sem centralidades, sem um centro dinâmico repleto de urbanidade, momentos vividos, espaços públicos vibrantes, encontros encantadores e surpresas a cada esquina (TONUCCI FILHO, 2015, p. 03). Grifo nosso.

Assim sendo, espaço público e cidade passam a ser vistos como elementos indissociáveis, formando um sistema contínuo, desta forma “[...] a cidade é hoje considerada, cada vez mais, como um sistema [...] os espaços públicos urbanos devem ser vistos, não como unidades isoladas e autónomas, mas sim como estruturas contínuas [...]” Brandão e Remesar, (2003, p. 24). Corroborando com os autores, Borja (2003, p.29) afirma que “a cidade no seu conjunto merece a consideração do espaço público”.

Diante disso, para Santos (2008, p.1), “o espaço público urbano é o lugar onde se manifesta a vida e animação urbana é onde se desencadeia o encontro das pessoas que fazem parte do quotidiano da cidade”. Assim sendo, o autor citado evidencia a importância da socialização urbana sendo este “um reflexo da sociedade e um retrato da cidade”.

Dessa forma, entende-se que a imagem do espaço público assemelha a imagem da cidade. Assim, um espaço público vital representa uma cidade vibrante, da mesma forma, que

um espaço público abandonado e degradado, representa uma cidade semelhante, com fortes retrações.

Nesse mesmo sentido, Graça (2007, p. 2) pontua que a representatividade da cidade ocorre a partir do espaço público. Para o autor, o espaço público expressa as forças que habitam a cidade fazendo visível e representativa a sociedade. O espaço público “[...] é também espaço de representação, no qual a sociedade se faz visível. Será assim possível ler e compreender no espaço público, a expressão do fervilhar de forças que habitam a cidade”.

Para Daroda (2012, p. 17), a conjuntura entre cidade e espaço público torna-se indissociável não somente à cidade, mas também a outros integrantes urbanísticos, como “a arquitetura e a natureza, as ruas, praças, parques etc”, formando assim “uma parte real da imagem da cidade”. Assim, para o autor “o ambiente construído público no espaço urbano é um elemento representativo da cultura, economia e dos valores de um lugar; e parte da identidade e da imagem urbana”.

Dessa forma, entende-se que os espaços públicos devem ser harmônicos e estruturantes à cidade. Assim sendo, Bortolo (2013) complementa, afirmando a relevância da morfologia urbana para a compreensão do espaço público, visto ser o espaço público estruturante a cidade, parques, praças exercendo centralidades em algumas ocasiões, além de funcionarem como áreas ambientais.

Nesse sentido, Lillebye (2001, p. 5) destaca que “as ruas funcionam no plano da cidade como o esqueleto que suporta a restante estrutura urbana”. Surge a imagem da “rua corredor”, organizando espaços públicos e privados (BENEVOLO; MELOGRANI; LONGO, 1980, p. 11).

Assim sendo, para Brandão (2008, p.18), “o espaço público é fundador da forma urbana, sendo o espaço ‘entre edifícios’ que configura o domínio da socialização e da vivência ‘comum’, como bem colectivo da comunidade”.

Para Montaner e Dias (2017, p. 1) foi nas “culturas mediterrâneas que sempre teve grande destaque o carácter público do espaço urbano”. O autor apresenta as cidades italianas, percussoras ao afirmarem que “[...] no final do século 18, [...] registrou a forma como os italianos defendiam o direito ao uso público de todos os espaços abertos da cidade”. Dentre os elementos podemos destacar os “pórticos, entradas, galerias, pátios, claustros, escadarias e interiores de igrejas estavam sempre ocupados”.

Já Agostinho (2008, p.37), em sua pesquisa de doutorado, destaca a existência de uma relação histórica entre espaço público, cidade e cidadania, pois "a origem do espaço público está ligada por laços históricos aos fenômenos da cidade e da cidadania, estes vínculos a muito

estabelecido foram cerzidos pela prática cotidiana do sujeito-cidadão que lhes deu sentido". O espaço público estabelece grande relação na construção da cidadania (cidades justas e solidárias). Se considerarmos que

[...] a consolidação da democracia eleitoral não garante por si só ou não é suficiente para a construção de uma sociedade justa e solidária, destaco a importância da existência de espaços públicos na cidade contemporânea como uma das condições para o exercício da cidadania e para a construção de cidades baseadas na justiça social e na solidariedade, pois nos espaços públicos urbanos as várias dimensões do caráter de ser público encontram as condições plenas para o seu desenvolvimento (AGOSTINHO, 2008, p. 17).

Destarte considerando o espaço público como acesso às cidades justas. Para Agostinho (2008), o direito à cidade é proporcional à existência de espaço público. Diante disso, parte da “hipótese de que o direito à cidade fica seriamente comprometido sem a existência de lugares de vida pública na cidade. A luta pelo direito à cidade e a existência de espaços públicos urbanos se fortalecem mutuamente e cotidianamente” assim, esses espaços públicos “se esvaziam com a perda dos direitos à cidade pela minoria da população” (AGOSTINHO, 2008, p. 17)

Agostinho (2008, p.39) vê o espaço público como local privilegiado a vivencia e ação coletiva em prol da busca a cidadania: Assim, a “idéia de cidadania, ou seja, a qualidade ou a condição de ser cidadão está ligada à condição de viver nas cidades [...]. Isso “significou para os habitantes da cidade um aprendizado para a vida coletiva”. O autor destaca que o lugar privilegiado para se “viver e agir coletivamente na cidade se manifesta no espaço público”.

Porém, a definição direito à cidade surgiu em Paris em 1968, por meio do sociólogo e filósofo Henri Lefebvre, posteriormente nas obras do geógrafo David Harvey, ambos da escolástica marxista. Para Lefebvre (2008, p.139), o direito à vida urbana passa a ser uma relação de troca, do mercado e da mercadoria. Assim “[...] o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.)”.

Para Loboda, (2008, p.1), o espaço público é importante elemento de caráter lúdico na conscientização social, “[...] num momento em que a sociedade clama por direito à cidade, procuramos enfatizar que lugares do espaço urbano podem contribuir para a formação de uma noção de espaço público enquanto lugares de sociabilidade urbana”.

Aqui é importante destacar que o conceito “direito a cidade” idealiza o acesso da sociedade a equipamentos e serviços públicos essenciais, como: saúde, educação, saneamento, lazer entre outros. Tal fato faz com que o cidadão sinta-se pertencer/fazer parte do local/cidade, assim sendo, o espaço público é um importante elo entre a sociedade e o direito a cidade.

Mesmo o espaço público sendo considerado o espaço mais característico acerca do “direito à cidade”, ainda nas primeiras décadas do século XXI tal fato ainda é contestado por Milton Santos (2007). O autor questiona o “direito ao entorno – Espaço do cidadão”, recorrentemente presente em livros e discursos oficiais, no entanto, distante da realidade. O direito à cidade, ao entorno, tem sido tratado de forma superficial, não considerando-os a partir de suas raízes.

Mesmo presente em políticas públicas e nos discursos contemporâneos, Santos (2007, p. 64) questiona: “E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc.) foram impunemente privatizados.” Consequentemente, “Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds [...]” nesse contexto, o espaço público torna-se um palco comercial “[...] Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais”.

O direito ao entorno é mais abrangente, para Santos (2007, p.64) a invasão de privacidade ocasionada pela verticalização, a poluição e degradação ambiental, juntamente com ineficiência do poder público, tem proporcionado “[...] um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente”. Dessa forma, a contemporaneidade tem revelado “[...] que o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos”.

Sendo visto como importante elemento no direito à cidade e ao entorno, o espaço público, nas palavras de Milton Santos (2007) tem se mostrado ainda ineficiente, alijando bens e importantes espaços públicos da sociedade, ou dos menos favorecidos.

Nesse contexto, fica evidente a relação entre espaço público e cidade, não somente em meio físico, mas também em meio simbólico. O espaço público torna-se simbólico quanto à: cidade; o direito à cidade e ao entorno; a representatividade social urbana; ao mesmo tempo apresenta-se como identitário (expressa a identidade de um povo, ou de seu idealizador) e histórico (memorando personagens e acontecimentos significativos).

Na produção dos espaços públicos, busca-se atribuir uma expressiva demarcação simbólica. Para Bortolo (2013, p. 53), os espaços públicos recentes expressam a produção cultural de um determinado momento: “[...] cada indivíduo e grupo identificam o espaço público de uma dada maneira, o que significa que o desenho urbano e, por conseguinte, o desenho de alguns espaços públicos é forma palpável dos movimentos e ações coletivas”.

O espaço público é fortemente identificado devido a sua função social e atividades desenvolvidas. Para Narciso (2009, p. 268), o espaço público é “[...] uma fonte de forte representação pessoal, cultural e social, pois trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem aos discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais que constituem uma sociedade”.

No mesmo sentido, para Serpa (2011, p.9) cada indivíduo percebe o espaço de forma distinta, “[...] visto, ainda, como espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de culturas, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”.

Para Neves (2013), o espaço público além de simbólico é identitário, resultado de uma produção cultural. Para arquitetura, o espaço produzido expressa características de quem o produziu e de sua era, muitas vezes sendo considerado como singular, pertencente a um indivíduo, grupo de pessoas ou localidade. Assim,

[...] a arquitectura começa por produzir um lugar, um espaço como propriamente humano, socializado e apropriado pelo homem, [...] correspondendo a uma materialização da sociedade. [...] O espaço exprime a identidade da sociedade, o seu sentido simbólico e as suas práticas de permanência e transitoriedade. O objecto da arquitectura é então a própria sociedade, é a arte de construir o nosso lugar no mundo e de o marcar como nosso (NEVES, 2013, p.7).

Constantemente o espaço público é ligado à memória, nesse sentido o espaço organizado pelo homem é capaz de dizer sobre sua época. Para Santos (1985, p.21), o espaço “sintetiza de um lado a evolução da sociedade e explica de outro lado, situações que apresentam na atualidade”. O autor destaca ainda que: “[...] a noção de espaço é assim inseparável da idéia de sistemas de tempos”.

Nesse contexto, o espaço público associa espaço e tempo, descreve as diferentes produções culturais ao longo da história, “[...] aquelas imagens que vão se materializando [...], estão na verdade ancoradas tanto no tempo como no espaço” (ABREU, 1998, p.82), para o autor tempo e espaço incide conjuntamente no histórico local, levando ao “[...] extremo a metamorfose do tempo em espaço”. Assim, o espaço público é importante elemento na preservação e transmissão da memória.

Para Agostinho (2008, p.16), o espaço público é importante elemento atuante na preservação da memória coletiva e integração à cultura contemporânea, desse modo: "construir preservando, a cidade nova surge sem eliminar o antigo, incorporando-o como parte do presente, condição para a cidade com memória. Construir o privado sem eliminar o público".

No espaço público, a memória se faz presente muitas vezes por meio de sua nomenclatura, com exemplo, podemos citar: Praça Getúlio Vargas e Avenida Raposo Tavares, nas quais por meio de seus nomes, sempre estaremos memorando o ex-presidente brasileiro Getúlio Vargas e o bandeirante Raposo Tavares. A memória também se faz presente por meio de monumentos como o pelourinho que tão logo remete à escravidão. De forma mais complexa, a memória pode ser resgatada em espaços públicos memoriais, sendo o Memorial da América Latina em São Paulo, um exemplo icônico na representação da salvaguarda da velha América Latina, sua origem e seus libertadores.

Dessa forma, o espaço público e atividades nele desenvolvidas, como “[...] a arte “dança, música, arquitetura, escultura, gravura, etc.” são responsáveis por contar a história da humanidade” (FRANCISCON, MARQUES e AZUMA, 2017, p.104), sendo importante elemento na coexistência entre passado, presente e futuro. Além do mais, a mesma coexistência também é sociocultural.

O espaço público é visto como propício a socialização e comunicação humana, funcionando como intermediador/palco, proporcionando trocas culturais diversas. Agostinho (2008) define espaço público, como lugar de permuta, encontros e vivência diversificada, permitindo “[...] que os indivíduos se reúnam” (CHOAY, 1979, p. 290). No mesmo sentido, além de socializador, é visto por Gehl e Gemzoe (2000, p.7), como ferramenta agenciadora aos encontros “A cidade é um lugar de encontro e seus espaços públicos são os lugares que possibilitam estes encontros”. Nesse sentido, para Carmona et al. (2003, p.114) evidenciam que os espaços públicos facilitam a interação sociocultural, sendo “[...] spaces that support, enable or facilitate social and cultural interaction and public life<sup>6</sup>”.

Nesse sentido, para Lopes (1999, p.20), o espaço público assume caráter coletivo, socializador e democrático, sendo: “lugares de vida e de sociabilização, e que, uma vez abertos a todos, representam áreas de liberdade e de democracia”. Assim, o espaço público é socializador, em ocasiões banais e esporádicas, sendo considerado território coletivo que une a sociedade por meio de atividades funcionais e rituais “[...] public space as the common ground where people carry out the functional and ritual activities that bind a community, whether in the normal routines of daily life or in periodic festivities<sup>7</sup>” conforme afirmam Carr et al., (1992, p. 11).

---

<sup>6</sup> É que o espaço público é o espaço da representação coletiva, da vida comunicativa, do encontro cotidiano e da troca. (Tradução nossa).

<sup>7</sup> Espaço público coletivo onde as pessoas realizam as atividades funcionais e rituais que unem uma comunidade, seja nas rotinas normais da vida cotidiana ou nas festividades periódicas. (Tradução nossa).



A socialização ocorrida no espaço público vai muito além de uma simples conversação, torna-se uma oportunidade para encontros e intercâmbios de coexistência culturais, na qual, “Es que el espacio público es el espacio de representación colectiva, de la vida comunicaria, del encuentro y dei intercambio cotidianos”<sup>8</sup>, conforme destaca (BORJA, 2003, p.176).

Considerando o espaço público e a cidade como locais de coexistência cultural, Innerarity (2008, p.18) explica que “[...] Desde Simmel e Bahrtdt até Sennett, a cidade é concebida como o lugar onde puderam conviver diferentes modos de vida, culturas e concepções do mundo, onde se desenvolveu o intercâmbio mais produtivo que conhecemos até hoje”. A coexistência cultural faz do espaço público contemporâneo uma localidade cosmopolita com experiências distintas para as cidades e espaços públicos: “[...] suscita o deslocamento dos homens e os expõe à coexistência e à novidade. Na polifonia da cidade, os seres humanos adquiriram a experiência da diversidade que hoje possuem”. Por fim, Gomes (2002, p.37) pontua ser o espaço público um elemento essencial á compreensão da vida antrópica “dimensão essencial do espaço na compreensão da vida social”.

O espaço público é agenciador da comunicação, funcionando como um noticiário ao ar livre. De acordo com Sennet (2003, p. 48), no espaço público também é possível a obtenção de informações “transitando entre diversos grupos podia-se tomar conhecimento do que acontecia na cidade e trocar ideias sobre os mais variados assuntos”. Para Arendt (2004, p.67), ouvir e ser ouvido é o significado da vida pública, “ser visto e ouvido por todos é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É o significado da vida pública”.

Enquanto Giddens (2008, p.482) debate a importância da livre transmissão de ideias num espaço público, “[...] assentam em convicções importantes sobre o valor de um espaço público sem restrições, onde as ideias podem ser partilhadas e debatidas”. O espaço público torna-se palco para a ação política, liberdade de expressão e livre democracia, desde que respeite os códigos morais e éticos brasileiros, sendo considerado o espaço das reivindicações, do protesto, da revanche.

Dessa forma, entende-se que o espaço público facilita a disseminação das mais distintas informações, ligadas: ao futebol, à religião, à ciências, à tecnologia, à telenovela, à política, à culinária, entre outros. Ainda, a disseminação de informações pode ocorrer por meio de outdoors e panfletos. As informações obtidas no espaço público podem favorecer o indivíduo

---

<sup>8</sup> É que o espaço público é o espaço da representação coletiva, da vida comunicativa, do encontro e da troca cotidiana. (Tradução nossa).

no singular ou na coletividade (toda sociedade), assim, muitas vezes adquirindo um caráter político.

Segundo Serpa (2011), o espaço público é entendido como o espaço da ação política na contemporaneidade, no qual se manifesta diferentes ideias de cultura e de sujeitos. Complementando as ideias expostas por Serpa (2011), Castro (2002, p.141) enaltece o espaço público como palco de ação, classificando-o em duas dimensões “[...] a dimensão da publicidade, isto é da possibilidade de ver e ser visto, de falar e ouvir, e a dimensão da política, isto é, das condições de agir”.

Quanto ao direito de ação e manifestações no espaço público, Borja e Muxí (2003, p.08) destacam que o “[...] lugar de expresión através de la fiesta de las diferencias y de las elecciones, como los desfiles del día del orgullo gay que toman las calles de Nueva York y San Francisco entre otras o la expresión popular de los carnavales de Rio de Janeiro o Venecia”<sup>9</sup>. Assim, o autor pontua que as festas, as reivindicações e os protestos são alguns exemplos de manifestações que ocorrem no espaço público.

Dessa forma, o espaço público torna-se intermediador da ação política em prol da sociedade, Brum et al (2013) destacam que os espaços públicos caracterizam-se como importante ligação entre sociedade e o poder público, sendo essencial para realização de eventos de cunho histórico e social. Nesse contexto, para conforme Costa (2015, p.17), o espaço público é vital para a cidade, assim “O espaço público é observado enquanto palco de diversas manifestações de actividade humana e de interacção cívica, emergindo enquanto artéria vital de comunicação e agregação de relações sociais”.

O espaço público é o agenciador da vida pública, nele a sociedade passa a ter papel ativo por meio da esfera pública. Para Habermas (2003, p.92), a sociedade pode tornar público os interesses particulares. Assim, o espaço público caracteriza-se como, “[...] uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”.

Desse modo, o espaço público torna-se elemento vital no poderio de comunicação, interação cívica, recebendo grande importância, denominado por Solá-Morales (2002), como espaço intercessor entre sociedade, território e política. Nesse contexto, o espaço público assume uma dimensão política jurídica (a serventia de todos, ao mesmo tempo regrado).

---

<sup>9</sup> [...] lugar de expressão através da festa e diferentes escolhas, como os desfiles do dia do orgulho gay que tomam as ruas de Nova York e São Francisco entre outras ou a expressão popular dos carnavais do Rio de Janeiro ou Veneza. (Tradução nossa).

Para Castro (2002, p. 54), o conceito de espaço público vai além de “uma determinação político-jurídica”, o espaço público é “um produto do uso social”. Segundo a autora “existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso coletivo intenso”. Diante disso, entendemos que a ideia de público determina-se pelo oposto à noção de privado não havendo, portanto, restrições no critério da acessibilidade destes espaços. “O critério de acessibilidade repousa sobre a ideia implícita de que é a livre circulação do corpo no espaço que o torna público e que espaços acessíveis pressupõem” (CASTRO, 2002, p. 55). Diante disso, essa acessibilidade deve estar sujeita apenas às normas que regulam as condutas nas áreas comuns.

Diante disso, Chapman (2006, p. 388) reforça a ideia de feitura e manutenção do espaço público a ser feita pelo governo, bem como o direito de livre acesso a todos os munícipes, para ele o “Public space has many different meanings but usually is thought of as a place that is created and maintained by a government entity for the benefit of the community and that ideally can be used regardless of one’s economic or social condition<sup>10</sup>”.

Dessa forma, nas palavras de Chapman (2006) entende-se que o espaço público possui muitos significados diferentes, assim, surgindo conceitos plurifacetados. O espaço público plurifacetado objetiva dissertar pensamentos complexos acerca do espaço público, utilizando conceitos inter, trans e multidisciplinares. Correa (2004) considera o espaço urbano multi-característico em sua feitura e utilização, sendo: fragmentado, articulado, simbólico, excludente/includente, palco de lutas.

Enquanto para Brandão (2008), o espaço público é a própria cidade, facilmente reconhecido, acessível, mas regado, sendo o espaço,

[...] fundador da forma urbana, o espaço ‘entre edifícios’ que configura o domínio da socialização e da vivência ‘comum’, como bem coletivo da comunidade. Podendo em última análise, ser ou não de propriedade pública (e mesmo podendo ser não apropriável, como o espaço aéreo), os espaços públicos devem ser sempre vistos como bens de utilização livre, de acordo com um padrão de uso socialmente aceito. Ou, que traduzem uma interação equilibrada entre o homem e o meio, ostentando uma singularidade que os homens reconhecem facilmente (BRANDÃO 2008, p.18).

Nesse caso, Indovina (2002) cita diversas características identitárias a um espaço público, relacionadas à dominialidade, acessibilidade, tempo e forma de uso pois,

Tendo em conta que se faz referência ao espaço de uso público, podem-se considerar, pelo menos, os seguintes parâmetros: a propriedade (pública e

---

<sup>10</sup> O espaço público tem muitos significados diferentes, mas geralmente é pensado como um lugar que é criado e mantido por uma entidade governamental para o benefício da comunidade podendo ser usado independentemente da condição econômica ou social. (Tradução nossa).

privada); os limites de uso (ilimitado; limitado: no tempo; a determinadas categorias de cidadãos; à duração; etc.); o custo de acesso (gratuito; o pagamento); os condicionamentos ao seu uso (falar, não falar; fotografar, não fotografar; com animais, sem animais, etc.). Cruzando estes parâmetros, podemos obter uma gradação dos espaços em razão da sua “publicidade”. Assim, se associarmos à característica pública a universalidade do uso, os espaços de propriedade pública, de acesso ilimitado, gratuitos, sem condicionamentos serão os espaços que melhor interpretam o conceito de espaço público (INDOVINA, 2002, p. 120).

Para Calliari (2016, p. 27), o espaço público vai muito além de vazios urbanos, “[...] estamos falando dos lugares de encontro, de comércio, de troca, de lazer, de circulação, de relaxamento”. O espaço público torna-se palco de manifestações e convivências. Também constitui num espaço de manifestações cidadã e política. “[...] por outro lado, esses espaços também ajudam a estimular o comportamento de troca, numa via de mão dupla”. Para a compreensão da relação entre sociedade e espaço público, o autor explica que devem ser levados em conta fatores históricos, sociológicos e sensoriais.

Dessa forma, espaço público e sociedade exercem transformações bilaterais, por isso: o homem pode criar e moldar o espaço, e este, impactar culturalmente o homem, (CARMONA et al. 2003). Assim, Borja (2003) pontua que os espaços públicos e sociedade caminham juntos, à medida que um evolui e aumenta sua complexidade, o outro segue o mesmo caminho.

A mutação do espaço público e sociedade são destacados por Cassab (2010, p.85), “[...] é a forma e a vida que a anima, um conjunto de valores sempre em mutação. Daí a impossibilidade de se pensar o espaço desassociado da sociedade. Não existe espaço sem homem”. É nesta direção que Barbosa (2014, p. 2) enfatiza que “[...] à medida que a sociedade muda, muda também o desenho da cidade e concretamente do Espaço Público Urbano [...] pois é à medida que as mudanças urbanas ou revoluções urbanas se instalam que os Espaços Públicos Urbanos perdem ou ganham importância”.

Assim, devido à coexistência cultural, as atividades desenvolvidas nos espaços públicos são inúmeras e distintas, muitas vezes formando um mosaico contendo diferentes formas e funções. Para Vieira (2010, p.14), “[...] No ambiente urbano, diferentes formas de espaço público, sugerem diversas utilizações e apresentam diferentes características espaciais”. No espaço público urbano a sociedade se constrói e nele é representada, segundo Innerarity, (2010, p. 108). “[...] O ambiente urbano não só reflecte a ordem social como constitui, na realidade, grande parte da existência social e cultural. A sociedade é tanto construída como representada pelas construções e pelos espaços que cria” .

Para Gomes (2002, p.172), o espaço público é um “conjunto indissociável das formas com as práticas sociais”. Nesse sentido, Serpa (2011, p.15) complementa que “[...] forma e

conteúdo são a um só tempo produtos e processos: são auto condicionantes, auto-referentes e historicamente determinados”.

Enquanto que para Daroda (2012, p.34), os espaços públicos são moldados a partir de sua usabilidade e função, “[...] refletem as transformações decorrentes das novas funções geradas por processos sociais, políticos e econômicos, as novas funções, geradas por tais processos, determinam novas formas de vivenciar o espaço urbano”.

Nesse contexto, fica evidente a relação entre forma e função, corroborando com a célebre frase do arquiteto estadunidense Louis Sullivan: a “forma sempre segue a função”, é a lei “it is the pervading law of all things organic and inorganic, of all things physical and metaphysical, of all things human and all things superhuman, of all true manifestations [...] in its expression, **that form ever follows function**. This is the law<sup>11</sup> (SULLIVAN, 1896, p. 5), grifo nosso.

Nas palavras de Sullivan (1896), não há como conceber um espaço, seja ele público ou privado, sem levar em considerações o usuário, forma de utilização e serventia. Assim, para Cassab (2010, p.85) “[...] o espaço se constitui como a síntese, permanentemente provisória, entre o conteúdo social e as formas sociais”.

Já, Gehl (2013, p. 13) fala da importância de produzir espaços humanizados, feito para pessoas e utilizadas por elas mesmas “[...] inicialmente nós moldamos as cidades depois elas nos moldam. Assim, quanto mais humano for o espaço urbano que produzirmos, mais valorizada nossa dimensão humana estará. Uma cidade de pessoas para pessoas”. No entanto, mesmo humanizando, nas palavras de Cassab (2010), o espaço ainda é contraditório e desigual, “apresentado como produto de um processo de relações sociais, o espaço torna-se humano não apenas porque o homem o habita, mas porque o produz – daí seu caráter social, sendo, no entanto, um produto desigual e contraditório assim como a sociedade que o produziu com seu trabalho (CASSAB. 2010, p. 85).

A capacidade do espaço, criado pelo homem, incidir e influenciar seu futuro, é destacado por Innerarity (2008, p.21), “Ao mesmo tempo, a cidade cria um espaço para a diferenciação dos estilos de vida, o que por sua vez é condição da força inovadora da sua cultura”. Concordando com Innerarity, Carmona et al (2010) disserta acerca das influências exercidas simultaneamente nos espaços públicos e sociedade,

[...] Space and society are clearly related: it is difficult to conceive of 'space' without social content and, equally, to conceive of society without a spatial

<sup>11</sup> É a lei que permeia todas as coisas orgânicas e inorgânicas, de todas as coisas físicas e metafísicas, de todas as coisas humanas e sobre-humanas, de todas as manifestações verdadeiras [...] em sua expressão, “essa forma sempre segue a função”. Essa é a lei. (Tradução nossa).

component. [...] the relationship is best conceived as a continuous two-way process in which people (and societies) create and modify spaces while at the same time being influenced by them in various ways<sup>12</sup> (CARMONA et al 2010, p.106).

Dessa forma, entendemos que ao produzir um espaço voltado a atividades esportivas, em breve teremos gerações de atletas, da mesma forma que ao produzir cidades universitárias, tendemos a impactar na formação acadêmica e científica, que posteriormente trará transformações culturais e estruturais na sociedade e no espaço.

De forma sintética, apresentamos um quadro resumo ilustrando os principais recortes conceituais acerca do espaço público e seus respectivos teóricos (Apêndice 13). Haja vista, as diferentes dimensões do espaço público, Agostinho (2008) questiona se seria possível existir cidades sem espaço público, sem modificar a noção de cidade; e se seria possível exercer a cidadania sem a presença dos mesmos? Para tais questionamentos, buscamos responder nos tópicos seguintes.

## 2.2 Diferentes funções do espaço público

De forma a compreender o espaço público e suas diferentes dimensões, torna-se necessário entender sua relação com a cidade e sociedade em diferentes períodos históricos. Os espaços públicos materializam as diferentes condições sociais, culturais, econômicas e ambientais vivenciadas pelo homem. Assim Calliari (2016, p. 27) entende que as cidades e os espaços públicos são “manifestação física da importância que essa sociedade atribuiu, ao longo de sua história, à convivência, ao encontro e ao ato de se manifestar”.

Destarte a compreender a relação entre sociedade e espaço público, apresentamos o apêndice 14, retratando a relação simbólica/funcional do espaço público nas principais civilizações ocidentais, iniciando no Egito Antigo (4.400 a.C.) até a cidade contemporânea.

Iniciamos uma discussão abordando como esse conceito foi estabelecido no decorrer da História, para tanto partimos da ideia de que a não existência de espaço público no Egito antigo e na Mesopotâmia é enganosa. De acordo com Ching, Jarzombek e Prakash (2016), é verdade que as primeiras cidades muradas não havia ruas, os deslocamentos urbanos eram feitos pelos telhados e alçapões em seus tetos planos, o que de forma alguma pode ser considerado espaço

---

<sup>12</sup> [...] Espaço e sociedade estão claramente relacionados: é difícil conceber o 'espaço' sem conteúdo social e, igualmente, conceber a sociedade sem um componente espacial. [...] a relação é melhor concebida como um processo contínuo bidirecional, no qual as pessoas (e sociedades) criam e modificam espaços e, ao mesmo tempo, são influenciados por elas de várias maneiras. (Tradução nossa).

público. No entanto, essas cidades não surgiram nos dois polos civilizacionais referidos, mas sim na Ásia Menor, apesar de não contar com uma civilização com um Estado importante pelos próximos milênios. Cidades sem espaço público são muito anteriores (quase cinco milênios) ao surgimento da civilização ao longo do Nilo, Tigre e Eufrates.

Egito e Mesopotâmia possuíam diversos espaços úteis para haver encontros públicos: das ruas que passaram a separar as casas, aos terrenos baldios (SHAW, 2015), o átrio dos templos - que contavam com várias atividades em seu interior; pistas de corridas; necrópoles; jardins, mercados ao estilo oriental (espaços abertos, cercados ou não por muros com diversas barracas e tendas de diferentes produtos e vendedores); espaços adjacentes aos grandes monumentos, etc. Diante disso, os autores Barjamovic e Ryholt (2016, p.159) mencionam o uso das tumbas como espaço público, especialmente a partir da 18ª Dinastia, com o surgimento de tumbas-capelas.

Assim sendo, as atividades públicas se fazem presentes nas cidades ancestrais egípcias e mesopotâmicas, havendo forte apelo religioso, comercial e segregação social. Foi na mesopotâmia no início da demarcação espacial entre público e privado, envolvendo política, cultura e religião, vindo a “[...] condicionar os modos de vida e conseqüentemente os espaços de interação do indivíduo com a própria cidade. Esta situação verifica-se na cidade da Babilônia (séc. VI a.C.), um dos principais exemplos, das primeiras preocupações do homem com o espaço”, conforme destaca Gomes (2009, p.14).

Nas civilizações meso-americanas, o espaço público é evidente e estruturante a cidade, facilmente identificado em praças e grandes eixos viários, as relações comerciais, e religiosas permaneceram, no entanto, o espaço público passa a receber em suas ruas atividades desportivas, como o chamado jogo de pelota<sup>13</sup>.

Na Grécia antiga o cidadão (exceto: mulheres, estrangeiros e escravos) gozavam do direito de participar da vida política urbana, explica Agostinho (2008). Nesse contexto, Mumford (1998, p. 179) vê possíveis perigos na sociedade democrática grega, pois trata-se de um sistema “praticamente desconhecido das culturas anteriores, perigoso para qualquer sistema de poder arbitrário ou autoridade secreta”.

Segundo Agostinho (2008), em período de paz, a política grega era fortalecida por meio da participação do cidadão grego, resultando num processo de tomada de decisão coletiva, tal

---

<sup>13</sup> Esporte coletivo ritualístico disputado entre duas equipes coletivas, podendo demorar dias. O ritual culminava com a morte do capitão ou de toda a equipe derrotada. Fonte: DOMINGUES, Joelza Ester. **Jogo de bola mesoamericano**: o combate mortal. Blog: Ensinar História. 28 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2zEZu3s>>. Acesso em fevereiro de 2019.

evento ocorria em espaços públicos, no caso de Atenas, na ágora. Para Agostinho (2008, p. 37), “a ágora era o lugar onde os cidadãos exerciam o direito de participar da vida política da cidade. A sua configuração espacial era de uma grande praça onde aconteciam simultaneamente múltiplas atividades, num caos quase completo”.

Desta forma, Habermas (2003) explica que na polis grega havia uma forte valorização do espaço público contrapondo à privada. O aparato público representava a liberdade e continuidade, na contramão, o setor privado representava a transitoriedade e necessidade.

Em contraponto ao espaço público grego, os espaços públicos romanos perdem funcionalidade, conforme Sennet (2003, p.103), o autor afirma “reduzida a diversidade, o antigo centro de Roma passou a ser um lugar dedicado ao cerimonial, onde o poder vestia a indumentária e desempenhava os papéis pacificadores da pantomima”. Os espaços públicos centrais passam a ser um ambiente formal, no entanto, ainda sem vitalidade “com a expulsão dos negócios, do sexo clandestino e de outras atividades sem maiores compromissos, o velho centro urbano assumiu um aspecto formal, dignificado, porém sem vida” (SENNET, 2003, p.104).

Segundo Zimmermann (2018), a função social do espaço público no império árabe é distinta a sua utilização em cidades ocidentais, no entanto atividades sociais, morais e religiosas prevalecem, porém, vistos com necessidade de cumprir deveres. É interessante destacar que nesse período surgem as primeiras privatizações do espaço público. Criam-se caminhos íntimos e particulares de acesso a residências, esses denominados de *adarves*, explica o autor.

A Idade Média é marcada por um espaço público vital, Galender (1992) afirma predominar as atividades comerciais, por meio de mercados; atividades religiosas fortemente representadas pela Igreja Católica e os seus teatros medievais, além dos torneios esportivos. Para o autor, as praças medievais são idealizadas para o homem, em escala humana, “a praça é a expressão física da urbanização. As áreas vazias espalhadas entre os edifícios extremamente próximos são apropriadas para as atividades coletivas da cidade” (GALENDER, 1992, p.114).

Na esfera pública medieval ganha notoriedade a figura do senhor Feudal, na qual

[...] não é possível distinguir esfera pública e esfera privada usando critérios institucionais, mas os atributos da soberania do senhor feudal passam a ser chamados de públicos. Com isso a representatividade pública começa a ser relacionada aos atributos das pessoas: insígnias familiares, hábitos, gestos, retórica, ou seja, códigos de comportamento “nobre” (HABERMAS 1984, p. 20).

No Renascimento, o espaço público mantém sua vitalidade adquirindo uma imagem funcional identitária, “[...] Ela é entendida como um recinto ou lugar especial, e não apenas um



vazio na estrutura urbana. Muito mais que o valor funcional, a praça readquire o valor político-social, além de seu valor simbólico e, principalmente, artístico” (SORIANO, 2006, p. 47). Também as atividades comerciais foram impulsionadas pelo renascimento científico e cultural.

Nas cidades colônias e no Brasil, os espaços públicos, em especial a praça, desempenham importante função nas relações públicas, o local mantém-se como elemento socializador, comercial e religioso, no entanto, pela primeira vez um espaço público aparece com conotação militar. Dessa forma, “[...] As praças no Brasil Colônia estavam, geralmente, associadas aos adros das igrejas ou de edificações como as sedes dos governos, servindo de reunião de pessoas e diversas atividades, não só religiosas como também as de recreio, mercado, políticas e militares” (SORIANO 2006, p. 49).

Na cidade barroca do século XVIII, Sobarzo (2017, p.190) explica incidir influência do capitalismo sobre o público e o privado, na qual só participava da vida pública política, cidadãos dotados de propriedades e pessoas cultas. Dessa forma, a terminologia privado é definida positivamente “ao se referir as quem dispõe livremente de propriedade que funciona capitalisticamente e a quem pode participar da esfera pública”.

O capitalismo é um grande transformador do público e do privado, conforme explica Sobarzo (2017). Segundo o autor, no século XVIII, os principais pontos de convívio sociais eram ambientes fechados, como: cafés, teatros, lanchonetes, entre outros. Também havia os parques, frequentados por diferentes classes sociais, no entanto, existindo o chamado código de vestimenta, responsável pela identificação social do indivíduo.

Com a irrupção do capitalismo industrial na cidade do século XIX, houve segundo Sobarzo (2017) uma ruptura conceitual e cultural com relação ao público e privado. Houve mudanças sob três vertentes: o capitalismo industrial, o secularismo e o enfraquecimento da vida pública social.

O capitalismo industrial pressionou a privatização burguesa, levou a sociedade a ter medo com relação às incertezas; a elevada produção de vestuários fez com que houvesse uma disseminação de vestimentas semelhantes, assim perdendo a identidade de cada classe social e também poder esconder criminosos. O secularismo implicou nas vestimentas, pois houve uma perda de identidade entre as classes sociais, desta forma não se sabia quem era a pessoa oposta, tornando-se difícil interpretar quem era o outro. O público tornou-se um espaço de possíveis erros. Por fim, houve um declínio do público na convivência social. Por conseguinte, o espaço público torna-se imoral.

Segundo Sennet (2003, p.17), a agitação do mundo globalizado, juntamente com a presença do automóvel, tornou o espaço público um lugar de passagem. “[...] A tecnologia da

locomoção – dos automóveis as grandes rodovias – permitiu que as pessoas se deslocassem para áreas além da periferia. O espaço tornou-se um lugar de passagem, medido pela facilidade com que dirigimos através dele ou nos afastemos dele”. Considerando o espaço público moderno como um não-lugar, Sobarzo (2017), pontua que:

[...] o espaço público moderno deve ser contextualizado como uma instância que possibilita o encontro das diferenças, mas sem cair numa idealização de uma sociabilidade intensa; pelo contrário, deve ser pensado num convívio civilizado nos parâmetros da sociedade moderna, que do ponto de vista político persegue a isonomia, embora seja socialmente desigual (SOBARZO 2017, p.195).

Na contemporaneidade, o espaço público é visto como o mais democrático, representativo e identitário da cidade. Dentre as atividades sociais ocorridas, podemos citar: direito político, integração entre pessoas, atividades culturais, ambientais, privatização do espaço público e publicização do espaço privado conforme destaca Castelnou (2007, p.127).

Vimos as diversas atividades sociais desenvolvidas nos espaços públicos ocidentais ao longo da história, no entanto torna-se importante conhecer o comportamento do espaço público brasileiro. Nesse sentido, Calliari (2016) elaborou um estudo acerca da utilização do espaço público na cidade de São Paulo a partir de 1554 até seu uso na cidade contemporânea, conforme Figura 4. No qual, identificamos distintos períodos históricos/funcionais do espaço público, iniciando pela boa convivência; passando pela segregação social; redução do espaço pedonal e conseqüentemente a política do carro-centrismo; abandono do espaço público em razão do espaço privado e a retomada do espaço público na cidade contemporânea.

Dessa forma, percebemos as diferentes funções sociais do espaço público, com períodos de maior e menor utilização. O espaço público iniciou-se sob a indiferença de seus idealizadores/frequentadores, tendo seu ápice no final do século XIX e início do século XX em decorrente da cidade burguesa. A inserção do automóvel no cenário urbano trouxe com ele o abandono do espaço público, resultando em lugares abandonados, depredados e propícios a diversas ações criminosas. De forma a fornecer entretenimento físico-intelectual ao homem, surgem os espaços privados de caráter público na segunda metade do século XX. Por fim, o século XXI é marcado pela retomada dos espaços públicos.

**Figura 4:** Infográfico - Diferentes ocupações sociais do espaço público paulistano ao longo de sua história

| Fase                                    | A comunidade   | O conflito                                    | A cidade burguesa   | A cidade dos carros   | A cidade dos muros  | A cidade contemporânea                          |
|---|--|---|---|---|---|---|
| <b>Período</b>                          | 1554 - 1867  | 1867-1889                                     | 1889-1930   | 1930-1966   | 1966-2002   | 2002 - 2016                                     |
| <b>Marco inicial</b>                    | Fundação   | São Paulo Railway                             | República   | O plano de avenidas   | O primeiro shopping center  | O primeiro plano diretor do estatuto da cidade. |
| <b>Apropriação do espaço público</b>    | Ricos e pobres no mesmo espaço; regras de convivência baseadas na sociedade patriarcal | A urbanidade – a convivência entre diferentes | Espaço para a fruição da elite; início da separação física entre classes sociais. | Separação física entre classes sociais; redução do espaço pedonal | Abandono gradual dos espaços públicos e do papel simbólico do centro; crescimento dos espaços privados de uso público | Megaeventos; retomada de praças e calçadas.     |
| <b>Locais emblemáticos</b>              | Átrio das igrejas  | As ruas do triângulo                          | Anhangabaú; avenida São João  | Centro novo; Ibirapuera   | Calçadas e shopping centers   | Avenida paulista; praça Roosevelt.              |
| <b>Atitude perante o espaço público</b> | Desinteresse   | Curiosidade                                   | Fruição   | Descaso   | Medo  | Retomada  |
| <b>Intensidade de uso</b>               |  |   |   |   |   |   |

**Fonte:** Calliari (2016) e Calliari (2017), adaptado pelo autor.

Mesmo diante de significantes mudanças funcionais do espaço público, a praça, o parque, a rua devem em sua função, manter por excelência a igualdade e acessibilidade, é o que diz (MACHADO, 2009, p.14):

A praça, espaço público por excelência, além de ser mantida pelo poder público, se constitui do espaço aberto, e pressupõe atender a população de forma pública e igualitária, sem muros e grades, por exemplo, assim, é possível a acessibilidade de qualquer pessoa a qualquer hora. Desde o nascimento das primeiras praças no mundo, até os dias atuais, esses lugares são sempre destinados a usos diversos e muitas vezes, contraditório, mas sempre voltado para a esfera de vida pública como o encontro de pessoas, palco de apresentações artísticas, local de festas, de comércio ambulante, de manifestações do estado e da sociedade, entre outras (MACHADO 2009, p.14).

Dessa forma, entendemos que o espaço público e a sociedade encontram-se em constante transformação, tanto em sua estrutura, quanto em sua forma e função. À medida que a sociedade muda, o espaço público muda, da mesma forma que transformações ocorridas no espaço público modifica os costumes da sociedade.

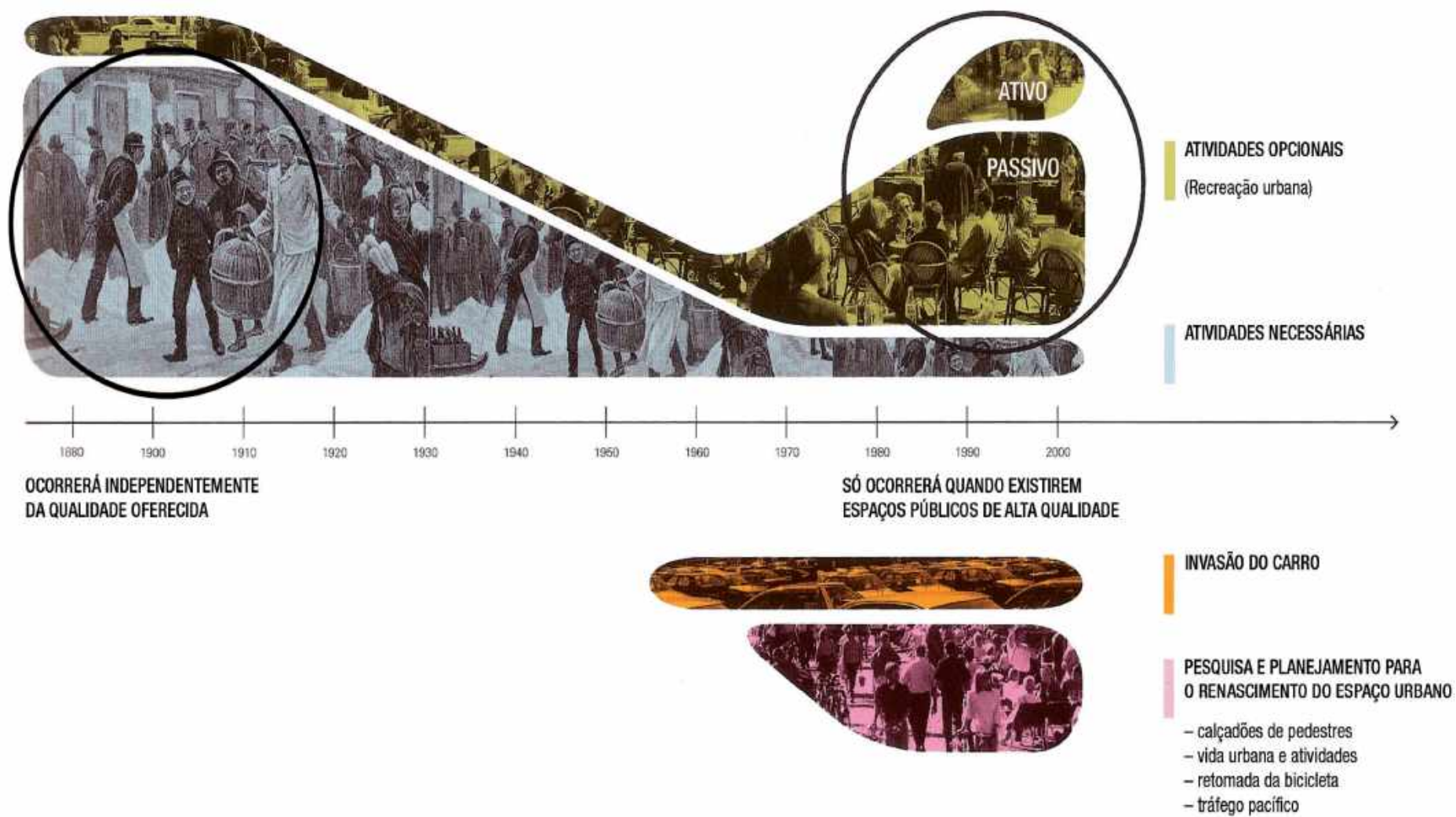
### **2.3 Espaço público Potencial**

Espaço público e sociedade submetem-se ao dinamismo mutacional ao longo da história. Mesmo, sofrendo mudanças, o espaço público contempla atividades necessárias e opcionais, conforme figura 5. Tal infográfico ilustra a vida urbana exercida no espaço público entre os anos de 1880 a 2005. Notamos o declínio das atividades necessárias (caminhar, conversar) ao longo do século XX, atingindo um limite estável a partir de 1970, muito influenciado pela popularização do automóvel e do urbanismo progressista<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> No Brasil, o Urbanismo Progressista é autenticamente representado por Brasília-DF. Idealizada por Lucio Costa (urbanismo) e Oscar Niemeyer (principais edifícios simbólicos), incorporando em seu projeto características do Urbanismo Progressista idealizado por Tony Garnier, Walter Gropius e Le Corbusier. O urbanismo progressista considera a cidade com uma máquina de morar, desconsiderando os anseios culturais de seus habitantes. “O resultado, consiste em uma cidade rígida e mecanicista, sendo que em muitas delas permeia o ideal do carro-centrismo, ou seja, a cidade idealizada para o fluxo de automóveis”. Franciscan (2018, p. 485). In FRANCISCON, Anderson. Sustentabilidade urbana, um enfoque interdisciplinar: algumas políticas sustentáveis praticadas entre municípios da COMCAM. **IV SEURB**, p477-491. Unespar. Campo Mourão. 20- 22 de nov. 2018

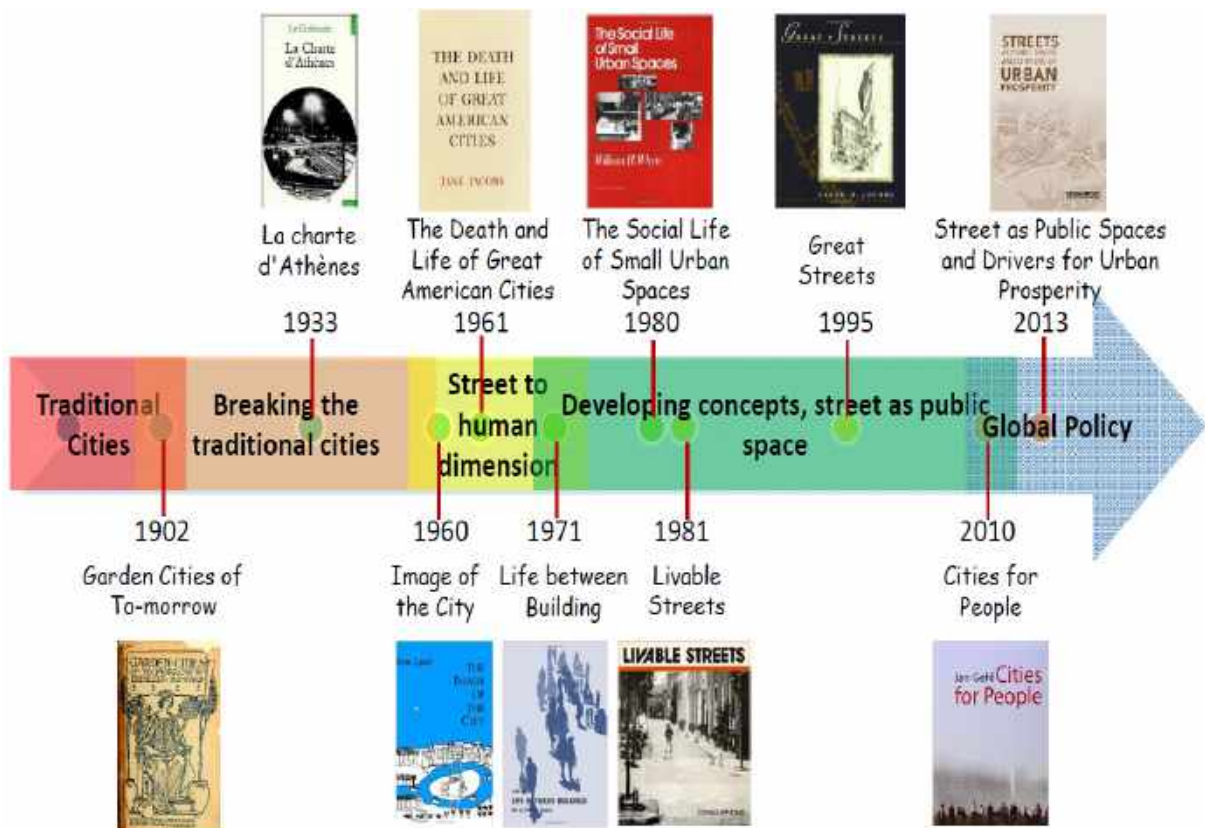
**Figura 5:** Desenvolvimento da vida urbana, de 1880 a 2005.



**Fonte:** Gehl, et all (2006, apud IEMA, 2009, p.13)

A partir da década de 1960, o espaço público tem ganho novas atividades de caráter opcional, dentre elas o lazer ativo e passivo<sup>15</sup>. A incrementação ocorreu simultaneamente à realização de pesquisas e planejamento executados de forma a visar sua retomada. Alguns dos estudos desenvolvidos de forma a conter o carrocentrismo e reutilizar o espaço público, durante o século XX e início do século XXI é ilustrado na figura 6.

**Figura 6:** Evolução dos estudos e visões sobre ruas e espaço públicos no planejamento urbano e no design.



Fonte: Faraby (2016, p.8).

A figura 6 ilustra os principais estudos desenvolvidos acerca da requalificação do espaço público urbano, iniciando ainda na cidade tradicional em 1902 com a publicação do livro **Cidades jardins de amanhã** (1902), de Ebenezer Howard. Em 1933, três décadas após o primeiro estudo, publica-se a **Carta de Atenas** de autoria de Le Corbusier.

No período posterior, a rua é visada em escala humana e conceitual, é dotada de significativa produção intelectual, havendo cinco importantes estudos entre os anos de 1960 e 1981. Em 1960, **A imagem da Cidade** de Kevin Lynch; 1961 **Morte e vida de grandes cidades**; Jane Jacobs; 1971, **Life Between Buildings: Using Public Space** de Jan Gehl; 1980,

<sup>15</sup> Lazer ativo, compreende a prática de atividades esportivas, como: futebol, voleibol, skate, peteca etc. Lazer passivo, também conhecido como lazer contemplativo, envolve atividades relacionadas a observação, conversação, leitura, relaxamento etc.

**The social life of small urban spaces** de Willian H. Whyte, em 1981 **Livable streets** de Donald Appleyard.

A última década do século XX traz uma única contribuição científica em 1995, obra **Great Streets** de Allan Jacobs. Os primeiros anos do século XXI conta com dois estudos, o primeiro em 2010 de Jan Gehl, **Cidades para pessoas** e em 2013, a obra **Streets as public spaces and drivers of urban prosperity** desenvolvido e publicado pela UN-Habitat – Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesse contexto, é notória a dinâmica metamórfica funcional e social dos espaços públicos, trazendo defasagem e como resultado seu abandono ao longo da história. De forma a buscar uma inflexão, diversos foram as pesquisas em épocas, culturas e economias diferentes. Cada obra, com suas peculiaridades, havendo ao mesmo tempo consenso e discordâncias entre elas.

De forma a entendermos o espaço público potencial, apresentamos alguns conceitos de uma visão da cidade e demais espaços públicos por estarem em constantes transformações, para Le Goff (1998), o espaço público potencial deve estar atendo às mudanças ocorridas, portanto deve ser dinâmico. Ainda Le Goff, “Baudelaire disse: “a forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal”. Ainda assim, a continuidade se firma em certas formas” Le Goff (1998. p.143).

Mesmo dinâmico, o espaço público deve propiciar permanência, pois caso funcione apenas como local de passagem, é considerado um “não-lugar”, explica Calliari (2016). Para o autor, o espaço deve causar efeitos sensoriais, “[...] andar pela rua, sentar numa praça, assistir ao movimento numa mesa de bar na calçada, tudo isso traz sensações poderosas” (CALLIARI 2016, p.52). Como sensações prazerosas, podemos citar a presença do: sol, vento, árvores, fontes de água, bancos e refeições (WHYTE, 2001).

Nesse contexto, o espaço público deve trazer prazer, proporcionar vida a seus frequentadores, Gehl (2016, p.19) afirma: “Primeiro a vida, depois espaços públicos, só então edifícios – o inverso nunca funciona”.

Destarte, questionamos: O que é um bom espaço público? Para Calliari (2016, p.57), “[...] A resposta está ligada a qualidade do espaço público em relação à qualidade da experiência humana que nele se dá: os encontros, as trocas entre pessoas, a prática da urbanidade”. A ferramenta de análise adotada pelo autor, trata-se em medir a capacidade dos espaços em atrair e proporcionar usabilidade aos frequentadores “**A ‘régua’ a ser usada nessa medição é a capacidade dos espaços públicos de proporcionar o encontro e estimular as pessoas a permanecer por mais tempo nele**”. Assim sendo, Calliari (2016) apresenta quatro

características capazes de contribuir qualitativamente com o espaço público: **significado, legibilidade, diversidade e escala humana**, com base em literatura incluímos **espírito de vizinhança e flexibilidade funcional**, (grifo nosso).

Segundo Calliari (2016, p.58), o espaço deve apresentar **significado**, (*genius loci*) dando ao “estabelecimento de um sentido, portanto, transforma o espaço. O lugar é o espaço vivido. O significado é o que torna o espaço um lugar”.

Para Calliari (2016, p.61), o espaço público é comparado ao interior de uma edificação, proporcionando experiência vivida a seus usuários. “É a vivência, portanto, o que dá sentido a esse espaço, tornando-o íntimo, habitável, uma casa”. Nesse sentido, Para Santos (2008) há uma troca de influências entre ambiente construído e frequentadores.

[...] o ambiente físico tem uma influência determinante sobre o comportamento humano e sobre o relacionamento das pessoas com o espaço. [...] O comportamento humano é, portanto, intrinsecamente “situacional”, uma vez que se enquadra nos contextos e configurações físicos assim como nos sociais, culturais e perceptuais (SANTOS 2008, p. 27).

No tocante à **legibilidade**, Calliari (2016, p.62) acusa a necessidade de o homem entender, conhecer e relacionar-se com o espaço. “[...] as cidades precisam de organizações para que seus habitantes as reconheçam e as decifrem. Tão mais confortável é a cidade quanto mais ela é reconhecível pelos seus habitantes”.

Corroborando com Calliari, Lynch (1989, p. 13) explica a importância da legibilidade no contexto público urbano “[...] designar a facilidade com a qual as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente”. Dessa forma, “[...] sua relevância adquire um significado especial quando se observam arredores na escala urbana de tamanho, tempo e complexidade”.

A legibilidade tende a criar um mapa mental da cidade/espaço público com base no passado e no presente, “[...] esta imagem é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada e ela está habituada a interpretar informações e comandar ações” (LYNCH, 1989, p. 14).

Para Tuan (1980, p.4), a legibilidade é a capacidade de registrar determinados fenômenos “[...] é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”.

Desse modo, entendemos legibilidade no espaço público como a capacidade de influenciar psicologicamente o usuário, de forma que o mesmo pode ou não reconhecer facilmente o local. Quando conhecido, o usuário se sentirá seguro.



O bom espaço público deve apresentar **diversidade funcional e coletiva**. Calliari (2016 p.66) entende que: “[...] É o barulho da cidade, o movimento de pessoas diferentes que passam em ritmos distintos, a fruição individual é vivida no ambiente coletivo.” O autor cita Jane Jacobs em defesa da diversidade, “[...] destaca o balé da sua vizinhança [...] ao longo do dia os estabelecimentos comerciais vão sendo abertos, as pessoas se encontram, conversam, pedem favores. Crianças brincam [...] Gente que está nos prédios participa da rua” (CALLIARI, 2016, p. 66).

Enfim, a diversidade é de grande importância para o mantimento do espaço público. Dessa forma, Daroda (2012, p.31) cita a diversidade como elemento vital à segurança, à usabilidade e ao fomento econômico... “[...] Tais características asseguram ainda a vitalidade urbana, em termos sociais, através da troca interpessoal e intergeracional, mas também em termos econômicos, por garantir a sustentabilidade entre os usos”.

Jacobs (2014) fala sobre a necessidade de haver oferta de amplo programa de necessidades, principalmente à noite, citando a existência de bares, lojas e restaurantes como elementos atuantes no mantimento e segurança dos espaços públicos. A situação em epígrafe acaba por estimular a utilização do espaço, ampliando a área de caminhada em busca de atividades distintas. Os lojistas e pequenos comerciantes acabam sendo benéficos ao espaço público, pois nele há segurança, ordem e tranquilidade. O comércio tende a gerar usabilidade e segurança ao local.

A diversidade é tratada como elemento fundamental por Borja e Muxí (2000, p.55), sendo considerado um elemento potencial “La diversidad favorece la multifuncionalidad y se vuelve un elemento de potencialidade evolutiva<sup>16</sup>”. O autor cita a presença de pessoas como forma de garantir a segurança local:

La mejor manera de garantizar la seguridad del espacio público es la continuidad de su uso social, es decir, la presencia de la gente, lo que quiere decir que correspondan a trayectos, que sean agradables, que se permita su utilización a todo tipo de personas y grupos, asumiendo que hay veces que es necesario reconciliar o regular intereses o actividades contradictorias<sup>17</sup>. (BORJA; MUXÍ, 2000, p.67).

Conforme Calliari (2016), a diversidade está presente em usos combinados, atraindo diferentes grupos de pessoas, assim dando uso contínuo ao ambiente em diferentes horários.

<sup>16</sup> A diversidade favorece a multifuncionalidade e torna-se um elemento de potencialidade evolutiva. (Tradução nossa).

<sup>17</sup> A melhor maneira de garantir a segurança do espaço público é a continuidade de seu uso social, ou seja, a presença de pessoas, o que significa que elas correspondem a trajetos, que são agradáveis, que seu uso é permitido a todos os tipos de pessoas e grupos, assumindo que há momentos em que é necessário conciliar ou regular interesses ou atividades conflitantes. (Tradução nossa).

Outras formas de favorecer a diversidade são: quadras curtas, fachadas variáveis e densidade humana.

No entanto, deve se atentar para diversidade (heterogeneidade) haja vista, que a mesma pode proporcionar relações conflituosas, como a prática do lazer ativo nas proximidades de um grupo de leitores, nas palavras de Tuan, “Idealmente, pessoas de diferentes procedências habitam em harmonia e usam seus diferentes dons para criar um mundo comum [...] Porém, a heterogeneidade é também uma condição que incentiva o conflito” (TUAN, 2005, p. 251).

Segundo Calliari (2016), o bom espaço público deve contemplar a **escala humana**, ou seja, o espaço feito pelo homem para atender o homem. Ambientes feitos em escala apropriada: ambientes nem amplos, nem compactos; presença de bancos; instalações sanitárias; sombra e água fresca, conseqüentemente, privilegiando passeios pedonais. São os passeios pedonais que insere o homem no espaço público, segundo Calliari (2016, p. 70) “analisar o lugar em seus detalhes, aqueles que só são percebidos pela pessoa que caminha a pé pela cidade”.

A relação escala humana é retratada por Mumford (1998, p.63), para o autor, grandes espaços tendem a propiciar espaços ociosos e desertos, “Se a área da rua é ampla demais, pouca coisa acontece em poucos lugares, e apesar de todas as boas intenções em sentido contrário, o resultado são vastos espaços transformados em desertos simplesmente por ficarem vazios demais”.

Calliari (2016) cita algumas características favoráveis à escala humana, como: andar, permanecer em pé, sentar, ver, ouvir, falar, espaços agradáveis, *softedges*<sup>18</sup>, contato e presença de árvores.

O bom espaço público deve manter o **espírito de vizinhança**, não devendo se comportar como uma ilha, deve haver ligação interior-exterior, ligação entre público e privado, nesse sentido,

[...] o convívio social no espaço público está intimamente relacionado às oportunidades de acesso e uso, o que depende de um desenho “interno” coerente e de um desenho “externo” – as ruas e o tráfego da área – adequado. A articulação com o tecido urbano, isto é, a conexão entre espaços urbanos variados, da praça e do entorno, é uma de suas funções originais e essenciais (ALEX, 2008, p. 126.).

---

<sup>18</sup> Soft Edge - terminologia utilizada por Jan Gehl para descrever/ilustrar fachadas e cercamentos lindeiros aos espaços públicos, constituindo importantes elementos que podem inibir ou promover contatos e atratividades. São exemplos de soft Edges: vitrines, escadas, terraços, objetos, monumentos, entre outros.

Peregrino, Brito e Silveira (2017) pontuam sobre a importância do espaço público se relacionar com a cidade e o setor privado, formando uma zona híbrida sendo de fundamental importância para o público:

[...] pois que o tratamento projetual das zonas híbridas constitui uma ponte que pode corroborar ou não para a transição entre o público e o privado. Tal transição, quando bem-sucedida, pode contribuir para a vida pública ou, quando malsucedida, pode implicar insegurança, isolamento, falta de relação entre os habitantes e o espaço público e até mesmo o esvaziamento desse (PEREGRINO; BRITO; SILVEIRA, 2017, p.460).

Nesse sentido, para receber uma grande quantidade de pessoas, uma boa calçada deve apresentar três particularidades: **separação entre espaço público e privado; existir olhos da rua**, os chamados “proprietários naturais da rua”, ou seja, os edifícios lindeiros ao espaço público deve permitir visualização e conseqüentemente monitoramento da rua, e por fim, **haver fluxo ininterrupto**, pois tal situação aumenta a segurança e atratividade local, explica Jacobs (2014, p.34). Grifo nosso.

Por alto, parece que temos algumas metas simples: tentar dar segurança às ruas em que o espaço público seja inequivocamente público, fisicamente distinto do espaço privado e daquilo que nem espaço é, de modo que a área que necessita de vigilância tenha limites claros e praticáveis; e assegurar que haja olhos atentos voltados para esses espaços públicos da rua o maior tempo possível (JACOBS, 2014, p.34).

Para Calliari (2016, p.49), o espaço público deve manter um “espírito de vizinhança”, o papel do espaço público deve garantir a possibilidade de criar e manter um espírito vicinal. Sua ausência segundo Jacobs (2014, p.8) é desastroso para a rua e demais espaços públicos “[...] a inexistência dessa confiança é um desastre para a rua. Seu cultivo não pode ser institucionalizado. E, acima de tudo, ela implica não comprometimento pessoal”.

Whyte (2001) defende a **flexibilidade funcional** dos espaços públicos, ou seja, cada indivíduo utiliza o espaço público da forma que mais lhe convier. Ambientes dotados de um programa funcional rígido, tendem a inibir seus frequentadores, podemos dizer que o homem necessita de liberdade para se movimentar:

[...] Os autores Kevin Thwaites e Lan Simkins, no livro *Experimental Landscape*, reivindicam que o espaço público deve estimular a apropriação espontânea, deve permitir que o homem possa organizá-lo e alterá-lo, interagindo e alternando comportamentos. Uma área livre com uma rigidez configuracional limita a liberdade de movimento, o homem tende a abandonar e negligenciar esses espaços, principalmente diante das diversas opções oferecidas no contexto urbano (DARODA 2012, p.35).

Do ponto de vista de Daroda (2012) e Whyte (2001), um amplo gramado pode ser utilizado de diversas formas, como piquenique, corridas, jogos desportivos, “pegar um

bronzeados” entre outros. Os espaços com programas funcionais rígidos acabam por gerar um espaço morto, estático e sem vida.













Segundo Daroda (2012, p.40), espaços flexíveis proporcionam a interiorização de desejos da população, sendo “A apropriação dos espaços livres públicos demonstra as necessidades e carências de lugares mais abertos às possibilidades e voltados para o uso comum”. Para o autor, a adoção do espaço público efêmero é uma boa opção para a sociedade contemporânea “[...] uma vez que é adaptativa e capaz de acompanhar as mudanças de padrões de usos e movimentos. Através de novos equipamentos urbanos, por exemplo, o uso do espaço público passa a ser recriado e reinterpretado permanentemente” (DARODA, 2012, p.41).

Já para Jan Gehl (2013), o bom espaço público é aquele que cumpre uma série de exigências, visando proteger, confortar e proporcionar prazer aos usuários (figura 7). É importante destacar que mesmo ilustrado de forma singular, a classificação de Gehl acaba por englobar os conceitos defendidos por demais autores.

Assim, sinteticamente temos:

1. Proteção dos pedestres contra o tráfego e acidentes, o que elimina o medo do trânsito e leva a uma sensação de segurança.
2. Proteção contra o crime e a violência urbana: depende de haver muitas atividades na rua – dia e noite –, de a rua estar sob os olhos de muita gente, e ter boa iluminação.
3. Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis, causadas por vento, chuva, calor/frio, poluição, ruído, poeira etc.
4. Oportunidades para caminhar: espaço suficiente e sem obstáculos, boas superfícies, acessibilidade para todos e fachadas interessantes, que ofereçam o que ver.
5. Espaços de permanência: zonas atraentes para sentar e/ou ficar de pé nas bordas dos espaços, suportes para ficar de pé.
6. Ter onde sentar, aproveitando as vantagens que o lugar oferece.
7. Possibilidades de observar: vistas interessantes, distâncias razoáveis, sem obstáculos, iluminação.
8. Oportunidades de conversar e ouvir: baixo nível de ruído, mobiliário adequado e que leva a isso.
9. Locais para jogar e se exercitar: convite à criatividade e a atividades físicas, a toda hora e em todas estações.
10. Escala humana nos edifícios e nos espaços abertos: que sejam pensados para a pessoa que caminha e não para quem passa dentro de um carro. É uma questão de tamanho e densidade.
11. Oportunidades de aproveitar os aspectos positivos do clima: sol/sombra, calor/frescor, brisas.
12. Experiências sensoriais positivas: bom projeto arquitetônico, bons materiais, vistas, árvores, plantas e água (GEHL 2016, 24-25).

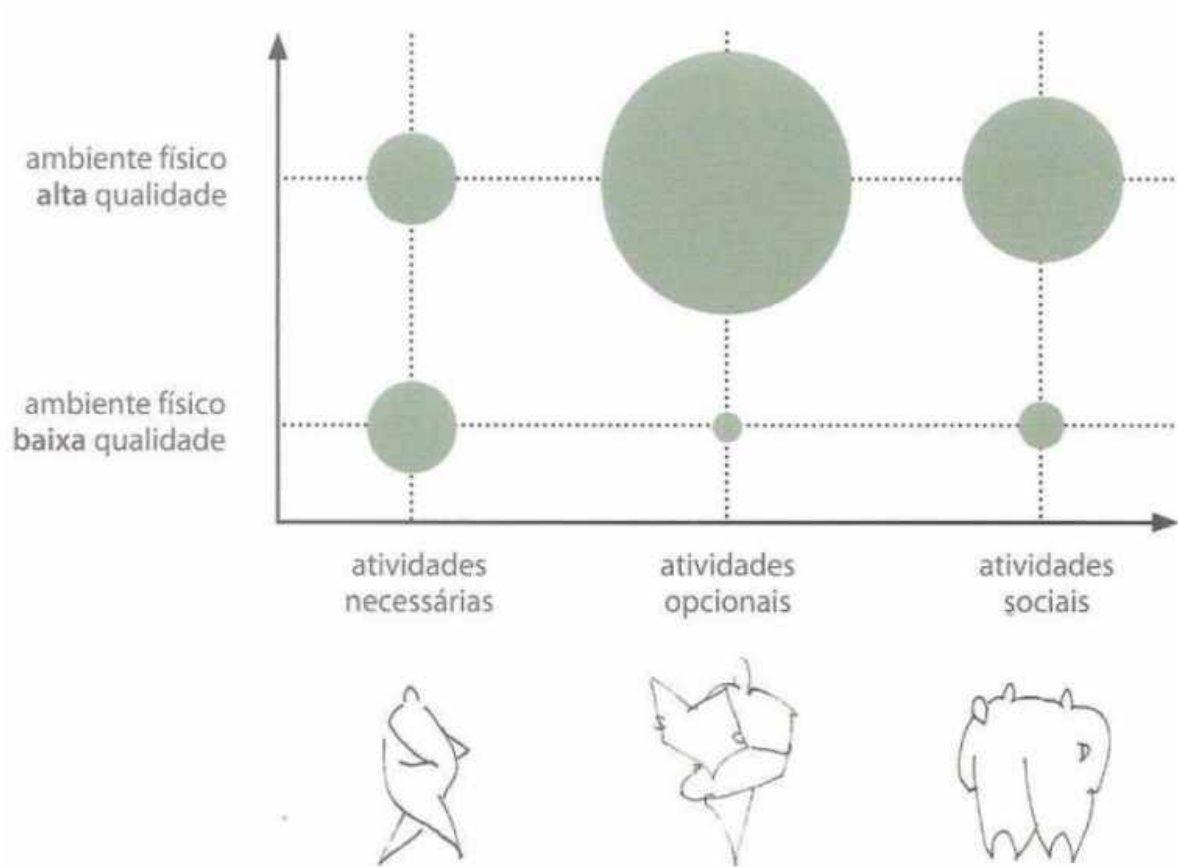
**Figura 7:** Os doze princípios do bom espaço público.

|          |   |  |   |
|----------|---|--|---|
| Proteção | <p><b>PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFEGO E ACIDENTES – SENSÇÃO DE SEGURANÇA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Proteção aos pedestres</li> <li>Eliminar o medo do tráfego</li> </ul>    | <p><b>PROTEÇÃO CONTRA O CRIME E A VIOLÊNCIA – SENSÇÃO DE SEGURANÇA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ambiente público cheio de vida</li> <li>Olhos da rua</li> <li>Sobreposição de funções de dia e à noite</li> <li>Boa iluminação</li> </ul>  | <p><b>PROTEÇÃO CONTRA EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS DESCONFORTÁVEIS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Vento</li> <li>Chuva/ neve</li> <li>Frio/ calor</li> <li>Poluição</li> <li>Poeira, barulho, ofuscamento</li> </ul>                          |
| Conforto | <p><b>OPORTUNIDADES PARA CAMINHAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Espaço para caminhar</li> <li>Ausência de obstáculos</li> <li>Boas superfícies</li> <li>Acessibilidade para todos</li> <li>Fachadas interessantes</li> </ul>  | <p><b>OPORTUNIDADES PARA PERMANECER EM PÉ</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Efeito de transição/zonas atraentes para permanecer em pé/ ficar</li> <li>Apoios para pessoas em pé</li> </ul>    | <p><b>OPORTUNIDADES PARA SENTAR-SE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Zonas para sentar-se</li> <li>Tirar proveito das vantagens: vista, sol, pessoas</li> <li>Bons lugares para sentar-se</li> <li>Bancos para descanso</li> </ul>          |
|          | <p><b>OPORTUNIDADES PARA VER</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Distâncias razoáveis para observação</li> <li>Linhas de visão desobstruídas</li> <li>Vistas interessantes</li> <li>Iluminação (quando escuro)</li> </ul>          | <p><b>OPORTUNIDADES PARA OUVIR E CONVERSAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Baixos níveis de ruído</li> <li>Mobiliário urbano com disposição para paisagens/ para conversas</li> </ul>    | <p><b>OPORTUNIDADES PARA BRINCAR E PRATICAR ATIVIDADE FÍSICA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Convites para criatividade, atividade física, ginástica e jogos</li> <li>Durante o dia e à noite</li> <li>No verão e no inverno</li> </ul>  |
| Prazer   | <p><b>ESCALA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Edifícios e espaços projetados de acordo com a escala humana</li> </ul>    | <p><b>OPORTUNIDADES DE APROVEITAR OS ASPECTOS POSITIVOS DO CLIMA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sol/sombra</li> <li>Calor/frescor</li> <li>Brisa</li> </ul>    | <p><b>EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS POSITIVAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Bom projeto e detalhamento</li> <li>Bons materiais</li> <li>Ótimas vistas</li> <li>Árvores, plantas, água</li> </ul>    |

Fonte: Gehl (2013, p.239)

Gehl (2016) alerta para a dificuldade em cumprir todas as doze metas num único espaço público. Assim, ao atingir os doze critérios estabelecidos por Gehl (2013 e 2016), o desenvolvimento de um espaço público potencial demanda o conhecimento funcional e social desejado, considerando: usuários, atividades desenvolvidas, frequências de cada evento e atividades privilegiadas. Entende-se que diferentes atividades demandam qualidades e anseios distintos, conforme figura 8.

**Figura 8:** Relação entre qualidade do ambiente e atividade desenvolvida.



Fonte: Gehl, (2013, p.21).

Conforme figura 8, percebemos que um ambiente de baixa qualidade é capaz de suprir atividades necessárias, como caminhar, no entanto, um ambiente considerado bom, deve contemplar atividades opcionais e sociais, adquiridas apenas em projetos mais bem elaborados.

De acordo com Gehl (2014), há cinco usuários característicos, sendo eles: Os **visitantes cotidianos/diários** que utilizam o espaço público para deslocarem até suas residências, ou para trabalhar; os **visitantes clientes**, aqueles que utilizam o espaço público para visitas; os **transeuntes** que passam pelo local; os **visitantes recreativos** que frequentam o espaço em busca de lazer recreativo e por fim, aqueles que visitam o espaço público em busca de **eventos**.

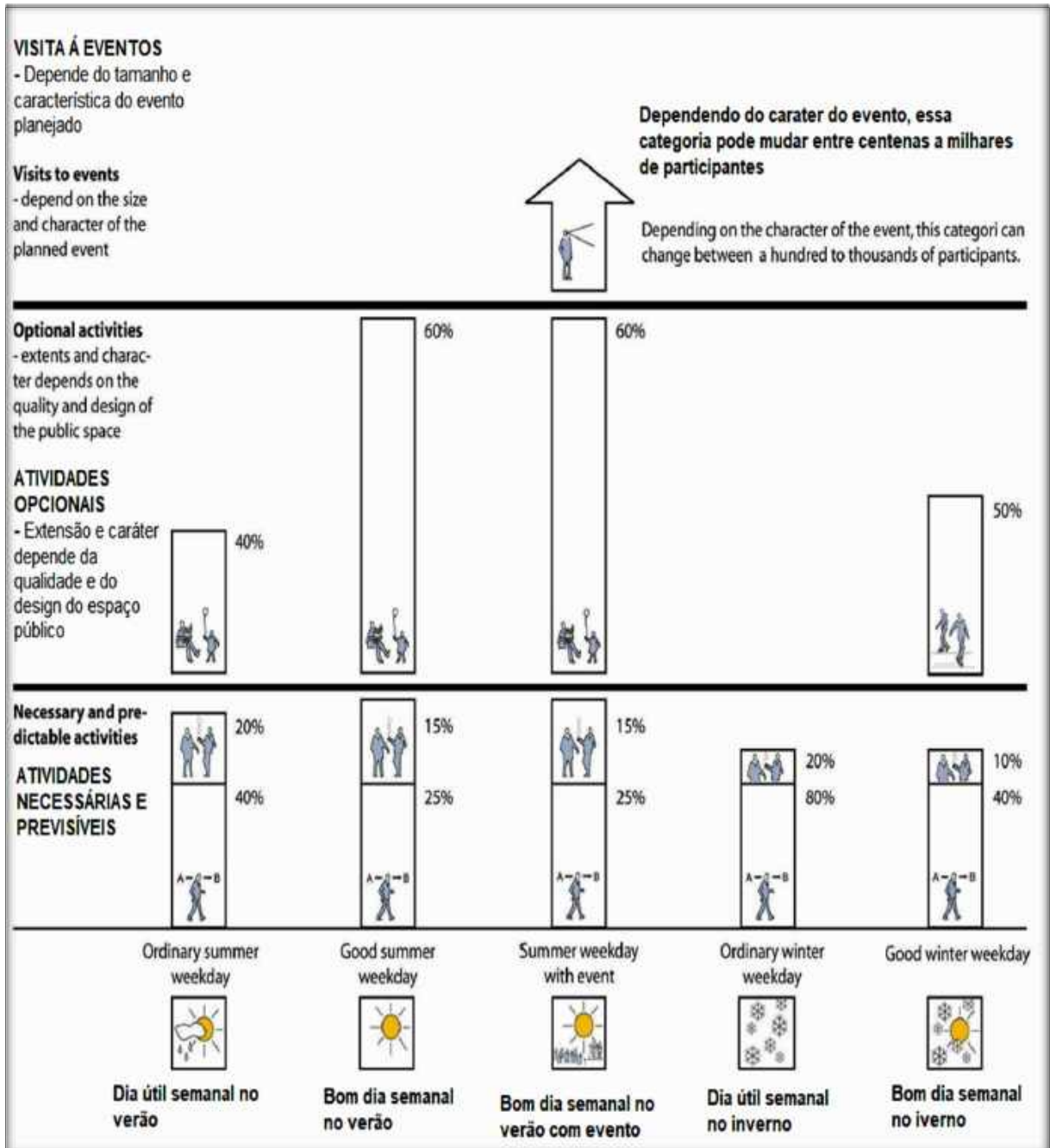
Conhecendo os usuários, torna-se necessário conhecer as atividades desenvolvidas e suas frequências. Gehl e Soholt (2002) especificam quatro tipos de atividades possíveis de se ocorrer no espaço público, sendo elas: **Atividade necessária diária** (Caminhar/ percorrer); **Atividade recreativa diária**: (descansar); **Atividade recreacional**: (Recreação e diversão) e **Atividade planejada**: (observar/descansar).

Conhecer a utilização do espaço público é de grande importância, pois “[...] O uso fornece elementos de articulação entre espaços públicos, promovendo e ampliando a diversidade dos usuários. Verificar o uso do espaço é fundamental para revelar as necessidades

dos frequentadores e assinalar os pontos positivos e negativos dos lugares” (ALEX, 2008, p. 27).

As citadas atividades podem ocorrer em determinadas frequências, podendo ser mais ou menos intensas, de acordo com as condições climáticas e estações do ano, conforme figura 9.

**Figura 9:** Prognóstico percentual para um bom dia e para os demais.



Fonte: Gehl (2014, p.47), tradução nossa.

Os dias calorosos do verão, dotados ou não de eventos apresentam usabilidade distintas aos dias gelados do inverno. Nos verões prevalecem o exercício de atividades opcionais, enquanto no inverno, as atividades mais frequentes são as atividades previsíveis e necessárias.

Apesar da importância da figura exposta por Jan Gehl (2014) acerca da utilização do espaço público, Serpa (2011, p. 63) alerta para a dificuldade de propor os espaços, haja vista que estes estipulam uma forma de utilização, nos quais podem ou não ocorrer, conforme trecho a seguir obtido em entrevista ao paisagista francês Gilles Clément, “[...] Quando concebemos um espaço público desse gênero, nós não sabemos o que vai acontecer. Há a expectativa que ele favoreça diferentes usos, mas não sabemos exatamente quais”.

Serpa (2011, p.76) explica sobre a capacidade dos usuários em se readequar ao objeto propostos: “Os usuários [...] por suas práticas espaciais [...] acabam por forjar novos discursos, [...] atitudes e as lógicas de apropriação espacial. As trilhas e os caminhos espontâneos nos gramados, os bancos ignorados ou disputados, as incivildades cometidas em determinados lugares [...]”. Assim, entendemos que o bom espaço público é aquele que fornece prazer, conforto e proteção a seus usuários.

Já Gatti e Zandonade (2017) estabelecem diretrizes para mapear espaços públicos, detectando ameaças, oportunidades ou potencialidades e ações possíveis conforme especificados no Quadro 7.



**Quadro 7:** Condicionantes, Potencialidades, Deficiências e diretrizes dos espaços públicos.

|   | Ocorrências   | Ameaças   | Oportunidades   | Ações Possíveis  |
|---|---|---|---|--|
| 1 | Distribuição desigual dos espaços públicos na cidade.                   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- áreas periféricas sem opções de lazer;</li> <li>- população precisa de deslocar para ter acesso a espaços de lazer;</li> <li>- baixa qualidade de vida nas áreas desprovidas de espaços públicos.</li> </ul>   | Democratização do acesso aos espaços públicos e às áreas de uso livre: espaço público de qualidade em toda a cidade.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- mapeamento das áreas carentes de espaços públicos x áreas de trabalho e moradia;</li> <li>- identificação das necessidades da população e dos deslocamentos realizados pelas pessoas em busca de áreas de lazer;</li> <li>- identificação de áreas vazias e subutilizadas para a criação de novas praças e parques.</li> </ul>  |
| 2 | Carências de infraestrutura, manutenção e cuidado com o espaço público. | <ul style="list-style-type: none"> <li>- falta de uso;</li> <li>- abandono;</li> <li>- insegurança;</li> <li>- diminuição da troca e das possibilidades de encontro;</li> <li>- risco de acidentes com pedestres;</li> <li>- desabrigo em relação a eventos climáticos como chuvas, ventos, etc.;</li> </ul>                              | <b>- oportunidade para readequar/revitalizar o espaço público conforme anseios da sociedade contemporânea.</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- identificação de áreas de uso livre para receber infraestrutura e equipamentos;</li> <li>- Priorização e adequação para pedestres e ciclistas;</li> <li>- redesenho de espaços baseados no clima e eventos climáticos;</li> <li>- Redesenho dos espaços tendo como referência a segurança das pessoas e priorização de pedestres;</li> <li>- programa de reforço de zeladoria dos espaços públicos (calçadas, ruas, praças e parques);</li> <li>- implantação de infraestrutura cicloviária;</li> <li>- captação de parcerias para financiamentos em espaços públicos, sobretudo com empresas e comércios locais;</li> </ul>                          |
| 3 | Degradação Ambiental.   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- poluição sonora, atmosférica e química;</li> <li>- poluição difusa: o que vai direto para os rios e lagos;</li> <li>- depósito de resíduos sólidos e lixo acumulado;</li> <li>- subutilização e abandono;</li> <li>- degradação dos rios e lagos;</li> <li>- proliferação de doenças.</li> </ul> | <b>- oportunidade para implantar políticas e fazer valer das políticas públicas, enfatizando a necessidade de preservar, reciclar e zelar pelo meio ambiente.</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- identificação das necessidades locais, com pesquisa de satisfação de conforto dos usuários nos diversos espaços públicos da cidade;</li> <li>- implantação de paisagismo e arborização para melhoria do microclima;</li> <li>- substituição da frota de transporte público para veículos não poluentes</li> <li>- investimento em infraestrutura cicloviária;</li> <li>- limpeza das galerias pluviais e reforço na coleta de resíduos sólidos;</li> <li>- aumento da permeabilização do solo e renaturalização das margens de rios e córregos;</li> <li>- envolvimento de entidades e comunidade local no processo de educação ambiental.</li> </ul> |

|   |   |  |   |  |
|---|---|--|---|--|
| 4 | Espaços públicos com consumo privado: parcerias que dão certo ou privatização do uso público? | <ul style="list-style-type: none"> <li>- privatização do espaço público;</li> <li>- segregação social</li> <li>- descaracterização dos espaços naturais.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- atratividade para espaços vazios ou subutilizados;</li> <li>- dinamização dos usos – segurança.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- participação da comunidade local na escolha dos novos usos e formas de gestão, a partir dos usos existentes e das necessidades da população local;</li> <li>- parcerias ou concessões de usos por tempo determinado;</li> <li>- controle social e público frente aos serviços oferecidos e preços praticados.</li> </ul>  |
| 5 | Ocupação dos espaços públicos.  | <p><b>- privatização do espaço público em prol de um grupo de pessoas, muitas vezes disseminando atividades ilícitas (consumo de entorpecentes, atividades culturais improprias para determinadas faixas etárias, entre outras).</b></p> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- fortalecimento da identidade local e dos grupos étnicos;</li> <li>- democratização dos espaços públicos</li> <li>- politização social;</li> <li>- atratividade para espaços vazios ou subutilizados</li> <li>- dinamização dos usos.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- programa de reforço de zeladoria dos espaços públicos (calçadas, ruas, praças e parques);</li> <li>- contenção de ações policiais que oprimem o livre acesso aos espaços públicos por diferentes grupos étnicos e culturais.</li> </ul>   |
| 6 | As festas Populares.  |  |   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- elaboração de calendário e mapeamento das festas populares municipais;</li> <li>- identificação de áreas de uso livre para conceder infraestrutura necessária às festas populares;</li> <li>- planejamento de reforço de zeladoria dos espaços públicos durante a realização das festas populares.</li> </ul>   |
| 7 | Muito espaço para o carro, pouco espaço para o pedestre.                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>- poluição sonora e atmosférica;</li> <li>- congestionamentos</li> <li>- desestímulo à vivência urbana e uso dos espaços públicos</li> <li>- exclusão social;</li> </ul>                          | <p><b>- oportunidade para relegar a “máquina” á segundo plano. Implantar a escala humana, ou seja, a cidade feita para o homem.</b></p>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- medições dos fluxos de pedestres e modais motorizados e não motorizados;</li> <li>- projeto de redesenho urbano para acessibilidade e qualificação dos espaços públicos.</li> </ul>   |
| 8 | Cidades do interior: lugar das bicicletas.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- falta de infraestrutura para o ciclista em áreas de maior circulação de veículos.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- redução do uso de veículos motorizados, com redução da poluição sonora e atmosférica e redução dos congestionamentos;</li> <li>- estímulo à vivência urbana e uso dos espaços públicos;</li> <li>- promoção de inclusão social</li> <li>- melhoria da micro-acessibilidade.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- medição dos fluxos cicloviários: estudos de demanda e oficinas com usuários;</li> <li>- planejamento de malha cicloviária com implantação de infraestrutura (ciclofaixas e ciclovias, sinalização horizontal e vertical, traffic calming em vias de uso compartilhado);</li> <li>- estudo de viabilidade para implementação de sistema de compartilhamento de bicicletas;</li> <li>- integração entre os modais;</li> <li>- implantação de paraciclos e bicicletários;</li> <li>- programas de paisagismo e arborização nas rotas cicloviárias</li> <li>- campanhas de educação para o trânsito.</li> </ul> |

|    |  |   |   |  |
|----|--|---|---|--|
| 9  | Calçadas como lugar para se estar.                     | - falta de conforto e segurança em áreas de alto tráfego motorizado.  | - democratização dos espaços públicos;<br>- incentivo aos laços sociais;<br>- vitalidade urbana;<br>- segurança e bem estar.  | - identificação das ruas com baixo fluxo de automóveis motorizados e alto fluxo de pedestres para alargamento de calçadas;<br>- redesenho urbano com foco na acessibilidade e qualificação dos espaços públicos;<br>- implantação de mobiliário urbano.  |
| 10 | Bloqueio na circulação do pedestre no passeio público. | - falta de acessibilidade;<br>- desestímulo ao caminhar, sobretudo para os portadores de necessidades especiais e pessoas carregando carrinhos de bebês;<br>- acidentes, insegurança e desconforto. | - <b>oportunidade para se implantar o desenho universal, ou seja, permitindo a acessibilidade física e simbólica a todos.</b> | - levantamento das áreas críticas de circulação de pedestres;<br>- implantação de faixa livre, faixa de serviços e faixa de acesso nos passeios públicos;<br>- programa para planejamento do enterramento das fiações aéreas e eliminação posteamento;<br>- programa de arborização urbana;<br>- repaginação e nivelamento dos passeios; |
| 11 | Sobras de planejamento sem uso.                        | - espaços vazios e subutilizados;<br>- conflitos para a circulação do pedestre.   | - criação de novos espaços públicos ou melhoria do existente;<br>- instalação de novos usos e ampliação do passeio público.   | - redesenho urbano com foco na acessibilidade e qualificação dos espaços públicos;<br>- avaliação de concessões de uso para criação de atratividades em espaços subutilizados.   |
| 12 | Margens de água  | - poluição<br>- inacessibilidade para a população<br>- espaços vazios e subutilizados   |   |  |
| 13 | Áreas simbólicas                                       | - espaços degradados, vazios e subutilizados;<br>- falta de incentivo à identidade local e as origens da população e da história dos territórios populares.   | - fortalecimento da identidade local e dos grupos étnicos;<br>- democratização dos espaços públicos.                          | - identificação com a participação da população do patrimônio imaterial das cidades e dos usos simbólicos;<br>- planejamento de reforço de zeladoria dos espaços simbólicos da cidade;<br>- implementação de infraestrutura de apoio: mobiliário urbano, iluminação, redesenho para acessibilidade, etc.                                 |

**Fonte:** Gatti e Zandonade (2017, p. 66-67), adaptado pelo autor.

Para finalizar, é importante salientar que o bom espaço público é supra benéfico a cidade “[...] os espaços públicos de qualidade podem ajudar as cidades a criar e manter locais de forte centralidade, qualidade ambiental, competitividade econômica e sentido de cidadania” (BRANDÃO; CARRELO, ÁGUAS; 2002, p.189). Além do mais, pode influenciar culturalmente a sociedade que o frequenta, ou seja, a funcionalidade do espaço público contemporâneo ficará registrado na memória de seus usuários, o que Morin (2005, p.50) denomina de “imprinting”, ou seja “marca original irreversível que é impressa no cérebro”.

## 2.4 Espaço público versus privado: uma discussão acerca da dominialidade e funcionalidade

A praça, o parque, a rua e a calçada são exemplares icônicos de espaço público, sendo locais propícios a aglomeração humana e alguns de seus afazeres, como circular, socializar, comprar, descansar, festejar entre outros. As citadas atividades também podem ser realizadas em outros ambientes de cunho privado, como um shopping, um estádio de futebol, interior de condomínios entre outros.

Diante disso, notamos a possibilidade de aglomerações antrópicas tanto em locais públicos quanto privados. Assim, temos por objetivo entender o espaço público acerca de sua dominialidade, acessibilidade, tutores na feitura e manutenção e a quem deve servir.

A dicotomia público/privado é marcada já no início dos aglomerados humanos (Período Neolítico de 8000 a.C. até 5000 a.C.), nesse período a casa torna-se elemento central na discussão, assim,

[...] para o pesquisador Peter Wilson, a partir do Neolítico, com “a ‘adoção da arquitetura’, isto é, a construção planejada de abrigos permanentes, em contraste com as frágeis cabanas dos caçadores-coletores” [...] Desde então, com o surgimento da vida em comunidade, teriam sido estabelecidas as condições do político, da separação entre o público e o privado: pois a casa é abrigo de pessoas, mas também, barreira entre pessoas, bem como entre estas e o meio ambiente natural (BISSIO, 2008, p 33).

Nessa época, no início da civilização não existiam documentos de fé pública, no entanto, os residentes da localidade já identificavam e diferenciavam o espaço público do privado por meio de um simbolismo. A relação casa – rua (interior-exterior) é dissertada por Damatta (1997, p.57) ao caracterizar “as esferas de ação social, como “casa e rua” e concluiu que estas esferas obedecem a lógicas diferentes, sendo interpretadas pelo código da casa definido pelo espaço da calma, do repouso, da segurança, em oposição à rua, como pertencente ao governo, ao povo, como sendo um local perigoso.

Nas palavras de Damatta (1997, p. 32), a distinção entre público – privado traz consigo atividades e simbolismos distintos. Assim, o autor ao referir à sociedade brasileira argumenta que esta “é relacional, hierarquizada e possui códigos de ética distintos para os diferentes espaços de convivência: casa, rua, igreja. “Relacional”, pois têm como “sua unidade básica” não os indivíduos, mas as relações entre as pessoas, famílias, grupos”. Portanto, a mesma é “hierarquizada” porque “as cidades brasileiras” possuem uma demarcação espacial, que é gradual: “centro e periferia”, “dentro e fora”.

Corroborando com Damatta (1997), Vieira (2010, p.23) destaca que o limite entre público e privado apresenta-se como uma barreira visível ou não, “[...] esta barreira pode ser

percebida na observação das formas de organização de cada grupo social, através da tipologia das edificações, tratamento dado ao lote e à edificação”. Para ele, “o que distingue um meio ambiente de outro é a natureza das regras por ele codificadas”.

Diante disso, a cultura local, é imprescindível na distinção entre público e privado. Para Rapoport (1978),

[...] os espaços urbanos estão divididos em domínios distintos por regras e símbolos. Seu propósito é o de estabelecer fronteiras entre [...] o público e o privado, prevendo os graus ótimos de interação e as defesas necessárias, que, podemos dizer, são estabelecidas culturalmente. Estes domínios são facilmente perceptíveis no espaço público, onde demarcações espaciais estabelecem gradações de acesso, tornando um ambiente mais ou menos privado, ou mais ou menos público. Acredita-se que o papel social e cultural do espaço público é o de estabelecer o equilíbrio entre estes domínios, vinculando um território a outro e criando diferentes possibilidades de interações sociais (RAPOPORT, 1978, p. 261).

Na concepção de Rapoport (1978), o espaço público e suas atividades é produto da ação cultural humana, no entanto o conceito público/privado vai além dos códigos éticos, culturais e simbólicos, também envolve direito de propriedade.

De forma a distinguir espaço público de privado, temos as seguintes parábolas para alguns dos espaços públicos publicizados mourãoenses: A) domingo de verão, sol pleno, 16 horas, **praça Getúlio Vargas** “lotada”, com turistas, ambulantes, entre outros. B), um domingo qualquer às 16 horas, **Shopping Mourão** “bombando” em suas diversas atividades ofertadas: alimentação, lazer ativo e contemplativo, cinema, música lojas, muitas lojas. C) Dia 18 de maio (dia mundial do Museu), diversos visitantes interessados em conhecer a história de Campo Mourão-PR e do Caminho de Peabiru no **Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira**. E por fim, a **Universidade Estadual do Paraná** (D), na qual trata-se de um ambiente público que transmite conhecimento.

Apresentamos quatro tipologias de espaços públicos ou publicizados acessíveis ao público, no entanto cada qual apresenta suas peculiaridades. Primeiramente, vamos entender o funcionamento dos locais: A praça – fisicamente pertencente ao estado (município, estado ou união), livre acesso à população a qualquer horário, possibilidade de diversas apropriações, inclusive de caráter ilícitos. Podendo haver a presença de atividades comerciais, nas quais os cidadãos pagam pelo consumo.

O Shopping Center de propriedade privada é acessível a todos, desde que respeitem regras, como: vestimenta, horário de funcionamento e boas condutas. É possível acessar diversos entretenimentos: cinema, refeições, compras entre outros, desde que possa pagar por eles.

O Museu municipal pertencente ao município, acessível a todos, no entanto sob algumas condições, como: entrada franca ou paga; determinadas classes como estudantes, professores e idosos pagam 50%; horário de funcionamento; objetos intocáveis e em algumas ocasiões não podendo ser fotografados.

A universidade estadual, pertencente ao estado, transmissão de conhecimento gratuito, no entanto o serviço é restrito, apenas a estudantes que cumpram o critério de ingresso à mesma. Também funciona sob regras.

Os citados espaços públicos ou publicizados apresentam condições distintas e semelhantes, muitas vezes revelando que um espaço público pode não ser tão público, ou ser tão público quanto um ambiente privado, dessa forma, vamos debater o assunto acerca de alguns conceitos.

Para Castro (2002, p. 54), “existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso coletivo intenso”. Diante disso, entendemos que a ideia de público se determina pelo oposto à noção de privado não havendo, portanto restrições no critério da acessibilidade destes espaços. “O critério de acessibilidade repousa sobre a ideia implícita de que é a livre circulação do corpo no espaço que o torna público e que espaços acessíveis pressupõem” (CASTRO, 2002, p. 55).

Sob a ótica do dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement de Merlin e Choay (1998), Sobarzo (2017) define espaço público como um tipo de **propriedade e por uma possibilidade de uso**. Com relação à propriedade, define-se espaço público como espaço de domínio estatal. O autor explica que de acordo como o Código Civil brasileiro de 1916 (atualizado em 2002) estabelece que “um bem é público quando pertence a qualquer esfera da administração (federal, estadual ou municipal) e é privado em todos os outros casos”. (SOBARZO, 2017, p.187), grifo nosso.

No tocante a sua usabilidade, segundo Sobarzo (2017), o domínio de propriedade não se aplica, devido à existência de espaços públicos não acessíveis, bem como a existência de espaços privados acessíveis ao público. Sobre a

[...] possibilidade de uso -, a definição formal e legal baseada na propriedade perde a sua precisão porque nem todos os bens públicos estão disponíveis para o uso público (aberto a todos) e também porque existem espaços privados que possibilitam, pelo menos hipoteticamente, a apropriação pública ou coletiva.” Em ambos os casos, fica claro que qualquer esforço para entender ou definir o espaço público precisa considerá-lo na sua relação com o privado (SOBARZO, 2017, p.187).

Ao se referir sobre o entendimento do espaço público junto à sociedade brasileira, Martins (1994, p. 21-22) explica que a distinção entre ambos nunca chegou a se consolidar na consciência popular:

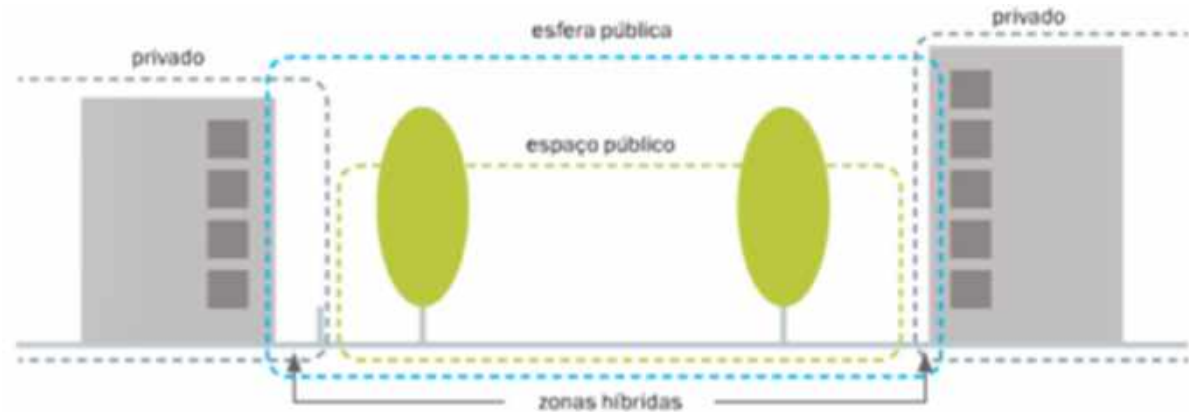
[...] no Brasil a distinção entre público e o privado nunca chegou a se constituir, na consciência popular, como distinção de direitos relativos à pessoa, ao cidadão. Ao contrário, foi distinção que permaneceu circunscrita ao patrimônio público e ao patrimônio privado. Portanto, uma distinção relativa ao direito de propriedade e não relativa aos direitos da pessoa. Mesmo aí, distinção que nunca ganhou clareza e contornos nítidos. Durante todo o período colonial, os direitos se superpuseram, o público e o privado. A grande distinção era de outra natureza e se sobrepunha a todas as outras: o que era patrimônio do rei e da Coroa e o que era patrimônio dos municípios, isto é, do povo. E aí a própria concepção de pessoa, como sabemos, estava limitada aos brancos e católicos, puros de sangue e puros de fê. Os impuros, isto é, os mestiços, os escravos indígenas, os escravos negros, mas também os mouros e judeus, estavam sujeitos a uma gradação de exclusão que ia da condição de senhor. Essa relação, baseada no clientelismo e no patrimonialismo, permanece desde a Colônia até os nossos dias (MARTINS, 1994, p. 21-22).

Para Sobarzo (2017, p.197), o Brasil moderno “privilegiou a distinção entre público e privado como relativa ao direito de propriedade, e não como atinente aos direitos das pessoas” diante disso “[...] na legislação brasileira o espaço público se define exclusivamente em função da sua propriedade”.

Assim sendo, para um bem ser considerado público, o mesmo deve cumprir imposições relativas ao direito de propriedade e possibilidade de uso. Importante salientar que os espaços livres públicos se encontram em justaposição a espaços privados, gerando zonas de transição, também considerado como semipúblicas ou semiprivadas, o que Jacobs chama de “olhos da rua”.

Nesse contexto, segundo Peregrino, Brito e Silveira (2017, p.460), o espaço livre público contempla as fachadas das edificações lindeiras “[...] e tudo que pode ser visto ao nível dos olhos. Desse modo, tem-se o espaço público, o privado e as chamadas zonas híbridas, consideradas também como semipúblicas ou semiprivadas”. Dessa forma, os autores classificam o entorno do espaço público como zona híbrida, conforme ilustrado na figura 10.

**Figura 10:** Relação entre esfera pública e espaços públicos e privados.



**Fonte:** Karssenberg et al. (2015, p.15).

Para Damatta (1997), os níveis intermediários entre público e privado são “escalas intermediárias de publicização, onde as ruelas são vistas como continuação das casas e tornam-se espaços semiprivados, ao passo que a maioria dos terraços das casas pode constituir espaços semipúblicos”. Assim Damatta destaca que [...] “essa influência mútua “meio-indivíduo” que nos permite destacar e abordar os espaços livres da favela em suas partes físicas, como sendo casa e rua” (DAMATTA, 1997, p. 25-26).

Assim sendo, as calçadas podem ser compreendidas como zonas híbridas, ou seja, ora compreendidas por espaço público, ora como extensão da propriedade. Nesse contexto, a calçada caracteriza-se como elemento mais notório na discussão público-privada, feitura e manutenção.

Quanto à sua feitura e manutenção, a obrigatoriedade muda conforme localidade e dominialidade do terreno. No município de Campo Mourão, a calçada é propriedade pública, no entanto, sua feitura e manutenção cabem ao proprietário dos lotes adjacente ao passeio, conforme o Artigo 530 da Lei 46/1964 (Código de Posturas e Obras do Município de Campo Mourão) e artigo 2 do decreto 4763/2010 (Regulamenta e estabelece critérios para a construção, reconstrução ou reparação de passeio).

Sua usualidade é definida conforme o CTB 1997 (código de Trânsito Brasileiro), anexo I, sendo “[...] não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins”. As calçadas devem proporcionar aos pedestres o direito de ir e vir, de forma consciente e segura. No entanto, ao caminhar pelas calçadas e demais espaços públicos, logo verifica sua utilização para fins particulares, especialmente para fins capitalistas (mercado de produtos e serviços). Assim, tais ações implicam em modificações funcionais e na acessibilidade das calçadas.



A utilização das calçadas e outros espaços públicos por determinados grupos de pessoas para fins particulares, também denominados de privatização do espaço público, acaba por gerar uma justaposição territorial, muitas vezes criando obstáculos e dificultando a acessibilidade física e simbólica, conforme destaca Serpa (2011).

O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Consequentemente, acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar “o outro” em um espaço que é acessível a todos (SERPA, 2011, p. 36).

O espaço público passa a ser privatizado em detrimento do particular. A privatização do espaço público é corriqueira, mas nem sempre percebida, haja vista ser uma atividade banal e considerada por muitos como cultural<sup>19</sup>, a privatização ocorre principalmente na frente de lojas e restaurantes que utilizam a calçada como extensão do espaço ambiente. A apropriação é citada por Narciso (2009), como as transformações ocorridas nos espaços públicos estão relacionadas a estratégias políticas urbanas, na medida em que servem aos interesses do capital, incentivando a proliferação e o consumo de espaços privados.

Segundo Conte (2014, p.5), “As calçadas públicas são classificadas como bens públicos de uso comum do povo”, o artigo 98 do CC (Código Civil) define bens públicos como “[...] bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem”. No entanto, “[...] Mesmo assim classificadas, em vários municípios há legislação que confere ao proprietário do imóvel situado contíguo a elas a responsabilidade pela sua feitura e manutenção” conforme Conte (2014, p.5). Para Bezerra (2012), a manutenção e feitura dos passeios e demais espaços públicos devem ser executados pelo município. A utilização dos espaços e bens públicos exige “bom uso” por parte do poder público, explica Di Pietro (2012):

Desse modo, enquanto o princípio da função social da propriedade privada impõe um dever ao proprietário (e, de certo modo, exige a atuação do poder público para garantir o cumprimento do princípio), o princípio da função social da cidade impõe um dever ao poder público e cria para os cidadãos direito de natureza coletiva, no sentido de exigir a observância da norma constitucional (DI PIETRO, 2012, p. 233).

---

<sup>19</sup> A privatização do espaço público ocorre frequentemente, nem sempre sendo percebida pelos usuários e transeuntes, haja vista, ser um hábito já enraizado em nossa cultura. A utilização de calçadas como: terraços a serventia de mesas para restaurante; a exposição de eletrodomésticos; publicidades; estacionamento, etc. São típicos exemplares de privatização do espaço público.

Destarte, não temos por objetivo aprofundarmos no campo jurídico de feitura e manutenção dos espaços públicos, o objetivo é contribuir com o questionamento acerca do espaço público: a quem pertence? Quem faz e cuida? e quem pode utilizar?

Assim, entendemos que existem espaços públicos acessíveis ou não, e espaços privados publicizados. O espaço público autêntico deve pertencer ao estado, dispor de livre acesso físico e simbólico a seus frequentadores e por fim, ser feito e mantido pelo setor público.

## 2.5 O espaço público na cidade contemporânea

O espaço público contemporâneo é plurifacetado, característica da arquitetura pós-moderna e globalizada. Atividades e formas de relacionamentos obedecem muitas vezes à atual coexistência multicultural. Para Bovo e Martins (2017, p. 4) “uma investigação dessa temática permite-nos dizer que os espaços públicos compreendem hoje um desafio nos projetos urbanos na medida em que deve atender a diferentes usos e públicos”.

A complexificação dos novos espaços públicos é retratada por Bovo e Martins (2017, p.169) como “[...] as transformações ocorridas e a expansão dos centros urbanos [...], resultaram no surgimento de novos processos de transformação no espaço, acompanhado de novas demandas sociais e conseqüentemente de novas interpretações do espaço público.” Para Agostinho (2008, p.10), o espaço público contemporâneo tem negado sua funcionalidade, “são negados nos processos de desigualdade social, segregação espacial e violência urbana que marcam a realidade das cidades contemporâneas, sejam elas grandes metrópoles ou cidades médias”.

Atualmente, são vinculadas diversas ênfases sobre os espaços públicos, chama a atenção à abordagem, sobretudo, pela mídia e de maneira rasa, do aumento da insegurança nos centros urbanos. É neste contexto que Silva (2009) pontua que:

Revertendo a lógica segundo a qual o espaço público, [...] é uma espacialidade urbana aberta e, [...] com um potencial para proposição e criação de novas possibilidades, nas cidades brasileiras contemporâneas ele é, ao contrário, sob o imperativo do medo, uma ameaça em potencial. Em detrimento da sociabilidade e solidariedade, opta-se pela cerca metálica (SILVA, 2009, p.16).

Esse processo de resignificação do espaço público é também resultado da síndrome de agorafobia da população urbana, pois os principais “[...] sintomas são a reclusão e o enclausuramento em espaços privados, protegido das ameaças externas”. Diante disso, o autor destaca que o “desejo por sociabilidade urbana [...], este indivíduo busca, [...] espaços de uso e

acesso coletivo, mas com características de segmentação e homogeneização social, onde apenas os semelhantes se encontram [...] conforme destaca (SILVA, 2009, p. 17).

Diante disso, o medo, contribui para o esvaziamento e ressignificação do espaço público, privado e da cidade como um todo, visto que a “arquitetura do medo e da intimidação espalha-se pelos espaços públicos das cidades, transformando-os sem cessar - embora furtivamente - em áreas extremamente vigiadas dia e noite” (BAUMAN, 2009, p. 63).

Nesse sentido, para Bauman (2007), a cidade e os espaços públicos são considerados um campo de batalha, podendo surgir conflitos em qualquer lugar e a qualquer momento. Nessas situações, terrenos públicos e privados são cercados e vigiados, “[...] As fronteiras estão em todos os lugares porque as ameaças estão em toda parte” (TUAN, 2005, p. 13). O medo surge a qualquer momento, o espaço público contemporâneo é conflitante, conforme quadro 08. Tal quadro 8 ilustra alguns dos conflitos e incidentes no espaço público contemporâneo, percebemos a relação conflitante trazida por automóveis em três situações (A, B e C). A relação entre carro e trânsito compartilhado (pedestres e ciclistas) geralmente é conflituosa, mesmo que o CTB 97 estabelece que o maior é responsável pelo menor, no caso, o carro > ciclista > pedestre, na prática, tal situação não ocorre, o carro se sobressai, sendo considerado “o dono do pedaço”.

Nesse contexto, espaços como a rua acabam por perder sua essência pedonal, segundo Sobarzo (2017, p.198) “na perspectiva da rua, é fundamental, pois um espaço público tão importante, a partir do ideário do urbanismo progressista, sofre um forte esvaziamento da vida, dos pedestres, e perde terreno para a circulação motorizada”. Já para Brandão (2008), os automóveis requerem novas soluções, pois são considerados elementos perturbadores, e ao mesmo tempo, propício à acessibilidade.

Na situação (A), ainda há um agravante, a ciclofaixa foi construída no espaço tradicionalmente utilizado como estacionamento, dificultando o acesso às lojas por parte dos consumidores que deslocam utilizando-se do automóvel. Ainda (na maioria das vezes) envolvendo o comércio, há ocupação irregular das calçadas, trazendo conflitos entre pedestres e demais equipamentos/mobiliários, situação (D). Conflitos entre moradores locais e turistas, ocupação informal, pichadores, segurança, entre outros, são exemplos de eventos ocorrentes no espaço público contemporâneo.

No mesmo sentido, Serpa (2011) alerta para as relações conflituosas, como manter simultaneamente: flores e crianças, lazer ativo e contemplativo, usuários e automóveis, de modo que todos compartilhem do mesmo espaço, de forma coexistente.

**Quadro 8:** O espaço público e alguns de seus conflitos.



Fonte: Calliari (2017), adaptado pelo autor.

<sup>20</sup> Fonte da imagem: <<https://bit.ly/2S9ZDSz>>. Acesso em fevereiro de 2019.

Os citados conflitos fazem do espaço público contemporâneo um local potencial para o medo, conforme Agostinho (2008) e Arantes (2016), nas últimas duas décadas, constatamos o surgimento e proliferação dos chamados enclaves fortificados, caracterizando como "fuga dos males da cidade" (ARANTES, 2011, p. 148). A Tensão vivenciada no espaço público é retratada por Caldeira (2000), pois

[...] A ideia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, estão todos comprometidos numa cidade de muros. [...] Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública (CALDEIRA, 2000, p.301).

Assim, o medo, os enclaves sociais e os novos paradigmas urbanísticos têm produzido espaços cada vez mais segregacionista, “A cidade vai se formando, assim, segundo contradições, em que a classe alta se isola cada vez mais em espaços privados, e o espaço público tradicional é relegado a um segundo plano, considerado como potencialmente perigoso e deixado para o uso das classes menos abastadas”, conforme afirma Dinoá (2005, p.37).

Os espaços públicos têm sofrido uma ressignificação, pois suas funções tradicionais se encontram em constante mutação, muitas vezes deixando de cumprir suas funções sociais. Nesse sentido, os autores Bovo e Amorim (2013) enfatizam que:

[...] os espaços públicos foram banalizados ou relegados ao esquecimento, quando não lhes são atribuídas funções diversas. As praças cedem lugar a estacionamentos de automóveis ou então se tornam território de desocupados, prostitutas, menores abandonados, mendigos, ladrões, drogados, etc. As calçadas, tomadas por camelôs e vendedores ambulantes, dificultam a circulação de pedestres por esses espaços tidos como públicos. Os parques abandonados transformam-se em áreas de depósitos de lixo urbano (BOVO; AMORIM 2013 p.180-181).

Nas palavras de Bovo e Amorim (2013), o espaço público contemporâneo submete-se a outras funções, muitas vezes favorecendo indivíduos ou grupos de indivíduos em caráter particular (camelôs, prostitutas, ladrões, comércio de entorpecentes etc.), o que chamamos de apropriação e/ou privatização do espaço público.

A apropriação pode ocorrer desde a utilização de uma calçada até a oferta de terras estatais ao interesse privado. Para tanto, torna-se necessário compreender o processo de produção e utilização do espaço público e urbano, entrando em cena fatores políticos e econômicos, “[...] como o espaço é produzido, como o espaço é ordenado, quem tem mais poder sobre determinado espaço (se poder público ou agentes produtores da cidade)” conforme (TÖWS, 2015, p.29).

É nessa direção que Castro (2002) enfatiza que a dicotomia público/privado foi sustentada pela sociedade contemporânea a partir da valorização da propriedade privada e essa

divisão cumpre uma função cultural ao regular os comportamentos e usos legítimos. Os cidadãos que utilizam os espaços públicos também colaboram nesse processo de expansão do mercado privado, a partir do momento em que determinados grupos ao se apropriarem do espaço criam obstáculos simbólicos, muitas vezes imperceptíveis, gerando uma “territorialização do espaço” conforme destaca Serpa (2011):

O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Consequentemente, acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar “o outro” em um espaço que é acessível a todos (SERPA, 2011, p. 36).

Destarte com o declínio do espaço público, na sociedade contemporânea vive-se atualmente uma aversão a tudo que é de domínio público. Para Narciso (2009), as transformações ocorridas estão relacionadas a estratégias políticas urbanas, na medida em que servem aos interesses do capital, incentivando a proliferação e o consumo de espaços privados.

Consequentemente, essas ações implicam em modificações na funcionalidade e acessibilidade dos espaços públicos. Diante disso, cresce os investimentos em espaços públicos de maior visibilidade, especialmente locais turísticos e centrais das cidades, viabilizado por meio da articulação do poder público com a iniciativa privada conforme pontuam os autores (BRANDÃO, 2008), (SERPA, 2011). Já Sobarzo (2017, p.199) alerta para um novo tipo de espaço público, o cenográfico, elaborado para angariar turistas e fotografias, “de características não inclusivas e padrão estético clean e nostálgico”. Para Serpa (2011, p. 11), representa a chamada “espetacularização” e “festa-mercadoria” do espaço público.

A preferência por o espaço público privado, cenográfico e de arquitetura arrojada é descrito por Fonseca (2005).

As precárias condições das cidades brasileiras, comumente abandonadas pelo poder público e onde imperam a falta de segurança do pedestre, os problemas de tráfego e a falta de qualidade do espaço público contribuem para reforçar a opção do consumidor pelos espaços públicos fechados. Esses buscam criar urbanidade até mesmo nos centros das cidades, por meio de um cenário formado por lojas de arquitetura arrojada e vitrines sedutoras, e oferecem cada dia mais opções de diversão – praças com restaurantes, cafés, cines, música ao vivo, que induzem e sugerem a permanência e o encontro. (FONSECA 2005, p. 387).

Tanto o espaço público, quanto a cidade passaram a ser privatizadas e cenarizadas, sua qualidade passa a ser proporcional a seu custo. A população continuou tendo acesso à cidade, no entanto desde que se tenha dinheiro para pagar. Em contraponto ao entretenimento do espaço público, solidifica-se a imagem do espaço privado publicizado: o parque privado; o Shopping

Center; o Clube Social; entre outros. Castelnou (2007) aponta para uma inversão entre tendências públicas e privadas. Para o autor, há uma privatização do espaço público e uma publicização do espaço privado. No quadro 9, apresentamos algumas características dos espaços públicos e publicizados na contemporaneidade.

**Quadro 9:** Características dos espaços públicos e publicizados na contemporaneidade.

| <b>ESPAÇO PÚBLICO PRIVATIZADO</b>   | <b>ESPAÇO PRIVADO PUBLICIZADO</b>   |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>-Neutralização das tensões socioeconômicas;</li> <li>-Autossegregação espacial da elite;</li> <li>-Refúgio da vida cidadina (criação de bolhas);</li> <li>-Impulso antiurbano (cidades sitiadas);</li> <li>-Pseudo coletividade (viver isolado em conjunto);</li> <li>-Sobreposição do individual sobre o coletivo.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>-Idealização do mundo real (hiper-realidade);</li> <li>-Elitização do espaço (controle e segurança);</li> <li>-Negação da vida cidadina pública (criação de cenários);</li> <li>-Reprodução da cidade/natureza em escala;</li> <li>-Participação de experiências simultâneas;</li> <li>-Triunfo de objetivos particulares sobre públicos.</li> </ul> |

**Fonte:** Castelnou (2007), adaptado pelo autor.

Para Castelnou (2007) fica evidente a segregação socioespacial entre elite e classes sociais mais pobres, haja vista que as mesmas se isolam nos espaços públicos e/ou, ao mesmo tempo, frequentam os espaços privados de características públicas. Nas palavras de Bovo e Amorim (2013, p.181), o espaço público tradicional, já não cumpre mais sua função, “[...] nesse contexto, o cidadão, ou seja, aquele de menor poder aquisitivo. Sem poder usufruir desses espaços, vê-se acuado entre o local de trabalho e a moradia”

O capitalismo exerce importante função no declínio do espaço público contemporâneo. Para Harvey (2012, p. 81) “[...] num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana.” Conseqüentemente, “A qualidade da vida urbana virou uma mercadoria. Há uma aura de liberdade de escolha de serviços, lazer e cultura – desde que se tenha dinheiro para pagar” (HARVEY, 2013, p.01).

Dessa forma, a qualidade e quantidade de lazer é proporcional ao poderio financeiro do usuário. Na visão de Carlos (1994, p. 47), “a discussão do valor do espaço nos remete à ideia do espaço-mercadoria” enquanto para Acselrad (2013, p. 236): “[...] a cidade capitalista contemporânea tornou-se lugar de consumo e de consumo de lugar”. Assim, entende-se que o espaço público /publicizado contemporâneo é tão acessível quanto se pode pagar.

O espaço público-mercadoria é retratado por Acselrad (2013):

O espaço urbano foi organizado de modo a favorecer as operações de circulação, compra e venda de mercadorias; e, ao mesmo tempo, nele se oferece ao consumo uma diversidade de localizações, paisagens, topografias físicas e simbólicas que são, de diferentes modos, incorporadas à dinâmica mercantil. Hoje, podemos talvez acrescentar que a cidade torna-se o lugar do consumismo e do consumismo de lugar. O que isto quer dizer e que

implicações isto tem para o compartilhamento da cidade como espaço público?

[...] Esse tipo de mercadoria é dotado, ademais, de uma condição absolutamente particular – a de um produto a cujo consumo todos os sujeitos estão, em princípio, submetidos compulsoriamente pelo modo como o espaço “público” é mercantilizado (ACSELRAD, 2013, p. 236).

De forma a sintetizar o espaço público contemporâneo, sua decadência, sua funcionalidade, sua relação com a sociedade entre outros temas já abordados nesse tópico, o quadro 10 ilustra conceitos já debatidos e outros a saber.

**Quadro 10:** Especificidades do Espaço Público Contemporâneo.

| Visão Teórica                      | Especificidades do Espaço Público Contemporâneo  |
|------------------------------------|--|
| Borja (2000., id. 2003., id. 2006) | <ul style="list-style-type: none"> <li>• As infraestruturas de comunicação não criam centralidades, nem lugares fortes, pelo contrário dividem o território e <b>desagregam as relações sociais</b>;</li> <li>• <b>Existe medo</b> no espaço público, pois o sentimento de liberdade que deve ser conferido pelo espaço público está, hoje, em causa;</li> <li>• A mobilidade individual generalizada, a multiplicação das novas centralidades e a força das <b>distâncias superiorizam-se face ao simbolismo</b> dos espaços públicos.</li> </ul>   |
| Hou (2010)                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• O espaço público oficial tem sido <b>excludente</b>. Ao invés do que é proclamado pelos governos ou entidades de gestão urbana, a realização efetiva do espaço público reflete uma realidade política contrária, em muitos casos, marcada por <b>preconceitos sociais</b>;</li> <li>• Em nível global, o espaço público transparece uma lógica de produção que revela que <b>a forma segue o capital</b>.</li> </ul>  |
| Innerarity (2006)                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• É necessário <b>revalorizar as diferenças</b> de modo a respeitar uma lógica de verdadeira igualdade. Segundo o autor não se pode dissimular as diferenças reais se o objetivo é toma-las com base na igualdade;</li> <li>• <b>Não é possível garantir as liberdades individuais sem o respeito pela pluralidade cultural</b>.</li> </ul>   |
| Indovina (2002)                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os problemas atuais do espaço público contemporâneo advêm não da decadência de uma função de lugar, mas de uma <b>carência organizativa e de objetivos</b>;</li> <li>• Entende que uma organização que vença estas carências levará ao renascer da praça como um dos lugares da política;</li> <li>• <b>O motivo da fuga das pessoas do espaço público é a sua degradação física</b>.</li> <li>• <b>Novos espaços de uso público (como os centros comerciais) ao reproduzirem funções urbanas respondem à degradação do Espaço Público</b>;</li> <li>• A <b>insegurança</b> surge pela perda do papel de sociabilização da cidade e dos espaços públicos como lugares de encontro e ao aumento de comportamentos marginais;</li> <li>• Embora o autor alegue estes consideráveis aspetos negativos, constata que há um acréscimo relativamente ao passado quanto ao papel e à função do espaço público e de uso público. Referindo que <i>“este não pode ser senão o ponto de partida para colocar tal papel na nova cultura da cidade.”</i></li> </ul> |
| Carmona (2010)                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Verifica uma acentuada incapacidade de compreensão do espaço público e as suas múltiplas dimensões, nomeadamente no que respeita ao modo como o espaço público urbano é gerido. Fala de sobgestão e sobregestão referindo, respetivamente, falhas na gestão dos mesmos e <b>uma noção de espaço público cada vez mais mercantilizado</b>;</li> <li>• Quanto à sobgestão e sobregestão, referem-se a “dois lados da mesma moeda”, ou seja, são cada um a causa e a consequência do outro, o que conduz à homogeneização geral do ambiente público construído;</li> <li>• <b>Os interesses capitais e comerciais</b> evidenciam-se perante uma esfera pública debilitada e potenciam o aparecimento de espaços de gestão privada, consequentemente mais excludentes.</li> </ul>   |

**Fonte:** Barbosa (2014, p. 63-64), adaptado pelo autor.



O quadro 10 apresenta os temas já debatidos: insegurança; segregação social; perda simbólica e funcional; incidência do capital (privatização e apropriação); degradação física, entre outros. Importante acrescentar o ponto de vista de Indovina (2002), “carência organizativa e de objetivos”.

Destarte, Luna et al (2014) citam a carência organizacional como prejudicial aos espaços livres, muitas vezes criando espaços imprecisos. Nesse sentido, Alex (2008, p. 19) destaca que “[...] atualmente, o espaço público plurifuncional – praças, cafés, pontos de encontro – constitui uma opção em uma vasta rede de possibilidades de lugares, tornando - se difícil prever com exatidão seu uso urbano”, assim, surgindo espaços efêmeros, igualmente “[...] redesenham-se dentro da própria transformação da cidade”.

As características estruturais e funcionais acerca do espaço público contemporâneo abordadas nesse tópico, torna-se pretexto para o posicionamento teórico conceitual de alguns autores que defendem a “morte” do espaço público atual. O espaço público, visto como morto por alguns autores, visto como metamórfico (mudanças espaciais e funcionais) para outros, e ainda há os que defendem sua inflexão (retomada), já no início do século XXI.

Ainda mesmo que considerado “morto”, o espaço público contemporâneo impacta veemente na valoração territorial de seu entorno, principalmente nos grandes parques e praças. “na cidade contemporânea, o parque público é [...] destino final das políticas públicas, que[..] procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas”. (SERPA, 2011, p.21).

Considerado morto para alguns, ressignificado para outros, e há autores que já consideram a sua retomada. Para Calliari (2016) há uma inflexão no declínio do espaço público contemporâneo, o momento é de retomada e de transformações, dentre elas a revitalização da Praça Roosevelt, o fechamento do minhocão e da avenida paulistas em São Paulo, juntamente com a modificação cultural em busca por melhor qualidade de vida, como: caminhadas, pedaladas, manifestações e piquenique no parque. No mesmo sentido Gehl e Soholt (2002), cita a caminhabilidade como atividade influente no ressurgimento dos espaços públicos,

[...] The fact that people in all parts of the world respond eagerly and enthusiastically to these new opportunities for walking and participating in public life in public spaces, indicates that walking environments and other types of public spaces where people can meet are important [...] In a world being steadily privatized public spaces are gaining in importance<sup>21</sup>.(GEHL e SOHOLT, 2002, p.7).

---

<sup>21</sup> [...] O fato de as pessoas em todas as partes do mundo responderem entusiasmadamente e com entusiasmo a essas novas oportunidades de caminhar e participar da vida pública em espaços públicos indica que os ambientes de caminhada e outros tipos de espaços públicos onde as pessoas podem se

Ainda que em um momento de retomada, de forma enfática e convicta, Serpa (2011) afirma que na contemporaneidade, o espaço público passa de simples espaço social e recreativo para protagonista na renovação urbana.

Para finalizar, é importante destacar a representatividade do espaço público à semelhança da cidade, caracterizando um espaço desigual, prevalecendo a desigualdade.

Dessa forma, idealizamos, mesmo que de forma utópica, termos um espaço ideal, o que não condiz com o momento atual. Ainda que apresentamos o espaço público decadente, muito provavelmente não o seja, apenas estamos na contramão do processo sociocultural atual. Assim sendo, o desenvolvimento do espaço público contemporâneo, não tem acompanhado com a mesma velocidade às rápidas e constantes transformações da cultura cosmopolita que vivenciamos.

Nesse contexto, é importante destacar a capacidade da sociedade se reinventar, muito se discutiu acerca da apropriação/privatização do espaço público, no entanto, no espaço público contemporâneo as apropriações formais e informais são conhecidas por Mendonça (2007, p.296), como: “[...] alternativas formuladas pela população para satisfação de necessidades e desejos.” É importante destacar que a apropriação do espaço público para as atividades lícitas trata-se de uma resposta a ambientes cujo programa de necessidades não foi idealizado conforme atividades culturais locais, sendo consideradas “mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos planejadores” conforme pontuam Santos e Vogel (1985, p.89).

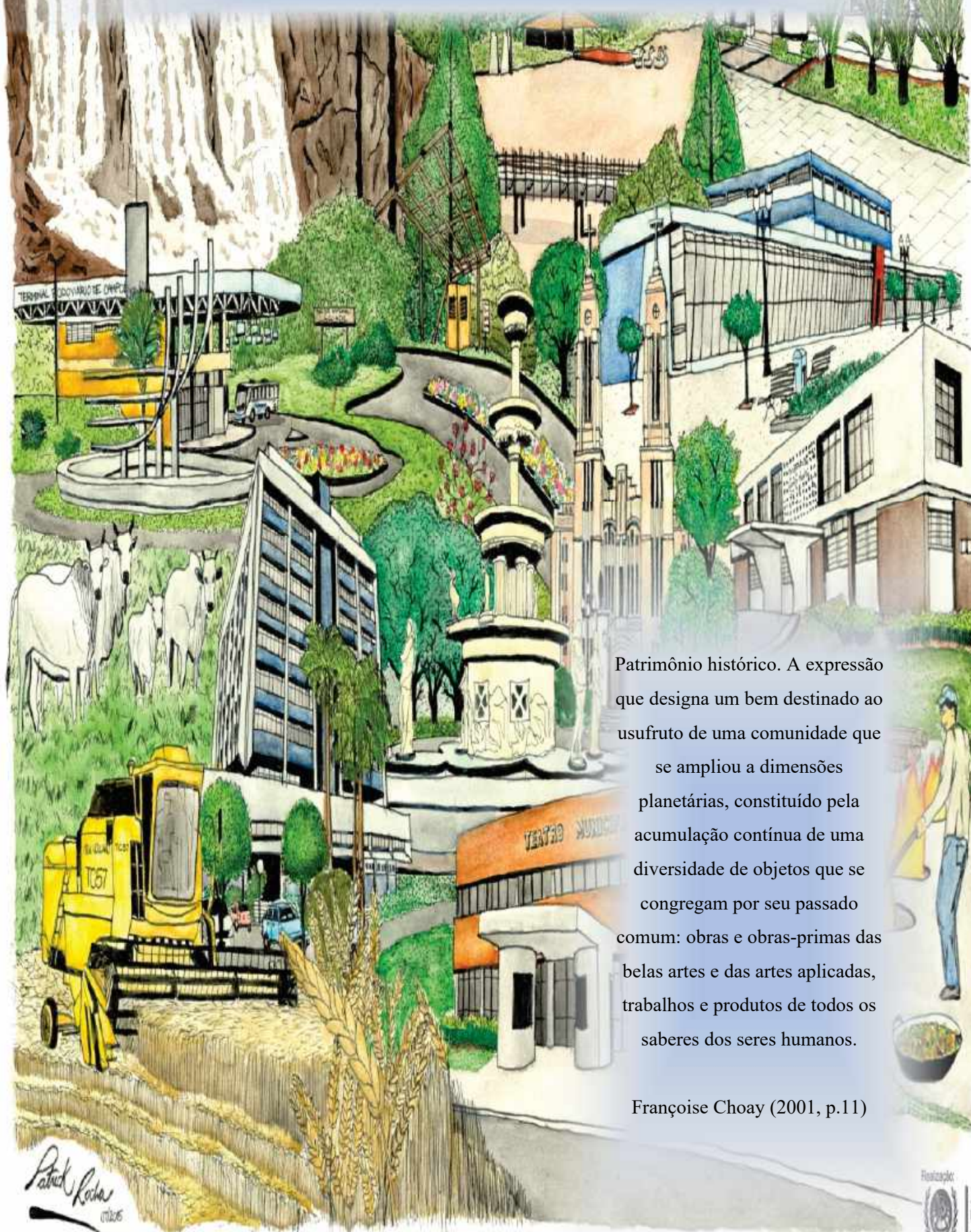
Após as discussões referentes ao espaço público, no capítulo seguinte, vamos tecer reflexões acerca da história e representatividade de Campo Mourão e seus espaços públicos centrais. Assim, entendendo seu processo de produção e transformação ao longo da história.

---

encontrar são importantes [...] Em um mundo que está sendo constantemente privatizado, os espaços públicos estão ganhando importância. (Tradução nossa).

### CAPÍTULO 3

## CAMPO MOURÃO E SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS



Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.

Françoise Choay (2001, p.11)

Patric Rocha  
2016

A domesticação de animais, o domínio da agricultura, a construção das cidades e seus espaços públicos são clássicos exemplos da capacidade humana em apropriar-se de locais, transformando-os em lugares, assim produzindo seu espaço e sua cultura. Importante destacar que a cultura é a maior fonte de representatividade de um povo, sendo importante parâmetro na representação de passado e presente. Conforme descrito por Choay (2001, p.11)<sup>22</sup>, “designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade [...] constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: [...] trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos”.

É por meio de elementos culturais que desvendamos como viveram os antepassados e como vivem os contemporâneos. Ao se falar de Stonehenge (3000 a.C.), tão logo associa-se o conhecimento astronômico (calendário solar e lunar) àquela civilização, da mesma forma, que ao se falar das imponentes catedrais góticas medievais, associamos à consolidação da técnica construtiva ao fanatismo cristão exacerbante à eras das trevas na sociedade europeia ocidental. Assim, chegamos à contemporaneidade, na qual obras como o Museu do Amanhã no Rio de Janeiro que idealiza a busca pelo moderno, pela arquitetura Hightech, significando para a sociedade o luxo, o sofisticado a sensação de poder. Dessa forma, entendemos que a cultura (material e imaterial), juntamente com a paisagem natural são importantes patrimônios históricos de uma civilização.

O município de Campo Mourão contempla inúmeras paisagens naturais e modificadas pelo homem. A imagem de Patrick Rocha idealizada em 2015, a pedido da AML – Academia Mourãoense de Letras, retrata o município de Campo Mourão, utilizando-se como referência o ambiente natural e produzido pelo homem, destacando alguns de seus principais patrimônios (gastronomia, obras arquitetônicas e seus cultivares).

O conhecimento do passado ajuda entender o processo evolutivo de determinada sociedade, assim, entendendo a metamorfose entre sociedade e seu espaço cotidiano. Com base no conhecimento do passado, torna-se possível compreender o processo, evitando erros e assimilando os acertos. Assim como, por meio de seu processo evolutivo, prever situações futuras.

Dessa forma, temos por objetivo entender o processo evolutivo de Campo Mourão destacando os espaços públicos, seus usos e funções.

---

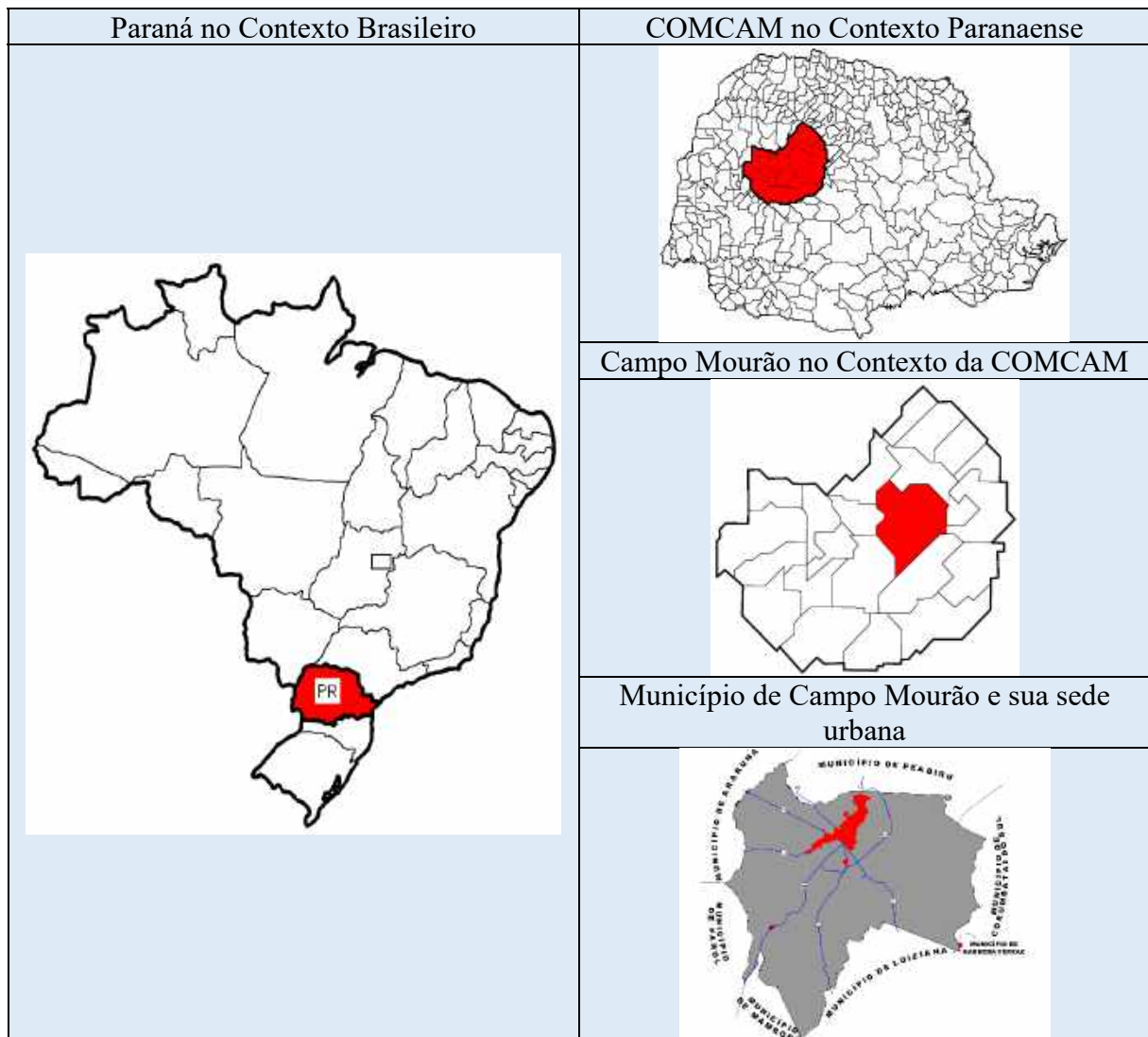
<sup>22</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001, p.11.

### 3.1 Campo-mourão: a cidade

Campo Mourão é o município polo da Mesorregião Centro Ocidental paranaense, recorrentemente conhecida como COMCAM (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão-PR). Segundo Rodrigues (2013), a região contempla 25 municípios, ocupando 5,96% do território paranaense com área de 1.191.893,6 hectares (11.918,94 km<sup>2</sup>). No ano de 2015, segundo Ipardes (2015) a região contava com 323.539 habitantes; demografia de 55,9 habitantes por km<sup>2</sup>; e taxa de crescimento de 0,89% em 2010.

Os municípios componentes da COMCAM, são: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiopolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre d'Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubitatã (Figura 11).

**Figura 11:** Localização do Município de Campo Mourão (PR) e sua sede urbana.



Fonte: Org. FRANCISCON, A. (2019).

A mesorregião Centro Ocidental paranaense é subdividida em duas microrregiões, a de Goioeirê e de Campo Mourão. A microrregião de Campo Mourão é composta por catorze municípios: Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa. Em 2018, de acordo com IBGE (2017), a microrregião contempla estimados 221.559 habitantes.

A denominação de Campo Mourão se deu ainda no século XVIII, em 1765, durante expedição de Botelho e Mourão com destino à Vila Rica Del Espírito Santo (atual Fênix): “[...] Ao avistarem os campos de cerrado em meio à floresta o batizaram de Campos de Mourão, em homenagem ao governador provincial de São Paulo, Dom Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão” (GOMES, 2016, p. 42-43).

No início do século XX, em 1903, a família Pereira chega e se instala na região, dando início ao povoado, explica Gomes (2016). Posteriormente outras famílias se instalaram, assim resultando no crescimento demográfico da região, dessa forma deu se início ao processo de municipalização. Em 1916 “[...] através da Lei nº 1559, que concedeu à Câmara municipal de Guarapuava, a área ou Patrimônio que originou a cidade de Campo Mourão”, Gomes (2016, p.43).

Em 1943, Campo Mourão foi desmembrado de Guarapuava e passa a pertencer ao município de Pitanga, quatro anos mais tarde, em 10 de outubro de 1947, emancipa-se de Pitanga, e por meio da Lei Nº 2 estadual, eleva-se à categoria de município. Importante destacar que em 1951, Campo Mourão era o segundo maior município paranaense, contando com 11.910 km<sup>2</sup>, área semelhante a região atual da COMCAM, com 11.918,94 km<sup>2</sup>. Figura 12.

**Figura 12:** Paraná – divisão administrativa do ano de 1951



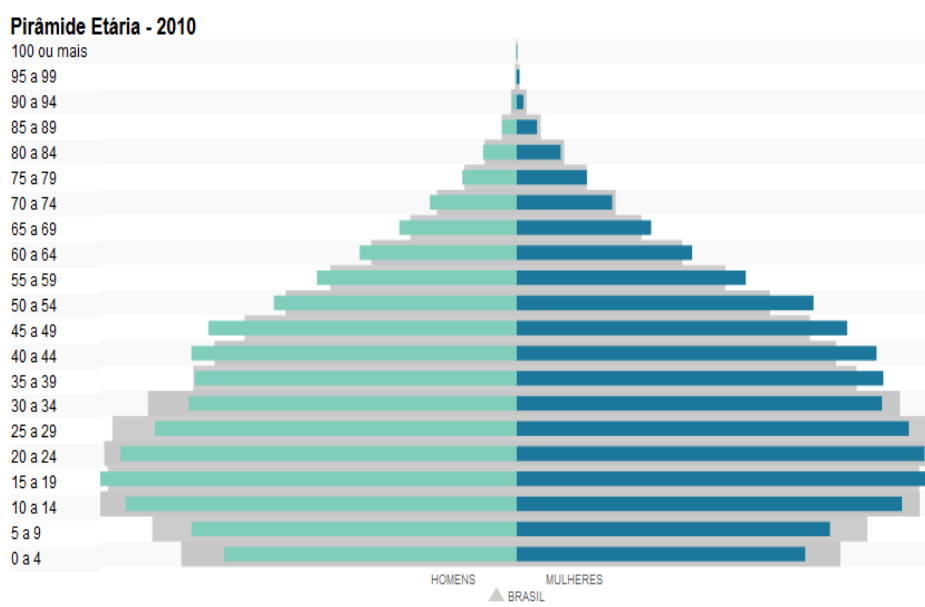
Fonte: ITCG (2003, p. 5), adaptado.

Já na década de 1940, segundo Gomes (2016) inicia a demarcação das terras e de sua malha urbana. Segundo Bovo e Andrade (2012), o traçado urbanístico inicial de Campo Mourão foi desenvolvido a partir de um traçado geométrico, lembrando um tabuleiro de xadrez, onde os quarteirões são alinhados e equidistantes. Na cidade atual, quanto à existência de áreas verdes, parques e praças, Reis Batista (2014) cita a existência de 22 espaços, contabilizando a Estação Ecológica do Cerrado e o Horto municipal.

Para Silva (2008), a cidade de Campo Mourão possui posição geográfica privilegiada, estando na rota do Mercosul, contemplando o maior entroncamento viário do Sul do país, cruzado por rodovias estaduais e federais, sendo as BRs (Rodovias Federais) 158, 272, 369, 487 e a (Rodovia Estadual) PR 558<sup>23</sup>.

Atualmente, o município de Campo Mourão conta com pouco mais de 6,4% de sua dimensão territorial da década de 1950. Sua área geográfica atual é de 763,637 km<sup>2</sup>, divididos em dois distritos administrativos: Campo Mourão e Piquirivaí. Em 2018, segundo o Iparde (2019), sua população estimada foi de 94.212 habitantes e a densidade demográfica de 123,37 habitantes por km<sup>2</sup>. A população mourãoense é predominada por indivíduos entre 10 e 29 anos (Figura 13).

**Figura 13:** Pirâmide etária municipal em 2010.



**Fonte:** IBGE (2017)

De acordo com Iparde (2019), em 2010 o município de Campo Mourão possuía Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM): 0,757; Taxa de crescimento geométrico = 0,80%, com

<sup>23</sup> BR 158: Campo Mourão-Maringá; BR 272: Campo Mourão-Goioerê; BR 369: Campo Mourão-Cascavel (podendo acessar a fronteira de Foz do Iguaçu e países do Mercosul); BR 487: Campo Mourão-Guarapuava; PR 558: Campo Mourão-Cianorte.

grau de urbanização de 94,82%. Em 2018, o município contava com 67.244 veículos (carros, ônibus, motos etc). Com relação a vias públicas urbanizadas e adequadas:

Apresenta [...] 97.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 72% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 73 de 399 e 25 de 399, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 433 de 5570 e 72 de 5570, respectivamente (IBGE, 2017).

No ano de 2010, o município contava com 30.806 domicílios (rurais e urbanos), contabilizando 26.228 famílias. A distribuição de serviços básicos (água, esgoto, coleta de lixo e energia) atinge o seguinte montante: abastecimento de água (Água canalizada) 28.042; esgotamento sanitário (banheiro ou sanitário) 28.146; destino do lixo (coletado) 27.237; energia elétrica 28.133. (IPARDES, 2019). Considerando apenas esgotamento sanitário adequado, apenas 75% é servido, (IBGE, 2017).

Em 2016, segundo o IBGE (2017) 31,4% ou 29.394 mourãoenses encontravam-se ocupados no mercado de trabalho, cujo salário mensal médio equivale a 2,5 salários mínimos vigentes no período. Os índices indicativos de trabalho e rendimentos aqui apresentados são os melhores da microrregião de Campo Mourão. No entanto, seu PIB per capita (36.001,60 R\$) é apenas o terceiro microrregional, Farol (43.913,70 R\$) e Mamborê (38103,20 R\$), são os municípios com melhores índices. O mercado de trabalho é dividido conforme quadro 11.

**Quadro 11:** Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas - 2017

| ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETORES E SUBSETORES DO IBGE) | ESTABELECEMENTOS | EMPREGOS |
|--|------------------|----------|
| Indústria  | 308              | 4823     |
| Construção civil                                     | 291              | 629      |
| Comércio   | 1.229            | 7.916    |
| Serviços   | 1.060            | 10.817   |
| Agropecuária   | 293              | 746      |
| Total  | 3.181            | 24.931   |

**Fonte:** IparDES (2019, p22-23), adaptado pelo autor

Em 2017, Campo Mourão contava com 3.181 estabelecimentos, disponibilizando 24.931 postos de trabalhos. Atividades como serviços e comércios representam pouco menos de 72% dos estabelecimentos, empregando 18.733 trabalhadores.

No mesmo ano, o município ainda contava com 9 agências bancárias, sendo 2 agências do Banco do Brasil, 2 agências da Caixa Econômica Federal e outras 5 agências de cunho privado.



Segundo Ipardes (2019), no campo educação/cultural, o município possui diversos espaços físicos destinados à prática e disseminação cultural, como: um ateliê/estúdio; cinco auditórios; quatro bibliotecas; dois Centro comunitário / Associações; seis Centro culturais / Casa de cultura; dois cinemas, um circo; uma concha acústica; duas galerias de arte; cinco museus; uma sala de exposição, uma sala de convenção; um teatro e mais outros sete espaços culturais. Em 2017, as instituições de ensino municipais privadas e municipais matricularam no ano de, 3562 alunos (IPARDES, 2019).

O município é importante polo universitário, contando com universidades públicas: uma federal (UTFPR) e outra estadual (Unespar) e particulares: (Integrado, Unicampo, Unicesumar, Unoeste etc). Entre ensino presencial e a estudo a distância (EAD) há uma variada gama de cursos. Segundo o Ipardes (2019), em 2017 houve 9.816 matrículas, sendo 7.656 na modalidade presencial e 2.160 na modalidade a distância. No mesmo ano, formou-se 1483 profissionais, divididos em 1101 (modalidade presencial) e 381na modalidade EAD.

No campo agropecuário, Campo Mourão é grande produtor de soja, milho e trigo, cultivando 51.200, 14.400 e 14.000 hectares respectivamente, com valor de venda em 2017, acima de 235 milhões de reais. Ainda em 2017, o município contava com pouco mais de 11 mil cabeças de boi e pouco menos de 3,5 milhões de galináceos (IPARDES, 2019).

No campo da saúde, o município consta com 43 estabelecimentos pertencentes à administração pública; 151 pertencentes a entidades empresariais; 9 pertencentes a entidades sem fins lucrativos; e outros 106, pertencentes a pessoas físicas, totalizando 309 estabelecimentos de saúde. Importante salientar que os citados estabelecimentos são: academia da saúde; hospitais, unidades de pronto atendimento, Unidade de vigilância em saúde, Centro de atenção psicossocial entre outros. O quadro 12 apresenta o número de leitos hospitalares conforme especialidades, para atendimentos particulares e pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O Município de Campo Mourão contabiliza 228 leitos hospitalares, sendo 138 pertencente ao SUS.

**Quadro 12:** relação a número de leitos hospitalares (total, sus e não sus) segundo a especialidade – 2017.

| ESPECIALIDADE         | TOTAL      | SUS        | NÃO SUS   |
|-----------------------|------------|------------|-----------|
| Cirúrgicos            | 101        | 48         | 53        |
| Clínicos              | 77         | 56         | 21        |
| Obstétricos           | 28         | 20         | 8         |
| Pediátricos           | 20         | 13         | 7         |
| Outras especialidades | 2          | 1          | 1         |
| <b>TOTAL</b>          | <b>228</b> | <b>138</b> | <b>90</b> |

**Fonte:** Ipardes (2019, p.36)

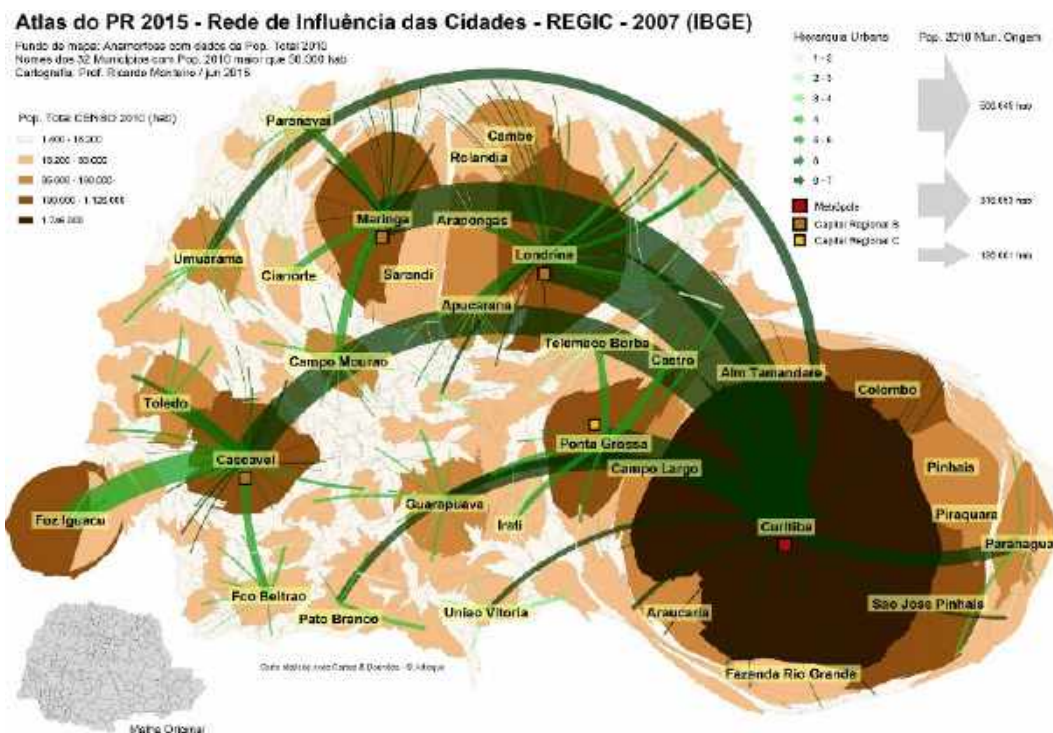
Devido à importância econômica e política de Campo Mourão, o município caracteriza-se como de grande influência na COMCAM, ou seja: “[...] atraem pra si atividades importantes para gestão e decisões de localização de novas sedes/unidades de empresas ou unidades empresariais. Quanto maior a influência [...] maior seu poder de atração [...], pois a dinâmica dos negócios geram fluxos de capital e de pessoas” (MAZZUCHETTI; LIMA, 2013, p. 27).

Para os autores, Campo Mourão:

[...] Influência diretamente as cidades de Campina da Lagoa, Goioerê e Roncador, [...] Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Corumbataí do Sul, Farol, Fênix, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Nova Cantu, Nova Tebas, Peabiru, Quinta do Sol, Terra Boa e Ubitatã [...] sendo que os municípios de Nova Tebas e Ubitatã possuem influências compartilhadas com outras regiões (MAZZUCHETTI; LIMA 2013, p. 36).

A citação de Mazzuchetti e Lima (2013) é ilustrada na figura 14.

**Figura 14:** Rede de influências das cidades paranaenses.



Fonte: Monteiro (2016).

Como apresentado por Mazzuchetti e Lima (2013), dados do Iparde e por meio da figura 17, notamos a capacidade de Campo Mourão em atrair moradores das cidades vizinhas e demais cidades do estado. Educação superior, agricultura forte representada pela maior cooperativa agropecuária da América Latina: Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda (COAMO) e comércio representativo fazem de Campo Mourão importante local de consumo e trabalho na região da COMCAM.

O significativo movimento pendular em razão do trabalho e turismo é relatado por Silva (2008, p.92): “[...] tem recebido diariamente um importante fluxo da força de trabalho, vindos basicamente dos municípios ao entorno na expectativa de conseguir uma melhor qualidade de vida”.

Silva (2008) levantou o quantitativo de passageiros que utilizam (em horário comercial) o transporte coletivo intermunicipal nas cidades vizinhas de Campo Mourão: Araruna, Luiziana, Mamborê e Peabiru:

O fluxo populacional diário mais significativo que utiliza o ônibus metropolitano é de Araruna (+ ou – 300 pessoas), Mamborê (+ ou – 400 pessoas) e Peabiru (+ ou – 800 pessoas), Luiziana é muito pouco cerca de 100 trabalhadores, pois muitos vem de Van, tanto que a quantidade de viagens é menor que os outros municípios. (SILVA, 2008, p. 93-94).

Conforme Silva (2008), cerca de 1600 pessoas deslocam-se diariamente de Araruna, Luiziana, Mamborê e Peabiru até Campo Mourão, utilizando-se do transporte coletivo. Desses, 60% dos transeuntes são trabalhadores. Importante acrescentar que esses dados foram obtidos junto às empresas de transportes coletivos. No entanto, há movimentos pendulares executados em veículos próprios, veículos de saúde e veículos de transporte escolar. Mesmo que superficiais, os dados apresentados por Silva (2008) justificam Campo Mourão como cidade de influência na região da COMCAM.

É importante destacar que parcela significativa dos citados “turistas”, juntamente com a população mourãoense, fazem uso dos espaços públicos objeto dessa pesquisa. Ainda torna-se relevante destacar a uma possível preocupação dos mourãoenses com a forma e funcionalidade dos espaços públicos ao longo da história. À medida que a cidade foi se desenvolvendo urbanisticamente, seus espaços públicos tem ganho novas funcionalidades, ao mesmo tempo deixando de ofertar atividades tradicionais. A relação metamórfica entre espaço público e sociedade mourãoense é retratada: “[...] A história da transformação do espaço ocupado por suas praças é sem dúvida a amostragem mais significativa da história da transformação da própria cidade no decurso do tempo” ANDRADE (2012, p. 39).

Segundo Bovo e Conrado (2012, p.59), a cidade de Campo Mourão foi implantada sobre território dotado de campos verdejantes e mata nativa. Dessa forma, com o crescimento espacial e demográfico da nova urbe, “[...] surgia à necessidade de oportunizar a criação de espaços públicos para fins recreativos para o uso do público em geral. No caso da cidade de Campo Mourão, os primeiros habitantes se divertiam da maneira como podiam.”.

Os atrativos mourãoenses ocorriam em ambientes públicos e privados, dentre eles podemos citar: religiosidade popular, bailões, caça, pesca e atividades desportivas, como

corridas de cavalos e jogos de futebol. Tais atividades são relatadas por Simionato (2008, p. 229) “[...] reuniam-se numa determinada casa e ali rezavam primeiramente o terço”, quando, nas festividades juninas, “[...] quando se reuniam crianças, principalmente carentes e lhes era oferecido um farto almoço, com carnes e balas. Sempre terminava em baile”.

A recreação também se dava em ambientes públicos, nos quais segundo Bovo e Conrado (2012, p.60), " Os cidadãos mourãoenses, ao longo dos tempos, vêm utilizando os espaços públicos da cidade para passar horas de lazer, mas com o crescimento a cidade demanda novos espaços públicos para usufruto da comunidade em geral.”

Bovo e Conrado (2012) citam as mudanças estruturais e funcionais das praças Getúlio Vargas e São José, inicialmente, ainda não desmembradas, constituíam-se em uma única praça, a qual estava voltada às atividades esportivas (competição de corridas de cavalos), após a reformulação passou a compor duas praças interseccionadas por uma rua. A mudança além de estrutural foi também funcional, as atividades recreativas deram lugar à contemplação, o descanso e o comércio.

É importante destacar que a ocupação periódica do espaço público mourãoense é da iniciativa privada e institucional legalizada, permitindo a concessão, cessão dos bens públicos a particulares. Conforme decreto 7572/2018, o espaço público de Campo Mourão quando destinado a interesses particulares é “vendável”, ou seja, caso o comerciante deseje ocupar o espaço público para fins comerciais, é possível, mediante pagamento. Atividades filantrópicas voltadas a políticas públicas e a coletividade são isentas de pagamento.

Conforme artigo 1º do Decreto 7572/2018 “Fica regulamentado o procedimento para a concessão de autorização de uso de espaços públicos de domínio do Município de Campo Mourão, assim compreendidos os passeios públicos, praças, parques públicos e logradouros”.

Dessa forma, novos espaços são produzidos de forma a suprir, mesmo que parcialmente as atividades extintas da praça central e demais localidades, surgindo assim, o Parque do Lago, o Parque das Torres, o Parque Gralha Azul, o Lago da Usina, a Estação Ecológica do Cerrado, entre outros. Após essa breve apresentação, apresentamos reflexões sobre os espaços públicos, objetos desta pesquisa, a começar pelo calçadão localizado na área central da cidade de Campo Mourão.

### **3.2 O calçadão**

Com seu plano urbanístico aberto na década de 1940-1950, prevendo um traçado à ortogonal, dotado de largas avenidas duplas em seu sentido longitudinal, transpassadas por ruas

transversais, a Avenida Capitão Índio Bandeira apresentava estrutura tradicional, duas vias, faixa de estacionamento, canteiro central e estreitas calçadas. Sem melhorias a mais de uma década, a citada avenida era tida como um “não-lugar”, não contendo um programa espacial capaz de atrair e manter frequentadores por tempo significativo.

Para compreendermos a história do calçadão de Campo Mourão foi necessário recorrermos a entrevistas com o senhor Munir Barakat (Engenheiro Civil, Coordenador de Planejamento, Urbanismo e Habitação: 1989 – 1990, Diretor Técnico da CODUSA<sup>24</sup>: 1991 - 1992); o senhor Augustinho Vecchi (prefeito de Campo Mourão entre os anos de 1989 a 1992) e o senhor Bernardo Matos (Graduado em Belas Artes, professor e artista plástico), vencedor do concurso que elegeria o design do futuro calçadão.

Na entrevista realizada com Vecchi (2019), o ex-prefeito pontua que o comércio local era decadente para fazer compras, os moradores de Campo Mourão se deslocavam à emergente cidade de Maringá para comprar até mesmo produtos simplórios, desprovidos de tecnologias ou alto grau de manufatura, como “um pedaço de carne”.

Segundo Vecchi (2019), devido a sua urbanização voltada ao carrocentrismo e design pobre da avenida Capitão Índio Bandeira, as atividades de lazer eram escassas. Um dos poucos atrativos na localidade era o tradicional Bar Aparecida (propriedade do senhor Romão), “onde bebiam, jogavam, matavam, ali mataram muita gente”.

Naquele período pré-construção da Binacional Itaipu (1974-1982), a Índio Bandeira era fortemente impactada pelo tráfego de veículos pesados (ônibus e caminhões dos consórcios responsáveis pela construção da hidrelétrica). Segundo Vecchi (2019) em determinados meses, o fluxo de veículos pesados girava em torno de nove mil. Os impactos eram negativos, sendo desfavorável à vitalidade urbana, aterrorizando pessoas e degradando as estruturas físicas (pavimentação, arborização e rede de energia elétrica).

Para Vecchi (2019), a construção da Perimetral Tancredo de Almeida Neves foi fundamental para a vitalidade urbana, não somente da Capitão Índio Bandeira, mas, sim, de todos os espaços públicos do centro urbano da cidade de Campo Mourão.

Em 1989, influenciado ideologicamente pela Arquiteta espanhola Maria de Los Angeles Castilla Tabares, que anteriormente tinha viajado à Espanha, com a finalidade de se aperfeiçoar profissionalmente, dessa forma, trazendo novas perspectivas, explica Vecchi (2019). Na

---

<sup>24</sup> Munir Barakat foi servidor municipal de Campo Mourão entre os anos de 1989 – 1992, ocupando cargos distintos, primeiramente coordenador do setor de projetos, posteriormente diretor da CODUSA. "Companhia de Desenvolvimento, Urbanização e Saneamento de Campo Mourão", Autarquia de capital misto (público e privado).

ocasião, a revitalização do calçadão se enquadrava no projeto CURA<sup>25</sup> (que previa obras de impacto no município), dentre elas a construção de novos espaços públicos e semipúblicos como: Kartódromo; o fórum e as melhorias do aeroporto e parque de exposição, explica Vecchi (2019).

Nesse contexto, a cidade, mesmo dotada de uma ideia de revitalização da área central, conhecido como “centro tradicional”, o município não disponha de experiência profissional para elaborar um projeto plástico, formal e funcional capaz de atingir os objetivos da gestão municipal. Dessa forma, visando o auxílio no desenvolvimento do projeto, contratou-se uma equipe curitibana (com experiência em calçadas) liderada pelo já falecido Arquiteto e Urbanista Alberto Folloni.

O desenvolvimento do projeto, de acordo com Barakat (2019) e Vecchi (2019) ocorreu em conjunto com a gestão pública e seu departamento de projeto, além da participação popular, visto o desenho das andorinhas ser resultado de um concurso artístico realizado pela Casa da Cultura, tendo como vencedor: Bernardo Matos, artista plástico português radicado em Campo Mourão.

Assim sendo, Matos (2019) ficou sabendo do concurso por intermédio de amigos, optando por participar, tão logo esbarrou em uma dificuldade, para ele, Campo Mourão não contava com uma simbologia marcante, como a icônica catedral de Maringá, para os maringaenses.

Diante disso, Bernardo Matos relembra na entrevista da dificuldade em criar um símbolo para o calçadão, o artista relata que ao direcionar para o terraço de sua residência, com vista para o futuro calçadão. Deitou-se e passou a observar seu entorno, tão logo ao entardecer, passou uma revoada de andorinhas e outros pássaros. Então, Matos pensou “vou utilizar as andorinhas, pois estava meio na moda, uns gostavam e fotografavam, outros não gostavam, pois faziam sujeira na rua”, (MATOS, 2019).

Diante disso, com sua prancheta começou a desenhar uma andorinha “meio estilizada”, elaborando diversas propostas, dessa forma optou por encaminhar três propostas, retratando o mesmo objeto, mas em estilo distinto. Dentre os três primeiros colocados, dois de seus desenhos foram premiados, inclusive sendo o grande vencedor (MATOS, 2019).

---

<sup>25</sup> - O projeto CURA - Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada - foi um dos programas do Banco Nacional de Habitação (BNH) desenvolvido em território nacional a partir de 1975 pela Carteira de Desenvolvimento Urbano da mesma entidade, tornando-se mais frequente após 1976.

É importante destacar que para o design vencedor, Bernardo utilizou como processo criativo, o método de recorte e colagem, assim, criando imagens subliminares no próprio desenho. Entre duas andorinhas escuras, há uma andorinha clara (Figura 15).

**Figura 15:** As andorinhas e sua subliminaridade: duas escuras, e uma clara entre elas.



**Fonte:** Matos (2019), acervo pessoal.

Vencido o concurso, Bernardo viu seu projeto vir a ser executado, importante destacar que ele desconhecia o tipo de pavimentação: peti-pavê, imaginava ser em piso cimentado, no qual os desenhos se situariam. Tão logo, as primeiras frustrações, os prismas do peti-pavê limitavam o desenho junto aos moldes, assim, deformando as andorinhas. Além do mais, o piso irregular trouxe desconforto aos pedestres, principalmente às mulheres com sapatos de salto alto. Bernardo ainda cita, uma possível ineficiência na execução da obra, “os blocos de pedras ficaram soltos na areia” (MATOS, 2019).

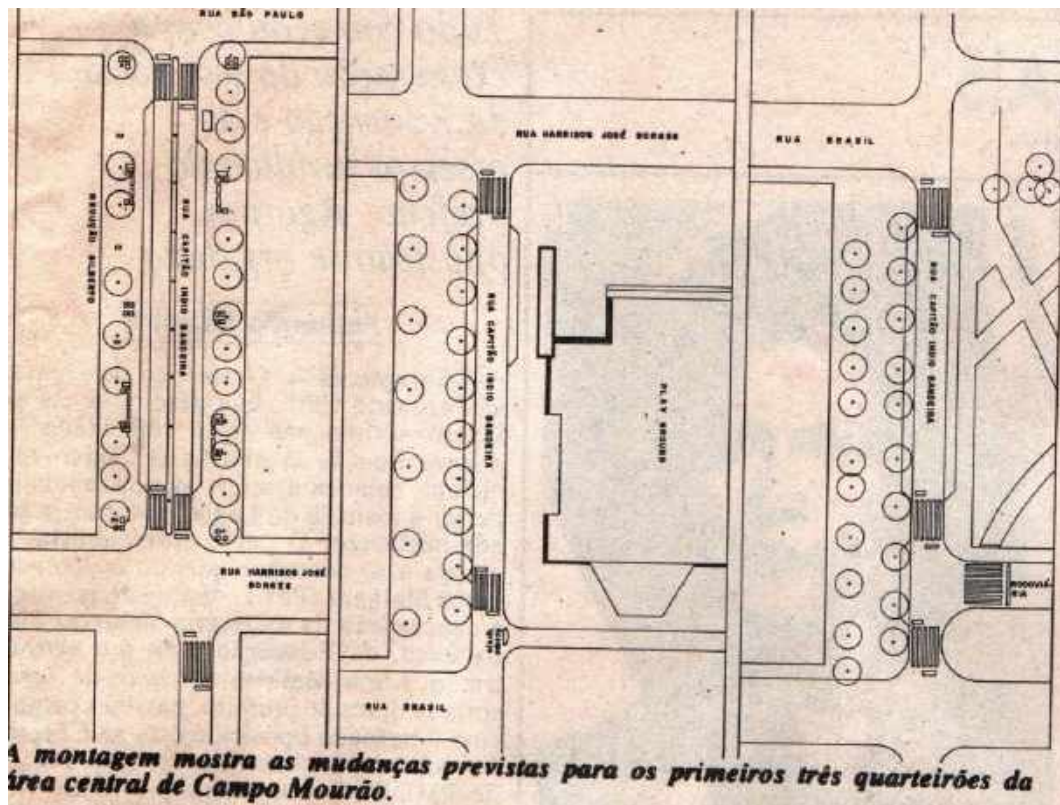
Ainda sobre as andorinhas, segundo Vecchi (2019), o design foi marcante e simbólico, prevalecendo o ditado: “A proposta do calçadão, o desenho das andorinhas, trouxe todas as andorinhas do Brasil para Campo Mourão”.

Segundo Rodrigues (2019), o partido arquitetônico foi embasado nos mosaicos portugueses, no calçadão da praia de Copacabana e na Rua das Flores em Curitiba. Sob a liderança do Arquiteto Alberto Folloni, os primeiros esboços eram desenvolvidos, no entanto havendo muitos pontos conflituosos e conturbados, principalmente sob a ótica do vice-prefeito (também secretário geral) Namir Piacentini. De acordo com Vecchi (2019) Namir não concordava com o mosaico e as andorinhas, mas sim favorável a utilização de ladrilhos hidráulicos.

Os projetos complementares: drenagem, iluminação pública, construção de meio-fio, pavimentação e preservação de instalações existentes ficaram a cargo da Coordenadoria de Planejamento, Urbanismo e habitação (CODUSA). Segundo Barakat (2019) é importante destacar que o calçadão foi construído com recursos próprios.

No dia 02 de julho de 1989 por meio do Jornal “O Estado do Paraná” foi divulgado o projeto que viria a ser o famoso calçadão da Avenida Capitão Índio Bandeira, ou simplesmente “Calçadão Índio Bandeira” (figura 16). Anunciado como completa remodelação da área central e comercial, “o plano prevê mudanças no sistema de circulação de veículos e pedestres. O objetivo é criar o grande entreposto comercial da região” (O ESTADO DO PARANÁ, 1989, p. 3). A matéria também seria veiculada no Jornal Gazeta do Centro Oeste (1989).

**Figura 16:** Projeto do Calçadão Índio Bandeira veiculado em Jornal impresso.



Fonte: o Estado do Paraná (1989), Acervo Barakat (2019).

Segundo O Estado do Paraná (1989), a primeira semana de julho de 1989 é marcada pela apresentação e debate (junto população, vereadores e demais autoridades) acerca da revitalização da área central da cidade. O projeto consistia na remodelação e estreitamento de três quadras da Avenida Capitão Índio Bandeira, situados entre as ruas Francisco Albuquerque e São Paulo.

De acordo com o jornal O Estado do Paraná (1989, p.03), a remodelação visa maximizar a área peatonal, estreitar<sup>26</sup> a pista de rolamento, obrigando os veículos a trafegarem em baixa velocidade. Além do mais, de acordo com Vecchi (2019) e Barakat (2019), buscava-se maximizar a integração da Capitão Índio Bandeira às vias perpendiculares (São Paulo,

<sup>26</sup> Segundo Rodrigues (2019) as vias estreitadas passaram a ser conhecidas como “raspadinha”.



Harrison José Borges e Brasil) e as praças São José e Getúlio Vargas. O citado projeto daria uma “nova cara” à principal avenida da cidade, explica Vecchi (2019).

É importante destacar a participação e aceitação popular durante elaboração e execução do projeto. De grande aceitabilidade, passou-se ao projeto executivo e posteriormente execução da obra, explica O Estado do Paraná (1989).

À frente do projeto, o prefeito Augustinho Vecchi e o Engenheiro Civil, Coordenador de Planejamento Munir Barakat, viam na oportunidade Campo Mourão se consolidar como cidade polo no setor secundário e terciário, numa região que era composta em 1989 de 21 municípios, explica O Estado do Paraná (1989). De acordo com o prefeito “[...] precisamos definir os meios de recuperar a imagem urbanística da cidade como um todo e, a partir desse princípio, a meta é preparar a cidade para ser o centro comercial e de prestação de serviços de uma região potencialmente importante (O ESTADO DO PARANÁ, 1989, p. 3).

O município vinha se consolidando no crescimento econômico, sobretudo na implantação de novas 11 empresas no parque industrial, no mesmo caminho do crescimento, almejava-se melhorar toda a infraestrutura do setor comercial, assim “[...] transformar a cidade no entreposto comercial de uma região com respeitável população consumidora” (O ESTADO DO PARANÁ, 1989, p. 3).

Então, segundo Barakat (2019), deu-se início à execução da obra, de nível complexo, exigiu-se centrar em estratégias que favorecessem a execução da obra, o cronograma financeiro e a funcionalidade da cidade, focada no mantimento do comércio e dos serviços públicos. A demolição da infraestrutura existente, a poeira, o fluxo de pessoas, o bloqueio de vias, se não bem pensada, poderia gerar críticas, rejeições e prejuízos aos comerciantes.

De acordo com Barakat (2019), o início da execução foi o momento mais crítico e ao mesmo tempo importante, mesmo com o projeto elaborado, ainda havia desconfianças, dúvidas e ideias conflitantes. Uma coisa é ter o projeto elaborado, outra coisa é colocar em execução. Definida as estratégias, executou-se uma quadra por ano (1990, 1991 e 1992.)

Em 1990 a estratégia foi iniciar pela praça, (pavimentação/chafariz), nesse momento as pessoas passaram a entender à revitalização proposta. Então se começou pela quadra mais ao sul (entre as ruas Francisco Ferreira Albuquerque e Rua Brasil), próxima à rodoviária, a secretaria de saúde (atual Museu Municipal Deolindo). A partir do momento em que a obra tomou forma, as pessoas começaram a entender o novo arranjo físico e funcional (Figura 17).

**Figura 17:** Reportagem ilustrando o início das obras do Calçadão e revitalização da Praça Getúlio Vargas.



**Fonte:** Gazeta do Centro Oeste (1991), Acervo Barakat (2019).

No ano seguinte (1991), executou-se a quadra entre as ruas Brasil e Harrison José Borges e em 1992, o último trecho, compreendido entre as ruas Harrison José Borges e São Paulo. (BARAKAT, 2019).

Era necessário executar serviços com esmero, ao mesmo tempo zelar pelas instalações já existentes. Barakat (2019) explica que todo cuidado foi tomado nessa etapa, de forma a evitar re-serviços. “Foi necessário muito cuidado para que não houvesse a necessidade de substituir serviços (tubulações, postes, etc) pós conclusão do pavimento”.

Barakat (2019) cita a complexidade na execução da obra envolvendo proprietários, infraestrutura existente e a implantar. Houve muita cooperação entre a equipe executora e proprietários locais “Quando ia fazer um meio fio na frente de uma loja, o dono ia lá, dava uma sugestão: um pouco mais pra cá, um pouco mais pra lá...a entrada do carro... o poste em um lugar atrapalhava a fachada da loja, etc”. Havia muitos detalhes a ser negociados com os lojistas, eles acompanhavam o tempo todo.

Tinha comerciante que não aceitava o quiosque na frente de seu comércio [...] então a conversação foi crucial. Atendiam o que os comerciantes reivindicavam “dentro das possibilidades” a ideia era não dar problema ao comércio, porém agindo dentro das normativas e éticas, explica Barakat (2019).

Outro ponto importante, de acordo com Barakat (2019), trata-se do trecho construído em 1992. De início, pensava-se o calçadão simetricamente em ambos os lados da avenida. No ato da execução, percebeu-se a necessidade de uma largura maior junto aos quiosques (para atender os clientes, ocupar o espaço com mesas e cadeiras, etc), assim, gerando calçadões de larguras distintas em cada lateral da avenida.

Segundo Barakat (2019), é importante evidenciar que a construção do calçadão homenageou o espírito participativo da população mourãoense junto a políticas públicas. Dessa forma, idealizou-se o memorial “boca maldita”. A Boca Maldita (era sediada onde atualmente é o bar do Raul) era ponto de encontro na qual se discutiam reivindicações públicas, na época, a principal reivindicação era a boaiadeira. O grupo realizava pesquisas eleitorais, entre outras atividades. Na época, a “boca maldita” era um grupo grande e atuante, na qual acompanhou todo o processo de construção do calçadão.

Considerando o cronograma físico-financeiro, Barakat (2019) explica que o piso e mobiliário urbano (as floreiras, lixeiras e quiosques) foram idealizados por o arquiteto Alberto Folloni, em consonância com o recurso financeiro que o município dispunha naquele momento. Os prismas de Basalto foram trazidos da região de Paranavaí/Maringá.

Na época, a gestão municipal tinha intenção de ampliar o calçadão em duas quadras (uma em cada extremo). Para Barakat (2019), a ideia não vingou devido à complexidade e audácia necessária para executar uma obra tão arrojada, enquanto que, para Vecchi (2019), o projeto existiu, mas foi descartado pela gestão subsequente.

Por fim, a intervenção (década de 1990) surge a partir de uma campanha promovida pela prefeitura e gestão atuante: “Sou Campo Mourão de Coração”, ainda com os dizeres: “esta obra é parte integrada de uma ampla reforma urbanística visando uma cidade mais bonita” (figura 18). Para Rodrigues (2019, p. 1), o chefe do poder executivo municipal destacava que a intervenção urbanística visava “uma cidade mais bonita na sua expressão física e espiritual”. A campanha incentivava a participação da população no desenvolvimento do município: “a cidade é a soma da participação de cada um”.

**Figura 18:** “Conclusão do calçadão e o slogan “sou Campo Mourão de coração”



Fonte: O estado do Paraná (1992) Acervo Barakat (2019).

De acordo com Vecchi (2019), o calçadão mudou o visual e a vitalidade da Avenida Capitão Índio Bandeira e demais espaços públicos adjacentes. A população não era acostumada aos espaços públicos, no entanto, em seu primeiro natal (pós-conclusão) foi um espetáculo, permitindo circulação do povo, diversidade e lazer. Contestando Vecchi (2019), Barakat (2019) defende que a população necessitou de tempo para se adequar a nova configuração formal e as novas funcionalidades.

Segundo Barakact (2019), a construção do calçadão de início não trouxe significativas modificações em suas formas de apropriação, levou-se um tempo para que a sociedade se readaptasse e se acostumasse ao local. Era um novo espaço, exigia novas formas de apropriação e utilização. Cita a existência de diversos eventos existentes na atualidade como feira, eventos científicos, playgrounds, mas para chegar a tal utilização, exigiu-se tempo.

A conclusão do calçadão trouxe impactos significativos (de ordem financeira, cultural e social) para a cidade de Campo Mourão. Para Vecchi (2019), o calçadão consolidou Campo Mourão como cidade Polo da região da Comcam. A melhoria do calçadão atraiu grandes empresas. Num contexto mais amplo, nessa época implantou-se na cidade o SESI (Serviço Social da Indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SESC (Serviço Social do Comércio) e o parque industrial.

Para Rodrigues (2019), o calçadão trouxe beleza, graça e progresso ao centro urbano, trazendo novas funcionalidades e um espaço público mais humano ao privilegiar o pedestre. O ambiente veio a ser propício às compras, e lazer contemplativo. No entanto, juntamente com os inúmeros benefícios, surgiram-se pontos conflitantes, como: trânsito confuso, redução de estacionamento, remoção de semáforos.

Marcando uma nova era, em 2014, 25 anos após o início do projeto, o calçadão passou por nova reforma, na qual, basicamente substituiu sua pavimentação e equipamentos públicos danificados,

Numa nova onda de progresso, em abril de 2014, nova intervenção no calçadão fez as andorinhas voarem e virarem lembrança. A antiga revitalização do calçadão dos anos 1990 ganhou outro aspecto. O antigo material petit-pavé foi substituído pelo novíssimo “paver” (RODRIGUES, 2019, p.1).

De acordo com Rodrigues (2019, p.1) a nova mudança dividiu opiniões, para muitos o desenho das andorinhas devia ser mantido “[...] O calçadão de antes havia enchido de orgulho os que o viram e o viveram”.

Para Vecchi (2019), a substituição do piso fez o calçadão perder sua essência, sua identidade, e originalidade. Augustinho não entende aceitação popular, para ele o povo atualmente é pacífico e desinteressado por políticas públicas.









Favorável a revitalização, Barakat (2019) vê a revitalização do calçadão como benéfica “houve uma substituição do piso por um mais moderno, de tecnologia mais avançada, melhorando a condição”. Tem se como ponto negativo, a extinção do desenho das andorinhas, visto ser difícil sua execução em pisos intertravados.









Decorridos trinta anos do início do projeto (1989-2019), o calçadão preserva sua estrutura espacial. Para Barakat (2019) é necessário desenvolver estudos voltados a sua ampliação, realizando um projeto específico em frente ao colégio Santa Cruz, ao mesmo tempo, estendê-lo por mais duas quadras no extremo oposto (entre as ruas Brasil e Mato Grosso).

Exige-se projeto específico, visto haver utilizações distintas, em uma das extremidades a continuidade da zona comercial, enquanto a outra, há a presença de edifícios institucionais, no caso o colégio Vicentino Santa Cruz, explica Barakat (2019).

Vecchi (2019) critica as condições atuais das calçadas adjacentes ao calçadão, criticando a sua não-uniformidade e as condições de acessibilidade, dificultando a locomoção de pessoas debilitadas fisicamente. Para Augustinho, tanto a gestão pública, quanto os municípios têm privilegiado os automóveis em contraponto ao homem. Por meio da figura 19, ilustramos o processo evolutivo do calçadão desde o ano de 1949.

**Figura 19:** O Calçadão Índio Bandeira: Sua evolução espacial, funcional e social ao longo da história por meio de imagens.

|  |  |   |   |
|--|--|---|---|
|  <p>1948 - Av. Capitão Índio Bandeira entre as ruas Brasil e Harrison José Borges</p>                               |  <p>1949 Construção do Posto Estadual de Saúde e Higiene de Campo Mourão</p> |  <p>1951 - Posto de Saúde e Higiene de Campo Mourão</p>  |  <p>1953 Desfile de Carnaval na Av. Cap. Índio Bandeira com o Bando do Clube de Corridores, Malharir Albuquerque</p> |
| <p>Trecho entre as ruas Brasil e H. J. Borges. – 1949.<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2w9MFfa">https://bit.ly/2w9MFfa</a></p>  | <p>Construção do Futuro Museu Municipal – 1949.<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2w9MFfa">https://bit.ly/2w9MFfa</a></p>                                     | <p>Futuro Museu Municipal – 1951.<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2w9MFfa">https://bit.ly/2w9MFfa</a></p>  | <p>Desfile – det. Edifício Pernambucanas. – 1953.<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2w9MFfa">https://bit.ly/2w9MFfa</a></p>  |
|  <p>Primeiro trecho pavimentado – 1960;<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2EekU9F">https://bit.ly/2EekU9F</a></p> |  <p>1964 10/10 Desfile na Av Capitão Índio Bandeira</p>                     |  <p>Desfile, esq. com Rua Brasil – 1967.<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2YEiCbI">https://bit.ly/2YEiCbI</a></p> |  <p>Esq. com Rua H. J. Borges – 1970.<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2Hp5sbl">https://bit.ly/2Hp5sbl</a></p>    |

|  |  |   |  |
|--|--|---|--|
|                                   |              |                        |                                 |
| <p>Esq. com Rua São Paulo – 1980.<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2EekU9F">https://bit.ly/2EekU9F</a></p>       | <p>Esq. com Rua São Paulo – 1990.<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p> | <p>Construção, ao fundo Edifício Likes. 1990<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p> | <p>Construção, ao fundo o Museu Municipal. 1990<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>       |
|                                  |             |                       |                                |
| <p>Esq. com Rua Brasil, em det. as andorinhas - 1990.<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p> | <p>As andorinhas - 1990<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>           | <p>Vista aérea, década de 2000.<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>              | <p>Vista aérea, década de 2010.<br/>Disponível em: <a href="https://bit.ly/2VS35b9">https://bit.ly/2VS35b9</a></p> |

**Fonte:** Organizado pelo autor.

Assim, como o Calçadão, as Praças São José e Getúlio Vargas representam a cidade de Campo Mourão, essa região é considerada o coração da cidade, região central de maior centralidade. Dessa forma, a seguir apresentamos as relações das praças centrais no desenvolvimento socio espacial de Campo Mourão.

### **3.3 As praças São José e Getúlio Vargas enquanto espaço público**

A origem das praças São José e Getúlio Vargas segundo Andrade (2012) é similar á da maioria das praças brasileiras, geralmente locadas na região central, mantenedoras de um templo religioso e locadas, geralmente, no ponto mais alto da localidade. No ano de 1943, a localidade já contava com a Igreja São José já edificada, era uma edificação estruturada e vedada em madeira e coberta por telhas cerâmicas, ocupando “a localidade mais alta e plana do sítio urbano” Andrade (2012, p. 41). Dessa forma, Para Gomes (2016), Ré e Bovo (2015), já na década de 1940, a igreja São José é elemento estruturante na formação da praça original e também da malha urbana:

É então em torno da igreja São José [...] que surge um espaço aberto e livre de construções, o qual no decorrer do tempo dará origem tanto à Praça São José como à Praça Getúlio Vargas, que na década de 1940 compunham um espaço único, aqui por nós convencionalmente chamado de “praça original”, satisfazendo apenas à condição de espaço aberto e livre a circundar o templo religioso (ANDRADE 2012, p. 41).

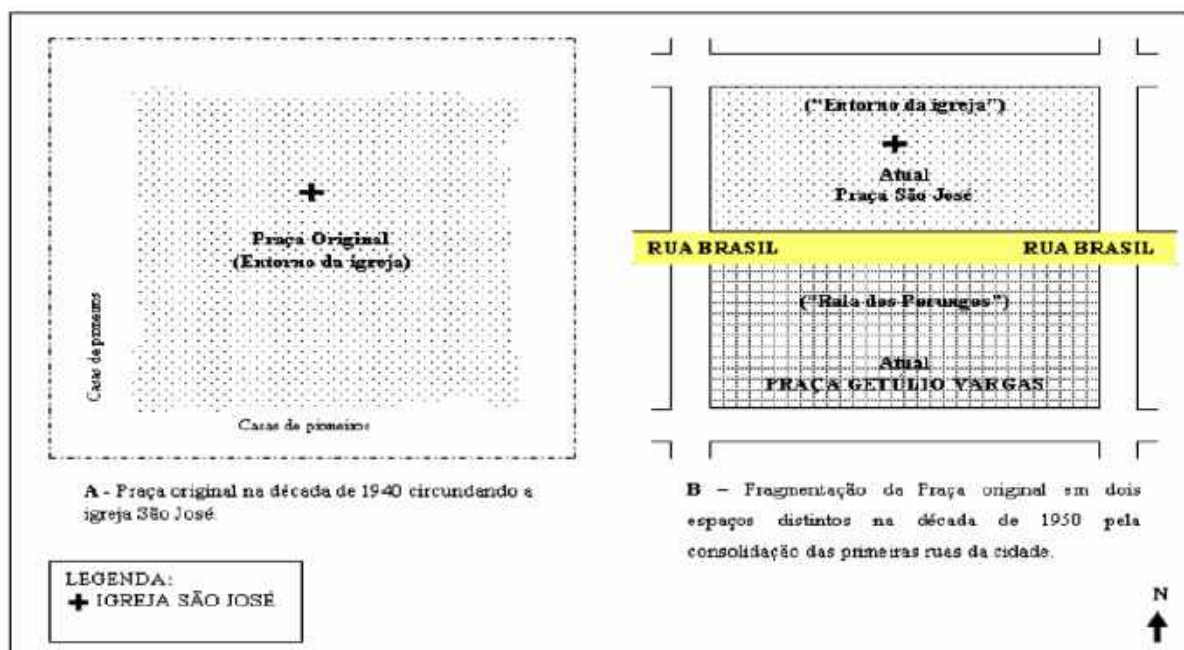
Ainda na década de 1940, a praça original, de acordo com Andrade (2012), passa a esboçar uma delimitação, ainda que precária. A praça torna-se extensão da igreja, muitas vezes tornando-se um mesmo ambiente, visto seu notável papel nas festas religiosas.

Somente no decorrer de 1945, demarcou-se as primeiras quadras, criando oficialmente as primeiras ruas e quadras em uma disposição ortogonal, sistema que segundo Andrade (2012) e Gomes (2016) viria a se consolidar na década de 1950.

A demarcação das ruas longitudinais e transversais em distâncias equidistantes e pré-estabelecidas resultou na intersecção da praça original pela rua que viria a ser denominada Rua Brasil. A citada rua exerceu importante papel na territorialização da praça original. Figura 20. É importante destacar que até o ano de 1953, a praça era circundada por vias, no entanto a Rua Brasil ainda não a interseccionava, (Figura 21).



**Figura 20:** Esquema ilustrativo da evolução da praça São José e Getúlio Vargas nas décadas de 1940 e 1950.



Fonte: Andrade, (2012).

**Figura 21:** Plano urbanístico de Campo Mourão em 1953.



Fonte: Adaptado de: Secretaria de Planejamento Municipal (2019).

A Rua Brasil exerceu fundamental papel na divisão espacial e simbólica da praça original, impactando na distinção das futuras praças São José e Getúlio Vargas, cada qual com programa funcional específico e distintos entre si, principalmente, separando o sagrado – relacionado à igreja, e o profano, relacionado à vida mundana, explica Andrade (2012).

Importante destacar que na Praça São José (mesmo sendo um espaço religioso) houve a construção de edifícios, “[...] que representam complementaridade da igreja ou que com ela mais “sintonizam”, desde que não se desfigurasse a ideia do lugar como espaço “sagrado”” como a presença da casa paroquial e do Colégio Vicentino Santa Cruz<sup>27</sup>. Andrade (2012, p. 44-45).

A igreja, a praça original, seus aspectos formais e funcionais, de acordo com Andrade (2012, p. 46) veio a exercer importante papel no desenvolvimento ocupacional da cidade de Campo Mourão, já contemplando diversos edifícios de caráter comercial, na qual “[...] defendemos que a organização do espaço urbano de Campo Mourão teve como principal elemento articulador a igreja.”.

Segundo Andrade (2012), ainda nessa época, décadas de 1940 e 1950, as atuais praças Getúlio Vargas e São José não eram efetivamente e oficialmente praças, no entanto, já cumpriam funções ecléticas (corrida de cavalo, jogos de futebol) e sagradas. As corridas de cavalos movimentavam o primeiro espaço recreativo para os habitantes locais. A terminologia “porungo” relaciona-se a um recipiente (para mantimento de água) de origem natural, utilizada por seus frequentadores. Na raia dos “porungos”, realizava-se as primeiras corridas hípicas, contendo apostadores na cidade, como prêmio, segundo Simionato, (2008, p. 229) “(...) Nessas apostas o vitorioso sempre levava maços de rapadura”.

A igreja, marco referencial da praça original e de todo o desenvolvimento urbano mourãoense, antes, construída em madeira, em 1954 veio a ser substituída pelo atual edifício em alvenaria (concluída no final da década de 1970), eleita em 2009 como edifício símbolo de Campo Mourão, por meio de um concurso promovido pelo Rotaract Club de Campo Mourão, explica Santos Junior (2010).

Durante a gestão de Roberto Brzezinsk (1955 -1957), Andrade (2012) explica que o espaço conhecido como Raia dos “Porungos”, deu origem a instalação oficial da Praça 10 de Outubro, que viria a se chamar Getúlio Vargas, mais precisamente o Projeto de lei número 27/54. “Autoriza o Poder Executivo a denominar de praça Getúlio Vargas a atual 10 de outubro”. No dia 1º. de setembro de 1955, a praça já estava delimitada com um programa funcional já definido,

[...] continuou a cumprir a função que exercera desde a década de 1940: espaço de lazer. A praça ganhou arborização característica e planejada, um chafariz, um coreto, bancos, iluminação, calçadas em padrão geométrico (base arquitetônica mantida até os dias de hoje), além de uma série de outros

---

<sup>27</sup> Instituição voltada aos ensinamentos sob a inspiração dos valores e princípios cristãos. Andrade (2012, p.45)

mobiliários urbanos, indicando a ampla possibilidade de socialização oferecida por tal espaço (ANDRADE, 2012, p.46).

Na década de 1950, ainda sob o mandato de Roberto Brzezinski, Segundo Santos Junior (2010, p. 37), é edificado o chafariz “[...] considerado um dos ícones da história mourãoense. Foi o primeiro construído em todo o Vale do Piquirivai”. Na mesma gestão, também, se edificou o coreto Alberto Nogaroli (fundador da banda municipal), com a finalidade de abrigar eventos cívicos e culturais.

Já na década de 1960, a Praça Getúlio Vargas assume um caráter mais laico, encorpando atividades cívicas em seu programa funcional. Dentre as principais atividades ocorridas no novo espaço, agora eclético e laico, citamos os antigos “showmícios”, sua nova funcionalidade, refletiu em sua denominação, agora sendo considerada “[...] a “praça da cidade”, enquanto a Praça São José é a “praça da igreja”” Andrade (2012, p. 47). Importante destacar que, segundo Santos Junior (2019) o projeto da Praça São José foi idealizado pelo renomado arquiteto José Augusto Belluci (projetista da Catedral de Maringá-PR).

Nessa mesma década, enquanto a praça Getúlio Vargas “[...] era a maior representatividade de espaço de lazer e convivência da população mourãoense, marcado pela presença de grande quantidade de assentos, boa infraestrutura de iluminação”, a praça São José carecia de estrutura, vindo somente na gestão do prefeito Milton Luiz Pereira, adquirir caráter de praça, recebendo a instalação de bancos e outras melhorias. Andrade (2012, p.48). Segundo Gomes (2016), a nomenclatura São José (da praça e da Catedral) é uma homenagem ao padroeiro municipal, sendo oficialmente estabelecido por meio da lei nº. 14 de 31 de março de 1969.

Inicialmente, espaço único na década de 1940, vindo a se transformar nas praças sagrada e profana, limitadas fisicamente e simbolicamente pela rua Brasil, durante as décadas de 1950 e 1960, a praça São José e Getúlio Vargas veio passaram a ter uma ligação mais intimista, no final da década de 1970 (Gestão de Augustinho Vecchi 1977-1983), por meio do processo metamórfico da Rua Brasil que veio a se tornar um calçadão, Andrade (2012).

Para o projeto do calçadão previa-se a integração com a Rua Brasil e seu fechamento, de forma a formalizar uma opinião pública, conhecimento da sociedade e conversação, o projeto ficou exposto na porta da igreja matriz. Na oportunidade, o padre Jorge não concordou muito com o projeto de bloqueio da rua Brasil, explica Vecchi (2019). Barakat (2019) acrescenta que o fechamento da rua e sua urbanização visava integrar as praças ao calçadão da Índio Bandeira.

Assim, no entendimento de Andrade (2012, p. 49), “[...] tal atitude fortaleceu a ideia de que, com a Catedral pronta, também foi preocupação do poder público dar a ela um espaço

bonito, ornamentado, “um quintal belo” [...] a Praça Getúlio Vargas, que agora materialmente se transformou em seu “quintal”, no sentido infraestrutural”. No entanto, tal rompimento, resultou na imagem de uma praça única dominada e mantida pela igreja, ignorando a história singular de cada praça.

Segundo Barakat (2019), em 1990 iniciou-se as obras da praça recuperação do chafariz e substituição do piso cimentado por um piso semelhante ao do calçadão (petit-pavê, mosaico das andorinhas). Em 1991 adotou-se uma proteção em gradil para o chafariz (evitar vandalismo). Na última reforma (2004), os sanitários foram retirados.

Na segunda metade da década de 1990, a praça São José e Getúlio Vargas são marcadas pelo descaso do poder público e conseqüentemente abandono por parte da sociedade, assim, sendo frequentadas por poucas famílias e adquirindo “[...] novas funções e passassem a designar o que chamamos de “espaço do prazer a céu aberto”, escondido sob a densa vegetação e arborização” Andrade (2012, p. 50). O espaço passa a ser ocupado por mendigos, comércio de entorpecentes e atividades sexuais.

Apesar do descaso do poder público, na Praça Getúlio Vargas se deu o pioneirismo no tombamento local, em 1993, tombando como patrimônio histórico cultural o chafariz e o coreto. Tombados pelas leis nº 805 (01/06/1993) e 1742 (28/10/2003), (SANTOS JUNIOR, 2010).

Segundo Santos Junior (2010), em 1986, após 12 anos, desativado, o chafariz foi reformado e modernizado. Em 1993 revelou sua importância na região noroeste paranaense ao ilustrar a capa da lista telefônica da região. Em 2004, o chafariz foi submetido à nova reforma, na qual efetuou-se um estudo minucioso de modo a recuperar o projeto inicial. Na reforma da Praça Getúlio Vargas em 2004, foi cogitado a demolição do Coreto, fato não consumado, fazendo com que o mesmo viesse a ser submetido numa considerável reforma.

O início do Século XXI marca uma inflexão funcional e ocupacional das praças, devido à ampla revitalização efetuada pela gestão pública municipal em 2004. A revitalização foi mais acentuada na Praça Getúlio Vargas, na qual substituiu a densa vegetação por árvores de pequeno porte; reordenação dos canteiros e substituição das forrageiras; substituição do pavimento asfáltico pelo pavimento em Concreto Intertravado; reforma do coreto e do chafariz e transformação da antiga rodoviária na atual Estação da luz; instalação de equipamentos urbanos como: lixeiras, bancos e luminárias.

Segundo Santos Junior (2019) a revitalização de 2004, realizada pelo Arquiteto Rubens de Paula foi de suma importância, nesse momento recuperou-se e organizou o espaço público, também, foi significativa a recuperação da terceira concha do chafariz (com a ajuda de Jair Elias Junior).





A Rua Brasil foi reaberta<sup>28</sup>, novamente, separando simbolicamente, fisicamente e historicamente o sagrado do profano. No entanto, Andrade (2012) destaca que mesmo com a reabertura da via às funções sociais das praças de outrora, não se deram no presente. A Praça São José, voltada às atividades religiosas, passa a receber simultaneamente atividades mundanas, como: comércio de entorpecentes e prostituição, manifestações políticas e culturais, abrigos de mendigos entre outros, enquanto que a Praça Getúlio Vargas passou a receber atividades mais contemplativas e a presença de fiéis, visitando os simbólicos Chafariz e Coreto.





De forma sintética, apresentamos em imagens a evolução espacial, funcional e social das praças Getúlio Vargas e São José, figura 22:

---

<sup>28</sup> Importante destacar que, mesmo reaberta, permitindo o fluxo de veículos, a Rua Brasil possui pavimento, fluxo automotivo e design diferenciado às demais vias urbanas da cidade. Para alguns pedestres, muitas vezes a Via se confunde a um calçadão, visto sempre haver fluxo de pedestres sobre a mesma.

**Figura 22:** Praça São José e Getúlio Vargas: Sua evolução espacial, funcional e social ao longo da história por meio de imagens.

|   |  |   |   |
|---|--|---|---|
|  <p>Campo Alameda 1940 - 1940s<br/>Tocante da Praça, Bosque das Capelas, cemitério e residência da Família Albuquerque</p> |    |    |    |
| <p>Descampado da praça Getúlio Vargas – Década de 1940;<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>  | <p>Raia dos Porungos– Década de 1940;<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>   | <p>Igreja São José em 1940<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, apud Sambati (2013), in: <a href="https://bit.ly/2VFLYJs">https://bit.ly/2VFLYJs</a></p> | <p>Vista do Colégio Santa Cruz em 1950.<br/>Fonte: Acervo Pedro da Veiga, 2009. Apud Bovo e Andrade (2012).</p>                       |
|   |   |   |   |
| <p>Praça Getúlio Vargas 1961<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>   | <p>Praça Getúlio Vargas na década de 1960<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, apud Sambati (2013), in: <a href="https://bit.ly/2VFLYJs">https://bit.ly/2VFLYJs</a></p> | <p>Praça São José 1969<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>   | <p>A futura catedral São José e hotel Santa Maria em 1970.<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2JHjp7y">https://bit.ly/2JHjp7y</a></p> |

|  |   |   |  |
|--|---|---|--|
|   |   |    |   |
| <p>Terminal rodoviário em 1971<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2LMMD7q">https://bit.ly/2LMMD7q</a></p>                  | <p>Praça Getúlio Vargas – 1973<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>                                 | <p>Praça São José – Década de 1980<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>   | <p>Chafariz na década de 1990<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, apud Sambati (2013), in: <a href="https://bit.ly/2VFLYJs">https://bit.ly/2VFLYJs</a></p> |
|    |    |   |    |
| <p>Praça Getúlio Vargas e São José em 2001<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2010. Apud Andrade 2012</p> | <p>Reforma total da Praça Getúlio Vargas em 2004<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2vZwhO7">https://bit.ly/2vZwhO7</a></p> | <p>Praça Getúlio Vargas- Década de 2000.<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, apud Sambati (2013), in: <a href="https://bit.ly/2VFLYJs">https://bit.ly/2VFLYJs</a></p> | <p>Praça Getúlio Vargas e São José – atualidade<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>   |

**Fonte:** Organizado pelo autor.

Destarte, não temos como objetivos descrever minuciosamente a história das praças Getúlio Vargas e São José, no entanto por meio da figura 22, torna-se fácil compreender a evolução socioespacial e funcional do ambiente. De forma sintética, temos a origem do povoado urbano de Campo Mourão e de suas praças centrais a partir de um campo aberto, contemplado com a edificação da igreja de São José. O núcleo aberto juntamente com a presença do templo religioso proporcionaram eventos e encontros que se consolidaram com o decorrer dos anos.

A paisagem é fortemente transformada, passando de um campo aberto, para seguidas construções como: pavimentação, bordaduras dos canteiros, terminal rodoviário que veio a se transformar na estação da luz; construções e reformas do coreto e do chafariz; substituição da simbólica e acolhedora igreja de São José pelo imponente edifício neoclássico que abriga a igreja matriz atual.

Muitas das mudanças estruturais são indissociáveis da relação espaço-tempo, podemos perceber no combate a violência e o abandono da década de 1990, a substituição da densa vegetação, melhoria na acessibilidade (remoção de degraus). Talvez uma das mudanças mais significativas, trata-se do gradil involucro ao chafariz. A citada década é icônica ao abandono do espaço público, intensificação do vandalismo e da violência.

Socialmente, há significativas mudanças, inicialmente as atividades eram voltadas a religiosidade, ao lazer ativo (corrida de cavalos, jogos de futebol), e socialização (entre competidores, apostadores e demais frequentadores que buscavam o local como entretenimento e contemplação). Ao logo da história, percebemos o incremento de atividades voltadas ao civismo, à política e a utilidades públicas como transmissão de jogos. Atualmente, as praças centrais contemplam uma gama de atividades voltadas ao comércio (licito e ilícito), eventos de caráter político e culturais e lazer contemplativo.

Dessa forma, percebemos que “As praças centrais de Campo Mourão “[...] são testemunhas incontestáveis do quanto o espaço urbano é dinâmico e de que a sua produção é constante pela sociedade no decurso do tempo” Andrade e Bovo (2011, p.90), além de exercer “[...] grande representatividade municipal” Pegoraro e De Angelis (2013, p.1). A estrutura física e funcional revitalizada em 2004 prevalece até os dias atuais, que será objeto de nosso estudo.

### **3.4 A Praça Bento Munhoz da Rocha (Praça do Forum) enquanto espaço público**

Em posicionamento mais periférico em relação às praças Getúlio Vargas e São José, a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto tem recebido menor atenção de historiadores e demais estudiosos. Dessa forma, Gomes (2016) afirma haver pouca história memorada.



De acordo com Santos Junior (2019), na década de 1950, o local da futura Praça era ocupado por um campo de futebol, ali o pessoal se reunia para tal prática esportiva. Na década de 1960, a cidade foi premiada como: município modelo do Paraná. A premiação não é voltada ao urbanismo, mas sim a sua organização funcional e administrativa. Então, houve significativa preocupação por parte do prefeito Milton Luiz Pereira em urbanizar a cidade.

Em primeiro momento, revitaliza-se as Praças São José e Getúlio Vargas, posteriormente, idealiza-se a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto por Milton Luiz Pereira. Com a Renúncia de Milton Luiz Pereira que assumiria o concurso da polícia federal, assume Rosalino Mansuetto Salvadori, dando continuidade aos projetos, posteriormente anunciando sua execução, explica Santos Junior (2019).

O projeto foi idealizado em 1967 no Plano Prioritário de Obras do então prefeito Rosalino Mansuetto Salvadori (1967/1968). Sua execução ocorreu na gestão do prefeito Horácio Amaral entre os anos de 1969 a 1972, Gomes (2016), Santos Junior (2019). Com um programa funcional diversificado para época, “[...] o projeto de autoria do professor José Carlos Spasnuolo era considerado "audacioso", com canchas esportivas, bar e playground” Gomes (2016, p.60). De acordo com Souza (2014) a execução da obra foi supervisionada pelo engenheiro civil da CODUSA (Companhia de Desenvolvimento Urbanização e Saneamento de Campo Mourão), Elio Rodrigues de Matos.

Tendo sua construção iniciada no final da década de 1960 e início da década seguinte, período que havia uma grande preocupação com a conservação do solo. Segundo Gomes (2016), a década de 1970 marca o surgimento da Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo), impulsionada pela mecanização dos primeiros lotes rurais, proporcionando o plantio de soja, milho, trigo e algodão.

Na época, “[...] se falava em conscientização, orientação e introdução de práticas conservacionistas para evitar a erosão que fazia parte do cenário agrícola da época” Gomes (2016, p. 61). O município de Campo Mourão já se revelava como importante produtor de cereais, inclusive, tendo seu poderio econômico voltado à agricultura. Dessa forma, Campo Mourão “[...] foi a escolhida para o lançamento do Plano Nacional de Conservação de Solos (PNCS), no dia 4 de setembro de 1976, na Praça Bento Munhoz”.

Importante destacar que na década de 1970, a praça era pouco utilizada (e sempre foi) destaca Santos Junior (2019). Assim, em um de seus canteiros foi incluído o monumento Pró-Solo.

De forma a materializar o momento, foi erigido o monumento Pro-Solo de autoria dos artistas paranaenses João Ozório Brzezinski e Fernando Rogério Senna Calderari, explica

Santos Junior (2010). Segundo o autor, o monumento feito em aço inox representa uma lâmina cortante com a função de ferir a terra. Composta por duas faces na qual uma ilustra a terra corroída pela erosão, enquanto a face oposta ilustra curvas de níveis representando as boas técnicas de mantimento do solo. Importante destacar que, na realidade há uma terceira face, na qual ilustra uma gota da água, compondo a tríade (solo, chuva e curvas de níveis).

O evento é marcado pela presença de importantes personagens políticos, dentre eles, o Governador Jaime Canet. Em uma praça ainda desprovida de arborização e sem a presença marcante do edifício brutalista (construído no final da década de 1970), que viria abrigar o fórum municipal de Campo Mourão. Santos Junior (2019) pontua que surgiu a necessidade de a cidade contar com um novo prédio para o Fórum da Comarca, assim, diante da necessidade o poder público fatia a praça, cedendo um espaço a sede do poder judiciário.

Segundo Santos Junior (2019), na década de 1980 edifica-se uma lanchonete, atualmente nomeada como Xaxixão, enquanto que, no início da década de 1990, na gestão de Augustinho Vecchi é construído o edifício que atualmente abriga (e sempre abrigou) a “pedra”, instituição que promove a compra, venda e troca de veículos. Importante destacar que, anteriormente a “pedra” funcionava junto a Praça São José, sendo deslocada a Praça do Fórum, mediante ato de construção do calçadão.

Mesmo idealizada no final da década de 1960, inicialmente conhecida com Praça Munhoz da Rocha ou Praça do Fórum, a praça só veio receber um nome oficial em março de 2005, por meio do projeto de lei nº 23/2005 e Lei Nº 1924 (Denomina "Bento Munhoz da Rocha Neto" o passeio público localizado na quadra 174 na Planta Geral do Município. O nome oficial da praça visa homenagear ao polímata Bento Munhoz da Rocha Neto, ex-governador do paraná, sociólogo, engenheiro, escritor e professor, falecido em 1973.

A ausência de um nome oficial é relatada por Gomes (2016), na qual, cita-se a efetivação de pesquisa minuciosa por parte do poder legislativo e executivo municipal

Para a elaboração desta proposição a Câmara Municipal de Campo Mourão fez uma pesquisa detalhada nos ementários de Leis e de Decretos do Município no período de 1947 a 2004, além de consulta junto aos técnicos da Secretaria Municipal do Planejamento da municipalidade, que apontou a ausência de ato administrativo que especifica a denominação da Praça Munhoz da Rocha (GOMES 2016, p. 62).

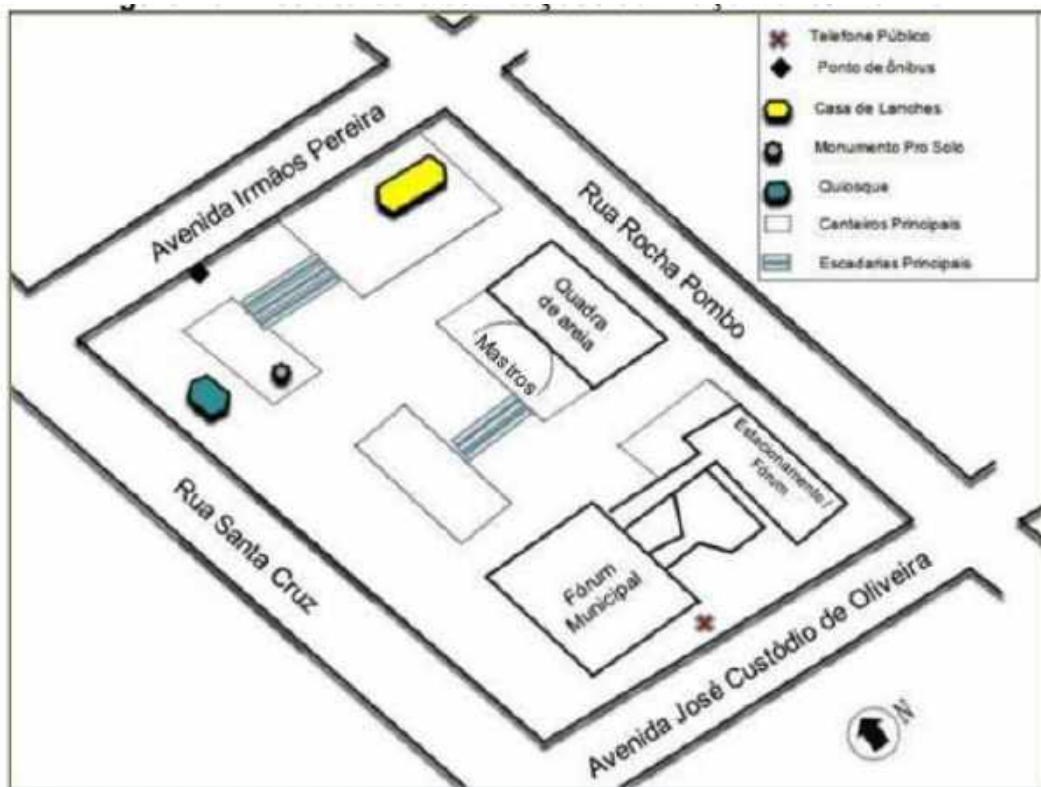
Ainda sobre o processo de denominação da Praça, é importante destacar a figura do historiador Jair Elias dos Santos Junior e sua equipe atuando no levantamento de espaços públicos não nomeados oficialmente. Pr-2005, a praça era conhecida como Munhoz da Rocha, causando certa confusão, pois não se sabia se era uma homenagem ao Bento Munhoz, ou a

Caetano Munhoz da Rocha (seu pai). Então, devido a ligação de Bento a Campo Mourão, este acabou por ser o homenageado.

Mesmo situada na região central da cidade, mantedora do Fórum municipal, esse logradouro tem se mostrado como elemento esquecido pelo poder público, por parte e até mesmo por pesquisadores, predominando, assim, a ausência de sua história e fotos. O esquecimento funcional da praça também é relatado por Santos e Bovo (2013, p. 11) “O espaço existente não é utilizado para eventos culturais, pois a grande maioria dos eventos destinam-se as praças Getúlio Vargas e São José”.

Segundo Gomes (2016, p.62), com exceção da melhoria na iluminação pública realizada em 2012, “Desde o momento de sua construção até os dias de hoje, a praça não recebeu revitalizações. O calçamento, assim como as estruturas com o passar do tempo sofreram depredações e desgastes”. Dessa forma, a praça atual contém o mesmo pavimento, os mesmos mobiliários e a mesma estrutura. Corroborando com Gomes (2016), Santos Junior (2019) pontua que atualmente a praça é pouco utilizada, pois há falta de atrativos, prevalecendo uma infraestrutura arcaica “um piso da época da sua construção em 72, quase cinquenta anos, um piso de cimento com um espaçamento para a grama, totalmente horrível ao se tratar de mobilidade urbana”, muito lixo, prevalece o abandono. A praça é ilustrada na figura 23.

**Figura 23:** Croqui da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, sua estrutura e seus edifícios.



**Fonte:** Andrade (2012), modificado por Gomes (2016).

O subestimado valor simbólico e funcional da Praça segue até a segunda década do século XXI, na qual a prefeita Municipal Regina Dubay (2013-2016) cogitou em 2016 a doação de parte de seu terreno à construção da sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Ministério Público (MP).

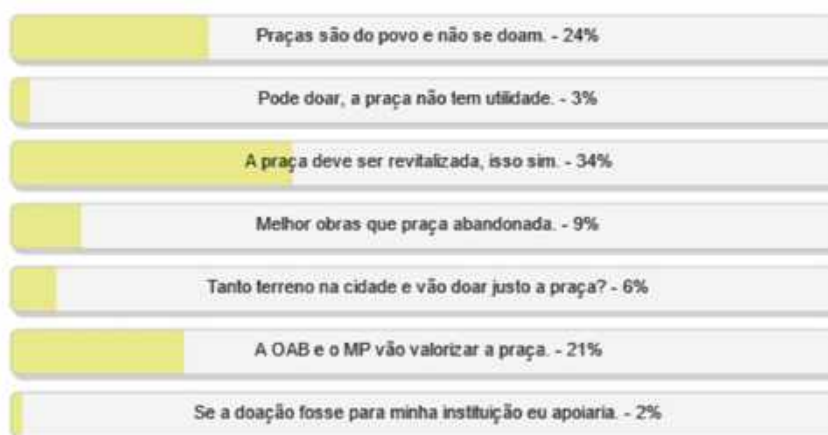
Dessa Forma, teríamos uma redução significativa em sua área geométrica de aproximadamente a 47% (5275,00 m<sup>2</sup> doados), remanescendo 5975,00 m<sup>2</sup> para a praça (Figura 43). Se para o poder público, historiadores e demais pesquisadores a praça do Fórum é menosprezada, o mesmo não ocorre perante moradores de Campo Mourão e Região. Em enquete realizada pelo site informativo Boca Santa, “As alternativas contrárias à doação somaram 64% dos votos” Sauer (2016, p.01), figuras 24 e 25.

**Figura 24:** Croqui da subdivisão proposta para a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto.



**Fonte:** Sauer (2016), Disponível em: <https://bit.ly/2VMbhK5>









**Figura 25:** Enquete site Boca Santa: A prefeitura pode doar parte da Praça do Fórum?



**Fonte:** Sauer (2016)

Destarte, não temos como objetivo analisar criteriosamente a figura 25, apenas ilustramos a forma de se manifestar a favor do mantimento da Praça Bento Munhoz da Rocha por parte da população de Campo Mourão e região. Esbarrando no consenso popular e no parágrafo 8 da lei Nº 34/2015 (vigente á época), proíbe a doação de Ruas, Praças e áreas institucionais em Campo Mourão. Dessa forma, a Praça continua a preservar sua estrutura e funcionalidade adquirida ao longo de sua história. Assim sendo, de forma sintética apresentamos em imagens sua evolução espacial, funcional e social, figura 26:

**Figura 26:** Praça Bento Munhoz da Rocha Neto: Sua evolução espacial, funcional e social ao longo da história por meio de imagens.

|   |  |  |  |
|---|--|--|--|
|                                  |                  |   |                                     |
| <p>Praça em 1968;<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2Jsxnuv">https://bit.ly/2Jsxnuv</a>, adaptado pelo autor</p> | <p>Em construção;<br/>Fonte: Museu Municipal de Campo Mourão – PR, apud Souza (2014).</p>          | <p>Em construção- 1972;<br/>Fonte: Santos Junior (2019).</p>                         | <p>Lançamento do PNCS- 1976<br/>Fonte: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2019</p>                               |
|                                 |                 |  |                                    |
| <p>Lançamento do PNCS- 1976<br/>Fonte: Santos Junior (2019)</p>   | <p>Vista aérea em 1982.<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2HsrueL">https://bit.ly/2HsrueL</a></p> | <p>O Fórum – 1986<br/>Fonte: Santos Junior (2019)</p>                                | <p>Vista aérea– atual<br/>Fonte: <a href="https://bit.ly/2VzXLUT">https://bit.ly/2VzXLUT</a> , adaptado pelo autor</p> |

Fonte: Organizado pelo autor.

Destarte, não temos como objetivos descrever minuciosamente a história da Praça, no entanto, a imagem 45 ilustra mesmo que de forma superficial a compreensão da evolução socioespacial e funcional do ambiente. Diferentemente das praças mais centrais, a praça Bento Munhoz pouco nos revela seu processo metamórfico em sua historiografia. Como transformação espacial, temos como destaque o crescimento da vegetação e degradação do ambiente construído. Com relação as práticas sociais, o ambiente mantém (mesmo que precariamente) práticas esportivas, bares e possibilidade de socialização.

Na atualidade, as práticas sociais idealizadas em seu projeto audacioso, tem concorrido com práticas de caráter ilícito como: depósito de lixo; comércio e/ou uso de práticas sexuais e entorpecentes; atuações de criminosos na pratica de roubos e homicídios.

Após as discussões referente ao espaço público apresentadas neste capítulo, vamos tecer reflexões no capítulo quatro, na qual apresentaremos as análises sobre as potencialidades existentes no espaço público urbanos de Campo Mourão (Calçadão, e as praças Bento Munhoz, São José e Getúlio Vargas). Utilizaremos dos assuntos debatidos nos capítulos um, dois e três, como aparatos teóricos e metodológicos de apoio na avaliação dos espaços pesquisados. Assim, sendo possível, conhecer suas deficiências e potencialidades, tomando conhecimento se os espaços públicos urbanos atendem ou não seus frequentadores.

## CAPÍTULO 4

### AS POTENCIALIDADES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CAMPO MOURÃO

QUE LINDO!



QUE DESPÉRDÍCIO,  
ESTÁ  
CONSUMINDO  
ÁGUA E ENERGIA!



QUEM DERA EU  
TIVESSE UM  
CHAFARIZ ASSIM.



ADIVINHA QUEM VAI TER  
QUE LIMPAR O  
CHAFARIZ?



MAS É PRECISO  
TER UM  
CHAFARIZ?



#### A casa

Era uma casa muito engraçada  
 Não tinha teto, não tinha nada  
 Ninguém podia entrar nela, não  
 Porque na casa não tinha chão  
 Ninguém podia dormir na rede  
 Porque na casa não tinha parede  
 Ninguém podia fazer pipi  
 Porque penico não tinha ali  
 Mas era feita com muito esmero  
 na rua dos bobos número zero

Vinicius de Moraes (1980)



“A Casa<sup>29</sup>” [...] espaço produzido pelo homem, possui forte característica de lugar, haja vista, haver sentimentos afetivos, ao mesmo tempo, trata-se de um ambiente privado, o poema poderia ser facilmente dedicado a um espaço público, como uma praça, um parque, a rua, entre outros.

O poema composto por Vinicius de Moraes ilustra duas situações distintas, uma atípica: como pode uma casa ser muito engraçada, se a mesma não tinha nada? E ao mesmo tempo, corriqueira: era uma casa, dotada de um programa funcional/estrutural deficiente. Neste contexto, podemos facilmente imaginarmos uma praça: [...] Ninguém podia entrar nela, não/ Porque na “praça” não tinha “pavimentação”, ou ainda “Ninguém podia fazer pipi/ Porque penico não tinha ali”.

Nesse contexto, o poema “a casa” pode ilustrar o atual panorama do espaço público mourãoense, verificando se o mesmo atende ou não os anseios de seus frequentadores. Caso os espaços públicos possuem características engraçadas e “feito com muito esmero”, pode se dizer que são espaços potenciais, caso constatamos a ausência de “chão”, “penico” e outros importantes elementos, podemos dizer que os espaços públicos de Campo Mourão apresenta alguns elementos/funções com carências funcionais.

Ainda é importante de se considerar o fator subjetividade entre os usuários e até mesmo perante a experiência do pesquisador. Conforme debate teórico acerca das potencialidades, entendemos que o objeto é potencial, quando capaz de cumprir sua funcionalidade, tanto no presente, quanto para um momento futuro.

No entanto, conforme ponto de vista do usuário um mesmo objeto pode ser mais ou menos potencial/representativo. A representatividade é ilustrada na imagem de abertura do presente capítulo, o simbólico e representativo Chafariz da Praça Getúlio Vargas, na qual o mesmo objeto é valorado de diferentes formas, conforme anseios de seus usuários. O Chafariz em determinada situação representativa de beleza: Que lindo!; conflituoso: adivinha quem vai ter que limpar o chafariz?; Também é objeto de desejo: quem dera eu tivesse um chafariz assim.

Dessa forma, entendemos às diversas potencialidades atribuídas aos objetos (espaços públicos), pelas quais temos por objetivo compreender quali-quantitativamente os espaços públicos de Campo Mourão.

Campo Mourão, cidade notoriamente conhecida por seus espaços públicos, principalmente pelas Praças São José e Getúlio Vargas mantedoras da notável Catedral de São

---

<sup>29</sup> A casa- Poema idealizado por Vinicius de Moraes, homenageia a Casapueblo de propriedade do Artista Carlos Vilaró, situada em Punta Ballena- Uruguai. Sua composição inicial era: “Era uma casa muito engraçada, não tinha portas, não tinha nada, era uma casa de pororó, era a casa de Vilaró”

José, do Chafariz, do Coreto Alberto Nogaroli e da Estação da Luz. Também pelo calçadão, símbolo econômico, financeiro e social da cidade, consta instituições bancárias, museu, edifícios comerciais e algumas das principais lojas mourãoenses.

Os espaços públicos “dizem” muito sobre uma cidade, são eles que causam uma impressão inicial ao turista, ao morador local. Se o espaço público for notável, imponente, organizado e promissor, vai passar a sensação de cidade próspera, o panorama, pode se inverter, caso o espaço público seja precário.

Dessa forma, apresentamos alguns dos principais espaços públicos mourãoenses, sua relação com a cidade e sociedade, levantando suas potencialidades. Entendemos que o bom espaço público é aquele que atende os seus frequentadores. É importante destacar o poder de troca entre espaço público e sociedade, de modo que um torna-se subordinado ao outro. Nas palavras de Ghel (2013, p. 13) “inicialmente nós moldamos as cidades, depois elas nos moldam. Assim, quanto mais humano for o espaço urbano que produzimos, mais valorizada nossa dimensão humana estará, ou seja: “uma cidade de pessoas para pessoas”.

Assim, o espaço público feito para pessoas pode moldá-las fisicamente e culturalmente, para Raynaut (2014, p. 11), a cultura pode modificar até mesmo o biótipo humano: “A constatação vale igualmente para o corpo humano, pois as suas bases biofísicas são profundamente modeladas e manipuladas pela sociedade e pela cultura”.

Nos tópicos seguintes com base no debate teórico-metodológico, partimos para o levantamento de campo (*as built*) e aplicabilidade dos questionários, assim apresentado os espaços públicos pesquisados e tomando conhecimento acerca de suas potencialidades.

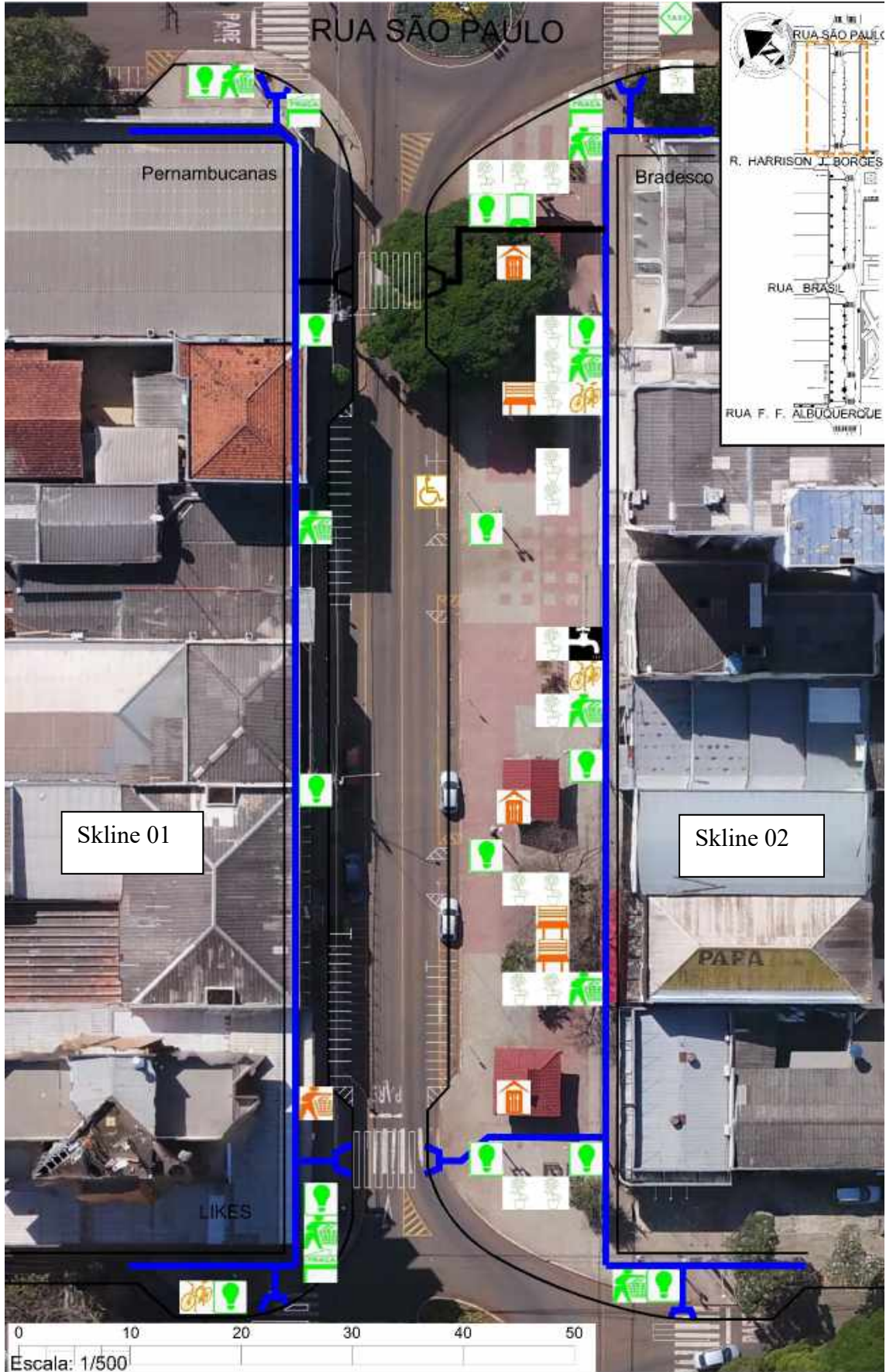
De forma a compreender quali-quantitativamente os espaços públicos pesquisados (Calçadão e as praças São José, Getúlio Vargas e Bento Munhoz), apresentamos os resultados obtidos por meio da pesquisa empírica de campo, confrontando com o referencial teórico já adotado entre outros que poderão vir a ser útil.

#### **4.1 O espaço público: sua infraestrutura**

##### *4.1.1 O Calçadão e as Praças São José, Getúlio Vargas e Bento Munhoz: panorama atual*

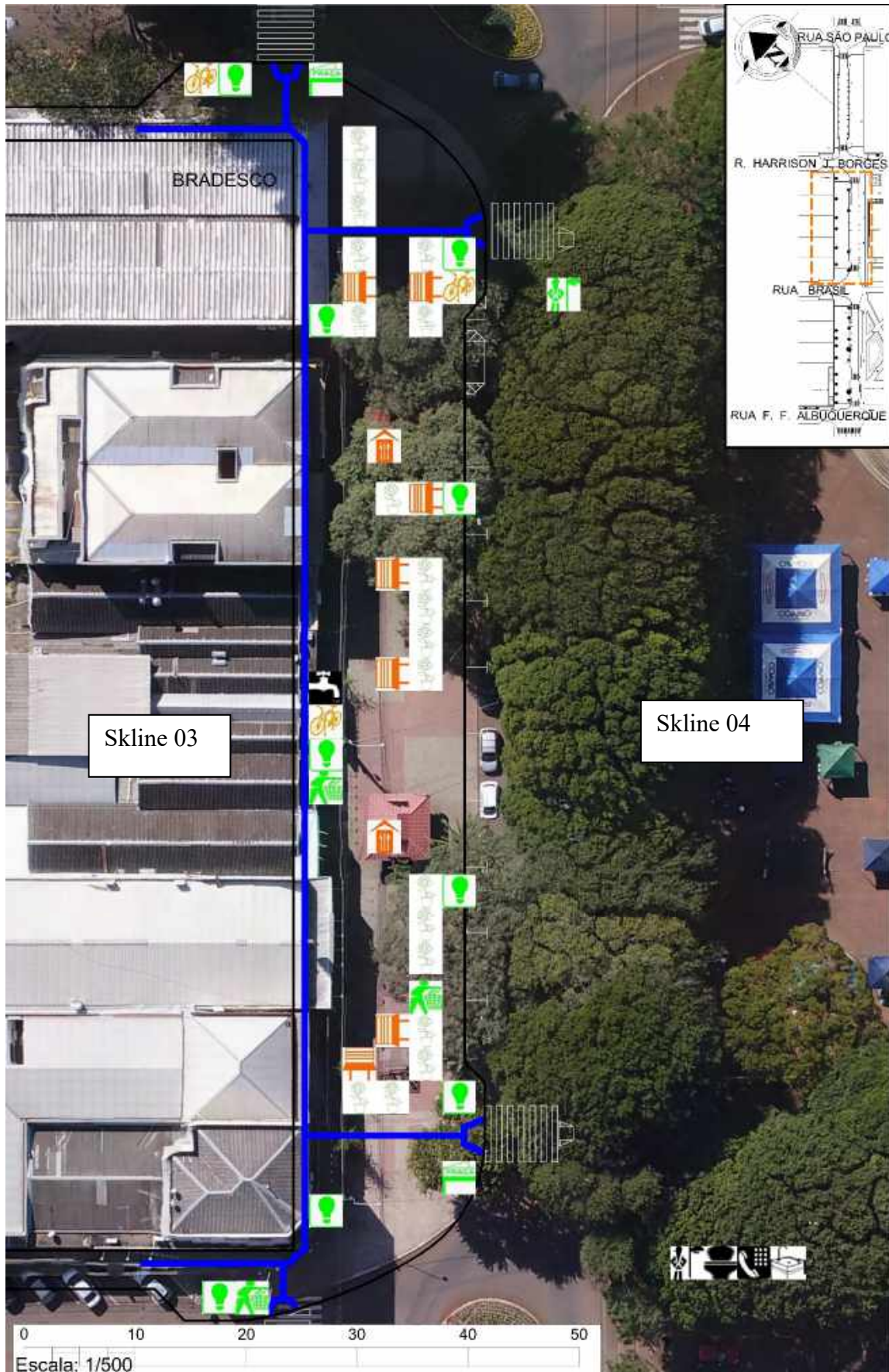
É na atualidade que se dará nosso levantamento, com a finalidade de verificar e analisar quali-quantitativamente os espaços pesquisados. Conforme figuras 27 – 31.

Figura 27: Infraestrutura do Calçadão- trecho 01.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 28: Infraestrutura do Calçadão- trecho 2.



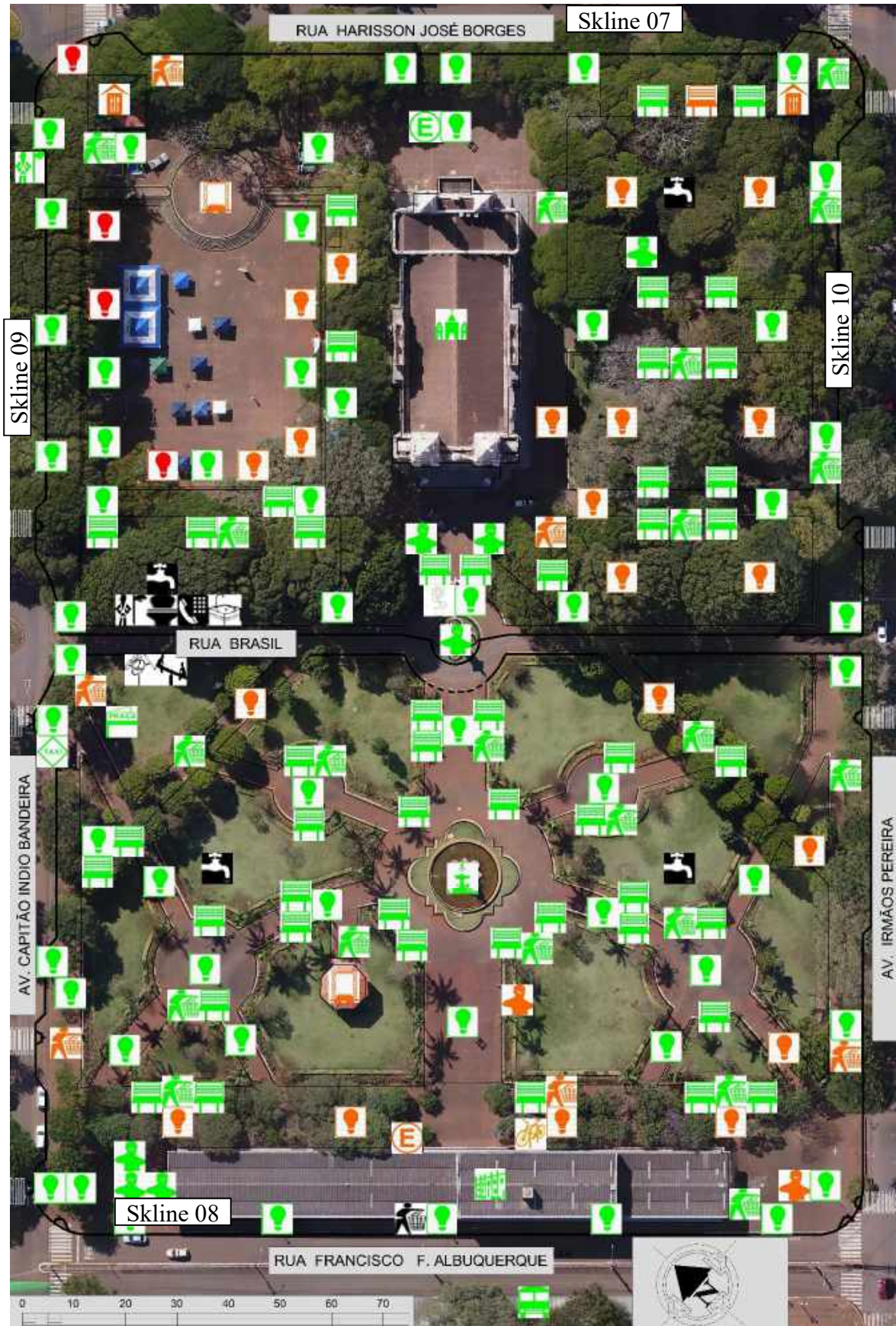
Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 29: Infraestrutura do Calçadão- trecho 03.



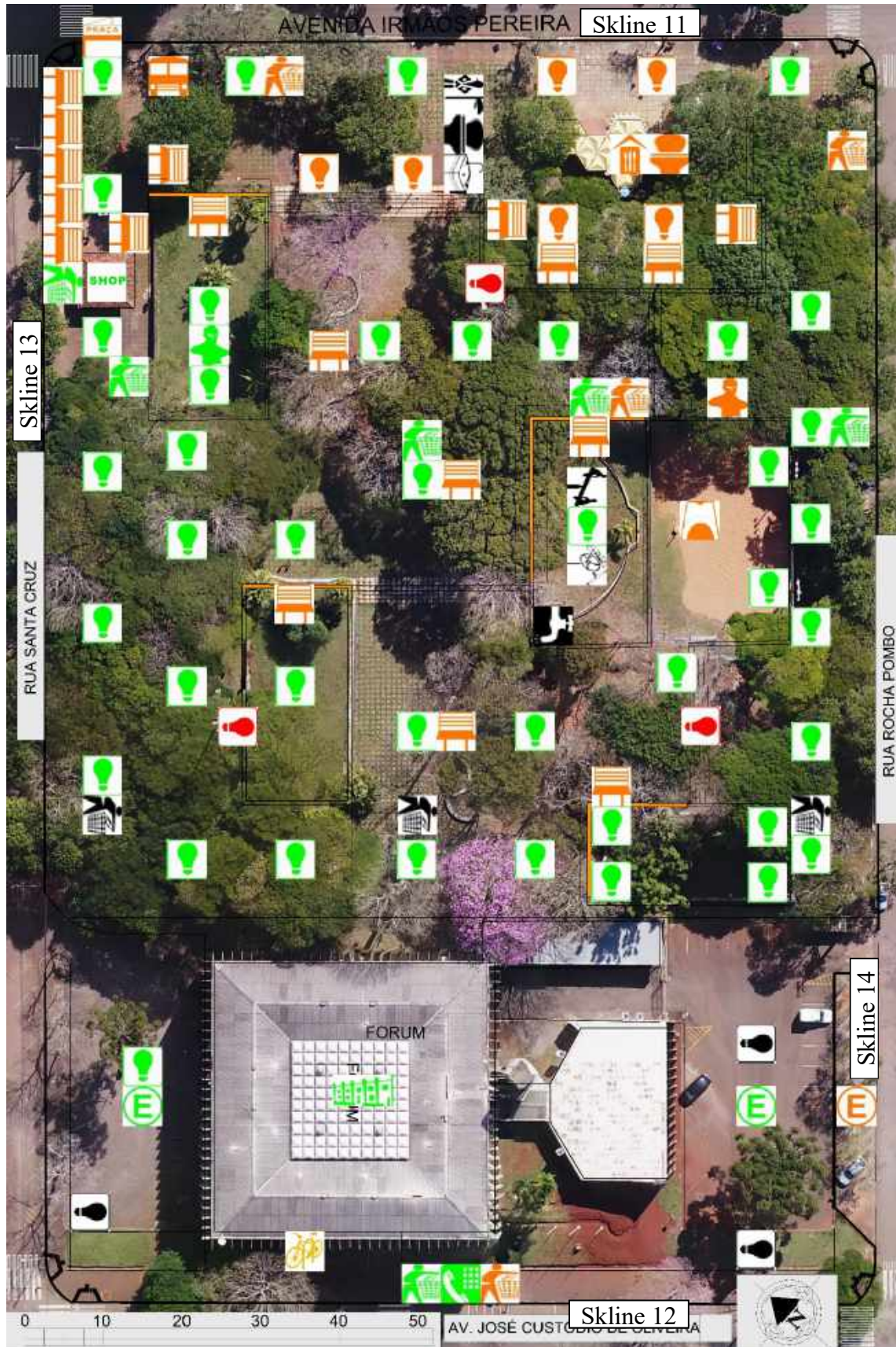
Fonte: Elaborado pelo autor.

**Figura 30:** Infraestrutura da Praça São José e Getúlio Vargas.



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Figura 31: Infraestrutura da Praça São José e Getúlio Vargas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O calçadão municipal caracteriza-se como o espaço mais eclético, pluricultural, dinâmico e globalizado de Campo Mourão. A boa estrutura e relacionamento do calçadão com seu entorno, faz do mesmo o espaço mais utilizado e diversificado da cidade, acomodando as mais diversas atividades socioculturais e econômicas. Dentre as atividades, podemos citar: vendas, políticas públicas, ações publicitárias e democráticas, lazer ativo infantil<sup>30</sup> etc.

Mas, também se revela como local de conflitos, envolvendo pessoas, animais de rua, estacionamento, assaltos e rivalidade entre comerciantes (camelôs versus lojistas portadores de alvarás).

O calçadão conta com os seguintes equipamentos e mobiliários: 16 bancos, 16 lixeiras, 55 floreiras, 9 paraciclos, 5 quiosques para a alimentação, 1 quiosque de uso múltiplo, 1 banca de revista, 1 palco/painel de informações, 5 placas de identificação (cruzamento de vias), 3 memoriais, 1 museu e 31 pontos de iluminação. O calçadão não conta com itens basilares como: sanitários, bebedouros, telefones públicos, nem opções voltadas ao lazer ativo.

Instalada adjacente ao calçadão, as praças São José e Getúlio Vargas assumem semelhanças quanto a sua função, no entanto assume um caráter mais contemplativo. É nas praças São José e Getúlio Vargas que muitos dos trabalhadores e consumidores dos comércios centrais vão descansar/frequentar em horário do almoço.

Assim como no calçadão, as Praça São José e Praça Getúlio Vargas proporcionam a diversidade, a coexistência, ao mesmo tempo, o conflito e a segregação social. As praças contam com os seguintes equipamentos e mobiliários: 49 bancos, 25 lixeiras, 1 floreiras, 1 paraciclo, 2 quiosques para a alimentação, 1 coreto, 1 palco/arena, 1 placas de identificação, 1 chafariz, 1 igreja, 1 edifício institucional, 9 memoriais/monumentos/obras de arte e 80 pontos de iluminação. As praças não contam com itens basilares como: bebedouros, telefones públicos, nem opções voltadas ao lazer ativo. Importante destacar a existência de sanitários, no entanto, de caráter semipúblico, pois é administrado pelo comerciante.

Longe da dinamicidade da área central, a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto assume ares pacatos, predominando o lazer contemplativo. A Praça conta com os seguintes equipamentos e mobiliários: 18 bancos/assentos, 9 lixeiras, 1 paraciclo, 1 telefone público, 2 quiosques/shop, 1 Quadra de areia, 1 placas de identificação, 1 edifício institucional, 2 memoriais/monumentos/obras de arte e 51 pontos de iluminação. Assim, como nas praças centrais há sanitários mantidos pelo comerciante.

---

<sup>30</sup> Lazer ativo infantil ocorre frequentemente por meio da iniciativa dos lojistas. Muitas vezes funcionando como um chamariz, ou até mesmo como brinquedoteca, enquanto seus pais frequentam o comércio.



Assim, no próximo subtítulo temos por objetivo descrever o espaço ambiente e sua relação com o entorno imediato. Importante destacar que classificamos os edifícios situados no alinhamento predial<sup>31</sup> e demais espaços edificados ou livres além da rua, como entorno.

#### 4.1.2 A vizinhança (*plinths, Soft edges e transparência*): a rua, as lojas, as praças.

O calçadão, “coração financeiro”, ponto mais frequentado de Campo Mourão, seu entorno, conforme *skyline* da (figura 32) ilustram uma diversidade de usos e funções (edifícios comerciais, institucionais, e residenciais “fundos do lote *ou sobreloja*”). Sendo: terminal rodoviário, praças, pontos de táxis, instituições bancárias, comércios diversificados, estacionamentos público e rotativo.

**Figura 32:** skyline entorno do calçadão



Skyline 01



Skyline 02



Skyline 03



Skyline 04

<sup>31</sup> No calçadão considerou-se como entorno além da rua, o alinhamento predial e suas edificações, visto serem elementos de ligação entre o setor público e privado, portanto, sendo indissociáveis entre si.



Skyline 05



Skyline 06

**Fonte:** elaborado pelo autor

Espaços públicos e semipúblico circundam o calçadão, como exemplo as tradicionais Praça São José e Getúlio Vargas, além do quase despercebido recanto dos tropeiros, uma pequena praça adjacente ao Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, o Memorial das andorinhas e o painel “Um Centenário de Colonização”.

De função socioespacial semelhante, as Praças São José e Getúlio Vargas assumem importante ponto nodal e simbólico, seu entorno, conforme skyline da (figura 33) assemelha ao calçadão, contendo: praça; museu; ponto de táxi, terminal rodoviário; farmácias; instituições bancárias; atividades comerciais; estacionamento; e residenciais (fundo do lote e/ou sobre loja).

**Figura 33:** Skyline entorno das Praças São José e Getúlio Vargas.



Skyline 07



Skyline 08



Skyline 09



Skyline 10

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Tanto o calçadão quanto as Praças São José e Getúlio Vargas têm como grande atrativo, a presença massiva do setor comercial (joalherias, roupas, calçados, cosméticos, artigos religiosos, mobiliários de açougue, casas de produtos agropecuários). Tal diversidade proporciona vitalidade urbana ao local, suas atratividades estimulam as pessoas a se locomoverem, ao mesmo tempo, oferecendo segurança e zelo pelo local, o que Jane Jacobs (2014) chama de olhos da rua. É importante destacar que atratividade e segurança são condicionantes fundamentais a caminhabilidade, também conhecida como *walkability*, pois o percurso a ser caminhado é proporcional ao quão confortável e atrativo é.

A diversidade comercial, o museu, as instituições bancárias, as lanchonetes são importantes elementos na transição entre público, semipúblico e privado, desempenhando importante papel na atratividade, manutenção e segurança do calçadão e das praças São José e Getúlio Vargas. Essa relação/conexão é chamada por Karssenberget al (2015) como *Plinths*<sup>32</sup>. Ao mesmo tempo, Jan Gehl (2010) conceitua tal relação como *Soft edges*<sup>33</sup> e Allan Jacobs (1996) chama de transparência<sup>34</sup>.

Assim sendo, destacamos que a relação entre calçadão e suas lojas periféricas ocorrem por excelência, na qual em muitas ocasiões o calçadão torna-se extensão das lojas, ao mesmo

<sup>32</sup> Atratividade ao nível dos olhos, ou seja, emoções, sensações que a fachada do térreo provoca ao transeunte/observador.

<sup>33</sup> Fachadas ativas e atrativas, indutoras e não inibidoras de contato.

<sup>34</sup> Transparência, segundo Jacobs se dá na intersecção público/privado, (alinhamento predial), permitindo uma observação entre “dentro e fora” podendo ser gradis, janelas, portas, vitrines. “Las mejores calles ofrecen una sensación de transparencia en sus bordes, lugar donde se unen el dominio público y el que es menos público...uno puede ver o percibir lo que se encuentra detrás de aquello que define una calle, se siente invitado a observar o conocer ...lo que se encuentra detrás del muro” Jacobs (1996, p.299).

tempo as lojas tornam-se extensão do calçadão<sup>35</sup>. Característica única entre os ambientes pesquisados.

Tal interatividade (entre espaço público e adjacentes) constatada nas praças São José e Getúlio Vargas e principalmente no calçadão não se dá como a mesma intensidade na Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, visto ser menos estruturada, mais periférica e conseqüentemente menos atrativa ao público frequentador. A Praça Bento Munhoz da Rocha Neto é circundada por uma zona mista (comércio, residência, barzinhos e instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB). Figura 34.

**Figura 34:** Skyline do entorno da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto.



Skyline 11



Skyline 12



Skyline 13



Skyline 14

**Fonte:** elaborado pelo autor.

<sup>35</sup> A extensão do calçadão sobre o comércio se dá principalmente com relação a utilização de banheiros ou ingerir uma água, ou para proteções atmosféricas (chuva, ventos, frio e calor).

Dessa forma, é importante destacar a representatividade dos espaços públicos (praças, parques e calçadas) na vitalidade urbana, na interação e valoração do seu entorno. Na história da urbanização, sobretudo da pequena cidade, é a igreja, a praça central que ordena o território. Além do mais, conforme Bovo e Andrade (2012, p. 10), à medida que a praça ordenou o território mourãoense, a mesma sofreu consequências: “[..] No caso de Campo Mourão, suas praças centrais não só possibilitaram a organização de seu espaço, mas também sofreram as consequências imediatas de sua inserção no contexto da cidade como um todo, a partir das primeiras ruas, edificações, quarteirões, etc”.

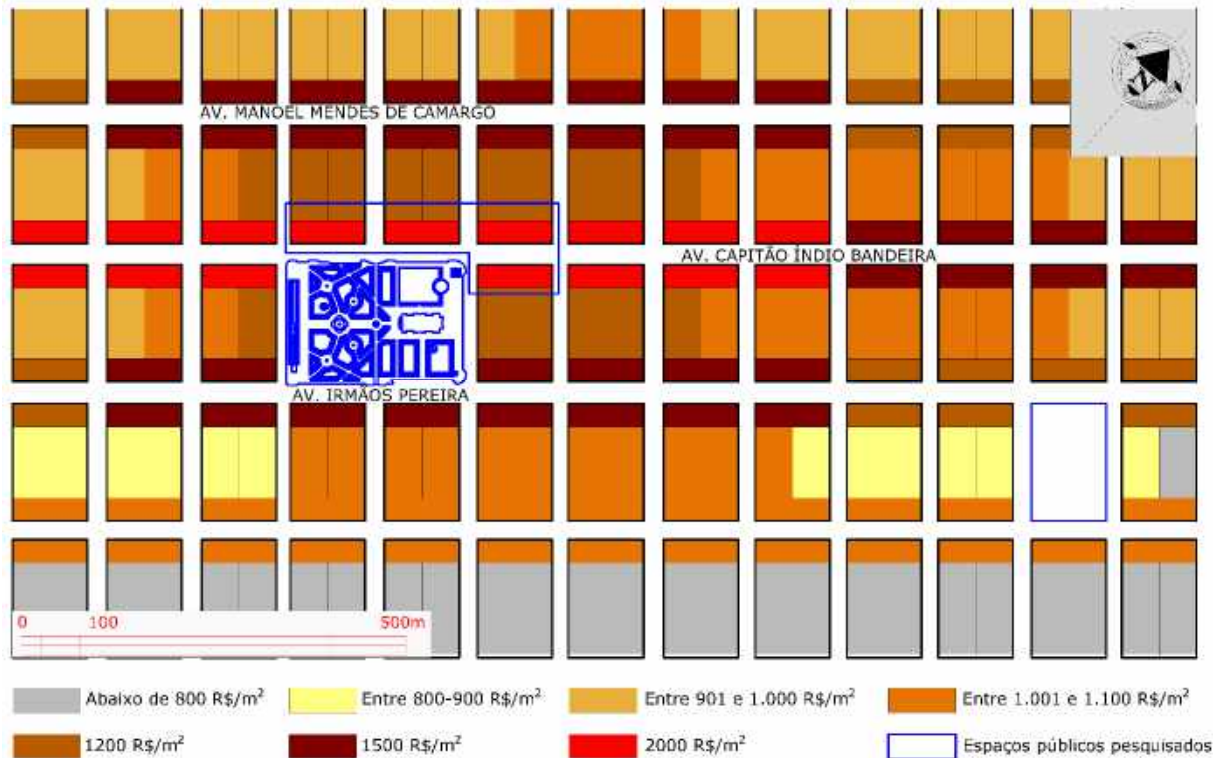
Ainda é importante destacarmos que, como a cidade se expandiu a partir da Igreja, das praças centrais, fez da região centro e ao mesmo tempo centralidade, “[...] Não fugindo à regra da maioria das cidades brasileiras, as praças que em Campo Mourão hoje ocupam posição de centralidade” (BOVO e ANDRADE 2012, p.11). Então, devido a posição de centro e centralidade é de se esperar que o entorno das Praças Centrais e do calçadão haja uma valoração imobiliária, assim como ocorre também no entorno da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto.

Para Serpa (2011), as praças e parques urbanos são importantes elementos na valorização territorial, sendo porções de terras vistas pelos gestores públicos como oportunidade para expor sua identidade, contratar projetos assinados por arquitetos de grife, implantar políticas públicas. Assim, a região ganha infraestrutura e funcionalidade, conseqüentemente resultando em uma valorização imobiliária da região. E o que ocorre aos arredores do Central Park, na ilha de Manhattan em Nova Iorque, ou próximo aos parques parisienses, conforme pontua Serpa (2011).

Dessa forma, a atuação em conjunto entre as praças (Getúlio Vargas, São José e Bento Munhoz da Rocha), o centro e a centralidade acabam por impactar no valor do solo urbano, conforme figura 35.

Nesse contexto, junto ao calçadão encontra-se o metro quadrado mais caro da cidade, 2000 R\$/m<sup>2</sup>. Enquanto no entorno das praças Getúlio Vargas e São José, encontram-se o segundo e terceiro maiores preços 1500 e 1200 R\$/m<sup>2</sup>. Em uma região mais afastada e com menor predominância do comércio, a Praça Bento Munhoz sofre acentuada desvalorização, com valor do solo girando entre 800 e 1200 reais/metro quadrado.

**Figura 35:** Preço do m<sup>2</sup> na área central de Campo Mourão, considerado em 2019 para cálculo de IPTU.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento, 2019, adaptado pelo autor.

Dessa forma, fica evidente que o espaço público, o centro e a centralidade exercem importante papel na valorização e manutenção da cidade. A ação conjunta é mais notável junto ao calçadão.

#### 4.1.3 Acessibilidade: modais de transporte, estacionamento, faixas de pedestres, pisos e traçados dos caminhos.

A acessibilidade reflete na legibilidade e na escala humana do espaço público. A acessibilidade refletirá diretamente na possibilidade de uso, levando em consideração as diferentes classes sociais (pobre rico), acessibilidade simbólica (todos os povos) e acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Dessa forma, vamos apresentar os espaços públicos pesquisados, levando em consideração seu acesso por modais de transportes: ônibus, táxis, estacionamentos, e condições de caminhabilidade, levando em consideração o tipo de piso e acessibilidade (rampas, piso tátil, sinais sonoros). Figura 36.

O calçadão possui excelente acessibilidade, tanto para usuários do transporte privado, quanto para usuários do transporte público e semipúblico (táxis). É nas proximidades do calçadão que se situa o terminal rodoviário (único na cidade), funcionando como *hub*, ou seja,

todas as linhas iniciam e termina no mesmo. Bem localizado, coberto, equipados “em seu interior, acessível apenas mediante ticket de entrada” com bancos, sanitários “inclusive com acessibilidade”, bebedouro e paisagismo interno, atribuímos a ele, nota 2,3.

Tão fácil quanto, as imediações contam com a prestação de transporte público por empresas privadas, ou seja, os táxis. Adjacente ao calçadão há dois pontos de táxis: número 01 e 02, funcionando em abrigos, de arquitetura semelhante aos quiosques do calçadão. São bem conservados, representativos simbolicamente. O serviço encontra-se em funcionamento, com veículos a disposição. Um dos pontos conta com 10 taxistas, enquanto o segundo, conta com oito. O horário de funcionamento não é pré-determinado, mas sim, conforme disponibilidade do taxista. Assim, atribuímos, nota 2,5.

Caso o usuário opte por utilizar veículo próprio, o entorno do calçadão conta com estacionamento em vias públicas, para uso comum e privativo (farmácia, polícia militar e para cadeirantes).

Dentre as vagas privativas de destaque, citamos a destinada à Polícia Militar, localizada junto ao trecho número 02 (local estratégico – posição mediana no calçadão) e junto as Praças Centrais. Recorrentemente a Polícia Militar faz uso da vaga, implanta-se no local, efetua vigias e controla o trânsito.

Também se destaca a existência de uma vaga destinada a portador de mobilidade reduzida, devidamente demarcada. Segundo a Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão/Estatuto da Pessoa com Deficiência deve haver ao menos uma vaga universal em estacionamentos de cunho público ou privado, ou 2% para quando houver mais de 100 vagas.

No entorno, como se trata da área mais central e simbólica de Campo Mourão, em horário comercial as vagas em via pública tornam-se escassas. Como alternativa, surge o estacionamento rotativo mantido pela Igreja Matriz, na Praça São José. Ambas as formas de estacionar intercala sol e sombra, são bem conservados, e relativamente seguro (há poucos relatos de roubos nas áreas centrais).

Dessa forma, entende-se que o calçadão é bem servido por estacionamento, sendo tão acessível quanto se deseja e se pode pagar pelo mesmo (ilustração plena quanto ao espaço público mercadoria). O estacionamento mantido pela Igreja Católica, na qual se cobra R\$ 2,00 reais a hora, ou 10 reais a diária, assim atribuímos nota 2,8.

Ocupando territórios vizinhos, a acessibilidade presente no calçadão é indissociável às praças Getúlio Vargas e São José, assim, ocupando das mesmas estruturas e dos mesmos serviços. Para tanto, é importante destacar a relação conflituosa ocasionada pela existência de um estacionamento interno destinado a motocicletas. Localizado junto a Estação da Luz, sem

acesso por pista de rolamento, o tráfego de motocicleta conflita com atividades peatonais, conseqüentemente, tornando-se uma prática perigosa. Dessa forma, atribuímos nota 2,1 aos estacionamentos das praças São José e Getúlio Vargas.

Bem menos estruturada, a Praça Bento Munhoz da Rocha não conta com ponto de Táxi (o mais próximo fica a 900 metros), porém conta com um ponto de ônibus. O ponto de ônibus cumpre suas funções, no entanto, de difícil acessibilidade (piso irregular), malconservado e parcialmente desprotegido das intempéries (possui apenas cobertura). Por tanto, atribuímos nota 1,3.

Caso o usuário opte por utilizar veículo próprio, o entorno conta com estacionamento em vias públicas e no interior da praça. Junto ao Fórum, há dois estacionamentos, ambos com vagas para idosos e cadeirantes, no entanto, carentes de iluminação, mas de livre acesso. Ainda é de considerar que junto ao fórum, o estacionamento da via pública ocupa a faixa de calçada, tornando a mesma inexistente nesse trecho. Assim, atribuímos nota 2,1.

Tão importante quanto à facilidade de chegar, são as condições de mobilidade interna e suas ligações com o espaço adjacente. Dessa forma, apresentamos os pisos e traçados na sua relação com o entorno (figura 37).

Propício à caminhada, o calçadão conta com as presenças de bancos, lixeiras, sombra, possui pavimentação em concreto intertravado (PAVER), bem conservado, faixa livre adequada, seguro, funcional e de desenho elegante. O piso conta com poucos pontos de imperfeições (geralmente próximos a raízes das árvores), no entanto infestado por ervas daninha.

O calçadão conecta com seu entorno por meio de rebaixos de calçadas e faixas de pedestres, é verdade que tais rebaixos não apresentam dimensões conforme requisitos da NBR 9050-2004 e tão pouco, quanto à edição de 2015. No entanto, permite acessibilidade.

O ambiente é dotado de piso tátil, atendendo parcialmente a NBR 9050 e NBR16537-2016, pois “quando houver mudança de direção com ângulo entre 90° e 150°, deve haver sinalização tátil de alerta, formando áreas com dimensão equivalente ao dobro da largura da sinalização tátil direcional” NBR16537, 2016, 7.4.3, P. 27), situação que não ocorre no calçadão.

A locação do piso tátil respeita os Decretos Municipais 4763/2010 e 6080/2013, na qual especifica que a linha de piso tátil deve estar 80 cm distante do alinhamento predial. Um fato negativo ocorre por parte dos lojistas, que desrespeitam, muitas vezes expondo seus produtos sobre o calçadão e piso tátil. É importante destacar que o próprio alinhamento predial serve



como guia para o deficiente visual. Dessa forma, entendemos que o ambiente é bem conservado, funcional, seguro e elegante, conseqüentemente é acessível, com nota 2,5.

Assim como o calçadão, as praças São José e Getúlio Vargas se apresentam propícias à caminhada, ao descanso e à contemplação. Com pavimentação em PAVER, apresenta regularidade, favorecendo a caminhabilidade. No entanto, apesar de uniforme, já apresenta sinais do desgaste natural em sua superfície. Há poucos pontos de imperfeições (geralmente próximos a raízes das árvores). As praças se conectam com seu entorno por meio de rebaixos de calçadas e faixas de pedestres, assim como no calçadão, em desconformidade com a normatização, além do mais, as praças são desprovidas de piso tátil. Dessa forma entendemos que a pavimentação das Praças São José e Getúlio Vargas é bem conservado e parcialmente acessível, dessa forma, atribuímos nota 1,7.

Em um panorama totalmente inverso ao calçadão e as praças mais centrais, a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto é desfavorável a caminhabilidade. Com pavimentação em peças de concreto alternadas á fendas permeáveis (dominadas por gramas e ervas daninhas), faz do ambiente pouco acessível.

Nas proximidades do Fórum, a pavimentação se dá por PAVER e concreto alisado, apresentando certa regularidade. Importante destacar que junto ao fórum, a calçada deu lugar a um estacionamento em diagonal, assim, extinguindo a calçada em prol do automóvel.

Assim sendo, os poucos rebaixamentos de calçadas estão em desconformidade com a NBR9050, o piso tátil é inexistente, além do mais, há inúmeros setores acessíveis apenas por escadas (também em desconformidade com normas, (piso: 55cm, espelho: 15cm). Para o piso e acessibilidade, atribuímos nota 0,5.

**Figura 36:** Os modais de transporte e estacionamento



**Calçadão, Praças São José e Getúlio Vargas-** (a): Estacionamento para motocicleta junto à estação da luz; (b): Terminal rodoviário; (c): Ponto de táxi; (d): Vaga privativa para portador de mobilidade reduzida (PPNE); (e) Vaga privativa para Policia Militar; (f): Estacionamento rotativo da Praça São José;  
**Praça Bento Munhoz da Rocha Neto –** (g): Ponto de ônibus; (h): Vaga privativa PPNE; (i): Estacionamento sobre o passeio., (J): Estacionamento junto ao fórum.

**Fonte:** elaborado pelo autor

**Figura 37:** Mobilidade interna/externa: a pavimentação, o piso tátil e os rebaixos.



**Calçada:** (a): Degradação do PAVÉR junto á raízes; (b): Ervas daninhas invasoras; (c): Faixa de piso tátil bloqueada por mobiliários; (d): Rebaixamento de calçada fora de normatização, e boca de lobo degradada.

**Praças São José e Getúlio Vargas:** (e), (f) e (g): Degradação do PAVÉR junto á raízes; (h): Rampas em desconformidade com a NBR 9050.

**Praça Bento Munhoz da Rocha:** (i): Pavimentação em PAVÉR com deformações; (j): Piso concregrama com Invasão de gramas e ervas daninhas; (k) Acesso por escadas; (e): Rampas em desconformidade com a NBR 9050.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

#### 4.1.4 *A Vegetação dos espaços públicos centrais de Campo Mourão.*

Conforme Whyte (2001), árvores e demais vegetações são importantes elementos na composição do bom espaço público, fornecendo usabilidade, beleza e conforto. Assim sendo, elementos indissociáveis do espaço público, dessa forma, apresentamos a vegetação do espaço público central da cidade de Campo Mourão, Figura 38.

O calçadão conta com boa presença de árvores, sendo elas de grande e pequeno porte. (além das espécies presentes nas floreiras). Às árvores de grande porte são remanescentes pré 2014, pós reforma, devido a presença de cabos aéreos, além da presença massiva de marquises e fachadas comerciais plantou-se espécies de pequeno e médio porte. Destarte, não temos por objetivos levantar as espécies arbóreas existentes. As árvores proporcionam ao calçadão a dicotomia sombra/sol, atribuindo características favoráveis ao local.

Em algumas ocasiões, as árvores jovens não se desenvolveram, apresentando-se raquítica, enquanto duas das árvores encontram-se doentes com risco de queda. Dessa forma, classificamos às com nota 2,4.

As praças São José e Getúlio Vargas são mantedoras de exuberante vegetação, tanto em nível arbóreo, quanto forrageiro e arbustivo. Na Praça São José prevalece as árvores de grande porte, remanescente de outrora. A vegetação ainda se faz presente em parterres, forrado com grama e delimitado por arbustos. Nas proximidades da igreja, há a presença de uma grande floreira, que tem a função além da estética, também funciona como bloqueio/barreira de tráfego.

Já a Praça Getúlio Vargas, remodelada integralmente em 2004, é mantedora de uma vegetação nova e diversificada. Seu interior mantém árvores de pequeno e médio portes, parterres em gramas e bordadura múltiplas com diferentes espécies arbustivas ou forrageiras. No entanto, não temos por objetivo, diferenciar e classificar espécies. Nesse contexto, as árvores e demais vegetações proporcionam beleza, além de sombra, atribuindo características favoráveis ao local. Dessa forma, classificamos às com nota 2,8.

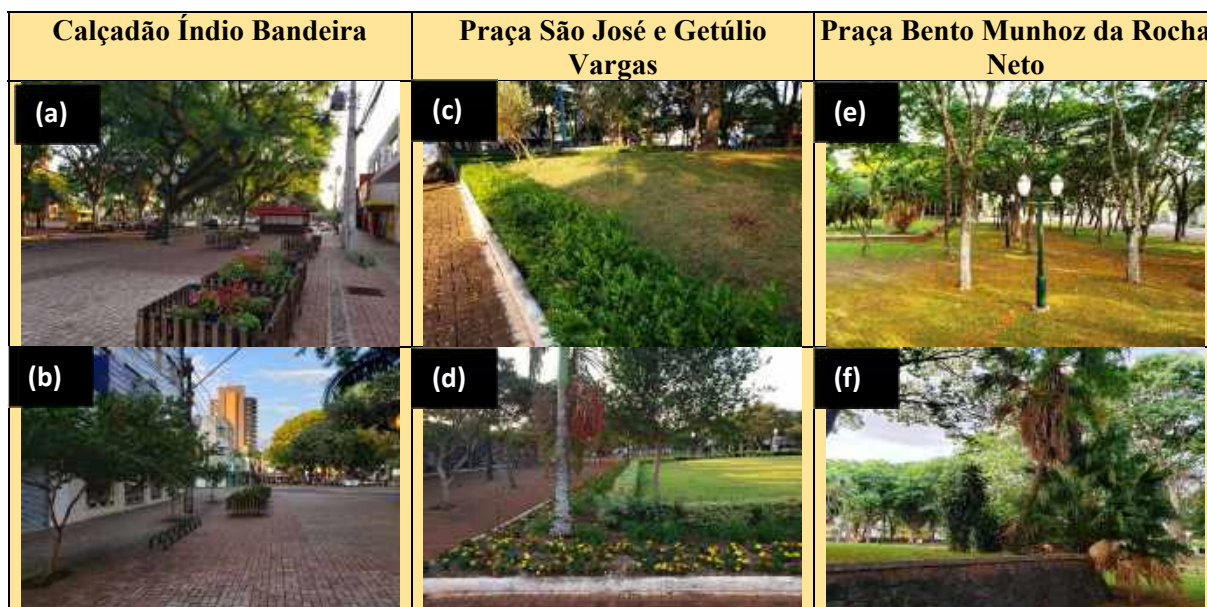
Mais periférica e relegada ao abandono a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto é mantedora de densa vegetação arbórea (árvores de grande porte), além do mais, a densa vegetação acaba por gerar fobia<sup>36</sup> aos usuários. Os parterres e fendas entre pisos são dominados por gramas (em total abandono). No entanto, não temos por objetivo, diferenciar e classificar espécies. Nesse contexto, as árvores além de exercerem importante papel junto ao ecossistema

---

<sup>36</sup> A vegetação composta por arvores de grande porte, copas frondosas, por muitas vezes torna o ambiente sombrio, que se intensifica à medida que o piso, tomado por ervas daninhas deixa de fornecer contraste e refletir a luz, seja ela, de origem artificial ou natural.

proporcionam beleza, sombra, proporcionando características favoráveis ao local. Dessa forma, classificamos às com nota 1,9.

**Figura 38:** Árvores, arbustos e forrageiras.



**Calçadão:** (a): Conjunto de floreiras e árvore de grande porte; (b): árvores de pequeno porte.

**Praças São José e Getúlio Vargas:** (c): Bordadura em arbusto, gramado e vegetação de grande porte; (d) Bordaduras com diferentes forrageiras, gramado, vegetação de médio porte e palmeira.

**Praça Bento Munhoz da Rocha:** (e): Vegetação de grande porte e gramado; (f): Parterres com conjunto de vegetação.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

#### 4.1.5 As obras de artes: chafariz, memoriais, monumentos e placas de inauguração

Chafariz, memoriais, obras de artes se fazem presentes no espaço público mourãoense (figura 39). O calçadão conta com três memoriais: o boca maldita, as andorinhas e um centenário de colonização<sup>37</sup>. O “boca maldita” é um memorial com a finalidade homenagear importante grupo mourãoense de grande atuação nas últimas décadas do século XX, eles: discutiam políticas, elaboravam pesquisas eleitorais, participavam da vida pública e política da história de Campo Mourão. Um dos temas mais marcantes tratava-se acerca da manutenção e pavimentação da “rodovia boiadeira”, BR-487. Apesar de significativa, as informações são sintéticas, insuficientes para as novas gerações. Além do mais, o memorial encontra-se em situação de abandono.

Ainda, adjacente ao Museu, há outros dois memoriais, o primeiro remanesce do antigo calçadão da década de 1990, trata-se de um recorte, preservando a imagem das andorinhas e

<sup>37</sup> Os memoriais das andorinhas e um centenário de colonização situam-se em terreno adjacente ao calçadão, fazendo parte de sua *softedge*. Mas para melhor significação, apresentamos em conjunto com outros espaços/objetos/mobiliários semelhantes.

seu material de confecção. Importante abordar que, a construção do calçadão em peti-pave e as andorinhas foram de suma importância para o desenvolvimento socioeconômico de Campo Mourão, marcando uma nova era e criando uma nova identidade.

Enquanto o segundo, denominado “um centenário de colonização” de autoria do artista plástico Anderson Soares em 2006, confeccionado em um mosaico cerâmico remete à colonização do Paraná, homenageando os pioneiros, agropecuária e o transporte férreo.

Os três memoriais presentes no calçadão são significantes à sociedade tanto mourãoense, quanto paranaense, ilustrando a atuação da sociedade em prol do desenvolvimento socioeconômico da cidade. No entanto, carecem de informações, manutenção, limpeza e visibilidade, assim, sendo sub-explorado. Dessa forma, atribuímos nota 2,3.

As Praças São José e Getúlio Vargas são mantenedoras de 9 obras de arte. É o chafariz (com a catedral São José como plano de fundo), o principal ponto nodal de Campo Mourão, é elemento indispensável em seções fotográficas (casamento, batismo, turistas, etc.). O chafariz é importante elemento e representativo quanto ao empoderamento de Campo Mourão na região, conforme Santos Junior (2010), sendo o primeiro exemplar em todo o vale do Piquirivai, tornando-se cartão postal da cidade.

Em 1993, o Chafariz ilustrou a capa da lista telefônica da Região Noroeste do Paraná. Ainda em 1993, “a Câmara Municipal, em uma atitude inédita até então, aprovou projeto de lei incluindo o Chafariz e o Coreto como os primeiros bens do patrimônio cultural do município” (SANTOS JUNIOR, 2019, p.1). Simbólico, funcionando com frequência, no entanto, apresentando falta de manutenção (limpeza), atribuímos a ele 2,8.

As outras obras de arte são distribuídas em placas de inauguração, placas de identificação da obra, placas de homenagem a elementos marcantes, obeliscos e elementos religiosos, como: a Cruz, e esculturas alusivas a Santos e membros do clero.

São elementos significantes ao contexto, como homenagem ao santo padroeiro “São José” ao Papa João Paulo II, ao Bispo Dom Virgílio, (de suma importância para o contexto que se insere- no caso o sagrado da Praça São José). Enquanto que a Praça Getúlio Vargas, homenageia sobretudo, na maioria das vezes, os políticos envolvidos na construção e manutenção daquele espaço e atuando também, na produção da cidade de Campo Mourão. Há também de se destacar a existência de um memorial destinado à família Pereira, umas das pioneiras no desbravamento do município.

As placas e os memoriais são representativos, tanto em meio sagrado, quanto no profano. Muitos das placas memoráveis encontram-se em locais discretos, ainda ilegíveis (letras

desgastadas e/ou assente) em consonância com a falta de manutenção/limpeza, dessa forma, atribuímos nota 2,2.

Em número representativo inferior as praças centrais, a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto conta com importante obelisco alusivo à preservação do solo, juntamente com uma placa de inauguração de obra. Em um de seus canteiros foi erigido o monumento pró-solo, muito representativo tanto do ponto histórico, quanto contemporâneo, representa a expansão agrícola da década de 1970 e sua necessidade de conservação que perdura até os dias de hoje. Segundo Santos Junior (2010), o monumento é o primeiro e um dos poucos existentes em Campo Mourão, sua inauguração foi marcante, com a presença de personagens ilustres, como: do Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, do governador Jaime Canet Júnior (1975-1979) e do prefeito Renato Fernandes Silva (1973-1976). Além do mais, a inauguração contou com a presença massiva da população.

Bem visível em escala apropriada a seu contexto na praça, dotado de iluminação direcional, são alguns de seus diferenciais, no entanto, assim, como toda a praça, o monumento é relegado ao abandono. Importante destacar uma deficiência projetual quanto às placas informativas que situam junto ao monumento. Situado ao centro do canteiro, para acessá-las é preciso “pisar na grama”, assim, dificultando sua leitura. Dessa forma, mediante a dificuldade do acesso às informações para os desconhecedores da história, o monumento pode se tornar insignificante.

Próximo à Quadra de Areia, há um pedestal muito provavelmente alusivo à inauguração da Praça, ou parte dela. A placa ausente acaba por perder sua funcionalidade. De forma geral, podemos entender que cumprem seus objetivos de forma parcial, assim, atribuindo nota 2,5.

**Figura 39:** As obras de artes e memoriais.

**Calçadão:** (a): Memorial “Boca Maldita”. (b): Memorial das andorinhas; (c) Memorial um centenário de colonização.

**Praça São José e Getúlio Vargas:** (d): Conjunto de memoriais junto a estação da luz; (e): O simbólico chafariz; (f): Memorial homenageando o pioneirismo da família Pereira; (g): Conjunto de monumentos “santos”; (h): Cruz; (i): Detalhe da estátua homenageando o 1º Bispo de Campo Mourão – Dom Eliseu.

**Praça Bento Munhoz da Rocha Neto:** (j) e (k) Monumento Pró-solo e sua falta de manutenção; (l) Placa informativa - degradada.

**Fonte:** elaborado pelo autor.



Os elementos presentes nos espaços públicos de Campo Mourão vão de encontro com as características desejadas ao bom espaço público, como: legibilidade e significado; assim como, remete às dimensões do espaço público: contribuindo para a imagem da cidade, preservando a memória, o simbolismo e a identidade do local.

#### 4.1.6 *Os templos e as instituições*

Os templos e instituições se fazem presentes no espaço público de Campo Mourão. Enquanto o calçadão conta com o Museu Municipal Deolindo Mendes de Oliveira<sup>38</sup>, a Praça São José conta com a Catedral São José, a Praça Getúlio Vargas mantém a Estação da Luz, e a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto contempla o Fórum (figura 40).

O edifício de traços arquitetônicos neocoloniais se destaca na skyline do calçadão, com sua fachada eclética com linhas retas, arcos, adornos, mureta, frontões e telhado aparente. O Museu trata-se da primeira edificação em alvenaria construída em toda a cidade (final da década de 1940). Inicialmente construído como posto de saúde, posteriormente ocupado pela Secretaria de Planejamento Municipal na década de 1990 e definido como Museu nos anos 2000.

O museu conta com importante acervo histórico, como: objetos indígenas, utensílios dos pioneiros e imagens de importantes momentos na construção histórica de Campo Mourão. De acordo com a direção do museu, em 2018 a instituição recebeu aproximadamente 4734 visitantes. Dessa forma, o edifício é histórico, contempla importante acervo, no entanto, ainda não dispõe de acessibilidade, dessa forma classificamos o como eficiente, com nota 2,1.

A Praça São José conta com a Catedral (símbolo mourãoense). Edifício soberano em um espaço aberto, situada no “coração” de Campo Mourão, em estilo neoclássico, na qual destaca suas torres e linhas geométricas. A catedral também se destaca por ser a sede da diocese de Campo Mourão, a qual subordina municípios como: Peabiru, Araruna, Engenheiro Beltrão, entre outros. De grande imponência, muitas vezes a igreja dá nome à praça “praça da Igreja”. O edifício, bem conservado, simbólico e acessível. Dessa forma, atribuímos nota 3,0.

Nas proximidades, na Praça Getúlio Vargas há a Estação da Luz “Dom Eliseu Simões Mendes” (maior centro cultural de Campo Mourão). Edifício que abriga diversas funções, dentre elas a biblioteca municipal e a Academia Mourãoense de Letras -AML. O edifício projetado pelo Engenheiro Civil Mauricio Impalizeri, inaugurado em 1967, abrigou a estação rodoviária até sua reforma em 2004. O edifício marca a primeira apresentação do Hino de Campo Mourão, homenageia o primeiro Bispo de Campo Mourão e marca o evento de

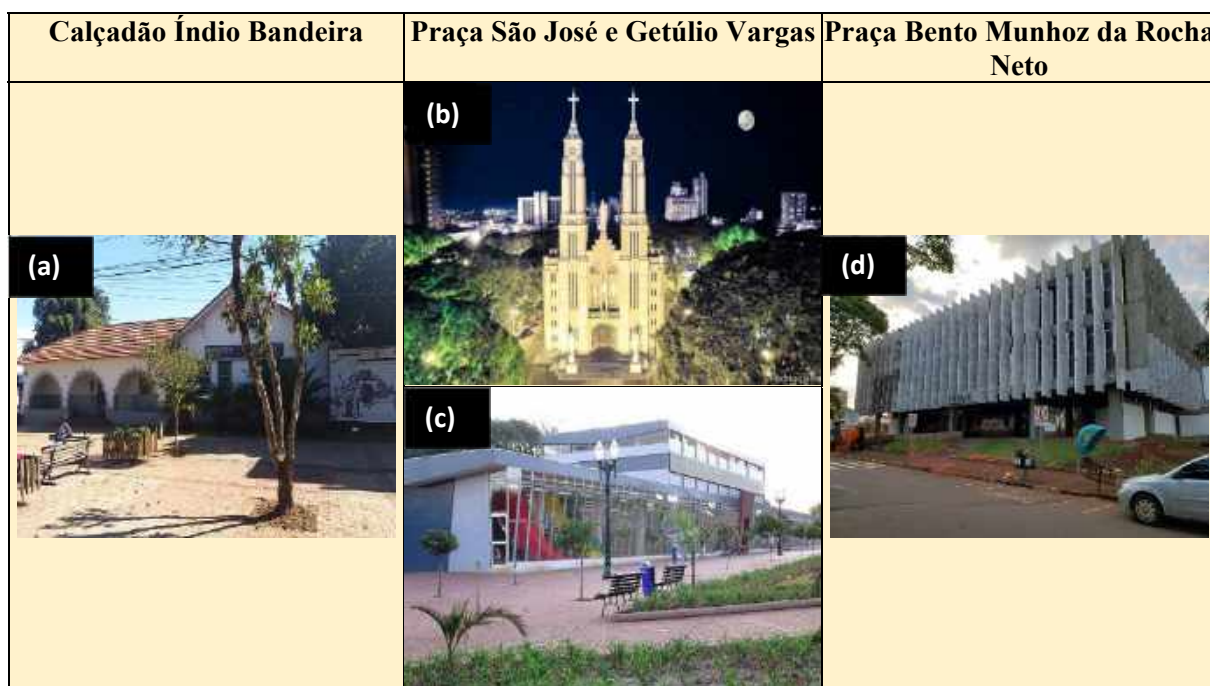
---

<sup>38</sup> O Museu municipal situa-se em terreno adjacente ao calçadão, fazendo parte de sua *softedge*. Mas para melhor significação, apresentamos o em conjunto á espaços semelhantes.

inauguração da luz elétrica na cidade. Dessa forma, além de simbólico, histórico, o ambiente é bem conservado, assim, atribuímos nota 3.0 a instituição.

Assim como na Praça São José, a Praça Bento Munhoz da Rocha conta com um edifício que muitas vezes a representa, principalmente com relação a seu nome, Praça do “Fórum”. O edifício Brutalista, imponente, simboliza a justiça, a igualdade de todos perante a Lei. Simbólico, mas carente de manutenção, atribuímos ao edifício nota 2,3.

**Figura 40:** Os templos e as instituições.



**Calçadão:** (a): Museu Municipal Deolindo Mendes de Oliveira.

**Praça São José e Getúlio Vargas:** (b): Catedral São José<sup>39</sup>; (c): Estação da Luz<sup>40</sup>.

**Praça Bento Munhoz da Rocha Neto:** (d) Fórum da Comarca de Campo Mourão.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Assim como os monumentos e obras de artes, a igreja, a estação da luz e o Fórum são importantes elementos para o bom espaço público, contemplando: significado, simbolismo, legibilidade, preservação da história e identidade.

#### 4.1.7 Os bancos e assentos

Os bancos são interessantes: para Jacobs (2014), Whyte (2001), Gehl (2010), pois é relativo à escala humana, ao descanso, a socialização, são neles que as pessoas sentam e apreciam o movimento, a brisa, o sol, se alimentam, enriquecem o local, caracterizando como

<sup>39</sup> Catedral São José; fonte: <https://bit.ly/2PbQafU>

<sup>40</sup> Estação da luz; fonte: <https://bit.ly/35WVVnk>

incentivo para às pessoas permanecer no local... etc. Para tanto, é importante que os bancos sejam em quantidade satisfatória, ergonômicos, elegantes e bem conservados.

O município de Campo Mourão não dispõe de normatização quanto à ergonomia de bancos e assentos, o assunto é abordado por Whyte (2001) e pela NBR 9050-2015. Para a citada norma, os bancos devem possuir profundidade entre 0,40 e 0,45m, altura entre 0,40 e 0,45 metros com relação ao piso acabado, encosto entre 100° e 110°. Enquanto que para Whyte (2014), os bancos devem possuir profundidade mínima de 40 cm ou de 36 cm, quando dotados de encosto.

Para Whyte (2001), o número de bancos e assentos devem ser proporcionais aos espaços ocupados. Conforme Whyte (2001, P.112), em áreas livres externas, recomenda-se 1 metro linear de banco ou assento para cada 9,14 m<sup>2</sup> de área. “Deve haver no mínimo 1 pé linear de assento para cada 30 pés quadrados de área de praça urbana”, (tradução nossa).

De acordo com Whyte (2001), além dos bancos, bordas de fontes, canteiros de flores podem ser contabilizados como bancos, desde que atendam as dimensões já citadas. Mobiliários, móveis pertencentes a cafés e outros estandes de alimentação não são contabilizados como bancos.

Assim sendo, numa escala humana é sabido que floreiras, canteiros e outros elementos fixos podem servir ao homem, então nesse contexto, apresentamos os diferentes bancos presentes/assentos presentes no espaço público mourãoense (figura 41), iniciando pelo calçadão.

Os bancos, distribuídos ao longo do percurso linear do calçadão, favorecem tanto à socialização, quanto proporciona um ambiente mais intimista. Dispostos em diferentes arranjos físicos (individual, semicírculo ou frente-a-frente), os bancos ora implantados na sombra, ora sob sol (sem considerar a rotação terrestre). De forma geral, os bancos são localizados em pontos estratégicos, distribuídos ao longo do calçadão, sempre em conjunto a outros mobiliários públicos urbanos, como floreiras, lixeiras e iluminação.

De design elegante os bancos seguem uma linha clássica, construídos em réguas de madeira (assento e encosto) e pés em metal ornamentado. De forma geral, encontram-se funcional, havendo apenas um banco com o encosto degradado, no entanto, a falta de manutenção prevalece principalmente no tocante à limpeza e pintura. É importante destacar a utilização do objeto para fins publicitários inadequados (ofertas de serviços sexuais) e conseqüentemente sua depreciação, tanto física quanto simbólica.

Considerando indicadores propostos por Whyte e NBR 9050, percebe-se que os bancos do calçadão atingem parcialmente os índices ergonômicos, pois apresentam 38 cm de

profundidade, 40 cm de encosto. A profundidade, ligeiramente inferior ao estabelecido pela NBR9050, no entanto, condizente com o estipulado por Whyte. Os bancos são instalados a uma altura média de 35 cm, estando aquém do estabelecido por norma, encosto em compatibilidade.

O calçadão estende-se por três quadras, instalado em aproximadamente 6.134 m<sup>2</sup> de área livre e áreas construídas (quiosques). Para atender os requisitos citados por Whyte (2001), deveríamos ter aproximadamente 680 metros lineares de banco. No ambiente atual temos 16 bancos com 1,80 metros de comprimento, totalizando 28,80 m, ou 4,3% do indicado pelo autor. Apesar de interessante, os cânones apresentados por Whyte (2001) podem comprometer a funcionalidade do espaço, visto resultar em elevada área com obstáculos, fragmentando o espaço, reduzindo sua área pedonal, assim como reduzindo a possibilidade de outras atividades.

Dessa forma, desconsideramos um possível déficit quantitativo, conforme Whyte (2004), considerando parcial ergonomia e falta de manutenção, definimos que os bancos do calçadão atendem parcialmente a população, recebendo 1,8 de nota média.

De modelo semelhante ao calçadão, as praças São José e Getúlio Vargas possui 49 bancos, sempre acessíveis (com exceção aos deficientes visuais) e ergonômicos (conforme Whyte (2001) e NBR9050), distribuídos de forma uniforme, ora sob a sombra, ora a sol pleno, na maioria das vezes, em conjunto com outro banco, ou com lixeiras. Destacamos que, rotineiramente, frequentadores utilizam como banco, as arquibancadas da arena da Praça São José. Salientamos que tal arquibancada não pode ser contabilizada como banco, visto suas dimensões (piso: 38cm; Espelho: 17Cm), estarem em desconformidade com a NBR 9050 e Whyte (2001).

Assim, ao traçarmos uma estimativa relacionada à quantidade de bancos/m<sup>2</sup>, as praças ocupam uma área livre acessível de aproximadamente 16.180,00 m<sup>2</sup> (desconsiderando construções, jardinagem e estacionamento). Para atender os requisitos citados por Whyte (2001), deveríamos ter aproximadamente 1770 metros lineares de bancos. Atualmente, temos 49 bancos com 1,80 metros de comprimento, totalizando 88,20m, ou 4,98% do indicado. No entanto, assim como no calçadão, não consideramos tal indicador para classificar qualitativamente os bancos. Dessa forma, são acessíveis, bem conservados, ergonômicos, atribuímos nota 2,5.

De perfil diferente, a Praça Bento Munhoz da Rocha neto, relegada ao abandono, tem em seus bancos, a sua imagem, contando com 18 bancos/assentos, em mal estado de conservação. Na praça, faz-se presentes 4 tipologias de bancos/assentos, sendo eles: 5 bancos em régua de madeira estruturado em suportes metálicos; 1 banco em alvenaria com encosto; 7

bancos em concreto armado sem encosto; 4 Bordaduras revestidas em rochas, com dimensões compatíveis.

O conjunto de bancos em madeira e metal, localizados junto à “pedra – comércio de veículos”. Esses bancos apresentam-se em mal estado de conservação, réguas de madeiras soltas e/ou amarradas com arame, consequência da falta de manutenção, além do mais, encontram-se fora de ergonomia com relação à altura do assento. Nas proximidades, há um solitário banco, exemplar único em alvenaria com encosto, mal-conservado (sujeira, fissuras, pintura/verniz) e locado em local de difícil acesso.

Predominante na praça, os bancos de concreto em duas tipologias (suntuosos e geométricos) possuem ergonomia adequada (altura e base), no entanto desprovidos de encosto. A ausência deste, conforme Gomes (2016), resulta em bancos desconfortáveis, inibindo o usuário de permanecer por tempo prolongado, principalmente quando se trata de idosos. Além do mais, predomina a falta de manutenção (limpeza).

Diferentemente do calçadão e das praças São José e Getúlio Vargas, a Praça Bento Munhoz conta com estrutura alternativa (de dimensões compatíveis, altura: 40-45cm e base: 40cm), com a possibilidade de uso como assento, alguns trechos das bordaduras dos parterres. No entanto, além da ausência de encosto, apresentam os mesmos problemas dos demais (falta de manutenção, sujeira excessiva e inacessibilidade).

É importante destacar o layout ineficiente dos bancos quando relacionados à socialização, geralmente em disposição linear (mesmo que serpenteante), não favorece a comunicação e socialização, muito aquém do que vemos no Calçadão (proximidade: possibilidade de ver e ouvir aquele que está em frente, ao lado), quando dispostos em conjuntos “[...] favorecem a vivência de grupos de amigos, por exemplo” (GOMES, 2016, p.82).

Assim, como nos demais espaços, traçamos uma estimativa conforme Whyte (2001). A Praça conta com 9.542,00 m<sup>2</sup> de área acessível (desconsiderando parterres e construções). Nesse contexto, deveria contar com 1044 metros de banco/assento. Atualmente, a praça conta com aproximadamente 158 metros de banco e 90 metros de assento (bordadura do parterre), assim, totalizando 248 metros. O panorama atual equivale a 23,75% do estipulado por Whyte (2001). Desconsiderando a qualidade, dentre os espaços pesquisados, é a Praça Bento Munhoz, a melhor servida. Salientamos que na praça há outros assentos, ou seja, as banquetas dos quiosques de alimentação são mesas e banquetas fixas de livre acesso, mas será analisada qualitativamente em conjunto com o quiosque.

Dessa forma, diante da inacessibilidade, falta de manutenção e bancos fora da ergonomia, definimos que cumprem suas funções parcialmente, assim, recebendo nota 1,1.

**Figura 41: Os bancos e assentos dos espaços públicos.**



**Calçadão:** (a): Conjunto de bancos com dimensões: “Altura: 35cm; base: 38cm; encosto: 40cm, comp.:180cm”; (b): Banco junto a floreiras; (c): Banco com encosto quebrado; (d): Banco com pichação.

**Praça São José e Getúlio Vargas:** (e): Conjunto de Banco com dimensões: “Altura: 43cm; base: 38cm; encosto: 40cm, comp.:180cm”; (f): conjunto de bancos e lixeira; (g): Degraus/archibancada utilizada como bancos; (h): Banco com encosto quebrado e com presença de lixo;

**Praça Bento Munhoz da Rocha Neto:** (i) banco em concreto armado (modelo serpenteante e geométrico), “Altura: 40cm; base: 50cm; comp. variável; (j) Bordadura em alvenaria, com trechos potenciais para banco; (k) banco em alvenaria, Dimensões “Altura: 40cm; base: 42cm; encosto: 51cm, comp.:155cm”; (l) Conjunto de bancos “clássicos” em madeira e metal, “Altura: 36cm; base: 38cm; encosto: 40cm, comp.:180cm”.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Os bancos exercem fundamental importância e representatividade ao espaço público, tanto em sua dimensão, quanto em suas potencialidades. Os bancos auxiliam na socialização e na comunicação. Em se tratando de espaço público potencial, os bancos se relacionam à escala humana, necessidade de descansar, apreciar, conversar, sentir a essência do ambiente. Quando, possível, proporcionam ao frequentador a possibilidade de permanência no local.

#### 4.1.8 *As lixeiras*

Estima-se que diariamente o brasileiro gere entre oitocentas a mil gramas de lixo, sendo que uma parcela é depositada no espaço público. Para isso, é importante que haja lixeiras disponíveis e acessíveis e em quantidade suficiente. Segundo Demattê (1999), as lixeiras devem estar distribuídas em equidistância máxima de cem metros. Conforme a NBR9050 (2015), a lixeira deve proporcionar espaço para aproximação de P.C.R (Pessoas em cadeira de rodas), serem instaladas fora das faixas livres de circulação. Com relação à altura, a NBR 9050 (2015), item 8.6.2 é bastante interpretativa e subjetiva, “altura que permita o alcance manual do maior número de pessoas, conforme Seção 4”. Dessa forma, consideramos a altura máxima confortável para cadeirantes (1,20m) e também uma altura mínima, de forma a evitar que, as pessoas arremessem o lixo, evitando assim, sujeiras. (75 cm).

Segundo Gomes (2016) não é aconselhável a utilização de lixeiras com fundo vazado, pois pode haver vazamento do lixo, caso o saco plástico não esteja estanque ou em sua ausência. O autor ainda cita a necessidade de haver recipientes distintos para coleta seletiva. Lixeiras ideais são aquelas que contêm tampas, também devem ser resistentes a ataques de cães, assim, evitando vetores de doenças. Partimos para análise das lixeiras dos espaços públicos de Campo Mourão (figura 42).

As lixeiras do calçadão pertencem a duas tipologias construtivas, a primeira estruturada em perfil metálico, régua de madeira com fundo em tela moeda; enquanto a segunda: toda em aço, vedado com tela moeda. O calçadão dispõe de dezesseis lixeiras distribuídas ao longo de suas três quadras, cada quadra com aproximadamente cento e doze metros de comprimento. Instaladas nos extremos, também distribuídas por toda a quadra, não excedendo a equidistância de cem metros entre si. (distância máxima plausível). Quinze das dezesseis lixeiras possuem altura recomendada, no entanto, uma apresentou altura inferior a 60 cm. Todas elas dispunham de sacolas plásticas, estando bem conservadas.

Dessa forma, entendemos que as lixeiras são acessíveis, tanto do ponto de vista ergonômico, quanto em sua equidistância. Elas são bem conservadas equipadas com sacolas

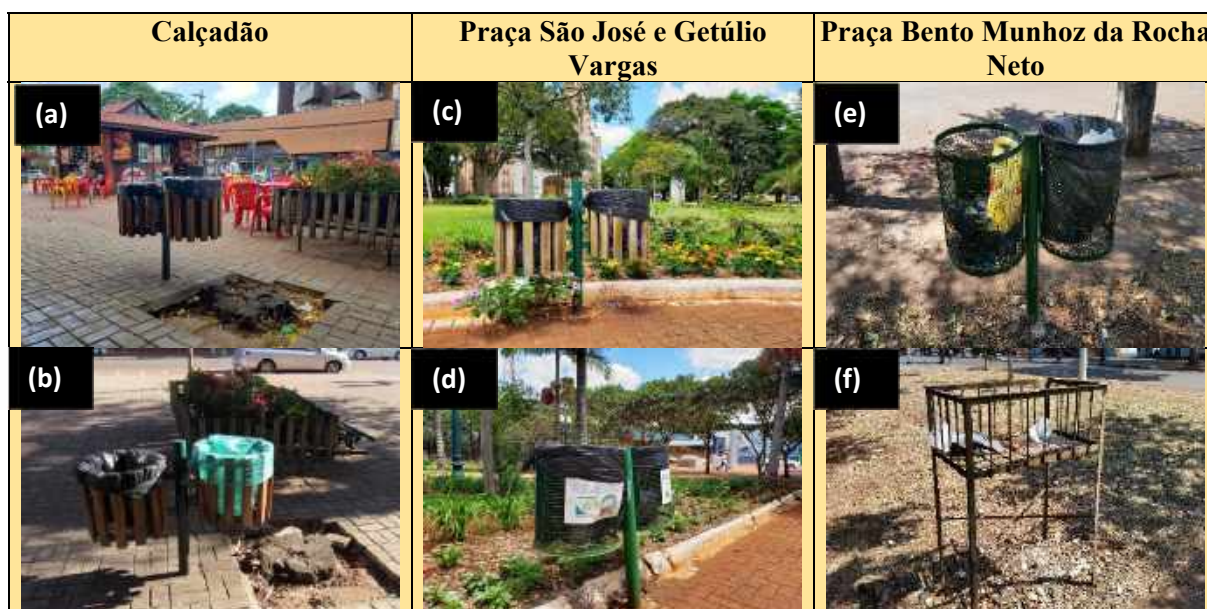
plásticas, no entanto apresentam deficiências funcionais (estanqueidade). De forma geral, as lixeiras cumprem com seus objetivos, assim devido ao conjunto, atribuímos nota 2,8 a lixeira.

De estilos semelhantes ao calçadão, as praças São José e Getúlio Vargas mantêm 25 lixeiras alternadas aleatoriamente entre: estruturada em perfil metálico, régua de madeira com fundo em tela moeda e toda em aço vedada com tela moeda. Utilizando a metodologia proposta por Demattê (1999), constatou-se que o layout implantado na praça é eficiente, havendo apenas um trecho com lixeiras distantes acima dos cem metros. Compreendendo o trecho (calçada) da rua Francisco Ferreira Albuquerque.

Ainda com relação à acessibilidade, todas elas encontram-se em trecho bem pavimentado e acessíveis (exceto por deficiente visual), apenas uma das 25 lixeiras apresentou altura inferior a 75 cm.

Algumas das lixeiras (construídas integralmente em metal) encontravam-se degradadas, vandalizadas e conseqüentemente havendo falta de manutenção. É importante destacar que as lixeiras apresentavam-se equipadas com sacolas plásticas, no entanto em alguns trechos, principalmente (entre a igreja e a avenida Irmãos Pereira), havia a presença massiva de lixo descartado sobre os passeios e canteiros. Dessa forma, assim como no calçadão, as lixeiras cumprem os requisitos, conseqüentemente recebendo nota 2,1.

**Figura 42:** As lixeiras.



**Calçadão:** (a): Lixeira em tela moeda; (b): Lixeira em régua de madeira.

**Praças São José e Getúlio Vargas:** (c): Lixeira em Régua de madeira; (d): Lixeira confeccionada em tela moeda, depredada.

**Praça Bento Munhoz da Rocha:** (e): Lixeira em tela moeda com sacola mal colocada; (f): Lixeira com grandes fendas.

**Fonte:** elaborado pelo autor.



Já as lixeiras da Praça Bento Munhoz da Rocha são todas em aço. Contendo apenas nove unidades, os trechos nas proximidades do fórum não são atendidos, conforme Demattê (1999). Além do mais, uma delas apresenta altura inferior aos 75 cm, duas estão degradadas e uma terceira (responsável pelo lixo do Xaxixão) é executada toda em aço, com fundo e laterais em malha ortogonal. A malha de grande dimensão e a ausência de tampa contribuem para a fluidez do lixo.

Dessa forma, mesmo havendo lixeiras em bom estado de conservação, equipadas com sacos plásticos, conforme ilustrado no mapa cartográfico, entendemos que as lixeiras são pouco acessíveis (devido à baixa qualidade do piso), dispostas em arranjo físico deficiente e ainda em baixa quantidade, dessa forma, atribuímos nota 1,0.

A presença da lixeira e seu bom uso é representativa e elucidativa à sociedade. O espaço público sujo e desdenhado, automaticamente afeta a imagem da cidade, sua identidade e seu simbolismo. Além de tudo, a conscientização ambiental evolui conjuntamente com o homem, sendo primordial, garantirmos a sustentabilidade, preservando o hoje, para garantir no amanhã.

#### 4.1.9 *As floreiras*

De função múltiplas, as floreiras podem ajudar a criar uma identidade, assim como na rua XV de Novembro em Curitiba, ou mesmo criar um ar intimista, quando nas proximidades de bancos, proporcionar encontros, assim, humanizando o espaço. Ainda contribui na escala visual, na melhoria do ar e até mesmo, na aromatização do ambiente. Muito presente no calçadão, ao mesmo tempo ausente nas Praças do Fórum e elemento solitário na Praça São José, Figura 43.

Distribuídas ao longo do calçadão, frequentemente adjacentes aos bancos. As 55 floreiras são confeccionadas em aço e réguas de madeira, abrigando 4 ou 5 vasos plásticos contendo herbáceas de ciclo anual, que são substituídas periodicamente.

As floreiras exercem fundamental representatividade juntamente com os quiosques e os postes republicanos, pois são os elementos mais simbólicos do calçadão. Com a função de embelezar o local esses elementos, também acabam por atribuir uma função mais intimista aos bancos, geralmente funcionando como um envoltório.

As floreiras são mantidas com flores, bem distribuídas pelo calçadão, as floreiras carecem de uma simples manutenção, como limpeza e nova pintura, dessa forma entendemos que as floreiras atendem os seus objetivos, recebendo nota 2,7.

Relegando a estética, com foco na funcionalidade, a Praça São José conta com uma floreira com a finalidade única de bloquear o fluxo de veículos ao estacionamento da Catedral. Dessa forma, sendo funcional, com vegetação vistosa, bem localizada, atribuímos a ela, nota 2.1.

**Figura 43:** As floreiras dos espaços públicos de Campo Mourão



**Calçadão:** (a): Conjunto de floreiras

**Praças São José e Getúlio Vargas:** (b): Floreira com a finalidade de inibir o fluxo de veículos.

**Praça Bento Munhoz da Rocha Neto:** Não contem floreiras

**Fonte:** elaborado pelo autor

Assim, como visto, as floreiras são importantes elementos paisagísticos, incidindo em fatores estéticos/ funcionais. Se relacionam com as dimensões do espaço público, no que tange: a imagem da cidade e identidade. Com relação ao bom espaço público, se relaciona: legibilidade e escala humana.

#### 4.1.10 Os paraciclos

Na contemporaneidade, período de combate ao carrocentrismo, a poluição sonora e a atmosférica; a ociosidade do trânsito, a sociedade tem clamado pela sustentabilidade e modelos alternativos de transportes, um deles, trata-se do ciclismo. Para tanto, é necessário haver uma modificação estrutural e cultural na sociedade mourãoense. Para isso, é necessário haver segurança no fluxo e também, estacionamento seguro para as bicicletas (Figura 44).

O estacionamento para bicicletas deve ser condicionado à proporção entre área local, assim como também, a eficiência do sistema de estacionamento. Conforme Whyte (2001), as vagas devem ser proporcionais à área do (parque, da praça do calçadão). Para o autor deve haver 2 vagas para cada 92,93 m<sup>2</sup>. O paraciclo mais indicado é aquele que permite apoio ao quadro da bicicleta, mas conhecido como “U” invertido ou “R”.

Nessa tendência, o calçadão dispõe de 9 paraciclos para em média, 7 bicicletas cada, ou seja, aproximadamente 63 bicicletas. Considerando a proposta de Whyte (2001), para o calçadão deveria haver 132 vagas. No entanto, mesmo em quantidade inferior, percebe-se a

subutilização dos paraciclos, muitas vezes sendo substituído por outras alternativas, como postes, estrutura das floreiras e lixeiras. Por meio de observação *in loco*, percebemos que os usuários tendem a optar por estacionar suas bicicletas próximo a seu local de trabalho e/ou visitação.

Também é de se considerar seu estado de conservação precária e deficiência funcional. Os paraciclos atuais dão suporte apenas à roda da bicicleta, permitindo, assim, sua torção (aro e raios). Dessa forma, entendemos que os paraciclos atendem parcialmente a sua função, recebendo nota 1,3.

Na mesma situação, encontra-se o conjunto de paraciclos das praças São José e Getúlio Vargas. De construção metálica (justaposto um ao outro), totalizando onze vagas, tendem a suportar as bicicletas pela roda. Conforme indicador exposto por Whyte (2001) seria necessário haver 348 vagas. Importante salientar que diferentemente do Calçadão, há poucas bicicletas “estacionadas” em outros equipamentos urbanos. O fato talvez se dá devido a praça ser menos frequentada e conseqüentemente, faltando os “olhos da rua”. Assim, diante de uma estrutura ineficiente e reduzida disponibilidade, atribuímos a nota 1,1.

**Figura 44:** Os paraciclos e as diferentes formas de estacionar a bicicleta.



**Calçadão:** (a): Paracyclo; (b): Apropriação de mobiliário urbano como paracyclo.

**Praças São José e Getúlio Vargas:** (c): Paracyclo; (d): Apropriação de mobiliário urbano como paracyclo.

**Praça Bento Munhoz da Rocha Neto:** (e): Paracyclo; (f): Apropriação de mobiliário urbano como paracyclo.

**Fonte:** elaborado pelo autor

À mesma semelhança, a Praça Bento Munhoz da Rocha conta com apenas um paracyclo de onze unidades, ou seja, apenas 10,68% das 103 vagas necessárias conforme Whyte (2001).

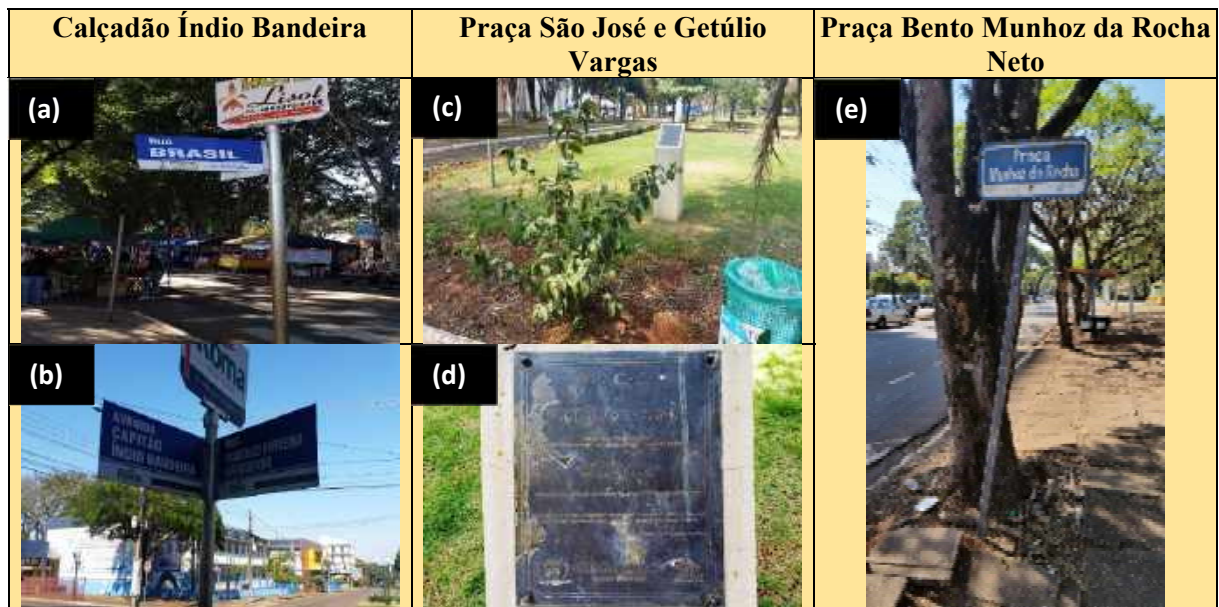
Pouco frequentada, sem os “olhos da rua”, poucas são as bicicletas no local, assim, atribuímos a nota 1.1

O ciclismo como mobilidade urbana é desejável ao bom espaço público, sua substituição ao automóvel tende a gerar ambientes mais humanizados e menos conflituosos.

#### 4.1.11 Placas de identificação

Conforme citado por Calliari (2016), legibilidade, ou seja, a possibilidade de o homem entender, conhecer e relacionar-se com o espaço, isso se torna possível por meio das placas de identificação (figura 45). Como o calçadão não possui nome, as placas dão nome à Avenida Capitão Índio Bandeira e às ruas transversais. Às placas existentes no calçadão são metálicas, fixadas em perfil tubular metálico, algumas pouco conservadas. Dessa forma, as classificamos com nota 2,3.

**Figura 45:** as Placas de identificação



**Calçadão:** (a): cruzamento com a Rua Brasil; (b) Cruzamento com a rua Francisco Ferreira Albuquerque.

**Praças São José e Getúlio Vargas:** (c): Placa com Pedestal em alvenaria; (d): Detalhe da Placa.

**Praça Bento Munhoz da Rocha Neto:** (e): Placa de Identificação da Praça.

**Fonte:** elaborado pelo autor

As Praças São José e Getúlio Vargas contam com apenas uma placa de identificação, nas proximidades do Ponto de Táxi número 01. Discreta, de difícil acessibilidade (no interior do parterre e distante do piso), contendo informações significativas, no entanto de difícil leitura. É importante destacar a representatividade da frase quando relacionada ao espaço público simbólico, histórico e identitário: “Com este ato o Governo Municipal reestabelece o respeito

à história e promove justiça àqueles que contribuíram para com o progresso de Campo Mourão”. Devido a seu estado de conservação, atribuímos nota 1,5.

A Praça Bento Munhoz da Rocha Neto conta com uma placa identitária, localizada na intersecção entre a Rua Santa Cruz e Avenida Irmãos Pereira. Fabricada em chapa metálica fixada em perfil tubular, assemelha às placas de identificação de rua (instalada em perfil tubular metálico e chapa de aço, com elevado grau de depreciação). Assim, atribuímos nota 1,1.

Dessa forma, a existência das placas é de suma importância, tanto no tocante às dimensões do espaço público: simbolismo, identidade, memórias, quanto para o espaço público potencial: significado, legibilidade.

#### *4.1.12 O comércio: banca de revista, quiosque de alimentação, quiosque de uso múltiplo e shop*

É a diversidade funcional que dá vida ao local, são os pressupostos tão defendidos por Borja e Muxí (2000), Calliari (2016), Jacobs (2014) e Daroda (2012). Atividades comerciais em espaços públicos já se fazem presentes desde a Mesopotâmia (3.000 a.C), na qual, segundo Gomes (2009, p.14): “[...] o comércio que comandava a evolução do próprio espaço”. Assim sendo, o comércio ordena o espaço, oferece atratividade, proporciona fomento à economia e por fim, favorece as trocas socioculturais (conversa, informações e produtos). Dentre as atividades comerciais, nos espaços públicos de Campo Mourão temos: Banca de Revista, Quiosques de alimentação e Quiosque de revenda de veículos, (figura 46).

Para Whyte (2001), um bom espaço público deve oferecer praça de alimentação, atividades voltadas à alimentação que tendem a fazer com que os usuários permaneçam mais tempo no local. Enquanto atividades comerciais oferecem atrativos diversos, no caso das Bancas de Revista, os atrativos são culturais (trocas de informações e conhecimento). No entanto, na contemporaneidade (época na qual os impressos sucumbem a era digital), as bancas de revistas apresentam sinais de decadência, sendo preciso se reinventar<sup>41</sup>. Já atividades voltadas ao comércio de veículos, trata-se de uma situação não corriqueira em espaços públicos, sendo uma peculiaridade da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto.

O calçadão conta com sete quiosques clássicos<sup>42</sup>, estruturados em alvenaria, com cobertura de telhas cerâmicas e vedados em chapas metálicas e painéis de vidro, apresentam-se

<sup>41</sup> É desejável que as bancas de revista atuais se diversifiquem, oferecendo prazeroso espaço para leitura e produtos complementares, como: cafés, jogos eletrônicos, programas televisivos, desde que não atrapalhe a leitura.

<sup>42</sup> Clássico, não aquela definição direcionada ao estilo greco-romano, mas sim ao clássico, tradicional que remete á uma funcionalidade, no caso quiosque destinados a abrigar atividades alimentícias.

bem conservados. Seis são mantidos pela iniciativa privada por meio de concessão; o sétimo é de uso múltiplo, na maioria das vezes, é ocupado por mesas e cadeiras (clientes do bar do Raul).

Todos os quiosques não atendem a acessibilidade a deficientes visuais, não contando com piso tátil em suas imediações. Quanto à acessibilidade por cadeirantes? Fica condicionada a funcionalidade comercial: quiosques de alimentação atendem seus clientes no calçadão, dessa forma a acessibilidade física não se torna um problema. O quiosque de uso múltiplo não é acessível.

Dessa forma, entendemos que o comércio do calçadão é simbólico, pois os edifícios e atividades, são bem conservados e cumprem sua função. No entanto, há pouca acessibilidade (visual) e não conta com praça de alimentação. Nesse contexto, entendemos que os quiosques funcionam parcialmente, recebendo nota 1,9.

A banca de revista que (necessita se readaptar/reinventar), não o faz. Localizada em uma região mais periférica, não conta com acessibilidade, não é prazerosa, não conta com área de leitura, conseqüentemente, é pouco atrativa. É importante que o leitor possa caminhar entre o acervo, podendo se interagir (ver, ler, sentir a textura e a fragrância do livro), situações essas que podem induzir o leitor a compra de um exemplar, ou ampliar sua permanência no local. Assim, entendemos que a banca exerce seu papel de forma regular, recebendo nota 1,3.

De arquitetura semelhante, há dois quiosques (alimentação e água de coco) nas Praças São José e Getúlio Vargas. O primeiro, nas proximidades do calçadão (de maior dimensão), conta com sanitários masculino e feminino, (porém de acesso controlado pelo comerciário). Inacessível conforme NBR9050 é o único sanitário presente no espaço público (mas de caráter privativo, geralmente acessível somente para clientes) central de Campo Mourão. O segundo, localizado na esquina entre a Rua Harrison José Borges e Avenida Irmãos Pereira comercializa refrescos, principalmente água de coco.

Assim, da mesma forma que as praças São José e Getúlio Vargas, ambos os quiosques carecem de sinalização tátil, não proporcionam acessibilidade a deficientes visuais. O interior dos quiosques não proporciona acessibilidade a cadeirantes, no entanto o serviço de alimentação se estende à Praça, essa sim, acessível. De características semelhantes ao calçadão, atribuímos a mesma nota: 1,9.

**Figura 46:** O comércio formal



**Calçadão:** (a) Quiosque padrão; (b): Quiosque de uso múltiplo;  
**Praças São José e Getúlio Vargas:** (c): Comércio de refresco; (d): comércio de lanches;  
**Praça Bento Munhoz da Rocha Neto:** (e): Revenda de automóveis e imóveis “Pedra”; (f): Comércio de lanches.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Atividades comerciais estão presentes na Praça Bento Munhoz. Contando com dois quiosques de atividades distintas: alimentação e revenda de veículos. O primeiro, destinado a alimentação “sanduiches”, estruturado em uma arquitetura bastante distinta em relação à própria praça e demais espaços públicos mourãoense. Edifício eclético, com traços: modernista e da arquitetura *High-Tech*, modelada em alvenaria, vidro, aço e cobertura em fibra. Um edifício de outrora que, assim, como toda a praça, não mantém acessibilidade. Nesse edifício há sanitários (masculino e feminino), no entanto controlados pelo comerciante, mediante horário de funcionamento.

De estética ultrapassada, mas bem visível e localizado, mantém bom programa de necessidades (banquetas, sanitários, praça de alimentação coberta), mas carece de limpeza e manutenção. Inacessível tanto para deficientes visuais, quanto para aqueles que possuem mobilidade reduzida, tanto em seu interior, quanto em seu exterior.

A mesma praça, ainda conta com uma peculiaridade, ou seja, um comércio de automóveis e imóveis, conhecido como “pedra”. O empreendimento tradicional entre mourãoenses e munícipes da região, funcionou junto a Praça São José até 1990. De arquitetura semelhante aos demais espaços públicos pesquisados, o empreendimento possui os mesmos problemas quanto à acessibilidade. Destacamos, também, a existência de um sanitário privativo (para comerciante e clientes).

Suas atividades anormais para com o espaço que situa, acabam por gerar uma diversidade, sendo importante ponto de encontro para aposentados, corretores e especuladores. É o ambiente ponto de troca (informações, produtos e dinheiro), talvez, seja o espaço que melhor representa o espaço público da comunicação, o verdadeiro jornal a céu aberto.

Dessa forma, mesmo descaracterizando o local, ambos os comércios proporcionam atividades distintas e “olhos da rua” a Praça. Como ponto negativo, temos a inacessibilidade, falta de manutenção e limpeza, assim atribuímos nota 1,7.

Conforme exposto, os espaços públicos de Campo Mourão contam com atividades comerciais, no entanto carentes, sobretudo de acessibilidade. A presença do comércio é de suma importância para o espaço público potencial, no tocante à escala humana, diversidade e simbolismo. Também é representativo, podendo representar a imagem da cidade, além de ser importante ponto na troca de informações e produtos.

#### 4.1.13 Telefones públicos

Conforme item 8.3.1 da NBR 9050 (2015), “Pelo menos um telefone de cada conjunto deve atender ao descrito em 8.1 e aos parâmetros das Seções 4 e 5.”, ou seja, atender ao desenho universal, sinalização tátil/sonora e parâmetros antropométricos. É importante que quando instalados em calçadas, não intervenha na faixa livre de circulação. Além do mais, o telefone acessível deve atender a NBR 15250 (2005), (dimensões das teclas e suas cores, sonorização, códigos em alto relevo). O teclado e o telefone deverão estar a uma altura máxima de 1,20 metros.

Dentre os espaços pesquisados, há apenas um telefone público, (tipo orelhão) na praça do Fórum, mais precisamente junto a citada instituição (figura 47). O orelhão encontra-se em condições de funcionamento, sendo parcialmente acessível, no entanto mal conservado e configurando um obstáculo suspenso não sinalizado, conforme NBR 16537 (2016). Além do mais, o mobiliário encontra-se depreciado, contendo inúmeros anúncios obscenos. Dessa forma, atribuímos nota 1,3.

**Figura 47:** Telefone público.



**Fonte:** elaborado o autor



Experimentalmente utilizado em 1971, os Telefones de Uso Público (TUPs), popularmente conhecido como orelhões. Muito popular durante a segunda metade do século XX, decadente no século XXI, (pós privatização das telecomunicações 1998), fato que tornou o serviço mais acessível, juntamente com a polarização da internet e da telefonia móvel (sobretudo os smartphones) que tem impactado fortemente as instalações e manutenções dos telefones públicos.

Em franco desuso, seria importante mantê-los? Para Santana (2015, p.66), sim: [...] "A importância dos telefones públicos é incontestável", opina a Proteste, especialmente porque 74,61% das linhas de celulares são pré-pagas e estão concentradas nas classes C, D e E, que utilizam o serviço mais para receber chamadas do que para originar". Dessa forma, entendemos que os orelhões ainda proporcionam vitalidade ao espaço público.

#### 4.1.14 *Quadras poliesportivas*

Em busca da melhoria quali-quantitativa do espaço público, Gonçalves e Rechia (2015, p.268), pontua que a partir da década de 1940, os espaços públicos têm ganhado atividades voltadas ao lazer ativo. Sendo essa uma das características dos parques e praças modernistas. Para os autores, “Nessa nova perspectiva, as praças passam a englobar o “lazer ativo”, que priorizava as atividades esportivas e a recreação infantil”.

Dos espaços analisados, apenas a Praça Bento Munhoz conta com espaços destinados ao lazer ativo, sendo uma quadra poliesportiva (figura 48) em areia. A quadra contém iluminação e cercamento em gradil metálico, contendo furos, além do mais, os portões não se fecham, fazendo com que a quadra fique aberta o tempo todo, conseqüentemente, permitindo a entrada de animais (cães e gatos) que defecam na areia. Além disso, a falta de manutenção tem resultado na invasão da quadra por ervas daninha.

**Figura 48:** Quadra poliesportiva em areia.



**Fonte:** elaborado o autor.

A quadra quase não conta com equipamentos, apenas possui dois mastros para o jogo de vôlei, no entanto não existe a rede, nem outros equipamentos como: traves para jogo de futebol. Assim, a quadra é pouco conservada, mal iluminada e aberta ao público. Diante do exposto, atribuímos a nota 1,5.

O lazer ativo, característica marcante do parque modernista, é característica desejada na atualidade. A presença do lazer ativo é importante elemento no espaço público contemporâneo, exercendo fundamental importância à saúde humana e oferecendo diversidade funcional ao local.

#### *4.1.15 Palco/arena/coreto/placa de publicidade*

As atividades culturais são importantes tarefas na diversidade funcional, além do mais, são importantes meios na transmissão do conhecimento e da cultura. Os espaços analisados contêm um Coreto, uma Arena com palco e uma placa publicitária. Os dois primeiros situados nas praças São José e Getúlio Vargas, enquanto que a placa está locada no calçadão (imagem 49).

Juntamente com o Chafariz, em 1993 o Coreto Alberto Nogarolli foi tombado como os primeiros bens do patrimônio cultural do município. O Coreto foi projetado para abrigar atividades cívicas e artísticas, como: apresentações musicais, culturais e políticas. Além de abrigar atividades cívicas e culturais, o Coreto também é memória, seu nome homenageia o fundador da Banda Municipal. Simbólico e histórico, na contemporaneidade o Coreto é subutilizado, abrigando atividades aquém do esperado.

Atualmente, o Coreto serve para acomodar seus frequentadores sob a sombra de sua cobertura, também é de se destacar que a edificação necessita de manutenção e limpeza. A ação principalmente dos pássaros, em muitas ocasiões torna o espaço inutilizável, além do mais, o ambiente não conta com acessibilidade,

Junto à Igreja, na Praça São José há uma grande arena equipada com um palco e arquibancada (não ergonômica), consonante com a arquitetura da praça, em escala apropriada à arena é frequentemente utilizada. São eventos distintos, como: apresentações culturais e religiosas; feiras comerciais; atividades promocionais.

Acrescentamos que devido sua amplitude dimensional, o espaço possibilita o uso múltiplo e diversificado, no local é rotineiro a presença de crianças praticando o lazer ativo: (futebol, skate, patinetes e carrinhos autônomos). É nesse espaço que a população exerce parte de sua cultura reprimida pelo programa arquitetônico proposto. A arena proporciona a flexibilidade funcional, tão defendida por Whyte (2001) e Daroda (2012).

Assim, o Coreto e arena assumem importante caráter arquitetônico/geométrico, entendemos que proporcionam atividades diversas. São simbólicos quanto sua arquitetura e geometria, conservados e acessíveis parcialmente, no entanto subutilizado, dessa forma, atribuímos a nota 1,8.

Já o calçadão conta com a presença de um grande painel-outdoor de publicidade/utilidade pública (figura 49). O painel confeccionado em aço vídeo, é mantido pela iniciativa privada, veiculando propagandas publicitárias e de utilidades públicas como: hora, temperatura, cotações financeiras, etc. Altamente funcional por sua função em informar a população, no entanto não significativo do ponto de vista arquitetônico e contextual, atribuímos a ele, nota 2,1.

**Figura 49:** Espaços para as práticas culturais (palco, arena, coreto e placas publicitárias).



**Calçadão:** (a): Painel publicitário.

**Praça São José e Getúlio Vargas:** (b): Coreto Alberto Nogarolli; (c): Detalhe da ação dos pássaros (Bem-te-vi e pardal em foco); (d) e (e): Arena da praça São José e sua multiplicidade de usos.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

As placas publicitárias para alguns constituem poluição visual, para outros uma ferramenta em prol da sociedade. De fato, os painéis são elementos neutros, no entanto potenciais quando explorados adequadamente. Enquanto os palcos culturais, como a arena da Praça São José é de fundamental importância para o bom espaço público, apresentando atratividades e servindo como palco para ações em prol da coletividade ou grupo de pessoas.

#### 4.1.16 A iluminação

Conforme Franciscon (2018) a iluminação assume fundamental papel na vitalidade e mantimento do espaço público urbano. Para o autor, a iluminação assume importante papel no tocante à orientação e segurança, tanto dos usuários, quanto do patrimônio público e/ou privado, dificultando diferentes crimes, como: pichações, furtos, homicídios, entre outros. A visibilidade é importante para o usuário, pois “A capacidade visual traz a sensação de segurança, pois o homem confia no que se vê e no que se conhece (legibilidade).” Franciscon (2018, p.1). Dessa forma, a iluminação pública cumpre papel excedente a apenas fatores estéticos.

A iluminação é considerada eficiente, quando propicia a realização das atividades submetidas de forma precisa e segura. Sua mensuração é dada em lumens por m<sup>2</sup>. De acordo com o Manual de iluminação pública da Copel (2012. P.16), para espaços públicos como: calçadas, parques e praças “[...] não é possível indicar um critério genérico que atenda a todas as situações. Para tanto, cada caso deve ser analisado individualmente. O sistema de iluminação deverá ser projetado com base nas características específicas do espaço público”. Caso fixado um nível de iluminância em lux, a ferramenta necessária para sua aferição seria o luxímetro.

A iluminação do calçadão se dá por postes republicanos confeccionados em metal, dotados com globos de polietileno, alimentado por lâmpadas de vapor metálico (tonalidade branca azulada) ou vapor de sódio (tonalidade amarela). Os postes republicanos possuem dois ou três globos.

De forma a complementar a iluminação, junto ao alinhamento predial, os postes pertencentes à rede de alta tensão foram equipados com globos (o sistema tradicional “braço com uma pétala” foi desativado). O calçadão conta com 6 postes republicanos de três globos, 14 postes republicanos de 2 globos, 12 conjuntos (globo + pétala desativada).

Destarte, como não temos um valor paramétrico (nível de iluminância em lux), então adotamos a aferição visual, tendo em vista sua boa distribuição espacial (não sendo bloqueado por árvores), sem luminária queimada<sup>43</sup>, bem conservadas, sem obstrução da luz por copas das árvores, entendemos que a iluminação do calçadão cumpre com seus objetivos, recebendo nota 2,9.

As praças São José e Getúlio Vargas contam com uma diversidade de postes, sendo: 11 postes republicanos com 1 globo, 33 postes republicanos com 2 globos, 10 postes republicanos com 5 globos e 4 conjuntos (globo + pétala desativada), materiais idem calçadão. Ainda contam

---

<sup>43</sup> Considerou-se como “queimada” a luminária 100% sem luz, exemplo: luminária ornamental com 2 globos, caso os dois estejam apagados.

com 6 postes metálicos de 2 pétalas; 11 postes metálicos equipados com braço e pétala; 1 poste metálico com 2 refletores, 4 postes artísticos com um globo; e por fim, iluminação direcional no chafariz (com finalidade artística, não serão avaliados).

Distribuídas por toda a praça em quantidade adequada<sup>44</sup>, na maioria das vezes as luminárias encontram-se conservadas, havendo poucos casos de pichação. Há quatro lâmpadas queimadas na arena. A grande deficiência existente trata-se da obstrução do fecho luminoso pelas copas das árvores, assim, a classificação é regular, nota 2,0.

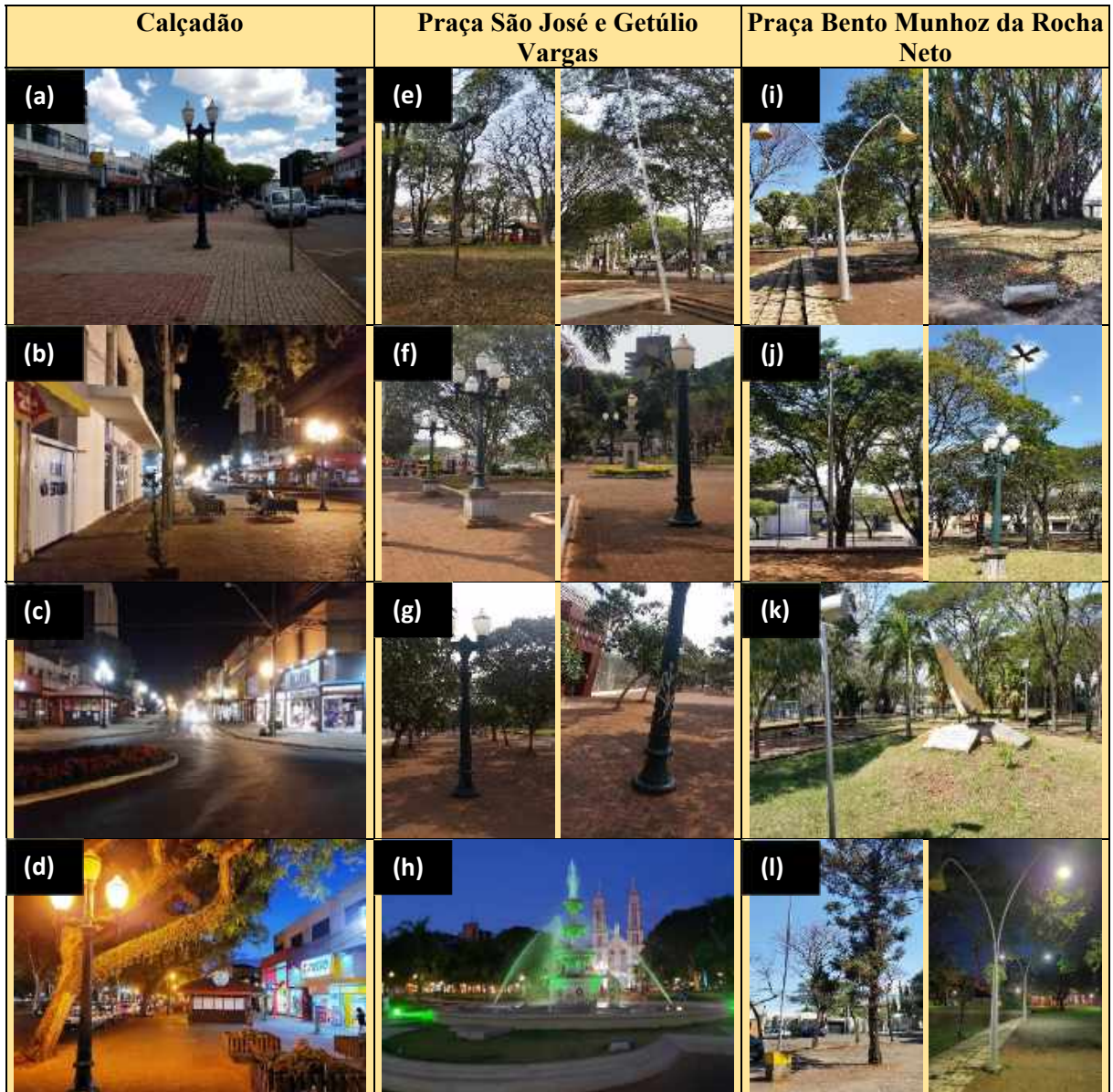
Assim como nas praças São José e Getúlio Vargas, a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto conta com diversas tipologias de luminárias, sendo: 3 super-postes (desativados) em concreto com 4 pétalas; 10 postes modelo tulipa com duas pétalas; 2 postes metálicos com um refletor (direcionado para o monumento pró-solo); um poste metálico com 4 pétalas; 4 refletores em solo; 2 postes metálicos com três refletores cada (quadra de areia); 1 poste republicano com 5 globos; 28 postes republicanos com 2 globos; Assim como no Chafariz, as instalações do Fórum contam com iluminação direcional (wall washing) (com finalidade artística, não serão avaliados).

Na maioria das vezes bem distribuídas, no entanto havendo espaços com iluminação reduzida, (região central da Praça) ou até mesmo ausente (um dos estacionamentos do fórum). Algumas das luminárias (super postes, e postes tulipas) apresentam o inconveniente de estarem juntas, ou acima das copas das árvores, assim, sofrendo influência das mesmas, e consequentemente reduzindo sua eficiência. No geral, a praça não conta com luminárias “queimadas”, dessa forma entendemos que a iluminação da praça seja Ruim: se além de luminárias quebradas, o número de postes é insuficiente, fazendo com que a iluminação esteja aquém do necessário, recebendo nota 1,0. A iluminação dos espaços públicos de Campo Mourão é ilustrada na figura 50.

---

<sup>44</sup> Nas proximidades do chafariz a iluminação torna-se escassa, no entanto, o monumento conta com iluminação direcional, assim, a ausência da iluminação geral é desejada de modo a proporcionar contraste e valorização do chafariz enquanto ponto focal.

**Figura 50:** A iluminação dos espaços públicos mourãoenses



**Calçadão:** (a): Poste republicano com dois ou três globos; (b): Globo queimado – (fixado em poste de alta tensão); (c): Vista da iluminação noturna; (d): Poste com um globo queimado

**Praça São José e Getúlio Vargas:** (e) e (f), tipologias de postes ornamentais; (g): Poste vandalizados; (h) Iluminação ornamental/direcional no chafariz.

**Praça Bento Munhoz da Rocha Neto:** (i), (j), (k) e (l): tipologias de postes; (l): vista noturna do poste tipo Tulipa com pétala danificada e obstrução da luz por copa de árvores.

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Apesar de charmosos, na contemporaneidade os postes republicanos caem em desuso, pois seu sistema de iluminação por globos com emissão de luz em 360 graus (horizontal e vertical), iluminando o que não precisa (céu) e conseqüentemente, perdendo eficiência para iluminar o que realmente precisa, no caso, a superfície. As características citadas acabam por atrapalhar o ciclo biológico de próximas, poluição visual e a baixa eficiência energética.





















Conforme exposto por Franciscan (2019), a iluminação exerce fundamental importância na vitalidade urbana (dando vitalidade e melhorando a segurança). Além do mais, o espaço público pode explorar novas funcionalidades da iluminação, de forma artística, lúdica e iterativa, conforme explica Daroda (2012).
































Assim sendo, a iluminação exerce fundamental importância no espaço público potencial, assumindo papel na escala humana, simbolismo, legibilidade, diversidade/interatividade, e ainda, funcionando como “olhos da rua”.

#### 4.1.17 Panorama atual (quadro síntese)




























Assim, sinteticamente apresentamos os resultados obtidos por meio do levantamento da infraestrutura. Conforme Quadro 13.



















**Quadro 13:** Panorama atual do espaço público: uma análise entre o bom, o regular, o ruim e a necessidade de implantação.

| Item   | Calçadão Índio Bandeira   |                 | Praças São José e Getúlio Vargas  |                 | Praça Bento Munhoz da Rocha Neto   |                 |
|--|---|-----------------|---|-----------------|--|-----------------|
| <b>Bancos</b><br>           |  | <b>Nota 1,8</b> |          | <b>Nota 2,5</b> |     | <b>Nota 1,1</b> |
|  | Acessíveis; não ergonômico; falta de limpeza e manutenção.                          |                 | Acessíveis; ergonômicos e bem conservados   |                 | Inacessíveis; não ergonômico; falta de limpeza e manutenção.                             |                 |
| <b>Iluminação</b><br>       |  | <b>Nota 2,9</b> |          | <b>Nota 2,0</b> |     | <b>Nota 1,0</b> |
|  | Bem distribuídas; bem conservadas; sem luminárias queimadas; sem obstrução.         |                 | Bem distribuídas; bem conservadas; com luminárias queimadas; obstrução por copa das arvores |                 | Distribuição deficiente; luminárias queimadas; obstrução por copa das arvores            |                 |
| <b>Lixeiras</b><br>         |  | <b>Nota 2,8</b> |          | <b>Nota 2,1</b> |     | <b>Nota 1,1</b> |
|  | Bem distribuída; acessíveis; bem conservadas; equipadas com sacolas plásticas.      |                 | Bem distribuída; acessíveis; falta de manutenção; equipadas com sacolas plásticas.          |                 | Mal distribuída; pouco acessíveis; falta de manutenção; equipadas com sacolas plásticas. |                 |
| <b>Sanitários</b><br>       |  |                 |          |                 |     |                 |
|  | Não há sanitários público (livre acesso)  |                 | Não há sanitários público (livre acesso)  |                 | Não há sanitários público (livre acesso)   |                 |
| <b>Telefone Público</b><br> |  |                 |          |                 |     | <b>Nota 1,3</b> |
|  | Não há telefone público   |                 | Não há telefone público   |                 | Mal conservado; efetua chamadas; parcialmente acessível                                  |                 |

|   |   |                 |   |                 |   |                 |
|---|---|-----------------|---|-----------------|---|-----------------|
| Bebedouros<br>                             |    |                 |    |                 |    |                 |
|   | Não há telefone público   |                 | Não há telefone público   |                 | Não há telefone público   |                 |
| Pisos e Caminhos<br>                       |    | <b>Nota 2,5</b> |    | <b>Nota 1,7</b> |    | <b>Nota 0,5</b> |
|   | bem conservado; funcional/acessível; seguro e elegante                              |                 | Bem conservado; parcialmente acessível; seguro.   |                 | Mal conservado; Inacessível; inseguro   |                 |
| Palco/coreto/<br>placa<br>publicitária<br> |    | <b>Nota 2,1</b> |    | <b>Nota 1,8</b> |    | <b>Nota 2,8</b> |
|   | Funcional; Desenho deselegante com relação ao entorno                               |                 | Proporciona atividade diversificadas; conservado parcialmente; acessível parcialmente, subutilizado; representativo arquitetonicamente. |                 | Não há palco/elemento cultural.   |                 |
| Obra de arte<br>                          |   | <b>Nota 2,3</b> |   | <b>Nota 2,3</b> |   | <b>Nota 2,5</b> |
|   | Significantes; Carentes de visibilidade, informações, limpeza e manutenção.         |                 | Significantes; Carentes de visibilidade, informações, limpeza e manutenção.   |                 | Significantes; Visível, Carentes de limpeza e manutenção.                             |                 |
| Chafariz<br>                             |   |                 |    | <b>Nota 2,8</b> |  |                 |
|   |   |                 | Simbólico; histórico; visível; elegante; funcionando; apresentando falta de limpeza.  |                 | Não há chafariz/espelho da água.  |                 |
| Ponto d'água<br>                         |  |                 |    |                 |  |                 |
|   | Não há pontos d'água  |                 | Não há pontos d'água  |                 | Não há pontos d'água  |                 |
| Estacionament<br>o<br>                   |  | <b>Nota 2,8</b> |    | <b>Nota 2,1</b> |  | <b>Nota 2,1</b> |
|   | Acessível, seguro, com sombra   |                 | Acessível, com sombra, apresenta conflitos entre motocicletas e pedestres   |                 | Acessível, com sombra, apresenta conflitos entre automóveis e pedestres               |                 |
| Ponto de Ônibus<br>                      |  | <b>Nota 2,8</b> |    | <b>Nota 2,8</b> |  | <b>Nota 1,3</b> |
|   | Bem localizado; coberto; equipados com bancos                                       |                 | Bem localizado; coberto; equipados com bancos   |                 | Mal conservado; difícil acesso (piso degradado), parcialmente desprotegido.           |                 |



|   |  |                     |  |                     |   |                     |
|---|--|---------------------|--|---------------------|---|---------------------|
| Ponto de Táxi<br>                            |         | <b>Nota<br/>2,8</b> |         | <b>Nota<br/>2,8</b> |                                      |                     |
|   | Bem conservado, tem abrigo, funcionando, e significativo quanto sua arquitetura.         |                     | Bem conservado, tem abrigo, funcionando, e significativo quanto sua arquitetura.         |                     | Não há ponto de táxi nas proximidades   |                     |
| Quadra esportiva<br>                         |  |                     |         |                     |                                      | <b>Nota<br/>1,5</b> |
|   |  |                     | Não há quadra esportiva  |                     | pouco conservada, iluminada e aberto ao público   |                     |
| Eq. para prática de exerc. físicos<br>       |  |                     |  |                     |                                      |                     |
|   |  |                     |  |                     | Não há equipamentos para exercícios físicos   |                     |
| Estrutura para a terceira idade<br>         |  |                     |         |                     |                                      |                     |
|   |  |                     | Não há equipamentos para a terceira idade  |                     | Não há equipamentos para a terceira idade   |                     |
| Parque infantil<br>                        |  |                     |       |                     |                                    |                     |
|   |  |                     | Não há parque Infantil   |                     | Não há parque Infantil  |                     |
| Banca de revista<br>                       |       | <b>Nota<br/>1,3</b> |       |                     |                                    |                     |
|   | Localizada na periferia; inacessível, sem área para leitura, pouco atrativa              |                     | Não conta com banca de revista   |                     | Não conta com banca de revista  |                     |
| Quiosque para alimentação e/ou similar<br> |       | <b>Nota<br/>1,9</b> |       | <b>Nota<br/>1,9</b> |                                    | <b>Nota<br/>1,7</b> |
|   | Funcionando, bem conservados; simbólicos; pouca acessibilidade; sem praça de alimentação |                     | Funcionando, bem conservados; simbólicos; pouca acessibilidade; sem praça de alimentação |                     | Funcionando, esteticamente desagradável, carente de acessibilidade e manutenção, conta com pequena praça de alimentação |                     |
| Quiosque para vendas diversas<br>          |       | <b>Nota<br/>1,7</b> |       |                     |                                    |                     |
|   | Funcionando, carente de acessibilidade e manutenção, atividade incomum para praças       |                     | Não há comercio diversificado.   |                     | Não há comercio diversificado.  |                     |

|  |   |                 |   |                 |   |                 |
|--|---|-----------------|---|-----------------|---|-----------------|
| <b>Identificação da praça</b><br>   |    | <b>Nota 2,3</b> |                            | <b>Nota 1,7</b> |            | <b>Nota 1,1</b> |
|  | Instalada em perfil metálico, pouca conservada e elevada quantidade                 |                 | Em quantidade reduzida, em pedestal de alvenaria com placa metálica. Muito simbólica, porém mal conservada. |                 | Instalada em perfil metálico, pouca conservada e baixa quantidade.                            |                 |
| <b>Edificação institucional</b><br> |    | <b>Nota 2,1</b> |                            | <b>Nota 3,0</b> |            | <b>Nota 2,3</b> |
|  | Edifício histórico, funcional, não acessível  |                 | Simbólico, histórico, funcional, bem conservado   |                 | Simbólico, mas carente de manutenção  |                 |
| <b>Templo Religioso</b><br>         |   |                 |                            | <b>Nota 3,0</b> |   |                 |
|  |   |                 | Simbólico, histórico, funcional, bem conservado   |                 |   |                 |
| <b>Segurança</b><br>                |    |                 |                            |                 |            |                 |
|  | Não há ponto policial   |                 | Não há ponto policial   |                 | Não há ponto policial   |                 |
| <b>Vegetação</b><br>              |  | <b>Nota 2,4</b> |                          | <b>Nota 2,8</b> |          | <b>Nota 1,8</b> |
|  | Bem conservada, proporciona luz/sombra e usabilidade ao local                       |                 | Diversificada e bem conservada, proporciona luz/sombra e usabilidade ao local                               |                 | Pouca diversificada; pouco conservado; muito densa, causa fobia as pessoas                    |                 |
| <b>Avaliação geral</b>   | <b>Nota média: 2,30</b>   |                 | <b>Nota média: 2,35</b>   |                 | <b>Nota média: 1,58</b>   |                 |
|  | Enquanto espaço público, o Calçadão cumpre sua função                               |                 | Enquanto espaço público, as praças São José e Getúlio Vargas cumprem sua função                             |                 | Enquanto espaço público, a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, cumpre suas funções parcialmente |                 |

**Fonte:** elaborado pelo autor.

Com base na infraestrutura existente, justificamos alguns pontos ausentes:

#### **Sanitários:**

É importante que haja edifícios de apoio, como sanitários, guarda municipal, no entanto, conforme Gatti (2013, p.43), torna-se necessário levantar sua necessidade e adequá-los em consonância com a implantação arquitetônica. "[...] Haverá...banheiros públicos, posto policial, espaços de exposições? A necessidade de edificações de apoio deverá ser levantada para que seja prevista sua localização e dimensionamento, que devem estar articulados com a implantação dos demais espaços a serem projetados".

Os sanitários têm a função de proporcionar conforto, higiene e atender as necessidades fisiológicas de todos. Sua ausência faz com que os frequentadores procurem por estabelecimentos privados (geralmente comércio), ou em alguns casos, façam suas necessidades em locais públicos.

A presença de banheiros e bebedouros públicos é defendida por alguns estatutos como a Lei nº 16.673, de 13 de junho de 2017 (estatuto do pedestre), em seu artigo 9, alínea XVIII, estabelece a: "instalação de banheiros públicos que atendam também a acessibilidade com condições adequadas de limpeza e higiene, assim como bebedouros públicos em locais de maior afluxo de pedestres, assegurada a mobilidade e a acessibilidade na instalação destes equipamentos"

Ainda é importante destacar que o fornecimento de água e sanitários são importantes elementos impactante na permanência do usuário em espaços públicos, ou em qualquer outro espaço.

#### **Pontos de água:**

É importante destacar que os espaços pesquisados contam com inúmeras caixas de passagem subterrâneas (com tampa), que pode acomodar pontos da água de forma inacessível ao público. Diante da impossibilidade de averiguar a existência de torneiras em seu interior, além da sua ausência em forma visível e acessível, pressupomos que haja a necessidade.

A presença de pontos de águas (torneiras) é de suma importância para efetuar a rega da jardinagem e auxiliar na lavagem de pisos e demais equipamentos públicos. Pisos em PAVER necessitam de limpezas periódicas, pois sua superfície acumula poeiras e partículas de poluição, situação que resulta em seu processo de escurecimento. Então ao menos uma vez por ano o piso deve ser limpo. Além do mais, a água é essencial na manutenção da jardinagem.

#### **Lazer ativo:**

O Lazer ativo (parque infantil, ATI, equipamentos para ginástica, quadras poliesportivas, entre outros), incorporados às praças e parques modernistas exercem grande contribuição na diversidade funcional, cultural e social dos espaços públicos. O lazer ativo exerce fundamental importância na manutenção da vida saudável, para os que praticam esportes, ou para aqueles que se sentem influenciados pelos praticantes.

#### **Shop (comércio diversificado):**

Incorporado no programa de necessidades dos parques e praças contemporâneas. Amplamente já discutido, impacta veemente na diversidade, funcionalidade e segurança do espaço público. É responsável por trocas comerciais e culturais (a troca de informação ou à venda de um souvenir, o giro da economia).

#### **Guarda Municipal:**

Para Ferreira, Mattos e Terra (2016), a segurança pública é a segunda maior preocupação dos brasileiros. Segundo os autores, em 2009, municípios equipados com a Guarda Municipal reduziram em 0,03 mortes/100mil habitantes. Seus impactos com relação à redução

de furtos e roubos são consideráveis "[...] as estimativas sugerem que municípios com guardas municipais podem reduzir a taxa de roubos e furtos em até 402 crimes por 100 mil habitantes – uma redução de cerca de 30%". Ferreira, Mattos e Terra (2016, p151). Além do mais, a Guarda Municipal tem por objetivo zelar pela segurança dos cidadãos e de bens e patrimônios públicos, podendo ser implantada em qualquer município brasileiro.

## **4.2 O espaço público: diferentes olhares**

O espaço geográfico: a praça, o parque, a rua é talvez o mais complexo produto da ação humana, é o processo de transformação do espaço natural em um espaço antrópico, ou seja, feito pelo homem, para atender ao homem. Pode se dizer que o espaço geográfico é uma produção/ação cultural humana. Dessa forma, um mesmo espaço pode atender as necessidades de determinado indivíduo/grupo de indivíduos e ao mesmo tempo deixar de atender outros.

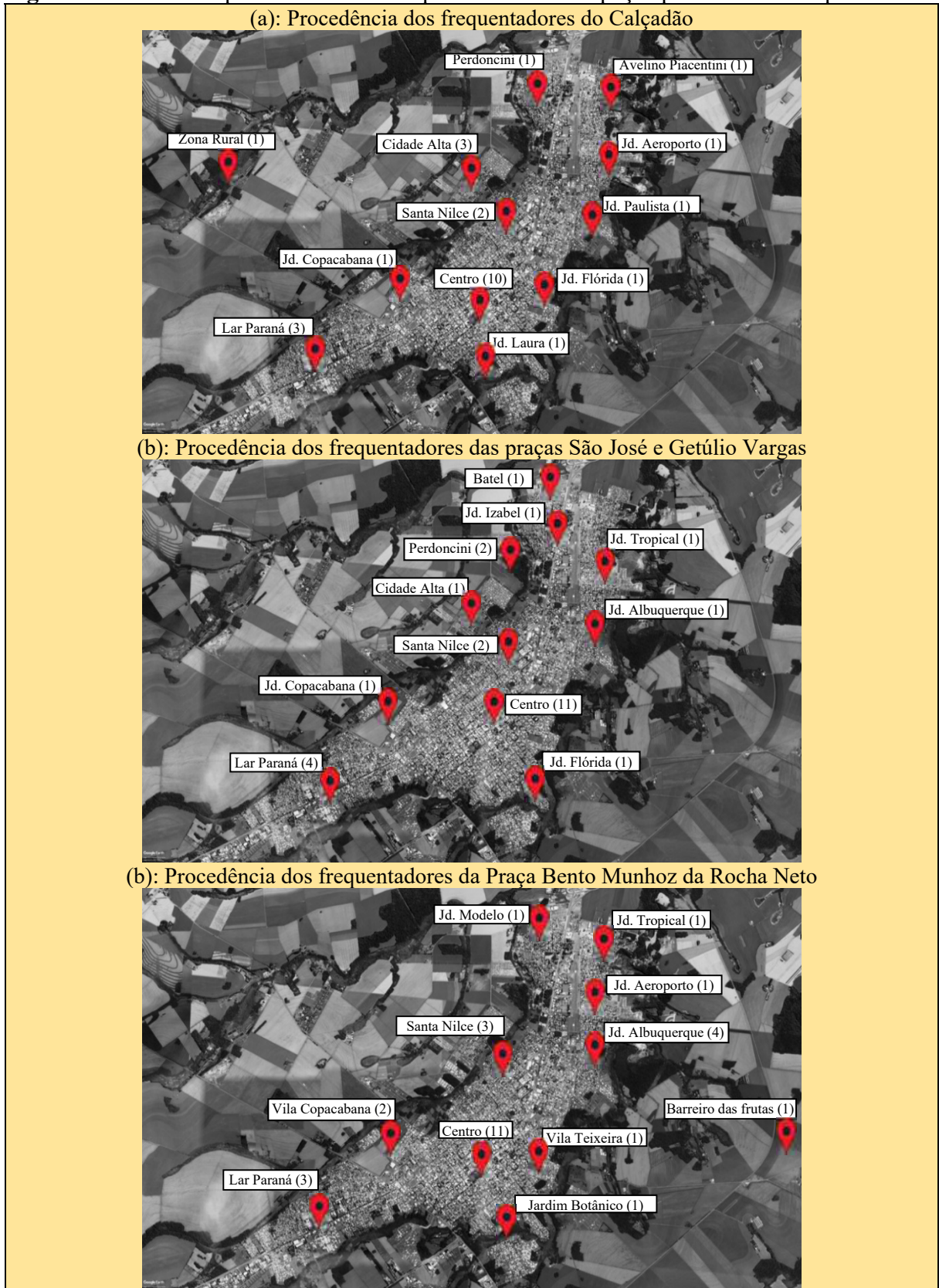
Dessa forma, entendemos que haverá subjetividade quanto às potencialidades dos espaços pesquisados. Nesse contexto, vamos apresentar o espaço público mourãoense a partir da ótica de seus usuários. Para tanto, de forma a atingirmos nossos objetivos, utilizamos como metodologia o apêndice 01 (entrevista aos usuários). Assim, aplicamos trinta questionários em cada espaço pesquisado de modo que, algumas das questões apresentavam uma única alternativa, enquanto que outras, de livre escolha. Conseqüentemente, na maioria das vezes, os apontamentos foram superiores a trinta.

Os questionários foram aplicados de forma aleatória, no entanto buscando atingir a mais próxima equidade entre diferentes faixas etárias e gênero. Com base nos questionários, ilustramos por meio de gráficos, tabelas, mapas cartográficos o perfil dos usuários e como utilizam o espaço público. Cabe destacar que os resultados apresentados são reflexos de uma amostragem baseadas na opinião de (90 indivíduos).

### *4.2.1 Os frequentadores: Quem são, de onde vem e o que gostam de fazer nas horas vagas?*

Conforme apresentado no capítulo 03, a cidade de Campo Mourão caracteriza-se por ser importante polo comercial, cultural, educacional, além de contribuir com a área da saúde e geração de emprego. Dessa forma, espera-se que os espaços públicos centrais atraiam frequentadores de bairros da cidade, além dos originários das cidades vizinhas e até mesmo de outras regiões e estado (51).

**Figura 51:** Bairros de procedência dos frequentadores dos espaços públicos de Campo Mourão.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, entendemos que os espaços públicos de Campo Mourão são importantes zonas de influências, atraindo usuários das mais diversas localidades. Importante destacar que agrupamos os indicadores de bairros vizinhos.

Diante disso, os espaços públicos centrais recebem usuários de todos os bairros ou conjuntos habitacionais da cidade, incluindo moradores da zona rural. No entanto, apesar da diversidade, os moradores da região central prevalecem, representando 1/3 dos pesquisados.

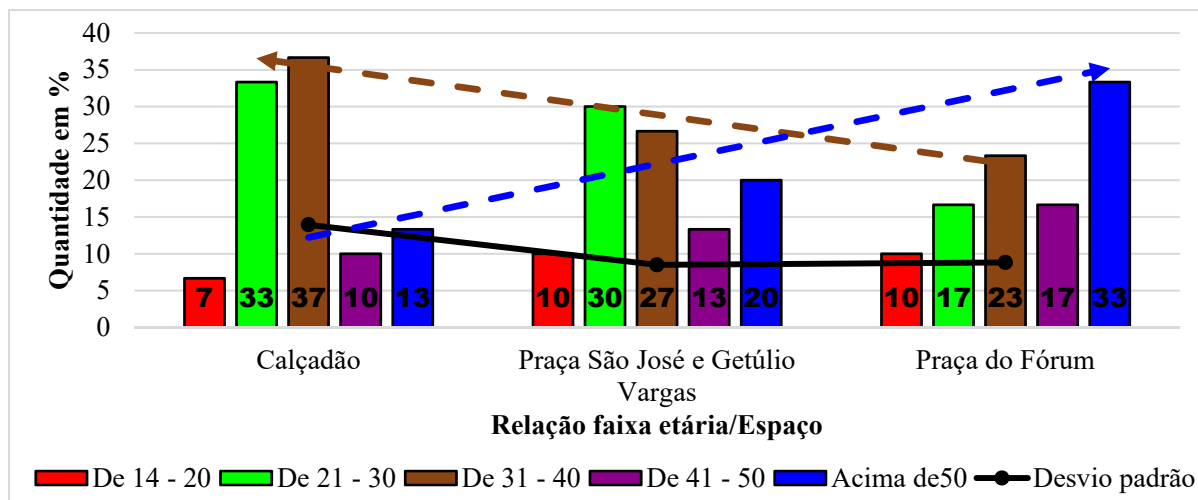
O calçadão se destaca quanto à diversidade (12 pontos no mapa), inclusive intermunicipal, atraindo moradores das cidades vizinhas, Corumbataí do Sul, Farol e Peabiru, além de Boa esperança. No mesmo tom (12 pontos no mapa), as Praças Getúlio Vargas e São José recebem municípios locais e intermunicipais. A presença de um Gaúcho de Santa Maria-RS que frequentemente vem a Campo Mourão visitar seus filhos.

Mas distante, com menos atratividade, a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto conta com um universo de entrevistados locais (11 pontos no mapa), no entanto representando toda a cidade. Cabe destacar a existência de um ponto de ônibus intermunicipal (destino Peabiru) instalado na praça.

Sabendo da procedência dos 90 entrevistados entre homens e mulheres, os entrevistados ficaram assim distribuídos: Calçadão, 15 homens e 15 mulheres; Praça São José e Getúlio Vargas, 13 homens e 17 mulheres; Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 17 homens e 13 mulheres.

Mesmo objetivando entrevistar de forma equiparada as diferentes faixas etárias, a entrevista dessa forma não se tornou possível, haja vista serem locais diferentes, envolvendo atividades e até mesmo culturas distintas. O perfil etário dos entrevistados é apresentado no Gráfico 1.

**Gráfico 1:** O perfil etário dos usuários conforme espaço pesquisado.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor.

Desta maneira, entendemos que os diferentes espaços e sua atratividade atraem frequentadores de diferentes faixas etárias. Tais mudanças são facilmente notáveis por meio da tendência linear (tracejada), pois percebemos (com relação ao calçadão) um notável envelhecimento da população (praça Bento Munhoz), o caminho se inverte com relação a jovialidade.

O calçadão é marcado pelas faixas etárias entre 31 e 40 anos (faixa etária considerada como a maturidade financeira), frequentando o espaço mais comercial da cidade. Em contrapartida, há reduzida diversidade etária, havendo reduzido uso por crianças e veteranos acima de 40 anos.

Elo entre o ambiente agitado do calçadão com o ambiente contemplativo, as Praças São José e Getúlio Vargas apresentam diversidade, sendo bem frequentadas pelas distintas faixas etárias. Esses espaços públicos favoráveis ao lazer contemplativo (para os mais velhos), lazer ativo para os mais novos, além do que Garcia e Gulinelli (2017) chama de lazer comercial (voltado as compras/consumismo).

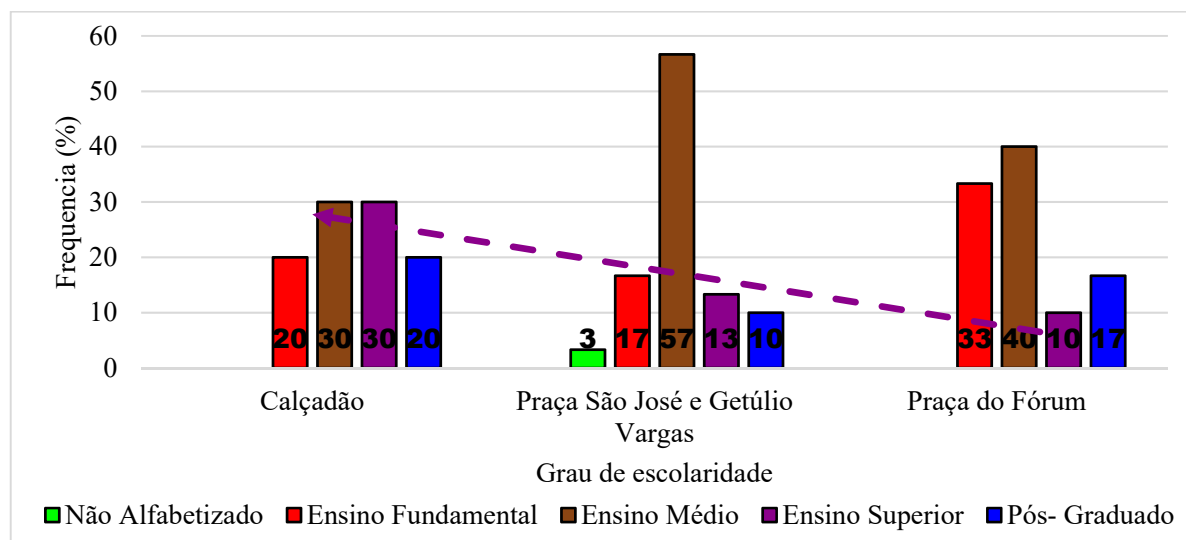
Sendo, bem mais pacata, a Praça Bento Munhoz da Rocha não conta com espaços diversificados e, conseqüentemente, deixando a desejar quanto a sua usabilidade. Dois empreendimentos dão vida à Praça: (a pedra e o quiosque de alimentação). A pedra mantida e frequentada por senhores, na maioria das vezes aposentados, enquanto que o Xaxixão é atrativo a diferentes faixas etárias. Muitos dos funcionários dos comércios e instituições acabam por utilizar a praça no horário do almoço. Desse modo, sendo pacata, sem atratividade acaba por atrair uma população mais idosa. A ausência de comércio, do fervilhar das pessoas, para a população mais jovem faz da praça um não-lugar, portanto não sendo atrativa.

Utilizamos da linha tracejada em preto, sendo representativa, ou seja, ilustrando o desvio padrão entre as frequências entre as diferentes faixas etárias e seu respectivo espaço. Assim, por meio do desvio padrão temos como objetivo ilustrar o quão uniforme é a pesquisa. Dessa forma, quanto mais próximo de zero for o desvio padrão, mais homogenia seria a pesquisa (equidade entre as faixas etárias).

A relação espaço pesquisado/ faixa etária acaba por refletir substancialmente no grau de escolaridade, principalmente no tocante a graduação, (Gráfico 2). Nele, percebemos uma acentuação de usuários (profissionais graduados) utilizando-se do calçadão, em contraponto a Praça Bento Munhoz da Rocha conta com menor índice. É no calçadão que há a maior uniformidade dos dados, prevalecendo os usuários do ensino médio e superior. Ao mesmo tempo, as Praças São José e Getúlio Vargas apresentam uma peculiaridade, na qual 57%

concluíram o ensino médio. É importante destacar que consideramos a escolaridade (concluída).

**Gráfico 2:** Grau de escolaridade dos usuários conforme espaço pesquisado.

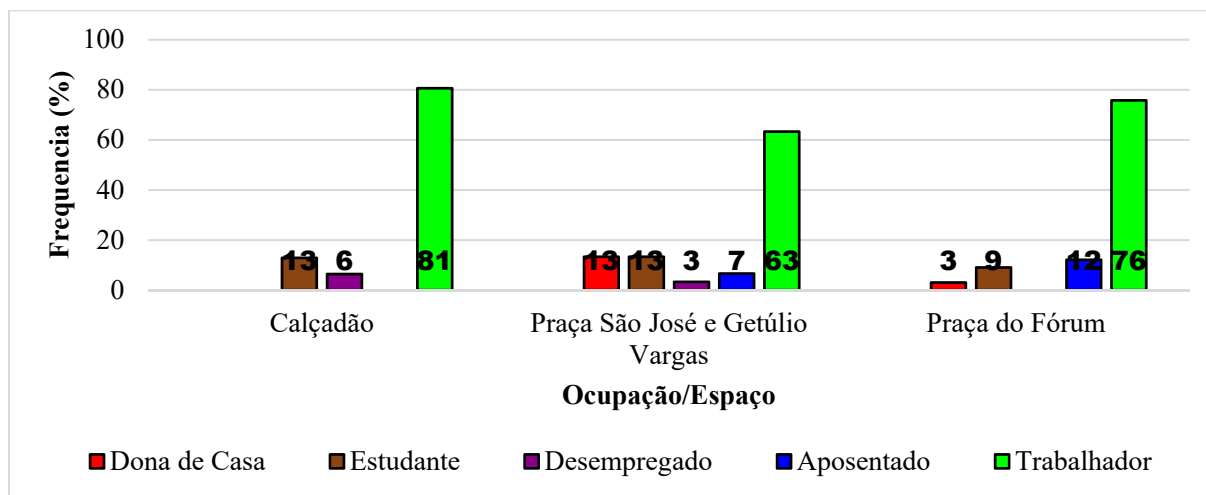


**Fonte:** Pesquisa realizada pelo autor.

Os gráficos 1 e 2 ilustram o processo evolutivo para com passa/passou a educação no Brasil. A praça, cuja frequência é da população mais envelhecida (Praça Bento), conta com a maioria instruída com ensino fundamental e médio, poucos graduados e pós-graduados, muitos deles, docentes no CEBEJA (Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos). Enquanto o calçadão conta com um público mais jovem, com melhor acessibilidade à escolaridade, devido a ampliação na oferta de cursos superiores, financiamentos, cotas sociais, e novas modalidades, como o EAD (Educação a Distância).

Nesse contexto, há uma intrínseca relação entre faixa etária/escolaridade, no entanto a faixa etária, acima de 50 anos pouco tem impactado quanto a sua ocupação (Gráfico 3).

**Gráfico 3:** O perfil ocupacional dos entrevistados.



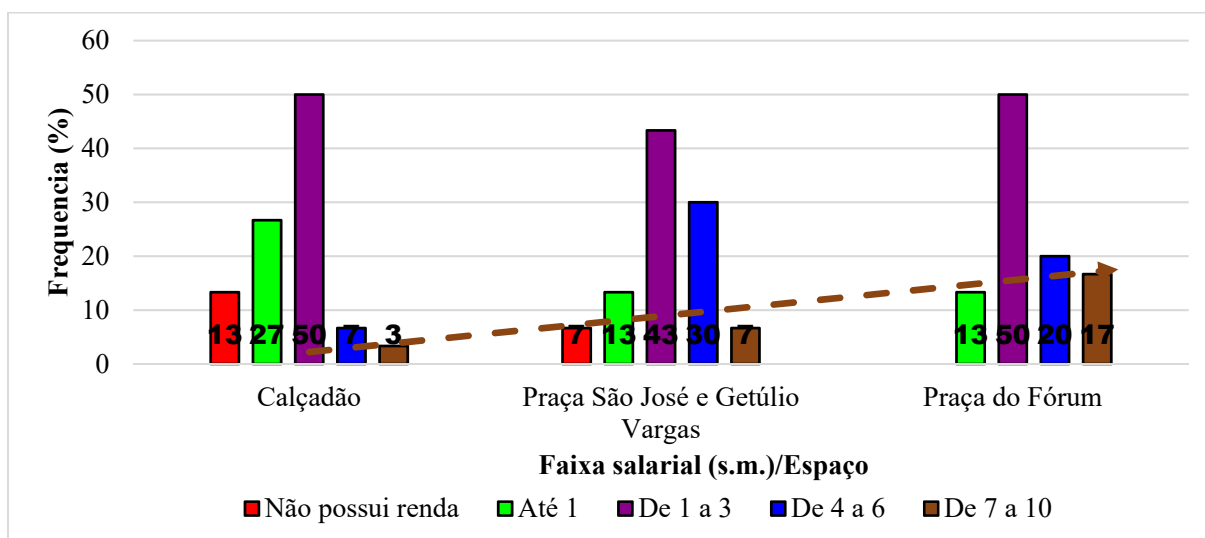
**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pelo autor.



Dessa forma, mesmo envelhecendo, os usuários dos espaços públicos mourãoense optam por fazer parte do PEA (População Economicamente Ativa). Na qual alguns, mesmo aposentado, optam por continuar a trabalhar: como empresário, vendedor, docente, entre outros. Ainda é importante destacar que, um mesmo entrevistado pode ser simultaneamente (aposentado/trabalhador) e (estudante/trabalhador), etc.

Dentre os entrevistados, servidores públicos e profissionais do comércio foram a grande maioria, no entanto outros profissionais como: agricultor, agrônomo, ator, psicólogo, professor, empresário, bancário, policial, tratorista, cartorário, pastor, cozinheira, zelador, entre outros, também frequentam o espaço público mourãoense. Tal diversidade ocupacional e profissional acaba por refletir diretamente nos rendimentos salariais dos frequentadores dos espaços pesquisados, (gráfico 4).

**Gráfico 4:** Faixa salarial dos entrevistados.

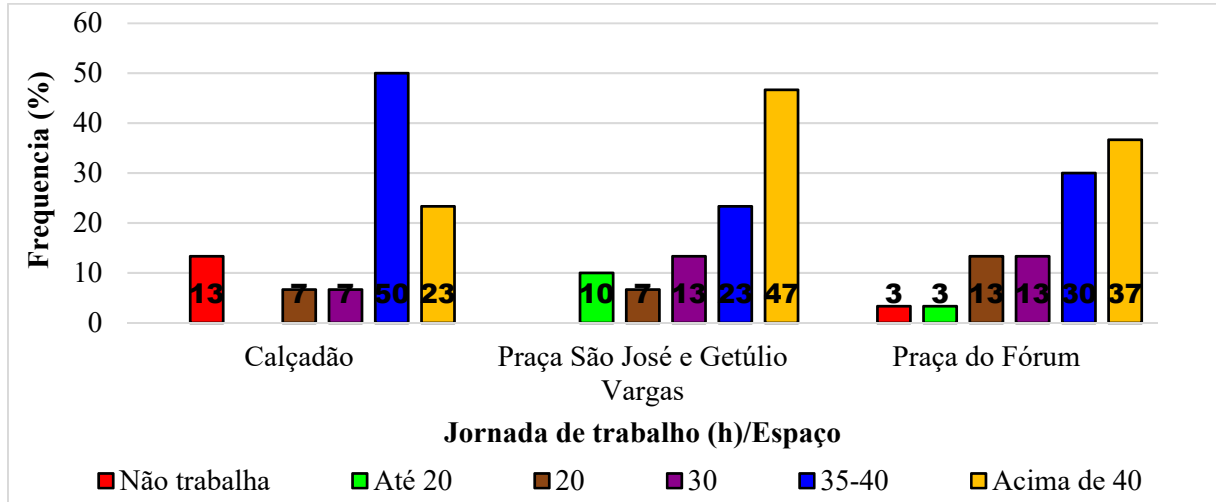


Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

De acordo com o gráfico 4, a pesquisa evidencia que o calçadão é frequentado pelos mais jovens, mais escolarizados e mais participativos na População Economicamente Ativa (PEA), acaba por não mostrar os maiores salários, estes pertencentes às praças: São José, Getúlio Vargas e Bento Munhoz da Rocha Neto. No entanto, usuários com faixa salarial entre 1 e 3 salários mínimos representam cerca de 50% dos usuários pesquisados. Enquanto 37% dos entrevistados das Praças ganham entre 4 e 10 salários mínimos, 90% dos usuários do calçadão recebem até 3 salários mínimos. Pressupõe-se que a estabilidade financeira obtida em pesquisa, reflita diretamente nos *hobbies* dos entrevistados, no melhor sentido, “sombra e água fresca”, ou seja, a praças, a calma, o lazer contemplativo.

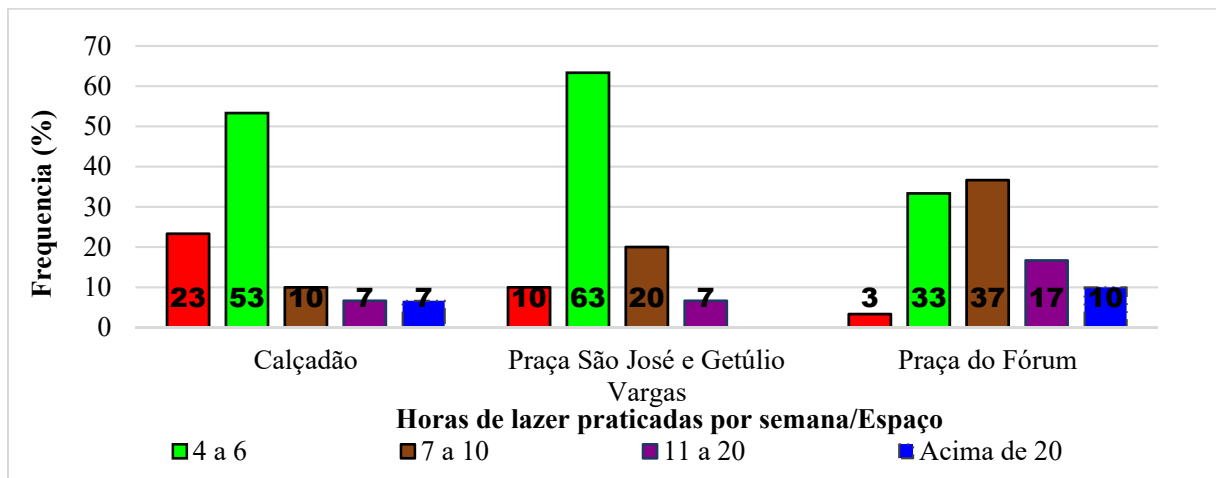
Assim, entendemos que os diferentes espaços públicos são frequentados por diferentes perfis de usuário. Nesse contexto, vamos entender a relação entre espaço/horas de trabalho/horas de lazer. Gráfico 5 e 6.

**Gráfico 5:** Jornada semanal de trabalho dos entrevistados.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

**Gráfico 6:** Horas de lazer praticadas pelos entrevistados durante a semana.

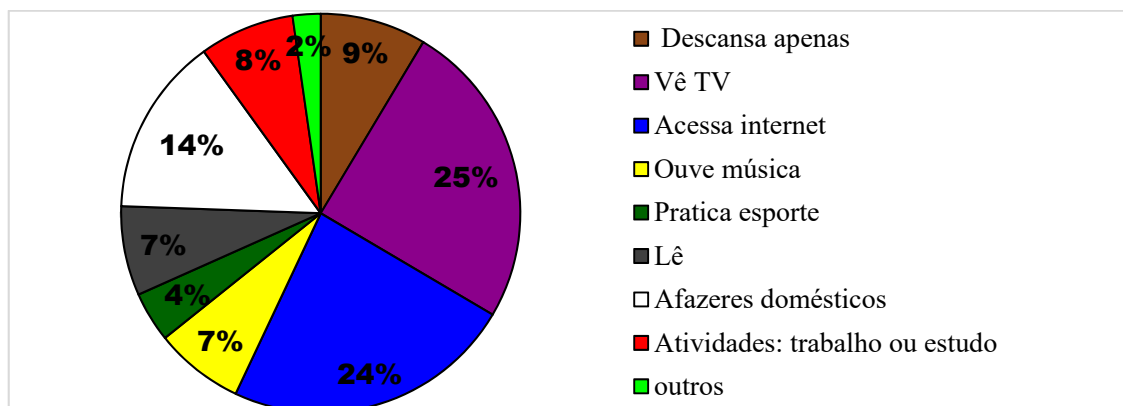


Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

Conforme gráfico 5 e 6, percebemos que os usuários do calçadão são aqueles com maior carga de trabalho semanal, ou seja, 73% trabalham mais de 30 horas semanais, ao mesmo tempo, essa porcentagem contempla a maioria dos usuários que não praticam lazer. É importante aqui destacar que lazer pode ser ativo ou contemplativo. Com relação ao lazer, entendemos que os entrevistados, em sua maioria, frequentam entre 4 a 6 horas semanais. Quando de folga, 61% dos entrevistados afirmaram ficar em casa, 32% afirmaram sair, enquanto 2% disseram tanto ficar em casa, quanto sair, importante destacar que 1% afirmou não ter folga.

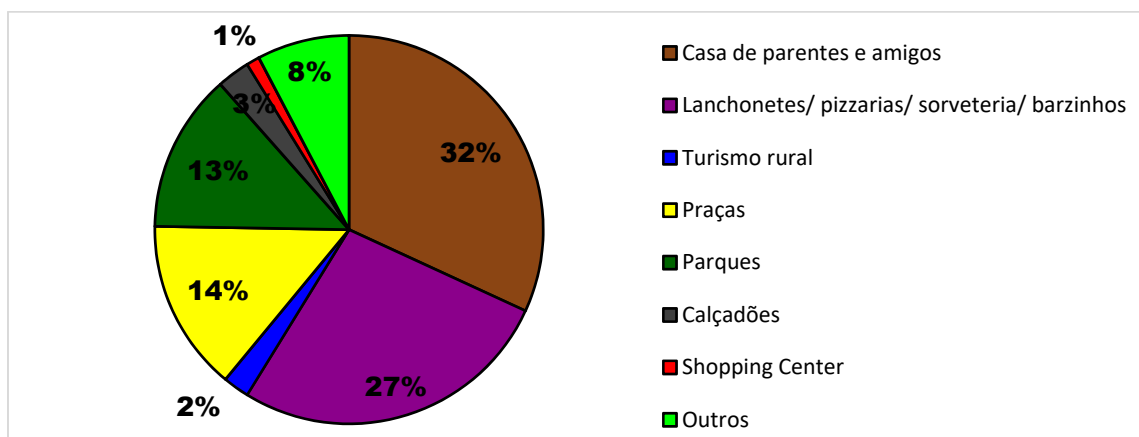
Dessa forma, entendemos que grande parte dos entrevistados prefere ficar em casa a sair. Nesse contexto, levantamos seus principais hobbies enquanto permanece em casa, assim como também, o que preferem fazer quando saem (gráfico 7 e 8).

**Gráfico 7:** Atividades feitas em casa.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

**Gráfico 8:** Atividades feitas quando sai.



Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

Quando em casa, os entrevistados têm como principais atividades ver Televisão (25%) e acessar internet (24%). É relevante destacar que em suas casas, 22% dos entrevistados estendem sua jornada laboral (trabalho, estudos e afazeres domésticos). Atividades culturais, como leitura e música, contabilizam 14%.

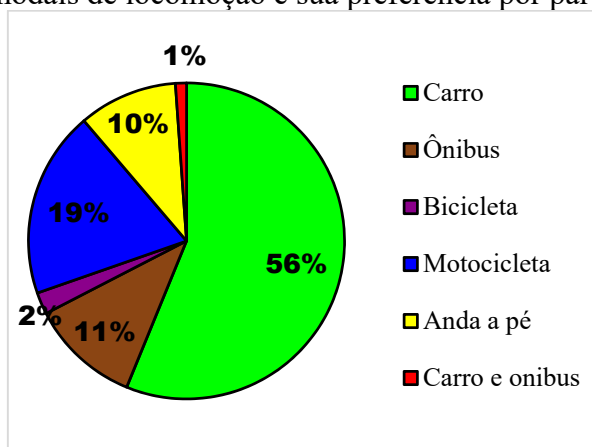
Quando saem, esse público pesquisado têm como atividades preferidas visitar parentes e amigos (32%), seguido de frequentar atividades voltadas a alimentação, como: lanchonete, bares, pizzarias, barzinhos. Praças, parques e calçadões somam 30%. Outras atividades como: baile da 3ª idade, atividades religiosas, bosques e pilotar moto correspondem a 8%.

Conhecendo o perfil ocupacional e seus principais hobbies (fora de casa), por meio do gráfico 9, ilustramos suas principais formas de locomoção “ir e vir”. Aqui, utilizamos de um gráfico para uma interpretação simples, no entanto de grande importância. O carro é o modal

mais utilizado pelos entrevistados, logo este apontado por Gehl (2010) e Jacobs (2014) como precursor da morte do espaço público pós-meados do século XX.

Apontado por Calliari (2017), Gehl (2010), Sobarzo (2017) e Jacobs (2014) como elemento antiurbanidade e conflituosos para a atualidade. No entanto, muito presente em Campo Mourão, seja por *hobbie* cultural, ou por carência na oferta de estatura/qualidade para a prática de outros modais. Destacamos que os índices de locomoção por propulsão humana (caminhar e pedalar), ambas em conjunto superam a utilização do transporte coletivo (ônibus). Aqui entendemos perfeitamente Brandão (2008), quando pontua que automóveis requerem soluções inovadoras, pois mesmo perturbadores são propícios à mobilidade.

**Gráfico 9:** Os modais de locomoção e sua preferência por parte dos entrevistados.



**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pelo autor.

Assim, entendemos que os espaços públicos de Campo Mourão são frequentados por moradores de todas as regiões da cidade, além da sua zona rural, cidades vizinhas e até mesmo interestaduais fazem parte da amostragem, jovens, adultos e idosos, de distintas faixas etárias, salariais e ocupacionais.

Ainda entendemos que se trata de uma amostragem com elevada carga horária de trabalho, acima de 40 horas/semanais, além do mais, nas suas horas de folga, os trabalhadores voltam a trabalhar em atividades relativas a seu ofício, afazeres domésticos ou atividades voltadas aos estudos. Assim sendo, impactando substancialmente na redução das atividades voltadas ao lazer, predominando a faixa entre 4 a 6 horas semanais, ou seja, inferior a uma hora diária.

Mesmo com elevada carga horária de trabalho, notamos que os entrevistados têm frequentado espaço públicos, como: praças, parques, bosques. Além do mais, são adeptos de atividades que podem ser ofertadas em bons espaços públicos, como: quiosques de alimentação e apresentações culturais.

Nesse contexto, no próximo subtítulo apresentaremos os espaços públicos de Campo Morão são visto por seus usuários, destacando: como usam e sua frequência, os conflitos e sugestões para melhorias.

#### 4.2.2 O espaço público mourãoense: utilização, frequência, conflitos, conservação e sugestões.

Iniciamos essa discussão apresentando o espaço público sob a ótica de seus frequentadores. Assim, inicialmente vamos tentar elucidar o que os frequentadores entendem por espaço público, (quadro 14).

#### **Quadro 14:** Conceituando os espaços públicos.

| <b>Definição</b>  | <b>Freq. (%)</b> |
|---|------------------|
| Espaço de livre acesso, de uso público coletivo, utilizável por todos (independentemente de sua classe social, etnia, crença, etc.), sem restrição de horário e sem a necessidade de pagar. | 57               |
| Local para passear, conversar e praticar lazer.   | 9                |
| Lugar nosso e deve ser preservado.  | 6                |
| Algo Público.   | 6                |
| Local para descansar/relaxar.   | 4                |
| Espaço de propriedade pública, na qual a prefeitura e o município devem oferecer e zelar, de forma a melhorar a qualidade de vida da população.   | 3                |
| Lugar que deve prevalecer o respeito, cada um tem seu espaço, direitos e deveres.   | 2                |
| Espaço sem movimento de carro.  | 1                |
| Espaço amplo (áreas verdes, livre de edificações).  | 1                |
| Todo ambiente público: a praça, a cidade, e locais privados aberto ao público.  | 1                |
| Não souberam responder  | 9                |
| Total   | 100              |

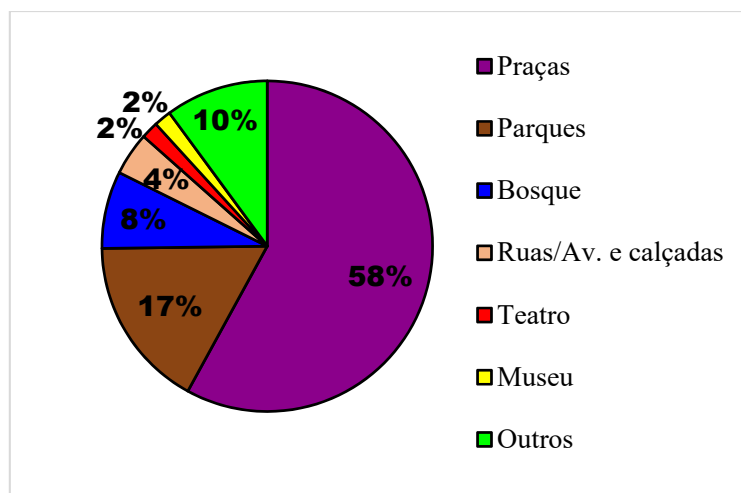
**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pelo autor.

Por meio do quadro 14, percebemos uma diversidade de definições quanto ao espaço público. Situação previsível, tal polissemia perdura no campo científico, na qual conforme capítulo II, diferentes teóricos dimensionam o espaço público de forma distinta. No entanto, 57% dos entrevistados entendem o espaço público como local de livre acesso, tanto físico, quanto simbólico e de entrada franca. Ainda podemos acrescentar o local do lazer, da socialização, do respeito e de propriedade do estado.

Há entrevistados que defendem espaços privados como públicos: os shoppings centers, os estádios de futebol, ou seja, os espaços publicizados. Destacamos que 9% dos entrevistados não souberam responder.

Diante disso, 91% dos entrevistados definiram o espaço público de alguma forma, conforme seus conhecimentos e subjetividade. Quando questionado qual o espaço público mais representativo, aquele que logo lhe vem em mente, tem se: (Gráfico 10).

**Gráfico 10:** Elementos representativos do espaço público.

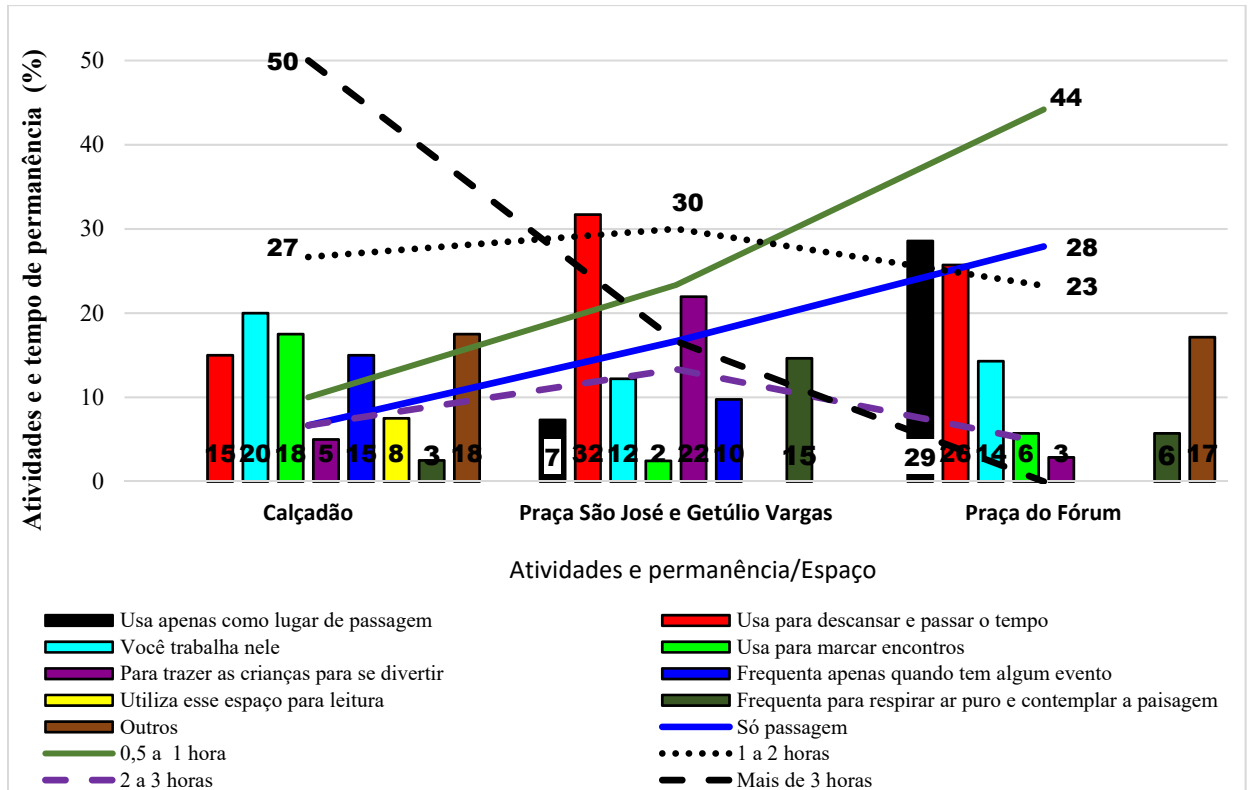


**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pelo autor.

Assim sendo, na visão popular é a praça (58%) o elemento mais representativo ao se tratar de espaço público, muitas vezes, a resposta vinha associada à praça da Igreja (Praça São José). Segundo elemento mais representativo é o parque (17%). É importante destacar que 4% dos entrevistados veem as ruas, e o calçadão como exemplo de espaço público. Entre outros elementos citados, temos: museus, teatros, ciclovias, escolas, parque de exposição, Unespar e Edifícios públicos. Houve quem citasse espaços privados/institucional de caráter publicizado, como a igreja e o Country clube.

Como visto, para a maioria dos entrevistados, a praça é a identidade do espaço público, portanto, sendo o elemento mais representativo, o parque, o bosque e o calçadão também são bem vistos pelos entrevistados. Dessa forma, por meio do gráfico 11 ilustramos como os espaços estão sendo utilizados e por quanto tempo.

Conforme gráfico 11, os espaços públicos de Campo Mourão são utilizados de forma distintas. Iniciamos pelo calçadão, que apresenta uma utilização mais uniforme, representando o local de trabalho de aproximadamente 20% dos entrevistados. São eles que dão vitalidade ao calçadão, exercendo atividades comerciais (camelôs, quiosques, e demais comércios). O ambiente é marcado por outras atividades como: passear, comprar e caminhar.

**Gráfico 11:** Utilização do espaço público e sua carga horária.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

Conforme gráfico 11, os espaços públicos de Campo Mourão são utilizados de forma distintas. Iniciamos pelo calçada, que apresenta uma utilização mais uniforme, representando o local de trabalho de aproximadamente 20% dos entrevistados. São eles que dão vitalidade ao calçada, exercendo atividades comerciais (camelôs, quiosques, e demais comércios). O ambiente é marcado por outras atividades como: passear, comprar e caminhar.

Em sua vizinhança, as Praças São José e Getúlio Vargas predominam as atividades voltadas ao lazer: descansar e passar o tempo, trazer as crianças para brincar, ar puro e contemplar a paisagem. São atividades voltadas à estrutura da praça: (espaço arborizado, amplo, conseqüentemente flexível as atividades e favorável a contemplação).

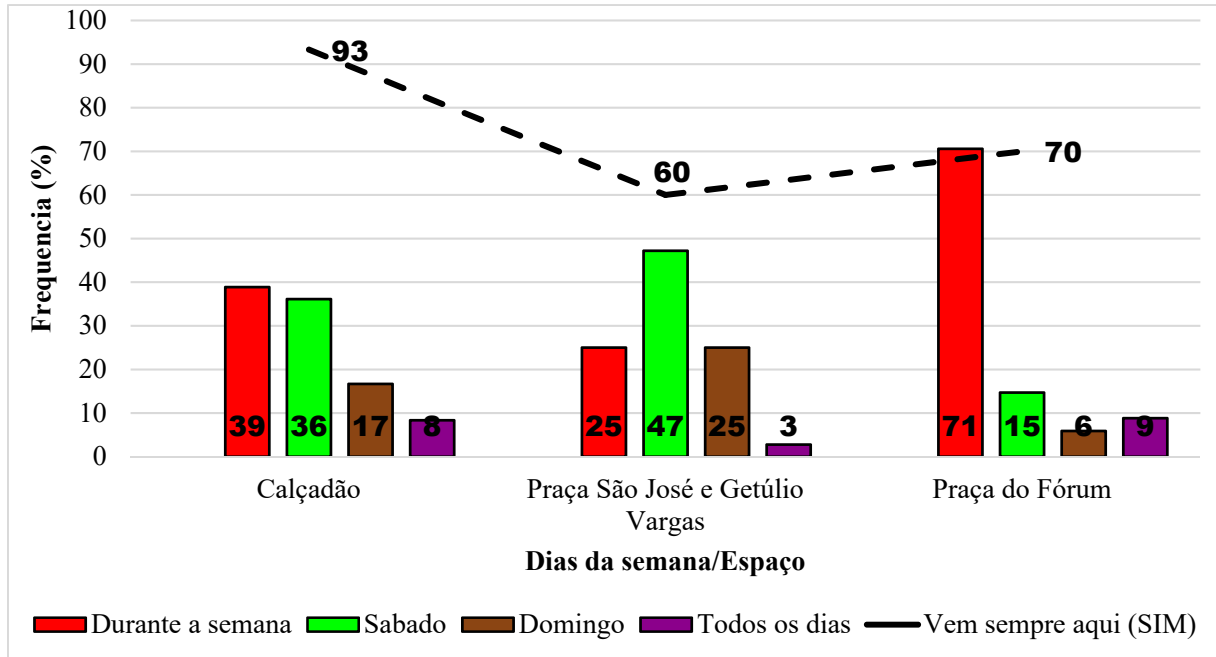
Em contraponto ao calçada, a Praça Bento Munhoz se apresenta como um não-lugar, na qual, aproximadamente 30% dos entrevistados utilizam a praça como local de passagem (muitos trabalham na praça e em seu entorno), além do mais, a praça conta com um ponto de ônibus. A praça é marcada como local de descanso, comumente em determinados horários se vê pessoas almoçando, acomodadas nos bancos e/ou *parterres* sob as frondosas sombras de sua arborização.

As necessidades e a forma de utilização refletem veemente no tempo de permanência do usuário. Enquanto o calçada é o ponto de maior permanência (acima de 3 horas), a Praça

Bento Munhoz da Rocha é indicada por cerca de 35% dos entrevistados como local de passagem.

Nesse contexto, sabendo das atividades praticadas pelos frequentadores e sua carga horária de trabalho, objetivamos verificar em quais dias ocorrem e sua rotina, (12).

**Gráfico 12:** Utilização do espaço público e sua rotina.



**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pelo autor.

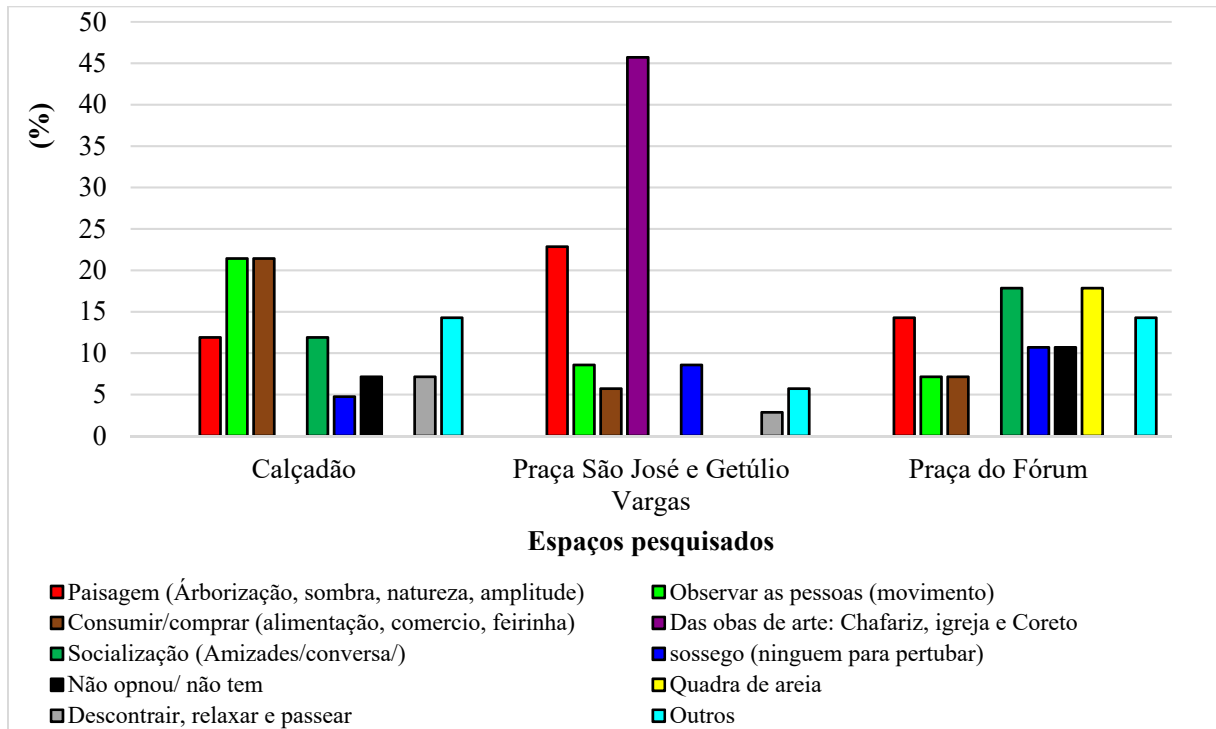
Novamente o programa espacial e funcional refletem na utilização do espaço público. O calçadão da diversidade e do comércio é utilizado de segunda a sábado por 75% dos pesquisados, sendo reflexo das atividades comerciais (trabalhadores locais e consumidores). Enquanto as praças São José e Getúlio Vargas são amplamente utilizadas aos sábados (com os programas voltado ao lazer: aluguel de brinquedos para crianças, feirinhas, etc).

Localizada mais periférica, em estado de abandono e sem a presença maciça do comércio, a Praça Bento Munhoz tem sua utilização intensificada nos dias úteis (comerciantes da “pedra”, do Xaxixão, professores, estudantes, funcionários das instituições próximas a praça, etc.). Aos finais de Semana, sem atratividade, a praça é pouco utilizada.

Conseqüentemente, quando questionado se o usuário frequenta sempre o local, temos o calçadão com 93% das afirmativas. Cabe destacar a baixa frequência dos usuários das Praças Getúlio Vargas e São José (47%), muito provavelmente, devido ao fato da frequência rotineira aos sábados, ou seja, intervalo de uma semana. Quando vão ao espaço público, os motivos que levam os entrevistados são diversos, conforme gráfico 13.



**Gráfico 13:** Motivos que levam os entrevistados aos espaços públicos de Campo Mourão.



**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pelo autor.

O calçadão tem se mostrado como favorito, quanto à frequência e horas permanecidas, apresenta-se eclético e portador da diversidade. É no calçadão que os frequentadores vão às compras, ver o movimento, ver o caminhar das pessoas. O movimento proporciona vitalidade ao espaço público. São os quiosques e as lojas que têm as atividades preferidas dos usuários, à medida que se toma um café, ou come se pão de queijo, é possível haver trocas culturais e observar todo o movimento do local. Entre as outras preferências temos: a segurança, o local do “ganha pão” e tem quem disse que tudo no local o encantava.

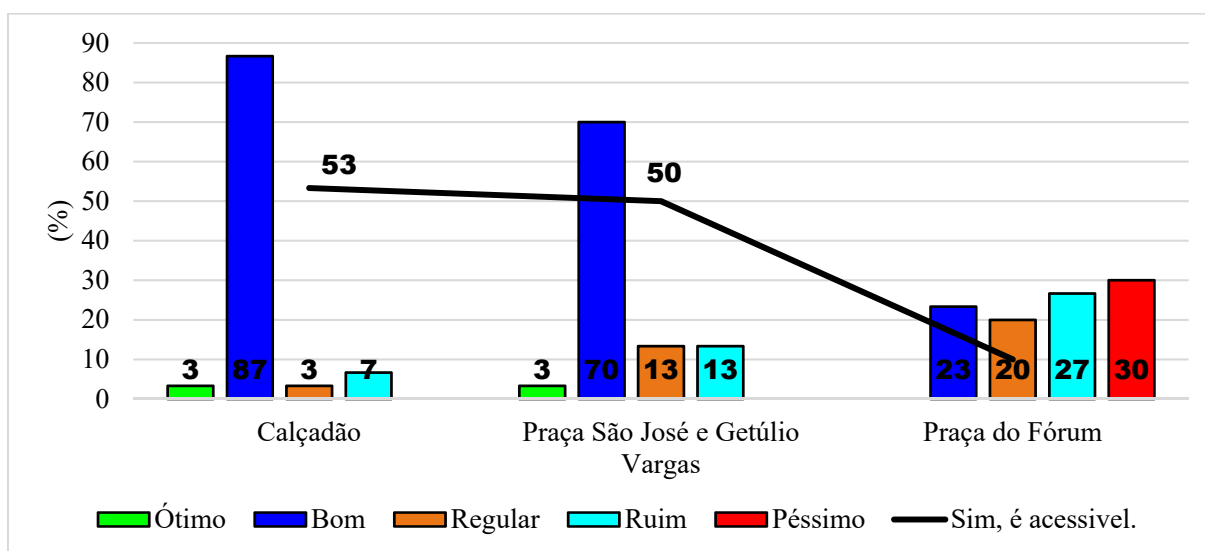
Enquanto os usuários das Praças São José e Getúlio Vargas preferem apreciar seu conjunto: o paisagismo, as obras de artes, a igreja, o chafariz, o coreto, a sombra e a natureza. São essas as características de um espaço de contemplação, ou seja, o programa funcional dessas praças. Além do mais, as proximidades com o calçadão (e seu posicionamento de centro e centralidade) faz com que haja intenso movimento. Dentre as atividades preferidas citadas em “outros” temos, a oferta de brinquedos infantis e a presença de famílias.

Os motivos que levam o frequentador à Praça Bento Munhoz, são: a paisagem, a possibilidade de socialização e a quadra de areia. A paisagem, ampla e predominada por grandes árvores, proporciona sombra e possibilidade de permanência durante o dia. A presença da quadra de areia é um diferencial na região central, visto não haver áreas públicas mantedoras

de lazer ativo na região. A socialização ocorre de forma intensa, principalmente por frequentadores da Pedra. Destacamos a presença de outras atividades, como: transações comerciais, jogar baralho, e a presença do fórum.

O nível de frequência, permanência, atividades desenvolvidas apresentam intrínseco relacionamento com o estado de conservação da praça e de sua acessibilidade por parte dos portadores de necessidades especiais (cadeirantes, deficientes visuais, auditivos) e idosos, conforme gráfico 14.

**Gráfico 14:** Estados de conservação e grau de acessibilidade

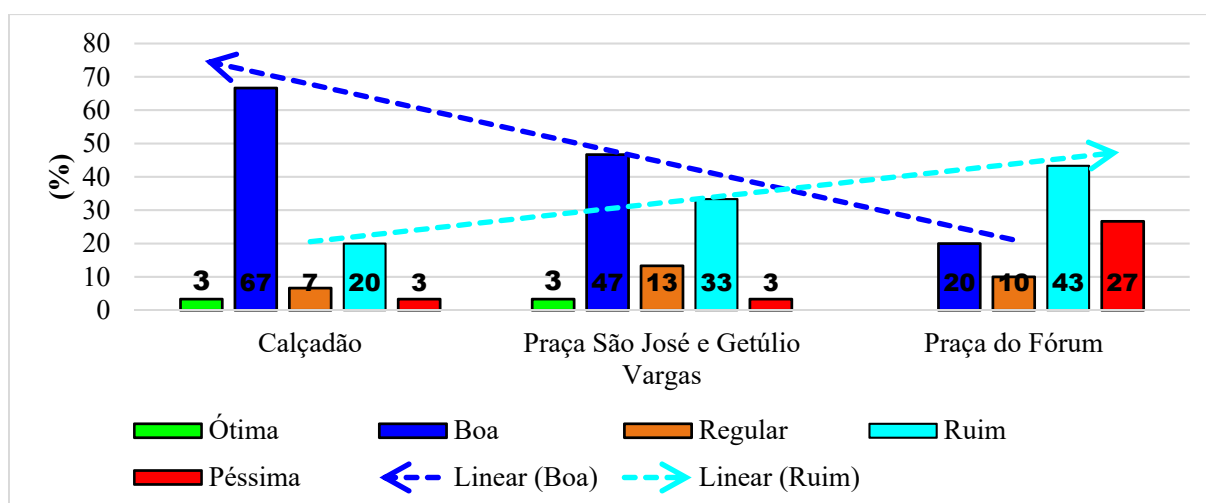


Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

Quanto ao grau de conservação, o Calçadão e as Praças São José e Getúlio Vargas são consideradas pela maioria (acima de 50%) como boa, salientamos que não houve entrevistado que considerasse os dois ambientes como péssimo. No entanto, os usuários da Praça Bento Munhoz da Rocha são divididos quanto a seu grau de conservação. O conceito bom caminha ao lado do péssimo (23 e 30%), respectivamente. Tal fato ocorre principalmente pela praça ser um local de passagem na qual, diante de sua inutilização, o usuário acaba por desconhecer sua real situação.

O fato é que o grau de conservação reflete na aceitabilidade quanto à acessibilidade. Os locais mais conservados (calçadão e as praças mais centrais) são considerados acessíveis por 50% ou mais dos entrevistados, enquanto que 10% dos entrevistados consideram a Praça Bento Munhoz da Rocha acessível.

O estado de conservação reflete na avaliação de órgãos responsáveis (prefeitura, e comércio adjacentes) no mantimento do local pesquisado, conforme gráfico 15.

**Gráfico 15:** Avaliação da atuação dos órgãos responsáveis pela qualidade desse espaço?

**Fonte:** Pesquisa de campo realizada pelo autor.

A diversidade, a funcionalidade, o grau de conservação e acessibilidade do calçadão acabam por refletir qualitativamente na avaliação dos gestores do local. Dessa forma, para 67% dos entrevistados pontuam que a atuação dos órgãos responsáveis é considerada boa. Já nas praças São José e Getúlio Vargas não há unanimidade, mas, sim, uma dicotomia (bom/ruim), na qual ambos somam 80% dos entrevistados.

Em situação oposta ao Calçadão, a gestão da Praça Bento Munhoz da Rocha é considerada ruim por 43% dos entrevistados, e péssima por (27%), ou seja, para 70% dos entrevistados, a atuação dos gestores é aquém do esperado.

Para complementar, a atuação dos órgãos responsáveis pelo mantimento dos espaços pesquisados, como já levantamos a infraestrutura no início desse capítulo, objetivamos discorrer acerca das políticas públicas adotadas pela prefeitura que visam dar funcionalidade e atratividade aos espaços públicos, conforme quadro 15.

**Quadro 15:** Políticas públicas e eventos com o apoio da prefeitura.

| local                           | Evento  | Frequência | Objetivos   |
|---------------------------------|---|------------|---|
| Praça São José e Getúlio Vargas | Feira criativa                                      | 1x/semana  | Oportunizar para o pequeno empreendedor, artesãos e produtores um local para comercialização dos seus produtos. Propiciar para a população mourãoense um local de descontração, entretenimento e compras de produtos artesanais e locais. |
|                                 | Feira de artesanato (Artecam e Casa do artesão)     | 2x/mês     | Apoiar os artesãos locais   |
|                                 | Semana MEI - Semana do microempreendedor Individual | 1x/ano     | Semana de Comemoração do Microempreendedor Individual.  |

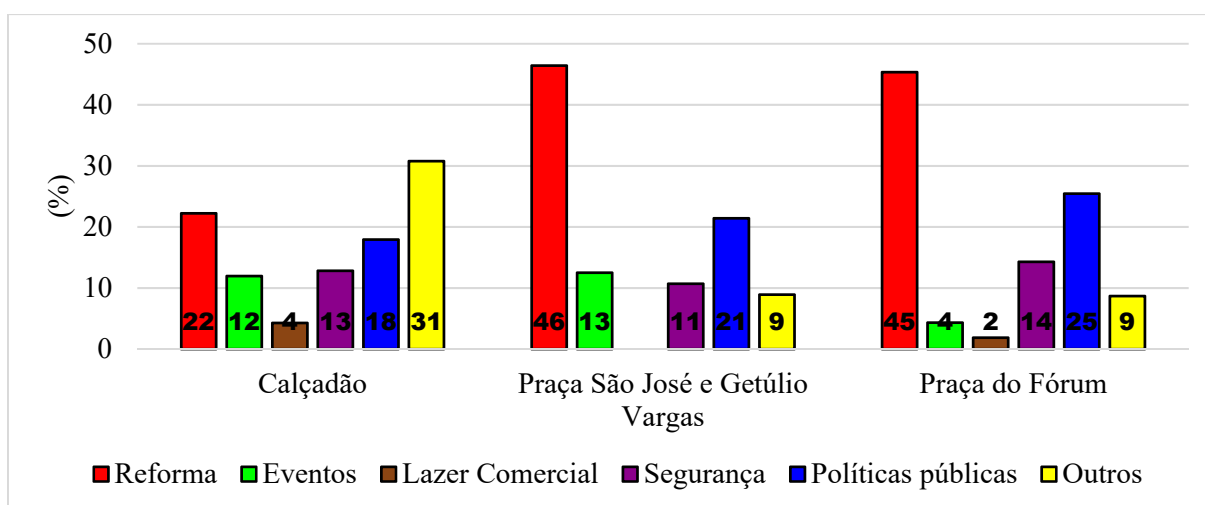
|   |        |  |
|---|--------|--|
| Encontro de Carros antigos  | 1x/ano | Aproximadamente 4 mil frequentadores e mais de 400 carros em exposição. Evento promovido pelo Antigomobilismo – Auto Clube Campo Mourão.                                     |
| Cursos nas carretas   | 1x/ano | Capacitar os jovens do município em local de fácil acesso e visibilidade para os patrocinadores.   |
| Degustação do Carneiro no Buraco  | 1x/ano | Divulgar o principal prato do município  |
| Expoflor e Feira das flores   | 1x/ano | Promovida pelo Lions Clube, (com duração de uma semana), o evento é beneficente, sendo a renda destinada a entidades da cidade. Ocorrem em meses diferentes (março e agosto) |
| Quermesse de São José   | 1x/ano | Ocorre na semana do padroeiro (19 de março), sem fins lucrativo, com barracas de salgados, doces, artesanato religioso.  |
| Outros eventos pontuais: Réveillon; Natal; Festivais de música, teatro e circo; auto da paixão; aniversário de Campo Mourão; apoiadores (setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul); Dia das crianças; Hip Hop e contação de história no Coreto. |        |  |

**Fonte:** Fundacam; Secretaria de desenvolvimento econômico; Sepla (2019).

Dessa forma, notamos que as entidades, a prefeitura e suas secretarias municipais acabam por priorizar eventos e atividades na região central da cidade, principalmente na arena da Praça São José, que por sua proximidade, acaba por impactar diretamente no calçadão. Temos como exemplo, a “feira criativa”, esta que ocorre na Avenida Capitão Índio Bandeira, junto ao segundo trecho do Calçadão e também a Praça São José. Mais afastada, menos frequentada e com menos visibilidade, a Praça Bento Munhoz não conta com eventos e políticas públicas.

Até mesmo o calçadão que na maioria das vezes tem sido bem avaliado, apresenta avaliações negativas, sendo que 3% afirmaram ser péssima a atuação dos órgãos responsáveis pela qualidade daquele espaço. Dessa forma, por meio do gráfico 16, apresentamos as sugestões para as melhorias do espaço público acerca da ótica do usuário.

O conteúdo do gráfico é resultado da junção das perguntas 24, 25 e 29 do apêndice 01, diante da possibilidade e necessidade de haver respostas discursivas, cada indivíduo apresentou respostas distintas, mas de conteúdo semelhante, optamos por agrupá-las nas temáticas: reforma, eventos, lazer comercial, segurança, políticas públicas e outros. Para tanto, de forma mais abrangente, primeiramente apresentamos por meio de um gráfico, tais temáticas, posteriormente, na minuciosidade, apresentamos por meio de tabelas as diversas opiniões agrupadas.

**Quadro 16:** Deficiências - sugestões para a melhoria dos espaços públicos

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor.

Mesmo sendo ambientes distintos, os anseios dos entrevistados apresentam certa similaridade, principalmente no tocante à segurança e necessidades de políticas públicas. Dentre as sugestões de melhoria, temos como prioridade revitalizar/reformar as praças centrais (São José, Getúlio Vargas e Bento Munhoz da Rocha). Mesmo o calçadão, que na maioria das vezes, tem atendido os anseios de seus frequentadores, 22% apontam como necessidade, sua reforma/revitalização, quadro 16.

**Quadro 17:** As diferentes sugestões de reformas.

| Descrição/sugestão   | Reforma (transformação física) |                                 |                |       |
|--|--------------------------------|---------------------------------|----------------|-------|
|  | calçadão                       | Praça São José e Getúlio Vargas | Praça do Fórum | Total |
| Revitalização, uma boa reforma   | 3                              | 12                              | 26             | 41    |
| Melhorar iluminação  | 2                              | 5                               | 13             | 20    |
| Parque infantil  | 5                              | 17                              | 12             | 34    |
| Academia da Terceira Idade (ATI)   | -                              | 1                               | 5              | 6     |
| Espaço para lazer ativo diverso, acessível a todas as idades, incluindo os materiais e monitores (personas/vigia). | -                              | -                               | 1              | 1     |
| Mais bancos  | 1                              | 4                               | 1              | 6     |
| Conjunto mesas e bancos  | 1                              | -                               | -              | 1     |
| Bebedouros   | 5                              | 5                               | 1              | 11    |
| Banheiro   | 2                              | 5                               | -              | 7     |
| Palco fixo   | 2                              | -                               | -              | 2     |
| Ciclovia   | -                              | 1                               | -              | 1     |
| Acessibilidade (mobilidade) para idosos e deficientes  | -                              | 1                               | 7              | 8     |
| Melhorar Paisagismo/Arborização/apodar arvores   | 3                              | 1                               | 5              | 9     |
| Reforma do xaxixão e de seu sanitário  | -                              | -                               | 1              | 1     |
| Ampliação do calçadão  | 2                              | -                               | -              | 2     |
| Mais lixeiras  | -                              | -                               | 1              | 1     |

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor.

Dessa forma, entendemos que o conceito reformar/revitalização foi amplamente citado, principalmente nas praças e mais acentuada na Praça do Fórum. É na Praça do Fórum que os usuários mais carecem de iluminação, ATI, acessibilidade, melhorias no paisagismo, reforma do quiosque e mais lixeiras.

São os usuários do calçadão que mais desejam pátios, ampliação e bebedouros, (juntamente com as Praças São José e Getúlio Vargas). Os usuários dizem que a praça citada carece de parque infantil, bancos, banheiros e bebedouros.

Realçamos que a funcionalidade atual impacta veemente nas sugestões. Por exemplo, a Praça Bento Munhoz da Rocha, por atualmente ser um local de passagem, inibindo a permanência dos usuários, não houve solicitação de banheiro.

Eventos promocionais<sup>45</sup> também foram solicitados, principalmente no Calçadão e nas Praças São José e Getúlio Vargas, geralmente para os entrevistados, de cunho associado à venda: promoção de roupas, eletrodomésticos, sorvetes, etc. (Quadro 18).

**Quadro 18:** Sugestões de eventos promocionais.

| Eventos promocionais    |                        |                                  |                |       |
|-------------------------|------------------------|----------------------------------|----------------|-------|
| Descrição/sugestão      | Número de citações (x) |                                  |                |       |
|                         | Calçadão               | Praças São José e Getúlio Vargas | Praça do Fórum | Total |
| Entretenimento cultural | 2                      | -                                | -              | 2     |
| Feirinhas               | 1                      | -                                | -              | 1     |
| Eventos promocionais    | 11                     | 14                               | 7              | 32    |

**Fonte:** Pesquisa realizada pelo autor.

Assim, de forma a complementar, temos o quadro 19, voltado ao lazer comercial, cujos entrevistados desejam a ampliação do serviço comercial, inclusive aos sábados e domingos.

**Quadro 19:** Sugestões de eventos lazer comercial

| Lazer comercial                                 |                        |                                 |                |       |
|---|------------------------|---------------------------------|----------------|-------|
| Descrição/sugestão                              | Número de citações (x) |                                 |                |       |
|   | Calçadão               | Praça São José e Getúlio Vargas | Praça do Fórum | Total |
| Ampliar o comércio: sorvete/lanchonete/diversos | 1                      | -                               | 3              | 4     |
| Comercio dia todo no sábado e no domingo        | 2                      | -                               | -              | 2     |
| Lojas com acessibilidade                        | 2                      | -                               | -              | 2     |

**Fonte:** Pesquisa realizada pelo autor.

<sup>45</sup> Consideramos eventos promocionais o ato de promover: shows, competições, festivais, exposição de artes, serviços e produtos.

Para os usuários do calçadão, o ambiente carece de lazer comercial, afirmam a necessidade de ampliar serviços de venda, principalmente no ramo de alimentação, como sorveterias, lanchonetes, cafezinhos, o mesmo ocorre com os usuários da Praça do Fórum. Acentuamos o anseio dos usuários com relação às lojas acessíveis, mostrando assim, a relação/conexão entre espaço público e privado.

A presença do Comércio, conforme Jacobs (2014) reflete nos olhos da rua, ajuda a dar vitalidade e manter o espaço público, a presença do comércio da vizinhança ativa também é importante elemento influente na segurança pública. Dessa forma, vamos apresentar os anseios dos frequentadores com relação à segurança. (Quadro 20).

**Quadro 20:** Anseios com relação a segurança

| Descrição/sugestão     | Segurança              |                                 |                |       |
|------------------------|------------------------|---------------------------------|----------------|-------|
|                        | Número de citações (x) |                                 |                |       |
|                        | Calçadão               | Praça São José e Getúlio Vargas | Praça do Fórum | Total |
| Mais Segurança         | 13                     | 10                              | 23             | 46    |
| Guarda municipal (24h) | 2                      | 2                               | -              | 4     |

**Fonte:** Pesquisa realizada pelo autor.

Com relação à melhoria da segurança, a situação torna-se mais crítica para os usuários da Praça Bento, sendo citada em 23 oportunidades. O montante equivale à soma dos outros dois espaços. Ainda com relação às melhorias da segurança, o menor pleito ocorre com relação aos usuários das Praças São José e Getúlio Vargas. Destacamos a situação do calçadão que refuta o conceito de Jane Jacobs (2014), mesmo o ambiente sendo circundado por comércios e instituições bancárias (equipados com câmeras de segurança), em 13 citações, os usuários solicitaram melhor segurança.

Os usuários do calçadão e das praças vizinhas solicitaram a implantação da Guarda Municipal que tem como objetivo zelar pelos bens públicos e promover a segurança nas instalações do município. A Lei 13022/2014 permite que qualquer município brasileiro implante sua Guarda Municipal, independentemente de seu porte. Na região noroeste do Paraná, cidades como Guaíra e Umarama possuem a Guarda Municipal em seu quadro de segurança.

Alguns fatores contribuem para a sensação de insegurança nos espaços públicos pesquisados, como: animais de rua, os socialmente excluídos (bêbados, prostitutas, drogados, andarilhos, etc). Dessa forma, os entrevistados citam algumas políticas públicas para melhorar o local e sanar muitos dos conflitos existentes nos espaços pesquisados, (quadro 21).

**Quadro 21:** As políticas públicas sugeridas.

| Políticas públicas propostas   |                        |                                 |                |       |
|--|------------------------|---------------------------------|----------------|-------|
| Descrição/sugestão   | Número de citações (x) |                                 |                |       |
|  | Calçadão               | Praça São José e Getúlio Vargas | Praça do Fórum | Total |
| Organização  | 1                      | -                               | -              | 1     |
| Limpeza  | 6                      | 5                               | 16             | 27    |
| Proibir uso de bicicleta na praça  | -                      | 3                               | -              | 3     |
| Recolher dejetos dos animais e animais abandonados   | 1                      | 2                               | -              | 3     |
| Retirar o estacionamento da ISJ  | -                      | 1                               | -              | 1     |
| Retirar taxas de uso de brinquedos e estacionamento (gratuidade)   | 2                      | -                               | -              | 2     |
| Manutenção do que já tem   | -                      | -                               | 9              | 9     |
| Concorrência comercial (Acabar e fiscalizar Comercio ilegal, fiscalização comercial, e respeitar ponto de trabalho alheio)   | 3                      | -                               | -              | -     |
| Remoção dos excluídos socialmente (bêbados, andarilhos, prostitutas, ciganos, desocupado, pessoas desagradáveis, fumantes, grupinhos de adolescentes e animais de rua) | 3                      | 16                              | 5              | 24    |
| Evitar/fiscalizar drogados/uso/comercio  | -                      | -                               | 4              | 4     |
| Falta de brinquedos/Brinquedos á preços acessíveis/baratos   | 2                      | 1                               | 7              | 10    |

**Fonte:** Pesquisa realizada pelo autor.

A diversidade e a usabilidade na maioria das vezes proporcionam conflitos: frequentador x excluídos sociais, automóveis e animais. O calçadão torna-se o maior exemplo, com sugestões: melhorar a organização; melhorar a limpeza; recolher os animais abandonados e seus dejetos; evitar concorrência comercial; evitar cobranças por estacionamento e brinquedos em espaços públicos, retirar os socialmente excluídos.

Os excluídos são em parte, a grande rejeição das praças São José e Getúlio Vargas: os bêbados e andarilhos que dormem nos bancos e fazem suas necessidades fisiológicas em qualquer lugar, as prostitutas que agem junto à parede da igreja; os ciganos e bêbados insistentes. Os socialmente excluídos merecem uma atenção especial, visto ser agente de incomodo aos demais frequentadores, e ao mesmo tempo, encontra-se em situação de vulnerabilidade. Longe da diversidade e da usabilidade, para os usuários da Praça Bento, as principais queixas são referentes à necessidade de limpeza e manutenção.

Outras alternativas, (quadro 22) na maioria das vezes conflituosas:



**Quadro 22:** Outras sugestões.

| Outras sugestões   |                        |                                 |                |       |
|--|------------------------|---------------------------------|----------------|-------|
| Descrição/sugestão   | Número de citações (x) |                                 |                |       |
|  | Calçadão               | Praça São José e Getúlio Vargas | Praça do Fórum | Total |
| Não tem/não precisa/não opinou   | 17                     | 9                               | 9              | 35    |
| Manter a pedra e o vendedor ambulante de sanduíches.   | 1                      | -                               | 2              | 3     |
| Ter locação de brinquedos infantis   | -                      | -                               | 1              | 1     |
| Diversidade funcional para todas as faixas etárias   | 8                      | -                               | -              | 8     |
| Falta de respeito: Evitar Tumulto, brigas e confusões  | 3                      | -                               | -              | 3     |
| Muito barulho  | 1                      | -                               | -              | 1     |
| Trânsito e falta de estacionamento, tráfego em espaços públicos  | 5                      | 1                               | -              | 6     |
| Reduzir número de vendedores ambulantes  | 1                      | -                               | -              | 1     |
| Espaço pouco aproveitado   | -                      | -                               | 1              | 1     |
| Retirar a Pedra (picaretas)  | -                      | -                               | 1              | 1     |
| Diferentes apresentações culturais para ensinar gerações passadas e presentes, ex. a criança saber como funciona a vida adulta (lúdico). | 1                      | -                               | -              | -     |

**Fonte:** Pesquisa realizada pelo autor.

Importante destacar a satisfação/falta de opinião por parte dos entrevistados, principalmente aqueles que frequentam o calçadão. Novamente surgem alguns conflitos, sobretudo havendo a falta de respeito (barulho, roubo de ponto comercial, tumultos, brigas, etc).

Dessa forma, entendemos que o perfil do frequentador do espaço público é eclético, mudando substancialmente de acordo com o espaço que frequenta/pesquisado. Enquanto no calçadão predomina pessoas que trabalham nele, na praça Bento, prevalece o transeunte.

Os diferentes espaços são frequentados em dias e horários distintos, fatores influenciados por seu posicionamento geográfico, entorno e atividades ofertadas. O grau de utilização também é referente ao grau de conservação oferecida, sobretudo, pelo poder público, que tem premências claras pelas praças São José e Getúlio Vargas.

Para cada espaço, há sugestões de melhorias distintas, muito baseadas nas condições atuais de usabilidade. Para os usuários da Praça do Fórum que a utilizam como local de passagem, permeiam a incapacidade de perceber a falta equipamentos e serviços favoráveis à permanência como, banheiros e bebedouros. Itens, altamente solicitados por usuários do calçadão, visto que eles permanecem por mais tempo no local.

Para finalizar, conhecendo sua estrutura física e os anseios de seus frequentadores, apresentamos um quadro síntese (quadro 23), apontando as principais deficiências e potencialidade com base no estudo desenvolvido. Analisado o espaço público de Campo Mourão, tanto quanto sua infraestrutura, quanto os diferentes olhares e subjetividades de seus frequentadores. De forma a interpretar e facilitar a compreensão, optamos por utilizar a metodologia CPD, amplamente utilizada na elaboração de Plano Diretores Municipais. Nada mais do que um quadro síntese, classificando e agrupando os resultados.

Além do mais, segundo Siebert e Souza (1998), trata-se de uma ferramenta interdisciplinar “em conjunto” compreensível e de fácil visualização:

A metodologia CDP - Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, empregada em projetos de planejamento urbano e regional, foi desenvolvida na Alemanha [...] Trata-se de uma sistemática de organização de dados levantados que possibilita sua visão em conjunto e apresentação de forma compreensível e de fácil visualização, sendo [...] muito útil na apresentação e discussão do Plano Diretor com a comunidade(SIEBERT e SOUZA, 1998, p.05).

Dessa forma, Conforme Siebert e Souza (1998), consideramos **condicionantes** os elementos já existentes que não podem e não devem ser alterados, dentre eles: aspectos naturais e antrópicos. Enquanto **deficiências** são elementos com problemas, conseqüentemente, demandando recuperação, por fim as potencialidades, cujos elementos são os aspectos positivos que podem e devem ser aproveitados na melhoria do local.

Com relação às **potencialidades** nos espaços públicos, acrescentamos que conforme discussão teórica elucidativa no capítulo um, consideramos potencialidades como: características que um espaço público tem de cumprir as funções: econômicas, sociais, culturais, ambientais e simbólicas, na atualidade ou em um momento futuro.

Para elaboração do quadro, levamos em consideração os apontamentos conjuntamente, ou seja, uma análise única, contemplando os três espaços pesquisados. Dessa forma, para classificar um elemento como potencial ou deficiente, utilizamos a classificação/opinião que mais se repetiu, isto é, a (moda) em caso de valores distintos, utilizamos o valor intermediário, (mediana).

**Quadro 23:** Condicionantes, deficiências, potencialidades e sugestões.

| <b>Fatores</b>    | <b>Condicionantes</b>   | <b>Deficiências</b>  | <b>Potencialidades</b>   | <b>Sugestões (diretrizes)</b>  |
|-------------------|---|--|--|--|
| <b>Econômicos</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Frequentadores com faixa salarial entre 1 e 3 salários mínimos (48%);</li> <li>- Valorização territorial no entorno e nas proximidades das praças e do calçadão.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Privatização do Espaço público (uso do espaço público em prol de uma minoria).</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença do lazer comercial, oportunidades para compras e se alimentar, em: lojas, feirinhas e quiosques;</li> <li>- Presença de vegetação (arbórea, arbustiva e forrageira) bem conservada e diversificada;</li> <li>- Utilização e manutenção dos espaços públicos para valorização Territorial.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Explorar, o comércio de serviços básicos e populares;</li> <li>- Explorar por igual os espaços públicos, independente de situar-se em zona periférica ou central, valorizar todos com o mesmo esmero;</li> <li>- Explorar a vegetação dos espaços públicos, mantendo às sempre ajardinadas e em diversidade.</li> </ul> |
| <b>Ambientais</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaço Público Jardinado</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Poluição sonora</li> <li>- Poluição ambiental (lixo)</li> </ul>                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>-Valorização estética do ambiente, por meio de árvores, arbustos, flores e gramíneas.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar lixeiras</li> <li>- Focar em políticas públicas “junto a sociedade”, pautadas na necessidade de preservar/reciclar.</li> </ul>  |
| <b>Culturais</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- 27 % dos entrevistados frequentam pizzarias, barzinhos, soverterias, entre outros;</li> <li>- 88% dos entrevistados exercem alguma atividade nos espaços públicos;</li> <li>- 30% dos entrevistados frequentam parques, praças e calçadões.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- 10% dos entrevistados indicam a necessidades de ampliar os eventos culturais</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Práticas esportivas (quadra de areia);</li> <li>- Frequentador fiel, que faz uso do espaço público e atividades que podem vir a ser implantadas, principalmente relacionadas a alimentação.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>-Implantar políticas públicas e infraestrutura adequada às práticas de: contemplação, recreação, lazer esportivo, lazer e convívio social, lazer comercial e cenarização. (oferecer diversidade funcional), em todo o momento e durante todo o ano.</li> </ul>  |
| <b>Simbólicos</b> |   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Deficiência quanto as placas de identificações dos locais.</li> </ul>                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Presenças de edificios institucionais representativos (fórum, estação da luz e museu).</li> <li>- Presença de obras de artes simbólicas: Chafariz, memoriais, monumentos, etc.</li> <li>- Catedral São José: símbolo mourãoense.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar políticas públicas quanto á seus principais monumentos, disponibilizar cartilhas no ensino fundamental, e principais pontos turísticos "igreja São José".</li> </ul>  |

|                  |   |  |   |   |
|------------------|---|--|---|---|
| <b>Segurança</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaço amplo, movimentado e conflituoso</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência da Guarda municipal.</li> <li>- 13% dos entrevistados clamam por melhorias quanto a segurança.</li> <li>- Conflitos envolvendo: drogados, prostitutas, ciganos, andarilhos, bêbados e animais de ruas.</li> <li>- Conflitos entre automóveis e humanos.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaços públicos integrados: Calçada e as Praças São José e Getúlio Vargas (reduz o custo operacional).</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar Guarda Municipal, ampliar sistemas de monitoramento por câmeras.</li> <li>- Remoção dos animais de Rua, destinando-os a um lar.</li> <li>- Direcionar alcóolatras a unidades de tratamento.</li> <li>- Intensificar fiscalização, de forma a combater comércios ilegais de "possíveis" prazeres (entorpecentes e atividades sexuais), e demais atividades ilícitas.</li> <li>- Maximizar o sistema viário e minimizar o fluxo de veículos.</li> <li>- Investir em programas de mobilidade, priorizando a segurança do pedestre.</li> <li>- Reduzir criminalidade e violência urbana, por meio dos olhos da rua, ou seja, proporcionar atividades intensas e interrompidas "dia e noite". A presença de pessoas inibe o crime.</li> <li>- Fornecer segurança contra intempéries: sol, chuva, vento, etc.</li> </ul> |
| <b>Sociais</b>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Predominância de frequentadores na faixa dos 21 a 40 anos (56%).</li> <li>- Predominância da classe trabalhadora (73%).</li> <li>- 70% dos frequentadores trabalham acima de 30 horas semanais.</li> <li>- Frequentadores, em sua maioria, pratica lazer entre 4 e 6 horas semanais (50%).</li> <li>- Frequentador assíduo: 74% afirmam frequentar sempre o espaço público, sendo que</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Para 22% dos entrevistados, faltam políticas públicas, havendo total ausência na Praça Bento Munhoz da Rocha Neto.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Público jovem, com certa estabilidade financeira e com disposição física.</li> <li>- Espaço favorável a socialização: descontrair, relaxar, passear e observar o movimento, (ver as pessoas agindo). Favorável a novas amizades e a conversar.</li> <li>- Capacidade de atrair frequentadores de todo o município de Campo Mourão (cidade e zona rural), além das cidades vizinhas e de outros estados.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar programas de atividades e políticas públicas voltadas a atender todas as faixas etárias.</li> <li>- Implantar políticas voltadas a redução do transporte particular em prol do transporte coletivo e não motorizados.</li> <li>- Favorecer e proporcionar as trocas comerciais e culturais, por meio de eventos, atividades comerciais e infraestrutura adequada.</li> <li>- Investir em zonas de permanências, criando a possibilidade de sentar, ficar de pé, ouvir, falar, observar, sentir o local.</li> </ul>   |

|             |   |  |   |   |
|-------------|---|--|---|---|
|             | <p>57% permanecem no local ao menos uma hora.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 56% dos entrevistados utilizam carros para se locomover e 13% utilizam transportes não motorizados.</li> </ul> |  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Comercio "cultural" diversificado: Venda de manufaturas em espaço público (moda hippie).</li> <li>- Espaços públicos frequentados todos os dias da semana.</li> </ul>  |   |
| Estruturais | <p>Elemento norteador no plano urbanístico da cidade.</p>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>-53% dos entrevistados afirmam ser “ruim ou péssima” a atuação dos órgãos responsáveis pelo espaço público.</li> <li>- Bancos em desconformidade com os padrões ergonômicos. Prevalendo a falta de manutenção e limpeza.</li> <li>- Iluminação deficiente, contendo lâmpadas queimadas e fluxo luminoso bloqueado por copa das arvores. Predomina a falta de manutenção.</li> <li>- Ausência de Sanitários e bebedouros públicos.</li> <li>- Ausência e/ou número reduzido de telefones públicos.</li> <li>- Ausência de estruturas e atividades voltadas ao lazer ativo: Academia da terceira idade, Playgrounds, quadras poliesportivas, etc</li> <li>- Paraciclo com design ineficiente e em número</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- 60% dos entrevistados afirmam ser "bom" o estado de conservação dos espaços pesquisados.</li> <li>- Acessibilidade urbana: presença de táxis e ônibus nas proximidades dos espaços pesquisados.</li> <li>- Presença de estacionamentos, tanto em via pública, quanto rotativo mantido por particulares.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar programa de manutenções periódicas e revitalizações, fazendo uso de bons projetos arquitetônicos, assim propiciando experiências sensoriais positivas – Legibilidade.</li> <li>- Desenvolver espaços públicos humanizados, ou seja, em escala humana, proporcionam a vivencia, a caminhabilidade.</li> <li>- Substituir sistema de iluminação defasada e antieconômica pelas modernas luminárias com foco direcionado confeccionadas em LED.</li> <li>- Implantar equipamentos voltados para o lazer ativo.</li> </ul> |

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
|  |  | <p>reduzido, principalmente nas Praças.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pavimentação e acessibilidade deficiente, pois atende parcialmente aos requisitos (rampas e pisos táteis).</li> <li>- 38% dos entrevistados clamam por haver reformas nos espaços públicos.</li> <li>- Existência de lixeiras defeituosas, principalmente na Praça Bento Munhoz da Rocha Neto.</li> </ul> |  |  |
|--|--|--|--|--|

**Fonte:** Pesquisa realizada pelo autor.

Dessa forma, por meio do quadro 23, apresentamos de forma sintética os resultados obtidos, utilizando como base a pesquisa de campo e opinião dos usuários. Nesse contexto, destacamos que os espaços públicos de Campo Mourão apresentam inúmeras potencialidades, ao mesmo tempo, em proporções semelhantes, também se apresentam deficitários, sobretudo, quando se trata dos elementos estruturais. Em contraponto a deficiência relativa à estrutura do espaço público, temos o fator social impactando potencialmente, principalmente no tocante à socialização. O espaço público de Campo Mourão propicia os encontros, a caminhabilidade, a conversação, e a possibilidade de “fazer” novas amizades.

Para finalizarmos, salientamos que o capítulo Quatro é o produto da metodologia e objetivos definidos. Aqui fez-se o uso da metodologia adotada no levantamento de campo e na aplicabilidade dos questionários, bem como, a utilização do referencial teórico, para entendermos o espaço público em sua especificidade, sua relação com o homem, seus diferentes conceitos, dimensões e classificações. Tais relações, apresentamos de forma mais enfática nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Os espaços públicos desde os primórdios exercem uma intrínseca relação ao desenvolvimento da cidade, bem como também da sociedade. Portanto, funcionando como um diário, escrevendo por meio de sua forma e função a história daquela localidade em diferentes momentos. Cada dia, uma nova história, novas funções, novos materiais e novos condicionantes (financeiros, sociais, culturais, ambientais e econômicos).

Dado o processo evolutivo do espaço público, ao longo dos anos, passando por diferentes funções e intensidades de usos, o espaço público foi dado como abandonado e até mesmo morto nos últimos trinta anos do século XX. O abandono e o desprestígio têm exercido importante papel nas tomadas de decisões do poder público, conseqüentemente os espaços públicos passam a ser visto como peso morto e relegados a outros planos.

Para tanto, partimos do pressuposto que há uma problemática em curso, a possibilidade da morte/abandono (por parte dos frequentadores e poder público) do espaço público no final do século XX e início do corrente século, impactar nas potencialidades dos espaços públicos mourãoenses.

Nesse sentido, refutamos a ideia de morte do espaço público “por parte do frequentador”, conseqüentemente corroboramos com Calliari (2016) e Queiroga (2001), que defendem uma inflexão na utilização em sua utilização. O espaço público de Campo Mourão<sup>46</sup> apresentou capacidade de atrair frequentadores em nível municipal (urbe/campo), cidades vizinhas e de outras localidades e estados. Seu público é bastante fiel, sendo que 70% dos entrevistados afirmaram frequentar sempre os espaços públicos pesquisados.

No entanto, defendemos a ideia parcial de abandono por parte do executivo municipal, assim, conseqüentemente apresentando indícios de “peso morto”. Considerado como bom “estruturalmente e funcionalmente, por 60% dos entrevistados, no entanto para 53% dos mesmos consideram a atuação dos órgãos responsáveis pelo espaço público aquém do esperado na atualidade”.

Dessa forma, tecendo a possibilidade do descaso de frequentadores e gestores para com o espaço público, tínhamos como objetivo principal, analisar as potencialidades dos espaços públicos de Campo Mourão, destacando os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Para tanto, alcançamos respostas para as seguintes questões problematizadoras:

**a) Qual(ais) a(s) relação(ões) entre os espaços públicos e o público frequentador?**

Há uma intrínseca e significativa relação entre ambos. Os espaços públicos pesquisados exercem

---

<sup>46</sup> Campo Mourão “vista do céu”. Em primeiro plano: o calçadão e as Praças São José e Getúlio Vargas. Fonte: <https://bit.ly/2JssboT>. Acesso em outubro de 2019.



atratividade, angariando frequentadores oriundos de diversas localidades, muitos deles, distantes a mais de 15-20 km, como as cidades vizinhas. Mesmo sendo um público submetido à elevada jornada de trabalho, os mesmos têm se apresentado fiéis frequentadores. No entanto, os espaços públicos de Campo Mourão são vistos com muitas possibilidades de lazer.

Dessa forma, entendemos que o espaço público pesquisado é atrativo a seus frequentadores, ao mesmo tempo, são os frequentadores que dão vida ao local. É no espaço público que os frequentadores trabalham, se relacionam, descansam, comercializam, levam seus filhos para passear e participam de políticas públicas. Ao mesmo tempo, também torna-se palco de conflitos, muitos deles, relacionados ao público socialmente excluídos (alcoólatras, prostitutas, andarilhos, drogados). Há de se destacar os conflitos envolvendo veículos e animais de ruas.

**b) Como ocorre a sociabilização entre os frequentadores desses espaços públicos?**

Ocorrem de formas distintas, mas sempre focadas no comércio, no lazer ativo e/ou contemplativo. No calçadão a socialização ocorre quase que exclusivamente nos ambientes de vendas, nos quiosques existentes, ou nas lojas vizinhas. Seu layout, bastante favorável à socialização, conta com conjuntos de bancos, quiosques de alimentação e inúmeras atratividades. As atratividades comerciais tornam-se interessantes à medida que proporcionam trocas culturais e conversações, além das trocas comerciais.

A socialização voltada às atividades comerciais, também se dá na Praça Bento Munhoz da Rocha, principalmente na Pedra. É nessa localidade que melhor representa os pressupostos defendidos por Arendt (2004) e Sennet (2003), ou seja, o espaço público como palco de comunicação, notícia ao ar livre. Ainda na mesma praça ocorre atividades voltadas ao lazer ativo (coletivo, geralmente times de voleibol), citada por 18% dos entrevistados.

De forma mais eclética, a socialização nas Praças São José e Getúlio Vargas se dá pelo lazer comercial, contemplativo, cultural e ativo, esses dois últimos quando há eventos. Situado em amplo espaço, detentora de uma infraestrutura diversificada (instituições religiosas e culturais, obras de artes e arborização abundante), faz do ambiente favorável ao convívio à socialização. Nesse contexto, o espaço público de Campo Mourão torna-se palco de encontros, conseqüentemente, proporcionando socialização e trocas culturais.

**c) Os espaços públicos de Campo Mourão apresentam diferentes usos e funções?**

**Qual(ais) a(s) visão(ões) do público que frequenta essas áreas?** Entendemos que os espaços públicos de Campo Mourão exercem diferentes usos e funções, refletindo diretamente no perfil de seus usuários. O calçadão oferece atividades voltadas ao lazer comercial e contemplativo, enquanto as Praças São José e Getúlio Vargas voltam-se ao lazer contemplativo, no entanto

devido a sua proximidade com a zona comercial, além de contar com quiosques de alimentação, entendemos que a mesma contém lazer comercial em seu programa de necessidades. Além do mais, conta com atividades voltadas ao lazer ativo aos finais de semana (aluguel de brinquedos e um bate-bola na arena com as crianças). Enquanto a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto possui lazer ativo, contemplativo e comercial em seu programa de necessidades, no entanto, em situação bastante deficiente.

Destacamos que, a forma de utilização está diretamente atrelada à função do espaço pesquisado, ou seja, a utilização se dá em função ofertada por determinado espaço. O calçadão, com seu programa funcional voltado á vendas, ao consumo, nele prevalece a agitação, a correria, o movimento das pessoas que visam comprar e/ou vender. Nesse caso, o tempo parado “contemplando” representa percas (deixar de vender um produto, ou perder aquele desconto nas compras). Enquanto que nas praças São José e Getúlio Vargas predominam a calma, mesmo que de forma superficial. Em contraponto, a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto apresentou potencial de não lugar (ambiente só de passagem).

Salientamos que, a forma de uso e a forma de função refletem diretamente na visão do frequentador, aqueles que frequentam o calçadão e têm acesso a sanitários e bebedouros das lojas, acabam por não sentir a falta dessa estrutura no espaço público. No entanto, para os frequentadores das praças São José e Getúlio Vargas, a ausência é notada. Por fim, mesmo ausente na Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, por ser um local de passagem, esses itens foram pouco lembrados. Nesse contexto, o uso e a função refletem nas diferentes visões de seus frequentadores.

Para os usuários do calçadão, o espaço é o local de: observar o movimento, fazer compras, socializar, curtir a paisagem. Já para os usuários das Praças São José e Getúlio Vargas, visam sobre tudo, contemplar as obras de artes e paisagem, enquanto para os usuários da Praça do Fórum veem o espaço favorável às práticas esportivas, socializar e curtir a paisagem.

**d) Como o poder público tem agido na administração de espaços destinados à população mourãoense?** Com base na pesquisa, fica evidente as preferências para com os espaços mais centrais em contraponto à Praça Bento Munhoz da Rocha Neto. Tal situação acaba por refletir diretamente no levantamento de campo e opinião dos entrevistados. Tomamos como exemplo a massiva frequência de eventos e políticas públicas realizadas, sobretudo na arena da Praça São José, fica evidente sua total existência na Praça do Fórum. Assim temos:

Para o calçadão: 90% dos entrevistados consideram sua infraestrutura como boa/ótima, conseqüentemente para 67% dos entrevistados, a atuação dos órgãos responsáveis é considerada boa. Enquanto que para as praças São José e Getúlio Vargas, 73% dos entrevistados

consideram sua infraestrutura como boa/ótima, assim 47% dos entrevistados consideram como boa a atuação dos órgãos responsáveis. Já para a Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 57% dos entrevistados consideram sua infraestrutura como ruim ou péssima, refletindo negativamente na nota da atuação dos órgãos responsáveis, sendo apenas 20% dos entrevistados que consideram boa.

#### **e) Quais as potencialidades dos espaços públicos?**

O espaço público de Campo Mourão tem como grande potencial e fatores ligados às atividades sociais, culturais, simbólicas, ambientais, funcionais e econômicas. Tem-se um público diversificado e fiel, mesmo na maioria das vezes submetido a elevadas jornadas de trabalho. Nos espaços públicos de Campo Mourão há atividades voltadas ao lazer ativo, contemplativo e comercial que podem e devem ser melhores exploradas.

De forma geral, prevalece a diversidade: as lojas; feirinhas; quiosques; eventos; paisagismo; práticas esportivas (em número reduzido); edifícios, instituições, obras de artes simbólicas. Ainda, são espaços favoráveis à socialização, descontração, proporcionando a vivência.

Tais qualidades, juntamente com a acessibilidade urbana (táxis, linhas de ônibus e estacionamento) impactam na capacidade de atrair frequentadores em nível municipal de Campo Mourão (cidade e zona rural), além das cidades vizinhas e de outros estados, fazendo seus espaços serem frequentados todos os dias semanais.

Enquanto as deficiências estão de modo geral ligadas à gestão pública, esta que deixa de investir em segurança, infraestrutura e políticas públicas. Dentre algumas deficiências citamos: bancos, iluminação, sanitários públicos, telefones públicos, estruturas voltadas ao lazer ativo, paraciclos e falta de acessibilidade, tanto para deficientes visuais, quanto para cadeirantes.

Diante das deficiências e potencialidades apontadas, evidencia-se a existência de um público frequentador, que mesmo em consideração desfavorável (elevada jornada de trabalho e baixa renda), tem frequentado o espaço público, de maneira rotineira, fazendo uso e permanecendo no local. Nesse contexto, temos o usuário potencial, no entanto falta estrutura, prevalece a inoperância do executivo municipal e até mesmo da população que não **o cobra os seus direitos**. É preciso agir, inovar, atuar, proporcionar bons projetos e condições aos usuários. Para isso, elencamos algumas sugestões para gestão e manutenção dos espaços públicos mourãoenses, em âmbito municipal:

- Promover “Plano integrado de gestão dos espaços públicos”, adotando políticas públicas idênticas para todos os espaços públicos, independentemente de ser zona periférica ou central.

- Propor, continuidade da preservação dos canteiros centrais (arborização, forrageiras e arbustivas).

- Desenvolver políticas educacionais voltadas à questão ambiental, conscientizando para o bom uso do espaço público, por meio de campanhas publicitárias e atividades na educação básica, (cartilhas).

- Propor medidas e diretrizes, visando explorar as potencialidades dos espaços públicos de Campo Mourão, considerando finalidades estéticas, ambientais, comerciais, culturais, simbólicas e práticas de lazer.

- Implantar (integrado ao conselho das cidades), o conselho dos espaços públicos, no qual por meio de uma equipe multi e interdisciplinar que possa: fiscalizar, zelar e implantar técnicas voltadas ao bom uso do espaço público urbano.

- Explorar projetos paisagísticos em consonância com orçamento público, considerando as condições climáticas e culturais da cidade.

- Prezar pelo plantio e preservação de espécies nativas em espaços públicos, sobretudo, exemplares da vegetação nativa do cerrado, visto que Campo Mourão conta com umas das poucas áreas de preservação dessas espécies no território paranaense.

- Implantar e explorar políticas públicas voltadas à conscientização acerca da importância dos espaços públicos urbanos, incitando seu uso e demonstrando sua melhoria na qualidade de vida e representatividade para a cidade.

Aqui, apresentamos algumas e breves propostas, porém outras podem ser exploradas a partir de novos estudos, diante de novas necessidades. Tornam-se importante repensar o espaço público, vê-lo como elemento essencial e indissociável à imagem da cidade e qualidade de vida de seus habitantes e jamais deve ser relegado a planos secundários.

A relação entre espaço público (o elemento construído e seus usuários) tem refletido diretamente em nossa pesquisa. A dissertação deu “vida à pesquisa”, as entrevistas possibilitam uma reflexão, pois as pessoas foram as principais interessadas, são elas que conhecem os pontos negativos e/ou positivos, sugerindo propostas por conta de sua vivência.

É nesse contexto que defendemos a metodologia interdisciplinar empregada, pela qual podemos entender o espaço público, não somente pela ótica de seus usuários, mas também pela experiência de seu pesquisador (baseada em parâmetros técnicos). Dessa forma, unindo

universos distintos, da materialidade e da imaterialidade, baseada no modelo heurístico defendido por Claude RAYNAUT (2014).

Assim, a metodologia tem se demonstrado útil, visto não ser possível estudar o espaço público “construído” sem levar em conta as práticas sociais nele ocorridas, da mesma forma, que não foi possível estudar as práticas sociais sem levar em conta a infraestrutura que há disponível. Consequentemente, entendemos a relação, os anseios dos usuários para com o espaço público.

Considerando nossa problemática, nossos objetivos e metodologia proposta para tal equação, entendemos que houve êxito para o objeto proposto no entanto, no decorrer da pesquisa surgiu uma lacuna “não objeto deste estudo, mas voltada à noção de lugar, (relação homem/espaço)” que deve ser respondida em uma próxima pesquisa. Deparamos com a seguinte incógnita: Como pode muitos dos frequentadores da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto julgarem aquele local como “bom”, mesmo o levantamento de campo demonstrando o contrário na maioria dos quesitos?

Mesmo que subjetivo, acreditamos que há outras condicionantes que possam qualificar o espaço público, levando-se em consideração a vivência de seus usuários (tempo de permanência, escolaridade, conhecimento cultural, sobretudo novos lugares, etc.). Caso apresentássemos imagens da Rua Rambla em Barcelona definida com uma rua especial por Allan Jacobs, o frequentador permanecia com a mesma opinião?

Para tanto, atingimos nossos objetivos, entendemos que trouxemos importantes contribuições científicas, podendo ser aplicadas tanto na comunidade acadêmica, quanto na gestão pública de Campo Mourão, ou parcialmente para outras cidades (deve-se considerar os fatores culturais, ambientais econômicos, sociais e simbólicos do local). Para o meio acadêmico, a pesquisa ajuda a compreender a relação homem/espaço, as necessidades antrópicas almeçadas em espaços públicos, dentre outros. Enquanto que, para a gestão pública, a pesquisa caracteriza-se como importante ferramenta na manutenção, feitura e gestão dos espaços públicos existentes e a existir.

Além do mais, é importante destacarmos que os frutos desta pesquisa tornam-se interessantes, (tanto no meio acadêmico/científico, quanto para a gestão pública), para as distintas áreas científicas, dentre elas, a: arquitetura, história, geografia, sociologia urbana e filosofia.

Ainda devemos destacar a existência de outros espaços públicos potenciais no município de Campo Mourão, que são importantes objetos para estudos futuros, como: o Parque do Lago,

Parque das Torres, Parque Gralha Azul, a Praça Alvorada e o simbólico calçadão do Santuário de Nossa Senhora Aparecida que recebe romeiros de inúmeras localidades.

Para finalizarmos, destacamos a relação íntima entre espaço público, sociedade e o executivo municipal. Para que o espaço público seja potencial, deve haver um público alvo, bem como, haver um gestor operante. Dessa forma, os espaços públicos não devem ser apenas local, mas sim, servir à população, proporcionando condições de vivência e permanência, consequentemente proporcionando ao frequentador a sensação de sujeito integrante do local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da faculdade de letras- geografia**, Porto, vol. 14, 1998, p. 77-97. Disponível em: <<https://bit.ly/2Rp0pvu>>. Acesso em fevereiro de 2019.
- ACSELRAD, Henri. Cidade – espaço público? A economia política do consumismo nas e das cidades. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 234-247, jan./jun. 2013. Disponível em <<https://bit.ly/2PCj9pC>>. Acesso em janeiro de 2019.
- AGOSTINHO, Maria da Graça. **Espaço público urbano e cidadania nas cidades contemporâneas**: O caso do parque da luz em Florianópolis/SC. 2008. Tese (doutorado). UFSC. Florianópolis. Disponível em: <<https://bit.ly/2PTaIYb>>. Acesso em fevereiro de 2019.
- ALEX, Sun. **Projeto da Praça**: Convívio e exclusão nos espaços públicos. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- ANDRADE, Thiago Bocon. **Praças, poder público e população**: uma (re) leitura da imagem e uso das praças centrais de Campo Mourão – PR. Monografia - Programa de Pós-Graduação. Universidade Estadual Do Paraná – UNESPAR. Campo Mourão; 2012
- ANDRADE, Thiago Bocon; BOVO, Marcos Clair. A significação e a dinamicidade social dos espaços públicos urbanos: a história de duas praças e uma rua em Campo Mourão/PR. **Rev. Geoatos**, n. 11, v.1, Presidente Prudente, 2011, p. 88-94. Disponível em: <<https://bit.ly/2LTjfN9>>. Acesso em maio de 2019.
- ARANTES, Rafael de Aguiar. **Fugindo dos males da cidade**: os condomínios fechados na grande Salvador. 2011. 157f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia. Salvador. Disponível em: <<https://bit.ly/2AwPppA>>. Acesso em fevereiro de 2019.
- \_\_\_\_\_. **O(s) espaço(s) público(s) numa cidade desigual e segregada**. 2016. 247 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador. Disponível em: < <https://bit.ly/2BsRLWR> >. Acesso em fevereiro de 2019.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- ASCHER, François. **Metapolis ou l'avenir des villes**. Paris: Editions Odile Jacob, 1995.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.
- \_\_\_\_\_. **NBR 9284**: Mobiliário Urbano – Classificação. Rio de Janeiro, 1986.
- \_\_\_\_\_. **NBR 1520**: Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **NBR 16537:**  
Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro, 2016.

BARAKAT, Munir. **O Calçadão da Avenida Capitão Índio Bandeira**. Campo Mourão - PR, UNESPAR. 05 de julho de 2019. Entrevista a Anderson Franciscón.

BARBOSA, Leonardo Cassimiro. **Potencialidades dos parques lineares na recuperação de áreas de fundos de vale**. 2010. 147f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Maringá. Maringá. Disponível em: <<https://bit.ly/2Dxqpzd>>. Acesso em fevereiro de 2019.

BARBOSA, Maria Luísa Torres Meneses. **Espaço público urbano, em constante transformação**: um estudo sobre os discursos teóricos e a prática do espaço público contemporâneo. 2014. Dissertação (mestrado). Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Porto, Portugal. Disponível em: <<https://bit.ly/2UQaz9L>>. Acesso em fevereiro de 2019

BARJAMOVIC, Gojko; RYHOLT Kim. **Problems of Canonicity and Identity Formation in Ancient Egypt and Mesopotamia**. Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 2016.

BASTOS, Fernando. Parcelamento do solo Urbano. Instituto Pólis, Idéias para a ação municipal. **Desenvolvimento Urbano**, São Paulo, n. 129, 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/2BZkrt8>>. Acesso em fevereiro de 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. **Confiança e Medo na Cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BENEVOLO, Leonardo; LONGO, Tommaso Giura; MELOGRANI, Carlo. **Projetar a cidade Moderna**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

BERNARDES, Andréa Gonçalves Moreira. **Urbanismo Mesoamericano Pré-colombiano: Teotihuacán**. 2008. 166f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília – UnB. Brasília. Disponível em: <<https://bit.ly/2CuX891>>. Acesso em dezembro de 2018.

BEZERRA, Luiza Cavalcanti. A natureza jurídica das calçadas urbanas e a responsabilidade primária dos Municípios quanto à sua feitura, manutenção e adaptação para fins de acessibilidade. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, ano 17, n. 3320, 3 ago., 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2eOJjnr>>. Acesso em fevereiro de 2019.

BISSIO, Beatriz. **Percepções do espaço no medievo islâmico (séc. XIV): o exemplo de Ibn Jaldún e Ibn Battuta**. 2008. 415f. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói. Disponível em: <<https://bit.ly/2SiRjv8>>. Acesso em fevereiro de 2019.

BORJA Jordi. **La cidade conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona: 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2QU8Cre>>. Acesso em fevereiro de 2009.



BORTOLO, Carlos Alexandre de. O espaço público do parque do povo – Presidente Prudente SP: reflexões geográficas. **Revista Geografia em Atos**. Presidente Prudente, n. 13, v.1, p. 50-65, jan./jun., 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2QsBeLW>>. Acesso em fevereiro de 2019.

BOVO, Marcos Clair. **Áreas verdes urbanas, imagem e uso**: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá – PR. 2009. Tese (doutorado). 324f. Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Disponível em: <<https://bit.ly/2OPWHZC>>. Acesso em fevereiro de 2019.

BOVO, Marcos Clair; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Praças e parques: uma retrospectiva através dos tempos. In Bovo, M. C; TÖWS, R. L.; COSTA, F. R. da (orgs). **Estudos Urbanos em Perspectivas: Reflexões, Escalas e Desafios**. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2013, p. 178-206.

BOVO, Marcos Clair.; ANDRADE, Thiago Bocon. Produção do espaço histórico-cultural de Campo Mourão (PR) Brasil: um estudo de suas praças centrais. **Revista Formação Online**, n. 19, v. 1, p. 3-24, jan./jun., 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2FnGxGG>>. Acesso fevereiro de 2019.

BOVO, Marcos Clair; CONRADO, Denner. O parque urbano no contexto da organização do espaço da cidade de Campo Mourão (PR), Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 34, v. 1, p. 50-71, jan./jul., 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2E1aWbv>>. Acesso maio de 2019.

BOVO, Marcos Clair; MARTINS, Pedro Henrique Bruno. O espaço público, o lazer e o parque urbano: reflexões teóricas e conceituais. In Marcos Clair Bovo; Fábio Rodrigues da Costa, (orgs). **Estudos urbanos: conceitos, definições e debates**. Campo Mourão: Unespar/Fecilcam, 2017, p. 149 – 174.

BRANDÃO, Pedro. **A identidade dos lugares e a sua representação colectiva**. Lisboa: Europress, Editores e Distribuidores de Publicações, Lda, 2008.

BRANDÃO, Pedro; CARRELO, Miguel; ÁGUAS, Sofia – **O chão da cidade**: guia de avaliação do design de espaço público. Lisboa: Centro Português de Design, 2002.

BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni. **Design de Espaço Público**: deslocação e proximidade. Lisboa: CPD, 2003.

BRASIL. Código Civil (2008). **Código civil brasileiro e legislação correlata**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 616 p.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 set. 1997.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 13.022, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 ago. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ci40FT>>. Acesso em setembro de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 07 set. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2WHrRlf>>. Acesso em novembro de 2019.

BRUM, Cristhian Moreira et al. Caracterização dos Espaços Públicos de Lazer e a Satisfação dos Usuários na área central de Santa Maria–RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 10, n. 10, p. 2130-2139, Jan-Abr., 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2wAnMcb>>. Acesso em fevereiro de 2019.

CÂMARA, Matheus Breno Pinto da. Espaço sagrado e espaço doméstico: um estudo sobre os templos e as casas no antigo Egito. **Alétheia Revista de Estudos sobre Antiguidade e Medieval**. Bagé, v. 9, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2An2qC3>>. Acesso em fevereiro de 2019.

CAMPO MOURÃO. **Decreto 4763/2010**: Regulamenta e estabelece critérios para a construção, reconstrução ou reparação de passeio. Campo Mourão: Órgão Oficial do Município nº 1360, 2010.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6080/2013**: Altera o decreto nº 4.763, de 27 de fevereiro de 2010, que regulamenta e estabelece critérios para a construção, reconstrução ou reparação de passeio. Campo Mourão, 26 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7572/2018**: Regulamenta o procedimento para a concessão de autorização de uso de espaços públicos de domínio do Município de Campo Mourão, assim compreendidos os passeios públicos, praças, parques e logradouros, e dá outras providências. Campo Mourão: Órgão Oficial do Município nº 2246, 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 46/1964**: Código de Posturas e Obras. 1ª edição, Campo Mourão, 1965.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 14 de 18 de março de 1969**. Denomina São Jose a Praça onde se localiza a Catedral. Campo Mourão, 1969.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 34**. Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos do município de Campo Mourão e dá outras providências. Paço Municipal "10 de Outubro". Campo Mourão, 17 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1924 de 11 de maio de 2005**. Denomina "Bento Munhoz da Rocha Neto" o passeio público localizado na quadra 174 na Planta Geral do Município. Campo Mourão, 2005.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 27/54 de 1955**. “autoriza o poder executivo a denominar de praça Getulio Vargas a atual 10 de outubro”. Campo Mourão, 1955.

\_\_\_\_\_. **Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira**. Campo Mourão/PR, 2019.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Municipal de Planejamento**. Campo Mourão/PR, 2019

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CALLIARI, Mauro. **Espaço público e urbanidade em São Paulo**. São Paulo: BEI Comunicações, 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor, espaço público e urbanidade**. Mogi das Cruzes, novembro de 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2ENFY8Z>>. Acesso em fevereiro de 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto. 1994

CARMONA, Matthew; HEATH Tim; OC, Taner; TIESDELL, Steve. **Public places, urban spaces: the dimensions of urban design**. Londres: Architectural Press. 2003.

CARR, Stephen; FRANCIS, Mark; RIVLIN, Leanne G; STONE, Andrew M. **Public Space**. Cambridge: Cambridge University Press. 1992.

CARVALHO, Larissa Martiniano de. **Áreas Verdes da Cidade de Lavras/MG: caracterização, uso e necessidades**. 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Lavras, Lavras. Disponível em: <<https://bit.ly/2T1L9oN>>. Acesso em fevereiro de 2019.

CASSAB, Clarice. Acidade como espaço público: uma interpretação pautada na fala dos jovens. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 83-91, set./dez., 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2rDTxir>>. Acesso em fevereiro de 2019.

CASTELNOU, Antonio. **Teoria do urbanismo: Notas de aula**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2SpaDME>> e <<https://bit.ly/2EGFLDu>>. Acesso em fevereiro de 2019.

CASTRO, Alexandra. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. **Revista Cidades Comunidades e Territórios**, n. 5, p. 53-67, Dez., 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2wxfMIY>>. Acesso em fevereiro de 2019.

CHAPMAN, Thomas. Public Space. In WARF, Barney. **Encyclopedia of Human Geography**. Tallahassee: Florida State University-Sage Publications, 2006, p. 388-389.

CHING, Francis; JARZOMBEEK, Mark; PRAKASH, Vikramaditya. **História global da Arquitetura**. São Paulo: WMF Martins Fontes/SENAC, 2016. p.14-16.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: Utopias e Realidades - uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CONTE, Eduardo Pinheiro. **As calçadas públicas urbanas e a responsabilidade quanto à sua construção e conservação**. 2014. Monografia direito. Univates. Lajeado. Disponível em: <<https://bit.ly/2sayfJz>>. Acesso em fevereiro de 2019.

COPEL. **Manual de iluminação Pública**. SED/DNGO/VNOT. Fevereiro de 2012. Disponível em: < <https://bit.ly/2PI2hRU>>. Acesso em novembro de 2019.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, Márcia Filipa Gomes da. **Espaços de sociabilização na cidade e na arquitectura: da antiguidade clássica à contemporaneidade**. 2015. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa. Disponível em:<<https://bit.ly/2SdRk9m>>. Acesso em fevereiro de 2019.

DAMATTA, Roberto. **A casa a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARODA, Raquel Ferreira. **As tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. 2012. 122f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em:<<https://bit.ly/2PQLWqq>>. Acesso em fevereiro de 2019.

DE ANGELIS, Bruno Luís Domingos. **A praça no contexto das cidades – o caso de Maringá, PR**. 2000. 366f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DE ANGELIS, Bruno Luís Domingos; CASTRO, Rosana Miranda de; DE ANGELIS NETO, Generoso. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia Civil**, n. 20, p. 57-70, 2004. Disponível em:< <https://bit.ly/2GvV2rK>>. Acesso em fevereiro de 2019.

DEMATTÊ, Maria Esmeralda Soares Payão. **Princípios de paisagismo**. Jaboticabal: FUNEP, 1999.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Uso privativo de bem público por particular**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, Marina Simone; ESTEVES JÚNIOR, Milton. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba. **Cad. MetrÓpole.**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 635-663, maio/ago., 2017. Disponível em:<<https://bit.ly/2RNR54p>>. Acesso em dezembro de 2018.

DINOÁ, Luciana Mendonça. **O espaço livre público em conjuntos habitacionais as praças potenciais do conjunto Mangabeira em João Pessoa-PB**. 2005. 180f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em:<<https://bit.ly/2K7oc0d>>. Acesso em fevereiro de 2019.

FARABY, Jimly Al. Street Space and Informality: towards an inclusive community. **3rd International Conference on Indonesian Architecture and Planning (ICIAP)**, Universitas Gadjah Mada, Yogyakarta, Indonesia, 2016. Disponível em:< <https://bit.ly/2E0S3pD>>. Acesso em fevereiro de 2019.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Desafios e perspectivas do trabalho interdisciplinar no Ensino Fundamental: contribuições das pesquisas sobre interdisciplinaridade no Brasil: o

reconhecimento de um percurso. **Interdisciplinaridade**, São Paulo, v.1, n. 1, out., 2011. Disponível em <<https://bit.ly/2BaNise>>. Acesso em fevereiro de 2019.

FEISTEL, Roseli Adriana Blümke; MAESTRELLI, Sylvia Regina Pedrosa. Interdisciplinaridade na formação de professores de ciências naturais e matemática: algumas reflexões. **VII Enpec**. Florianópolis, nov., 2000. Disponível em: <<https://bit.ly/2zl4Y35>>. Acesso fevereiro de 2019.

FERREIRA, Luís; MATTOS, Enlison; TERRA, Rafael. O papel das guardas municipais na redução da criminalidade: evidências empíricas para um painel de municípios paulistas. **Pesquisa e planejamento econômico, ppe**, v. 46, n. 2, ago. 2016, p. 151-180. Disponível em <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/1484/1228>>. Acesso em outubro de 2019.

FERRO, Regina de Fátima Freitas Carvalho. **Potencialidades de desenvolvimento local da comunidade de São Gabriel do Oeste em termos de ocupação**. 2003. 136f. Dissertação (mestrado). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. Disponível em: <<https://bit.ly/2zhDv2d>>. Acesso em fevereiro de 2019.

FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. Padrões sociais e uso do espaço público. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, 2005, p. 377-394. Disponível em: <<https://bit.ly/2C4Buqr>>. Acesso em fevereiro de 2019.

FRANCISCON, Anderson. A importância da iluminação na vitalidade e mantimento do espaço público urbano. **Anais do X CONCCEPAR**. Campo Mourão, PR: Centro Universitário Integrado de Campo Mourão, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2WByjAn>>. Acesso em novembro de 2019.

FRANCISCON, Anderson; MARQUES, Caroline Salgueiro da Purificação; AZUMA, Mauricio Hidemi. A arquitetura na reprodução da memória: o caminho de Peabiru. **Akrópolis**, Umuarama, v. 25, n. 2, p. 103-116, jul./dez., 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2MSXhq8>>. Acesso em fevereiro de 2019.

GALENDER, Fany Cutcher. Considerações sobre a conceituação dos espaços públicos urbanos. **Paisagem e Ambiente**, n. 4, p. 113-120, 10 dez., 1992. Disponível em: <<https://bit.ly/2GA6ILK>>. Acesso em fevereiro de 2019.

GARCIA, Nara Stevanato; GULINELLI, Érica Lemos. **Praças Públicas: estudos de caso das praças de Barra Bonita/SP. V SNGC; Varzea Grande - MT**. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2m9xZv6>>. Acesso em setembro de 2019.

GATTI, Simone. **Espaços Públicos: Diagnóstico e metodologia de projeto**. ABCP – São Paulo. 2013. 91 p. Disponível em <<http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf>>. Acesso em outubro de 2019.

GATTI, Simone; ZANDONADE, Patrícia. **Espaços Públicos: Leitura urbana e metodologia de projeto (dos pequenos territórios às cidades médias)**. São Paulo: ABCP, 2017. 120 p. Disponível em: <<https://bit.ly/2Asj17n>>. Acesso em fevereiro de 2019.

GAZETA DO CENTRO OESTE. Campo Mourão, bem recebida a revitalização do centro. Campo Mourão, 02 a 04 de julho de 1989.

\_\_\_\_\_. Campo Mourão, o maior desenvolvimento de sua história. Campo Mourão, 04 a 07 de Maio de 1991, p.8.

GEHL, Jan. **Cities for people**. Founding partner: Gehl architects. Urban quality consultants, Copenhagen. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2EX4bJ8>>. Acesso em fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Life between buildings: using public space**. Washington: Island Press, Suite, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cidades para pessoas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cities for people, IFHP oct 2014: people oriented city planning as strategy**. Copenhagen: Founding partner, Urban quality consultants, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2LPrx4A>>. Acesso em fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **A grande virada**. Livreto, fronteiras do Pensamento, temporada 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2QZLBHu>>. Acesso em fevereiro de 2019.

GEHL, Jan; GEMZOE, Lars. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2002.

GEHL, Jan; SOHOLT Helle Lis. **Public spaces and public life: City of Adelaide 2002**. Adelaide: Planning SA, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2LMB5xj>>. Acesso em fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Seattle – Public Space Public Life**. International Sustainability Institute. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2H0kY0p>>. Acesso em janeiro de 2009.

\_\_\_\_\_. **Sustainable Livable Copenhagen**. Associate, Gehl Architects. Akademie der Konrad-Adenauer Stiftung, Berlin. 14/01/ 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2LWVobp>>. Acesso em janeiro de 2009.

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine M. Nentwig. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6.a Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2008.

GONCALVES, Felipe Sobczynski; RECHIA, Simone. Espaços e equipamentos de lazer da Vila Nossa Senhora da Luz e suas formas de apropriação. **Rev Bras Ciênc** Esporte, v. 37, n. 3., 2015, p. 265-271. Disponível em: <<https://bit.ly/2INmVDq>>. Acesso em setembro de 2019.

GOMES, Dalila Cristina. **Análise das praças centrais de Campo Mourão, Paraná, na configuração urbana**. 2016. 151f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Maringá. Programa de pós-graduação em engenharia urbana. Maringá. Disponível em: <<https://bit.ly/2qM9liE>>. Acesso em fevereiro de 2019.

GOMES, Filipa Manuela Costa Correia. **Do espaço público tradicional à sua função na cidade contemporânea**. 2009. Dissertações (mestrado). Universidades Lusíada. Porto. Disponível em: <<https://bit.ly/2GPjOFd>>. Acesso em dezembro de 2018.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia fim de siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E. e CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

\_\_\_\_\_. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304p.

\_\_\_\_\_. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GRAÇA, Miguel Silva. Espaços privados e usos coletivos: do admirável mundo novo do consumo às novas tipologias comerciais de Lisboa. **Ciudades 10**, p. 213-240, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2SE4mAe>>. Acesso em fevereiro de 2019.

GRAEBIN, Tatiane Karine. **Mobilidade urbana sustentável: o espaço do pedestre em Marechal Cândido Rondon**. 2009. 130f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR. Disponível em: <<https://bit.ly/2GvX3UQ>>. Acesso em fevereiro de 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, volumes I e II. 2 ed. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. O Direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, jul./dez., 2012, p. 73-89. Disponível: <<https://bit.ly/2H0gFCg>>. Acesso em fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. O Direito à cidade: A qualidade da vida urbana virou uma mercadoria. Há uma aura de liberdade de escolha de serviços, lazer e cultura – desde que se tenha dinheiro para pagar. N. 82, Julho de 2013. Tribuna livre da luta de classes. **Revista Piauí**. Disponível em: <<https://bit.ly/2PXsf4z>>. Acesso em fevereiro de 2019

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em Síntese: Campo Mourão, Panorama**. v4.3.16.0; 2017. Disponível: <<https://bit.ly/2SZVi5T>>. Acesso em janeiro de 2019.

IEMA. **A bicicleta e as cidades: Como inserir a bicicleta na política de mobilidade urbana**. São Paulo, 2009. Disponível: <<https://bit.ly/2UF4b4M>>. Acesso em abril de 2019.

INDOVINA, Francesco; O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança. In **Cidades-Comunidades e Territórios**, n. 5, Dez.. 2002, p. 119-123. Disponível: <<https://bit.ly/2QxAtBq>>. Acesso em fevereiro de 2019.

INNERARITY, Daniel. A nova urbanidade. **Jornal Arquitectos**: Publicação Trimestral da Ordem dos Arquitectos, Portugal, n. 231, Abril–Junho, 2008, p. 18-21. Disponível: <<https://bit.ly/2BtJ12D>>. Acesso em fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **O novo espaço público**. Lisboa: Textos Editores, 2010.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômica e Social. **Caderno estatístico município de Campo Mourão**. Curitiba: IPARDES, janeiro/2019. Disponível: <<https://bit.ly/2D8Fkke>>. Acesso em janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Indicadores dos municípios integrantes da região administrativa de Campo Mourão**. Curitiba: IPARDES, 2015. Disponível: <<https://bit.ly/2TKUhhE>>. Acesso em janeiro de 2019.

ITCG – Instituto de Terras Cartografia e Geociências. **Breve histórico sobre a evolução da divisão territorial do estado do Paraná**. Arquivo gráfico municipal do estado do Paraná. Curitiba 2003. Disponível: <<https://bit.ly/2TJh0L7>>. Acesso em janeiro de 2019.

JACOBS, Allan, B. **Grandes Calles**. Santander: Ed. Universidad de Cantabria, 1996.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JAPIASSU, Hilton. **O sonho transdisciplinar e as razões da Filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

KARSSENBERG, Hans; LAVEN, Jeroen. A cidade ao nível dos olhos: Estratégiado plinth. In: KARSSENBERG, Hans et al (Ed.). **A cidade ao nível dos olhos**: Lições para os plinths. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2015, p. 14-25.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LILLEBYE, Einar. The architectural significance of the street as a functional and social arena. in JEFFRERSON, Colin; ROWE, Janet; BREBBIA, Carlos (ed). **Sustainable Street: The Environmental, Human and Economic Aspects of Street Design and Management**. Advances in Architecture Series. Southampton: WIT Press, 2001. p. 3-44.

LOBODA, Carlos Roberto. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava-PR**. 2008. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Disponível em: <<https://bit.ly/2CkewDU>>. Acesso em fevereiro de 2019.

LOPES, Antônio Mendes. Os Espaços Públicos (de Lazer) na Cidade: Emergência de Novas Práticas e Vocações Territoriais. **Jornal "A página"**, n. 83, Ano 8, setembro de 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/2ErxAuH>>. Acesso em fevereiro de 2019.

LUNA, Débora Youchoubel P. De A. et al. Analisando o espaço urbano através do sistema de espaços livres: um exercício de projeto urbano na cidade de natal- RN. **IX Colóquio Quapá Sel**, 25 e 26 de agosto de 2014, UFES/FAUUSP/QUAPÁ. Disponível em:<<https://bit.ly/2oySNtA>>. Acesso em fevereiro de 2019.



LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad. Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1989.

MACHADO, Débora. **Público e Comunitário**: projeto arquitetônico como promotor do espaço de convivência. 2009. 144f. Dissertação (mestrado). Universidade São Judas Tadeu, São Paulo. Disponível em: < <https://bit.ly/2DVcjJC> >. Acesso em fevereiro de 2019.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MATOS, Bernardo. **A história das andorinhas**. Entrevista. Campo Mourão - PR, Residência do entrevistado. 23 de agosto de 2019. Entrevista a Anderson Franciscon.

MAZZUCHETTI, Roselis Natalina; LIMA, Jandir Ferrera de. Apontamento sobre região de influência das cidades da Mesorregião Centro Ocidental do Paraná. **G&DR**, Taubaté, v. 9, n. 2, p. 27-46, mai-ago., 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2Rnmv5s>>. Acesso em fevereiro de 2019.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago., 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2LSJfV8>>. Acesso em fevereiro de 2019.

MONTANER, Josep Maria; DIAS, Marina Simone. O direito ao espaço público: Princípios e exemplos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 17, n. 203.02, Vitruvius, abr. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2otaGKk>>. Acesso em fevereiro de 2019.

MONTEIRO, Ricardo Rodrigues. A cartografia do fenômeno urbano e econômico no Paraná: uma leitura com auxílio da semiótica. **Confins [Online]**. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2AC9tGU>>. Acesso em janeiro de 2019.

MORA, Maritza Rangel. Indicadores de Calidad de Espacios Públicos Urbanos, para la vida ciudadana, en Ciudades Intermedias. **53º Congresso Internacional de Americanistas**, 19-24/julho/2009, Cidade do México. Disponível em:< <https://bit.ly/2TGtGCP> >. Acesso em fevereiro de 2019.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NARCISO, Carla Alexandra Filipe. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **Revista Estudos e pesquisas em Psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, ano 9, n. 2, p. 265-291, 2009. Disponível em <<https://bit.ly/2fsylUf>>. Acesso em fevereiro de 2019.

NEVES, David Pereira. **O Equipamento e o Espaço Público como Geradores de Urbanidade e Sociabilidade**: O Caso de Odiveiras, entre a colina e as “AUGI’s” (Aglomerados Urbanos de Gênese Ilegal). 2013. Dissertação (mestrado). Universidade técnica de Lisboa. Lisboa. Disponível em:<<https://bit.ly/2QSgdKb>>. Acesso em fevereiro de 2019.

O ESTADO DO PARANÁ. Campo Mourão. Em debate o projeto de revitalização comercial. Curitiba; 02 de julho de 1989.

\_\_\_\_\_. Campo Mourão: O maior crescimento de sua história. Curitiba; julho de 1992.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. **Direito Administrativo II: bens Públicos**. Notas de aula. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, novembro de 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2QQIVcg>>. Acesso em fevereiro de 2019.

OLIVEN, Ruben. Por uma antropologia em cidades brasileiras. In: VELHO, Gilberto (coord.). **O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979 (1980). p. 23 – 36.

PEGORARO, Mariele; DE ANGELIS, Bruno Domingos. Análise da paisagem das praças públicas Getúlio Vargas e São José de Campo Mourão PR. à luz da metodologia de Gordon cullen. **II SEURB**. 19-21 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2HqOE3U>>. Acesso em maio de 2019.

PEREGRINO, Yasmin Ramos; BRITO, Ana Laura Rosas; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro. O espaço livre público informal como lócus da oportunidade e da integração socioespacial da cidade: o caso da favela Beira Molhada, em João Pessoa - PB, Brasil. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**. 2017, vol.9, n.3, p.456-473. Disponível em: <<https://bit.ly/2OTZO40>>. Acesso em fevereiro de 2019.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. 2001. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://bit.ly/2rg6I92>>. Acesso em dezembro de 2018.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de La forma urbana**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Editores, Barueri –SP: manole 2011.

\_\_\_\_\_. Os desafios contemporâneos da produção de conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v.11, n.1, p. 1-22, 2014.

RÉ, Tatiane Monteiro. **A pequena cidade e a praça: memória e funcionalidade do espaço público**. 2017. Dissertação (mestrado). PPGSeD. Unespar, Campo Mourão-PR. Disponível em: <<https://bit.ly/2WPkNcj>>. Acesso em fevereiro de 2019.

RÉ, Tatiane Monteiro; BOVO, Marcos Clair o. Avaliação das infraestruturas da praça São José e da praça Getúlio Vargas na cidade de Campo Mourão – PR, Brasil. **Revista GC**, v. 3, n. 21, 2015, p. 91-105. Disponível em: <<https://bit.ly/2B9Dbnl>>. Acesso em maio de 2019.

REIS BATISTA, Marinalva dos. Levantamento das políticas públicas para manutenção dos parques urbanos em Campo Mourão – Paraná. **Rev. Geogr. Acadêmica** v.8, n. 2, 2014, p. 70-81. Disponível em <<https://bit.ly/2QEfNTB>>. Acesso em fevereiro de 2019.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **Diagnóstico da Região da Comcam**. Maringá: UEM/IPARDES, 2013.

RODRIGUES, Jéssica Tzech. Sobre andorinhas, árvores e pedras: Conflitos da memória na construção do calçadão de Campo Mourão. **Revista metrópole**, 2019. Disponível vem: <<https://bit.ly/2VVpJie>> Acesso em setembro de 2019.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTANA, Ivone. **Após 44 anos, metade dos orelhões no país pode desaparecer**. Valor econômico, v. 16, n. 3845, 21/09/2015, p. B6. Disponível em:<<https://bit.ly/2kzZ3mz>>. Acesso em setembro de 2019.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, 1985.

SANTOS, Filipa Catarina Antunes dos. **Características físicas e sociais do espaço público: Nove casos de estudo sobre as vivências urbanas no centro histórico de Lisboa**. 2008. Dissertação (mestrado). Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa. Disponível em:<<https://bit.ly/2UYD8CS>>. Acesso em fevereiro de 2019.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do home**. 5ª Ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Nobel, 2007.

SANTOS, Danilo. O.; BOVO, Marcos Clair. **Áreas verdes urbanas: um estudo geográfico sobre as praças de Campo Mourão – PR**. II SEURB. 19-21 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ed7Pxd>>. Acesso em abril de 2019.

SANTOS JUNIOR, Jair Elias dos. **Patrimônio Cultural: um retrato de Campo Mourão**. Campo Mourão, PR: Edição do autor, 2010. 79 p.

\_\_\_\_\_. **A história da Praça Bento Munhoz da Rocha**. Escritório do entrevistado. 26 de agosto de 2019. Entrevista a Anderson Franciscon.

SÃO PAULO (Município). **Lei Nº 16.673**, de 13 de junho de 2017. Institui o Estatuto do Pedestre no Município de São Paulo, e dá outras providências. Disponível em <<https://bit.ly/2C8Hf6U>>. Acesso em outubro de 2019.

SAUER, Sid. **A prefeitura pode doar parte da Praça do Fórum?**. Boca Santa, Informação, Crítica e Bom Humor, nº 5599, Ano 16, 24 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2EjenL0>>. Acesso em maio de 2019.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SHAW Ian. **Ancient Egyptian Technology and Innovation**. Londres: Bloomsbury Publishing, 2015.

SIEBERT, Cláudia; SOUZA, Luiz Alberto de. Plano Diretor de Brusque: A participação da Universidade em sua revisão. **COBRAC 98, Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário**. UFSC. Florianópolis. 18 a 22 de outubro de 1998.

SILVA, Ivaneti Pereira Martins da. **Dinâmica populacional e produção do espaço de Campo Mourão – PR**: a espaço temporalidade de um núcleo polarizador. 2008. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Maringá. Maringá. Disponível em: <<https://bit.ly/2sjDHdn>>. Acesso em fevereiro de 2019.

SILVA, César Henrique Matos e. **Espaço público político e urbanidade**: o caso do centro da cidade de Aracaju. 2009. 314f. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia. Salvador. Disponível em: <<https://bit.ly/2TtHuQB>>. Acesso em fevereiro de 2019.

SIMIONATO, Edna. Conceição. **Campo Mourão – Sua gente... Sua história**. Campo Mourão: Kromoset, 2008.

SOBARZO, Oscar. Espaço Público. In SPOSITO, Eliseu Savério (Org). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p.187–201.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SORIANO, Ana Gabriela Wanderley. **O Espaço Público e a Cidade Contemporânea**: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção. 2006. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<https://bit.ly/2GyToXZ>>. Acesso em fevereiro de 2019.

SOUZA, Vitor Hugo Soares de. **Estudo da acessibilidade da Praça Bento Munhoz da Rocha Neto do município de Campo Mourao – PR**. Trabalho de Conclusão de Curso. UTFPR, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2VPwy4T>>. Acesso em fevereiro de 2019.

SULLIVAN, Louis Henry. The tall office building artistically considered. **Lippincott's Magazine**, março, 1896. Disponível em: <<https://bit.ly/2iSsZom>>. Acesso em fevereiro de 2019.

TONUCCI FILHO, João B. M. O direito à cidade na urbanização planetária. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Roberto L. de M. (Orgs.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015. v. 1. 556p. Disponível em: < <https://bit.ly/2SkanCY> >. Acesso em fevereiro de 2019.

TÖWS, Ricardo Luiz. **Grandes projetos como reprodução da lógica do capital em Maringá (PR)**. 2015. 359f. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Maringá. Maringá. Disponível em: <<https://bit.ly/2CTa4Wl>>. Acesso em janeiro de 2019.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

VECCHI, Augustinho. **O Calçadão da Avenida Capitão Índio Bandeira**. Campo Mourão - PR, Residência do entrevistado. 05 de julho de 2019. Entrevista a Anderson Franciscon.

VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão: Centro do Progresso**. Maringá, 2003.

VIEIRA, Ivanete de Mesquita Orsi. **Configuração e Apropriação do Espaço Público**. Estudo de duas Praças em Criciúma/SC. 2010. 108f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <<https://bit.ly/2PLCiFv>>. Acesso em fevereiro de 2019.



ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

ZIMMERMANN, Ana Paula. As cidades muçulmanas. TH 2. **Nota de aula**. Curso de Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 31/08/18. Disponível em: <<https://bit.ly/2QPs7oQ>>. Acesso em fevereiro de 2019.



WHYTE, William. **The Social Life of Small Urban Spaces**. Nova York: Project for Public spaces, 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/2TjYN6X>>. Acesso em fevereiro de 2019.

## APÊNDICES



### Apêndice 1: Roteiro entrevista: Augustinho Vecchi e Munir Barakat

|  |   |
|--|---|
|  <p><b>UNESPAR</b><br/>Universidade Estadual do Paraná</p>  |  <p><b>PPGSeD</b><br/>Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento</p> |
| <p><b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, Campus de Campo Mourão- PR</b></p> <p><b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD</b></p>   |   |
| <p>1 - Como nasceu a ideia do projeto do calçadão, o que o motivou?</p> <p>2 - Como se deu a escolha do arquiteto? do desenho das andorinhas? e pavimentação utilizada?</p> <p>3 - Quais foram as dificuldades encontrada acerca do projeto e execução?</p> <p>4 - Origem dos recursos para mão-de-obra, materiais e projetos?</p> <p>5 - Quem frequentava o pré - calçadão, como frequentava, e quais eram as formas de lazer e diversão?</p> <p>6 - Quais atividades/eventos eram realizadas no calçadão? (final de semana e dias úteis)?</p> <p>7 - Quais dias da semana o calçadão era mais frequentado e suas atividades?</p> <p>8 - Houve algum momento específico que você considera de maior importância para o calçadão e outros espaços públicos? (exemplo: governança, inserção do automóvel, infraestrutura, etc)</p> <p>9 - Quais modificações estruturais, culturais, econômicas, financeiras e ambientais o calçadão trouxe a Campo Mourão;</p> <p>10 - Em sua opinião, os usos e funções do calçadão mudaram com o passar dos anos? por que?</p> <p>11 - Como você viu a reforma do calçadão executada em 2014?</p> <p>12 - Você acredita que o calçadão deveria possuir uma identidade, um nome? (homenagear algum cidadão importante, o arquiteto idealizador, a fauna ou flora, etc)</p> <p>13 - Há alguma coisa importante que, do seu ponto de vista não foi abordado nessa entrevista?</p> |   |
| <p>Pesquisador: Anderson Francison</p> <p>Orientação: Marcos Clair Bovo</p>  | <p>PPGSeD/UNESPAR–Campo Mourão - PR</p>   |

**Apêndice 2: Entrevista Bernardo Matos**

|   |   |
|---|---|
|    |   |
| <p><b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, Campus de Campo Mourão- PR</b></p> <p><b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD</b></p>  |   |
| <p>1 – O que lhe motivou a participar do concurso?</p> <p>2 - Como surgiu a ideia das andorinhas?</p> <p>3 - Como foi o processo criativo?</p> <p>4 -Quanto tempo demorou para transcrever o desenho?</p> <p>5 - Quantos concorrentes participaram?</p> <p>6 - Qual foi a premiação?</p> <p>7 - Como viu a reforma do calçadão em 2014, e conseqüentemente a “extinção” das andorinhas?</p> <p>8 - Há alguma coisa importante que, do seu ponto de vista não foi abordado nessa entrevista?</p> |   |
| <p>Pesquisador: Anderson Francison</p> <p>Orientação: Marcos Clair Bovo</p>   | <p>PPGSeD/UNESPAR–Campo Mourão - PR</p> |

**Apêndice 3:** Roteiro de entrevista Jair Elias dos Santos Junior

|   |   |
|---|---|
|    |   |
| <p><b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, Campus de Campo Mourão- PR</b></p> <p><b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD</b></p>  |   |
| <p>1 - Como se encontrava a praça/parque antes da intervenção? Quais atividades eram desenvolvidas no local?</p> <p>2 - Quando foi construída e o que motivou sua construção?</p> <p>3 - Quais foram as dificuldades encontrada acerca do projeto e execução?</p> <p>4 - O que representou ou projeto inovador para o município?</p> <p>5 - Houve algum momento específico que a população passou a utilizar mais o parque/praça? (exemplo: políticas públicas, exclusão do automóvel, Melhoria da infraestrutura, etc)</p> <p>6 - Atualmente, o que a praça/parque representa para a sociedade mourãoense e seus visitantes (economia, turismo, símbolo, socialização, etc)?</p> <p>7 - Há alguma coisa importante que, do seu ponto de vista não foi abordado nessa entrevista?</p> |   |
| <p>Pesquisador: Anderson Francison</p> <p>Orientação: Marcos Clair Bovo</p>   | <p>PPGSeD/UNESPAR–Campo Mourão - PR</p> |




**Apêndice 4:** Cessão gratuita de direito de depoimento oral: Augustinho Vecchi

|   |  |
|---|--|
|   <p><b>UNESPAR</b><br/>Universidade Estadual do Paraná</p> <p>Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento</p>   |  |
| <p><b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, Campus de Campo Mourão- PR</b></p> <p><b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSED</b></p> <p><b>CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL</b></p>   |  |
| <p>Pelo presente documento, eu</p> <p><b>Entrevistado:</b> AUGUSTINHO VECCHI,</p> <p><b>declaro ceder ao Pesquisador:</b> ANDERSON FRANCISCON</p> <p><b>sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador/entrevistador aqui referido, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, em 29/06/2019, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná. O pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.</b> -----</p> <p>-----</p> |  |
| <p>Local e Data:</p> <p style="text-align: right;">Campo Mourão - PR, 29 de junho de 2019</p> <p style="text-align: right;"> <br/>           (assinatura do entrevistado/depoente)         </p>   |  |
| <p>Pesquisador: Anderson Franciscon</p> <p>Orientação: Marcos Clair Bovo</p>  | <p>PPGSeD/UNESPAR–Campo Mourão- PR</p> |

Fonte: <https://bit.ly/2WKeVVc> adaptado pelo autor.

**Apêndice 5:** Cessão gratuita de direito de depoimento oral: Munir Barakat


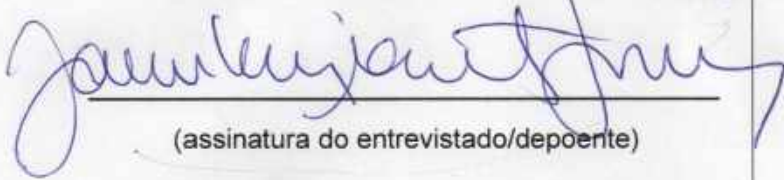
|  |  |
|--|--|
|  <p><b>UNESPAR</b><br/>Universidade Estadual do Paraná</p>  | <p><b>PPGSeD</b><br/>Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento</p> |
| <p><b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, Campus de Campo Mourão- PR</b><br/> <b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSED</b><br/> <b>CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL</b></p>  |  |
| <p>Pelo presente documento, eu</p>   |  |
| <p><b>Entrevistado:</b> MUNIR BARAKAT,</p>   |  |
| <p><b>declaro ceder ao Pesquisador:</b> ANDERSON FRANCISCON</p>  |  |
| <p><b>sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador/entrevistador aqui referido, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, em 05/07/2019, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná. O pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.</b> -----</p> |  |
| <p>UNESPAR - Campo Mourão - PR, 05 de julho de 2019</p>  |  |
| <br>(assinatura do entrevistado/depoente)  |  |
| <p>Pesquisador: Anderson Franciscón</p>  | <p>PPGSeD/UNESPAR–Campo Mourão - PR</p>  |
| <p>Orientação: Marcos Clair Bovo</p>   |  |

Fonte: <https://bit.ly/2WKeVVc> adaptado pelo autor.

**Apêndice 6:** Cessão gratuita de direito de depoimento oral: Bernardo Matos

|   |  |
|---|--|
| <br><b>UNESPAR</b><br>Universidade Estadual do Paraná  | <h1>PPGSeD</h1><br>Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento |
| <p><b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, Campus de Campo Mourão- PR</b><br/> <b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSED</b><br/> <b>CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL</b></p>   |  |
| <p>Pelo presente documento, eu</p>  |  |
| <p><b>Entrevistado:</b> BERNARDO MATOS,</p>   |  |
| <p><b>declaro ceder ao Pesquisador:</b> ANDERSON FRANCISCON</p>   |  |
| <p><b>sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador/entrevistador aqui referido, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, em 22/08/2019, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná. O pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.</b> -----</p> <p>-----</p> |  |
| <p>Campo Mourão - PR, 22 de agosto de 2019</p>  |  |
| <br>(assinatura do entrevistado/depoente)   |  |
| <p>Pesquisador: Anderson Franciscón</p>   | <p>PPGSeD/UNESPAR–Campo Mourão - PR</p>                                  |
| <p>Orientação: Marcos Clair Bovo</p>  |  |
| <p>Fonte: <a href="https://bit.ly/2WKeVVc">https://bit.ly/2WKeVVc</a> adaptado pelo autor.</p>  |  |

**Apêndice 7: Cessão gratuita de direito de depoimento oral: Jair Elias dos Santos Junior**

|  |   |
|--|---|
|  <p><b>UNESPAR</b><br/>Universidade Estadual do Paraná</p>  | <h1>PPGSeD</h1>                         |
| <p>Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento</p>   |   |
| <p align="center"><b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, Campus de Campo Mourão- PR</b><br/> <b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD</b><br/> <b>CESSÃO GRATUÍTA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL</b></p>   |   |
| <p>Pelo presente documento, eu</p>   |   |
| <p><b>Entrevistado:</b> JAIR ELIAS DOS SANTOS JUNIOR,</p>  |   |
| <p><b>declaro ceder ao Pesquisador:</b> ANDERSON FRANCISCON</p>  |   |
| <p><b>sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao pesquisador/entrevistador aqui referido, na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, em 26/08/2019, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná.</b> O pesquisador acima citado fica conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a única ressalva de garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor. -----</p> |   |
| <p align="right">Campo Mourão - PR, 26 de agosto de 2019</p>   |   |
| <p align="center"> <br/>         (assinatura do entrevistado/depoente)       </p>  |   |
| <p>Pesquisador: Anderson Franciscón</p>  | <p>PPGSeD/UNESPAR–Campo Mourão - PR</p> |
| <p>Orientação: Marcos Clair Bovo</p>   |   |
| <p>Fonte: <a href="https://bit.ly/2WKeVVc">https://bit.ly/2WKeVVc</a> adaptado pelo autor.</p>   |   |



**Apêndice 9:** Levantamento dos aspectos quali-quantitativos dos equipamentos e estruturas existentes no calçadão.

| Local: Calçadão Avenida Capitão Índio Bandeira  |     |     |        |      |
|---|-----|-----|--------|------|
| Cidade: Campo Mourão - PR   |     |     |        |      |
| Endereço: Avenida Capitão Índio Bandeira  |     |     |        |      |
| Coordenadas Geográficas: 24°02'35.8"S 52°22'39.6"O  |     |     |        |      |
| Forma Geométrica: ( ) Quadrangular ( ) Circular ( ) Retangular ( X ) Outra  |     |     |        |      |
| Data da avaliação: 08/06/2019   |     |     |        |      |
| Início: 08:00 Término: 12:30 Duração: 4:30  |     |     |        |      |
| EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS   | SIM | NÃO | QUANT. | NOTA |
| 1. Banco – Material: Madeira com suporte metálico   | X   |     | 16     | 1,8  |
| 2. Iluminação: ( ) Alta ( X ) Baixa   |     |     |        |      |
| 3. Iluminação: ( X ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   | X   |     | 31     | 2,9  |
| 4. Lixeiras: ( X ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   | X   |     | 16     | 2,8  |
| 5. Sanitários: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 6. Telefone Público: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 7. Bebedouro: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim  |     | X   |        |      |
| 8. Pavimentação: ( X ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   | X   |     |        | 2,5  |
| 9. Pavimentação (tipo de material):<br>( ) Concreto ( X ) Paralelepípedo ( ) Pedra<br><br>( ) Bloquetes ( ) Portuguesa ( ) Outros |     |     |        |      |
| 10. Palco/painel: ( X ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim  | X   |     | 01     | 2,1  |
| 11. Obra de arte. Qual? Memorial: das andorinhas, boca maldita e um centenário de colonização.                                    | X   |     | 03     | 2,3  |
| 12. Espelho d'água/chafariz   |     | X   |        |      |
| 13. Pontos de água  |     | X   |        |      |
| 14. Canteiros: ( ) meio-fio ( ) cerca viva ( ) grades ( X ) Floreira  | X   |     | 55     | 2,7  |
| 15. Estacionamento  | X   |     |        | 2,8  |
| 16. Ponto de ônibus   | X   |     |        | 2,8  |
| 17. Ponto de táxi   | X   |     | 02     | 2,8  |
| 18. Quadra esportiva: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim  |     | X   |        |      |
| 19. Equipamentos para exercício físico:<br>( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 20. Equipamento físico para terceira idade:<br>( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 21. Parque infantil: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 22. Banca de revista  | X   |     | 01     | 1,3  |
| 23. Quiosque de alimentação   | X   |     | 06     | 1,9  |
| 24. Identificação (nome da área)  | X   |     | 05     | 2,3  |
| 25. Edificações institucionais  | X   |     | 01     | 2,1  |
| 26. Templo religioso  |     | X   |        |      |
| 27. Qualidade paisagística: ( ) Boa ( ) Satisfatória ( ) Ruim   |     |     |        | 2,4  |
| 28. Aspecto geral da praça (limpeza e conservação)<br>( X ) Boa ( ) Satisfatória ( ) Ruim ( ) Inexistente                         | X   |     |        | 2,2  |
| 29. Segurança   |     | X   |        |      |

**Fonte:** Bovo (2009); RÊ (2017); De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004), adaptado

**Apêndice 10:** Levantamento dos aspectos quali-quantitativos dos equipamentos e estruturas existentes nas Praças São José e Getúlio Vargas.

| Local: Praça São José e Getúlio Vargas  |     |     |        |      |
|---|-----|-----|--------|------|
| Cidade: Campo Mourão - PR   |     |     |        |      |
| Endereço: Avenida Capitão Índio Bandeira  |     |     |        |      |
| Coordenadas Geográficas: 24°02'35.8"S 52°22'39.6"O  |     |     |        |      |
| Forma Geométrica: ( ) Quadrangular ( ) Circular ( X ) Retangular ( ) Outra  |     |     |        |      |
| Data da avaliação: 29/06/2019   |     |     |        |      |
| Início: 08:00 Término: 16:00 Duração: 8:00  |     |     |        |      |
| EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS   | SIM | NÃO | QUANT. | NOTA |
| 1. Banco – Material: Madeira com suporte metálico   | X   |     | 49     | 2,5  |
| 2. Iluminação: ( ) Alta ( X ) Baixa   |     |     |        |      |
| 3. Iluminação: ( ) Bom ( X ) Regular ( ) Ruim   | X   |     | 80     | 2,0  |
| 4. Lixeiras: ( X ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   | X   |     | 25     | 2,1  |
| 5. Sanitários: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 6. Telefone Público: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 7. Bebedouro: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim  |     | X   |        |      |
| 8. Pavimentação: ( ) Bom ( X ) Regular ( ) Ruim   | X   |     |        | 1,7  |
| 9. Pavimentação (tipo de material):<br>( ) Concreto ( X ) Paralelepípedo ( ) Pedra<br>( ) Bloquetes ( ) Portuguesa ( ) Outros |     |     |        |      |
| 10. Palco/painel: ( ) Bom ( X ) Regular ( ) Ruim  | X   |     | 01     | 1,8  |
| 11. Obra de arte. Qual? Memorial: obras de arte sacra e profana, memoriais (família, políticos, arquitetos, etc)              | X   |     | 09     | 2,3  |
| 12. Espelho d'água/chafariz   | X   |     | 01     | 2,8  |
| 13. Pontos de água  |     | X   |        |      |
| 14. Canteiros: ( X )meio-fio( X ) cerca viva ( ) grades ( X )<br>Floreira   | X   |     |        | 2,1  |
| 15. Estacionamento  | X   |     |        | 2,1  |
| 16. Ponto de ônibus   | X   |     |        | 2,8  |
| 17. Ponto de táxi   | X   |     | 01     | 2,8  |
| 18. Quadra esportiva: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim  |     | X   |        |      |
| 19. Equipamentos para exercício físico:<br>( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 20. Equipamento físico para terceira idade:<br>( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 21. Parque infantil: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 22. Banca de revista  |     | X   |        |      |
| 23. Quiosque de alimentação   | X   |     | 02     | 1,9  |
| 24. Identificação (nome da área)  | X   |     | 01     | 1,7  |
| 25. Edificações institucionais  | X   |     | 01     | 3,0  |
| 26. Templo religioso  | X   |     | 01     | 3,0  |
| 27. Qualidade paisagística: ( X ) Boa ( ) Satisfatória ( ) Ruim   |     |     |        | 2,8  |
| 28. Aspecto geral da praça (limpeza e conservação)<br>( X ) Boa ( ) Satisfatória ( ) Ruim ( ) Inexistente                     | X   |     |        | 2,2  |
| 29. Segurança   |     | X   |        |      |

**Fonte:** Bovo (2009); RÉ (2017); De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004), adaptado

**Apêndice 11:** Levantamento dos aspectos quali-quantitativos dos equipamentos e estruturas existentes nas Praças São José e Getúlio Vargas.

| Local: Praça Bento Munhoz da Rocha Neto   |     |     |        |      |
|---|-----|-----|--------|------|
| Cidade: Campo Mourão - PR   |     |     |        |      |
| Endereço: Avenida Irmão Pereira   |     |     |        |      |
| Coordenadas Geográficas: 24°02'24.9"S 52°22'11.4"O  |     |     |        |      |
| Forma Geométrica: ( ) Quadrangular ( ) Circular ( X ) Retangular ( ) Outra  |     |     |        |      |
| Data da avaliação: 24/08/2019   |     |     |        |      |
| Início: 08:00 Término: 13:00 Duração: 5:00  |     |     |        |      |
| EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS   | SIM | NÃO | QUANT. | NOTA |
| 1. Banco – Material: Madeira com suporte metálico; alvenaria; concreto armado   | X   |     | 18     | 1,1  |
| 2. Iluminação: ( ) Alta ( ) Baixa ( X ) mista   |     |     |        |      |
| 3. Iluminação: ( ) Bom ( ) Regular ( X ) Ruim   | X   |     | 51     | 1,0  |
| 4. Lixeiras: ( ) Bom ( X ) Regular ( ) Ruim   | X   |     | 9      | 1,1  |
| 5. Sanitários: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 6. Telefone Público: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   | X   |     | 01     | 1,3  |
| 7. Bebedouro: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim  |     | X   |        |      |
| 8. Pavimentação: ( ) Bom ( ) Regular ( X ) Ruim   | X   |     |        | 0,5  |
| 9. Pavimentação (tipo de material):<br>( ) Concreto ( X ) Paralelepípedo ( ) Pedra<br>( ) Bloquetes ( ) Portuguesa ( X ) Outros |     |     |        |      |
| 10. Palco/painel: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim  |     | X   |        |      |
| 11. Obra de arte. Qual? Memorial: Monumento pro solo  | X   |     | 01     | 2,5  |
| 12. Espelho d'água/chafariz   |     | X   |        |      |
| 13. Pontos de água  |     | X   |        |      |
| 14. Canteiros: ( ) meio-fio ( ) cerca viva ( ) grades ( ) Floreira  |     | X   |        |      |
| 15. Estacionamento  | X   |     |        | 2,1  |
| 16. Ponto de ônibus   | X   |     |        | 1,3  |
| 17. Ponto de táxi   |     | X   |        |      |
| 18. Quadra esportiva: ( ) Bom ( X ) Regular ( ) Ruim  | X   |     | 01     | 1,5  |
| 19. Equipamentos para exercício físico:<br>( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 20. Equipamento físico para terceira idade:<br>( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 21. Parque infantil: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim   |     | X   |        |      |
| 22. Banca de revista  |     | X   |        |      |
| 23. Quiosque de alimentação   | X   |     | 01     | 1,7  |
| 24. Identificação (nome da área)  | X   |     | 01     | 1,1  |
| 25. Edificações institucionais  | X   |     | 01     | 2,3  |
| 26. Templo religioso  |     | X   |        |      |
| 27. Qualidade paisagística: ( ) Boa ( X ) Satisfatória ( ) Ruim   | X   |     |        | 1,8  |
| 28. Aspecto geral da praça (limpeza e conservação)<br>( ) Boa ( ) Satisfatória ( ) Ruim ( X ) Inexistente                       | X   |     |        | 0,5  |
| 29. Segurança   |     | X   |        |      |

**Fonte:** Bovo (2009); RÉ (2017); De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004), adaptado



**Apêndice 12: Entrevista aos usuários**

| <i><b>OPINIÃO DOS USUÁRIOS</b></i>   |   |
|--|---|
| <b>A - IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA</b>   |   |
| <b>1. Local de realização da pesquisa:</b><br>( ) Parque do Lago ( ) Praça do Fórum ( ) Praça Getúlio Vargas e São José ( ) Calçadão   |   |
| <b>2. Turno em que a pesquisa foi aplicada:</b><br>( ) manhã ( ) tarde ( ) noite   | <b>3. Dia em que a pesquisa foi aplicada:</b><br>( ) durante a semana<br><br>( ) fim de semana ou feriado   |
| <b>B- DESCRIÇÃO SOCIOECONÔMICA E DADOS DO PESQUISADO</b>   |   |
| <b>4. Endereço:</b>  | <b>5. Sexo:</b> ( ) masculino ( ) feminino  |
| <b>6. Faixa etária:</b><br>( ) de 14 à 20 anos<br>( ) de 21 à 30 anos<br>( ) de 31 à 40 anos<br>( ) de 41 à 50 anos<br>( ) de 50 anos acima  | <b>7. Escolaridade:</b><br>( ) Ensino Fundamental<br>( ) Ensino Médio<br>( ) Ensino Superior<br>( ) Pós-graduando<br>( ) Não alfabetizado   |
| <b>8. Qual a sua ocupação:</b><br>( ) Dona de casa<br>( ) Estudante<br>( ) Desempregado<br>( ) Aposentado<br>( ) Trabalhador. Onde? _____  | <b>9. Nível de renda mensal:</b><br>( ) Até um salário mínimo.<br>( ) De um a três salários mínimos.<br>( ) De quatro a seis salários mínimos.<br>( ) De sete à dez salários mínimos.<br>( ) De dez salários acima<br>( ) Não possui renda.                                       |
| <b>10. Em média, quantas horas você trabalha por semana?</b><br>( ) 20 horas<br>( ) 30 horas<br>( ) 40 horas<br>( ) Mais de 40 horas<br>( ) Outro _____  | <b>11. Em média, quantas horas de lazer você têm por semana?</b><br>( ) Não prático<br>( ) 4 a 6 horas<br>( ) 7 a 10 horas<br>( ) 11 a 20 horas<br>( ) Mais de 20 horas   |
| <b>12. Nos seus dias de folga, na maioria das vezes, você:</b> ( ) Fica em casa ( ) Sai  |   |
| <b>13. Quando fica em casa nas folgas, o que mais faz?</b><br>( ) Descansa apenas<br>( ) Vê TV<br>( ) Acessa internet<br>( ) Ouve música<br>( ) Pratica esporte<br>( ) Lê<br>( ) Afazeres domésticos<br>( ) Atividades ligadas ao trabalho ou estudo<br>( ) Outros _____ | <b>14. Quais lugares costuma frequentar nos seus dias de folga?</b><br>( ) Casa de parentes e amigos<br>( ) Lanchonetes/pizzarias/sorveteria/barzinhos<br>( ) Turismo rural<br>( ) Praça<br>( ) Parques<br>( ) Calçadões<br>( ) Museus<br>( ) Shopping Center<br>( ) Outros _____ |

|   |  |
|---|--|
| <p><b>15. Que tipo de transporte você utiliza para se locomover na cidade?</b><br/> <input type="checkbox"/> Carro   <input type="checkbox"/> Ônibus   <input type="checkbox"/> Bicicleta   <input type="checkbox"/> Motocicleta   <input type="checkbox"/> Anda a pé</p>   |  |
| <p><b>C- USO DO ESPAÇO PÚBLICO</b></p>  |  |
| <p><b>16. O que você entende por espaço público?</b><br/>         _____</p>   |  |
| <p><b>17. Quando falamos nos espaços públicos da cidade qual o primeiro local que lhe vem em mente?</b><br/>         _____</p>  |  |
| <p><b>18. De que forma você faz uso do espaço público?</b><br/> <input type="checkbox"/> Usa apenas como lugar de passagem<br/> <input type="checkbox"/> Usa para descansar e passar o tempo<br/> <input type="checkbox"/> Você trabalha nele<br/> <input type="checkbox"/> Usa para marcar encontros<br/> <input type="checkbox"/> Para trazer as crianças para se divertir<br/> <input type="checkbox"/> Frequenta apenas quando tem algum evento<br/> <input type="checkbox"/> Utiliza esse espaço para leitura<br/> <input type="checkbox"/> Frequenta para respirar ar puro e contemplar a paisagem<br/> <input type="checkbox"/> Outra forma de uso.<br/>         _____</p> | <p><b>19. Você vem sempre aqui?</b><br/> <input type="checkbox"/> Sim   <input type="checkbox"/> Não</p> <p><b>20. Em quais dias você mais vem?</b><br/> <input type="checkbox"/> Durante a semana<br/> <input type="checkbox"/> Sábado<br/> <input type="checkbox"/> Domingo</p> <p><b>21. Em qual período?</b><br/> <input type="checkbox"/> manhã<br/> <input type="checkbox"/> tarde<br/> <input type="checkbox"/> noite</p> |
| <p><b>22. Em média, qual o tempo de permanência aqui?</b><br/> <input type="checkbox"/> Só passagem<br/> <input type="checkbox"/> Meia hora a 1 hora<br/> <input type="checkbox"/> 1 a 2 horas<br/> <input type="checkbox"/> 2 a 3 horas<br/> <input type="checkbox"/> Mais de 3 horas</p>  | <p><b>23. O que mais gosta neste espaço?</b><br/>         _____<br/>         _____</p> <p><b>24. O que menos gosta neste espaço?</b><br/>         _____<br/>         _____</p>   |
| <p><b>25. O que contribuiria para você frequentar mais esse local?</b><br/> <input type="checkbox"/> Mais segurança<br/> <input type="checkbox"/> Eventos promocionais<br/> <input type="checkbox"/> Melhor iluminação<br/> <input type="checkbox"/> Uma boa reforma<br/> <input type="checkbox"/> Um parque infantil<br/> <input type="checkbox"/> Outros _____</p>  | <p><b>26. Como você avalia o estado de conservação deste espaço?</b><br/> <input type="checkbox"/> Ótimo<br/> <input type="checkbox"/> Bom<br/> <input type="checkbox"/> Ruim<br/> <input type="checkbox"/> Péssimo<br/> <input type="checkbox"/> Não sabe responder</p>   |

|   |   |
|---|---|
| <p><b>27. Você julga esse espaço acessível a todos, inclusive aos portadores de necessidades especiais (cadeirantes) e idosos?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Sim<br/><input type="checkbox"/> Não<br/><input type="checkbox"/> Não sabe responder</p> | <p><b>28. Como você avalia a atuação dos órgãos responsáveis pela qualidade desse espaço?</b></p> <p><input type="checkbox"/> Ótima<br/><input type="checkbox"/> Boa<br/><input type="checkbox"/> Ruim<br/><input type="checkbox"/> Péssima</p> |
| <p><b>29. Quais as sugestões para a melhoria deste espaço público?</b> _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>  |   |
| <p>Pesquisador: Anderson Franciscan</p> <p>Orientação: Marcos Clair Bovo</p>  | <p>PPGSeD/UNESPAR–Campo Mourão - PR</p>   |

**Fonte:** Ré (2017), com adaptação de Loboda (2008)

**Apêndice 13:** O espaço público urbano e suas dimensões conceituais.

| AUTOR            | ESPAÇO PÚBLICO  |  |                               |  |                   |               |   |
|------------------|---|--|-------------------------------|--|-------------------|---------------|---|
|                  | Á imagem da cidade  | Simbólico, identitário e histórico   | Da socialização e comunicação | Da ação política, liberdade e democracia | Político-jurídico | Plurifacetado | A simbiose entre homem e espaço público |
| Agostinho (2008) | <p>"a origem do espaço público está ligada por laços históricos aos fenômenos da cidade e da cidadania, estes vínculos a muito estabelecido foram cerzidos pela prática cotidiana do sujeito-cidadão que lhes deu sentido" (p.37).</p> <p>“destaco a importância da existência de espaços públicos na cidade contemporânea como uma das condições para o exercício da cidadania e para a construção de cidades baseadas na justiça social e na solidariedade, pois nos espaços públicos urbanos as várias dimensões do caráter de ser público encontram as condições plenas</p> | <p>"construir preservando, a cidade nova surge sem eliminar o antigo, incorporando-o como parte do presente, condição para a cidade com memória. Construir o privado sem eliminar o público". (P.16)</p> |                               |  |                   |               |   |

|                |  |  |  |  |  |  |  |
|----------------|--|--|--|--|--|--|--|
|                | <p>para o seu desenvolvimento” (p. 17).</p> <p>“hipótese de que o direito à cidade fica seriamente comprometido sem a existência de lugares de vida pública na cidade. A luta pelo direito à cidade e a existência de espaços públicos urbanos se fortalecem mutuamente e cotidianamente” (p. 17).</p> <p>“viver e agir coletivamente na cidade se manifesta no espaço público” (p. 39).</p> |  |  |  |  |  |  |
| Arendt (2004)  |  |  | <p>“ser visto e ouvido por todos é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É o significado da vida pública” (p.67)</p> |  |  |  |  |
| Barbosa (2014) |  |  |  |  |  |  | <p>“[...] à medida que a sociedade muda, muda também o desenho da cidade e concretamente do Espaço Público</p> |

|                     |   |   |  |   |  |   |  |
|---------------------|---|---|--|---|--|---|--|
|                     |   |   |  |   |  |   | Urbano [...] pois é à medida que as mudanças urbanas ou revoluções urbanas se instalam que os Espaços Públicos Urbanos perdem ou ganham importância”. (p. 2) |
| Borja (2003)        | “a cidade no seu conjunto merece a consideração do espaço público”. (P.29)            |   | “É que o espaço público é o espaço da representação coletiva, da vida comunicativa, do encontro e da troca cotidiana”. (P.176) |   |  |   |  |
| Borja e Muxí (2003) | “O espaço público é a cidade e a história da cidade é a do seu espaço público” (P.15) |   |  | “lugar de expressão através da festa e diferentes escolhas, como os desfiles do dia do orgulho gay que tomam as ruas de Nova York e São Francisco entre outras ou a expressão popular dos carnavais do Rio de Janeiro ou Veneza”. (p.8) |  |   |  |
| Bortolo (2013)      |   | “[...] o desenho de alguns espaços públicos é forma palpável dos movimentos e ações coletivas”. (p. 53) |  |   |  |   |  |
| Brandão (2008)      | “o espaço público é fundador da forma urbana, sendo o espaço ‘entre                   |   |  |   |  | “[...] fundador da forma urbana, o espaço ‘entre edifícios’ que |  |

|                          |  |  |  |  |  |   |  |
|--------------------------|--|--|--|--|--|---|--|
|                          | edifícios' que configura o domínio da socialização e da vivência 'comum', como bem colectivo da comunidade". (p. 18)   |  |  |  |  | configura o domínio da socialização e da vivência 'comum', como bem colectivo da comunidade. Podendo em última análise, ser ou não de propriedade pública (e mesmo podendo ser não apropriável, como o espaço aéreo), os espaços públicos devem ser sempre vistos como bens de utilização livre, de acordo com um padrão de uso socialmente aceite. Ou, que traduzem uma interação equilibrada entre o homem e o meio, ostentando uma singularidade que os homens reconhecem facilmente." (p.18). |  |
| Brandão e Remesar (2003) | "[...] a cidade é hoje considerada, cada vez mais, como um sistema [...] os espaços públicos urbanos devem ser vistos, não como unidades isoladas e autónomas, mas sim como estruturas contínuas [...]". (p. 24) |  |  |  |  |   |  |

|                       |  |  |   |  |   |  |  |
|-----------------------|--|--|---|--|---|--|--|
| Calliari (2016)       |  |  |   |  |   | “[...] estamos falando dos lugares de encontro, de comércio, de troca, de lazer, de circulação, de relaxamento”. (p. 27) |  |
| Carmona et al. (2003) |  |  | “É que o espaço público é o espaço da representação coletiva, da vida comunicativa, do encontro cotidiano e da troca” (p.114.   |  |   |  | “[...] a relação é melhor concebida como um processo contínuo bidirecional, no qual as pessoas (e sociedades) criam e modificam espaços e, ao mesmo tempo, são influenciados por elas de várias maneiras.” (p.106) |
| Carr et al., (1992)   |  |  | “Espaço público coletivo onde as pessoas realizam as atividades funcionais e rituais que unem uma comunidade, seja nas rotinas normais da vida cotidiana ou nas festividades periódicas”. (p. 11) |  |   |  |  |
| Castro (2002)         |  |  |   |  | O conceito de espaço público vai além de “uma determinação político-jurídica”, o espaço público é “um produto do uso social”. Segundo a |  |  |



|               |  |  |  |  |   |  |
|---------------|--|--|--|--|---|--|
|               |  |  |  |  | <p>autora “existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso colectivo intenso”. (p.54)</p> <p>“O critério de acessibilidade repousa sobre a ideia implícita de que é a livre circulação do corpo no espaço que o torna público e que espaços acessíveis pressupõem”. (p. 55)</p> |  |
| Castro (2004) |  |  |  | <p>“[...] a dimensão da publicidade, isto é da possibilidade de ver e ser visto, de falar e ouvir, e a dimensão da política, isto é, das condições de agir”. (p.141)</p> |   |  |
| Cassab (2010) |  |  |  |  |   | <p>“[...] é a forma e a vida que a anima, um conjunto de valores sempre em mutação. Daí a impossibilidade de se pensar o espaço desassociado da sociedade. Não</p> |

|                |  |  |   |  |   |  |  |
|----------------|--|--|---|--|---|--|--|
|                |  |  |   |  |   |  | <p>existe espaço sem homem” (p.85).</p> <p>“[...] o espaço se constitui como a síntese, permanentemente provisória, entre o conteúdo social e as formas sociais”. (p.85)</p> |
| Chapman (2006) |  |  |   |  | <p>“O espaço público tem muitos significados diferentes, mas geralmente é pensado como um lugar que é criado e mantido por uma entidade governamental para o benefício da comunidade podendo ser usado independentemente da condição econômica ou social”. (p. 388)</p> |  |  |
| Choay (1979)   |  |  | <p>“[...] que os indivíduos se reúnam” (p. 290)</p> |  |   |  |  |
| Costa (2015)   |  |  |   | <p>“O espaço público é observado enquanto palco de diversas manifestações de actividade humana e de interacção cívica, emergindo enquanto artéria vital de</p> |   |  |  |

|               |  |  |  |   |  |  |  |
|---------------|--|--|--|---|--|--|--|
|               |  |  |  | comunicação e agregação de relações sociais” (p.17) |  |  |  |
| Daroda (2012) | “o ambiente construído público no espaço urbano é um elemento representativo da cultura, economia e dos valores de um lugar; e parte da identidade e da imagem urbana”. (p. 17)                        |  |  |   |  |  | “[...] refletem as transformações decorrentes das novas funções geradas por processos sociais, políticos e econômicos, as novas funções, geradas por tais processos, determinam novas formas de vivenciar o espaço urbano”. (p.34) |
| Graça (2007)  | “[...] é também espaço de representação, no qual a sociedade se faz visível. Será assim possível ler e compreender no espaço público, a expressão do fervilhar de forças que habitam a cidade”. (p. 2) |  |  |   |  |  |  |
| Gehl (2013)   |  |  |  |   |  |  | “[...] inicialmente nós moldamos as cidades depois elas nos moldam. Assim, quanto mais humano for o espaço urbano que produzirmos, mais  |

|                      |                            |  |   |  |   |                                |  |
|----------------------|----------------------------|--|---|--|---|--------------------------------|--|
|                      |                            |  |   |  |   |                                | valorizada nossa dimensão humana estará. Uma cidade de pessoas para pessoas”. (p.13)         |
| Gehl e Genzoe (2000) |                            |  | “A cidade é um lugar de encontro e seus espaços públicos são os lugares que possibilitam estes encontros” (p.7)   |  |   |                                |  |
| Giddens (2008)       |                            |  | “[...] assentam em convicções importantes sobre o valor de um espaço público sem restrições, onde as ideias podem ser partilhadas e debatidas”. (p.482) |  |   |                                |  |
| Gomes (2002)         |                            |  |   |  |   |                                | “o espaço público é um “conjunto indissociável das formas com as práticas sociais”. (p.172), |
| Gomes (2006)         |                            |  |   |  | “fisicamente, o espaço público é [...] qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa”. (p. 162) |                                |  |
| Indovina (2002)      | “O espaço público deve ser |  |   |  |   | “[...] Assim, se associarmos à |  |

|                   |   |  |   |  |  |  |  |
|-------------------|---|--|---|--|--|--|--|
|                   | considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a própria cidade”. (p. 119   |  |   |  |  | característica pública a universalidade do uso, os espaços de propriedade pública, de acesso ilimitado, gratuitos, sem condicionamentos serão os espaços que melhor interpretam o conceito de espaço público”. (p. 120). |  |
| Innerarity (2008) | <p>“a ideia do espaço público está intimamente associada à realidade da cidade aos valores da cidadania e ao horizonte da civilização” (p. 18)</p> <p>“[...] a cidade é o lugar por excelência de afirmação do espaço público é validada pela história do pensamento político”. (p. 18)</p> |  | <p>“[...] a cidade é concebida como o lugar onde puderam conviver diferentes modos de vida, culturas e concepções do mundo, onde se desenvolveu o intercâmbio mais produtivo que conhecemos até hoje”. (p.18)</p> |  |  |  | <p>“[...] O ambiente urbano não só reflecte a ordem social como constitui, na realidade, grande parte da existência social e cultural. A sociedade é tanto construída como representada pelas construções e pelos espaços que cria.” (p. 18)</p> <p>“Ao mesmo tempo, a cidade cria um espaço para a diferenciação dos estilos de vida, o que por sua vez é condição da força inovadora da sua cultura”. (P.21)</p> |
| Lillebye (2001)   | “as ruas funcionam no plano da cidade   |  |   |  |  |  |  |

|                        |  |  |   |  |  |  |  |
|------------------------|--|--|---|--|--|--|--|
|                        | como o esqueleto que suporta a restante estrutura urbana”. (p. 5)  |  |   |  |  |  |  |
| Loboda (2008)          | “[...] num momento em que a sociedade clama por direito à cidade, procuramos enfatizar que lugares do espaço urbano podem contribuir para a formação de uma noção de espaço público enquanto lugares de sociabilidade urbana”. (p.1) |  |   |  |  |  |  |
| Lopes (1999)           |  |  | “lugares de vida e de sociabilização, e que, uma vez abertos a todos, representam áreas de liberdade e de democracia”. (P.20) |  |  |  |  |
| Montaner e Dias (2017) | “culturas mediterrâneas que sempre teve grande destaque o carácter público do espaço urbano”. (p. 1)<br><br>“[...]no final do século 18, [...] registrou a forma como os italianos defendiam o direito ao uso público de             |  |   |  |  |  |  |

|                |   |  |  |  |  |  |  |
|----------------|---|--|--|--|--|--|--|
|                | todos os espaços abertos da cidade”. (p. 1)             |  |  |  |  |  |  |
| Narciso (2009) |   | “[...] uma fonte de forte representação pessoal, cultural e social, pois trata-se de um espaço simbólico onde se opõem e se respondem [...]”. (p.268)  |  |  |  |  |  |
| Neves (2013)   |   | “[...] a arquitectura começa por produzir um lugar, um espaço como propriamente humano, [...] correspondendo a uma materialização da sociedade [...] O espaço exprime a identidade da sociedade, o seu sentido simbólico e as suas práticas de permanência e transitoriedade. O objecto da arquitectura é então a própria sociedade, é a arte de construir o nosso lugar no mundo e de o marcar como nosso”. (p.7) |  |  |  |  |  |
| Ré (2017)      | “[...] A história das praças, muitas vezes, se confunde |  |  |  |  |  |  |

|               |  |  |  |  |  |  |  |
|---------------|--|--|--|--|--|--|--|
|               | com a da própria cidade porque é um lugar que representa a vida cotidiana da população”. (p. 16)   |  |  |  |  |  |  |
| Rolnik (2004) | “[...] mesmo numa cidade perdida nos confins da história ou da geografia há pelo menos uma calçada ou praça que é de todos e não é de ninguém”. (p.20)   |  |  |  |  |  |  |
| Santos (1985) |  | “sintetiza de um lado a evolução da sociedade e explica de outro lado, situações que apresentam na atualidade”. (p.21)<br><br>“[...] a noção de espaço é assim inseparável da idéia de sistemas de tempos”. (p.21) |  |  |  |  |  |
| Santos (2008) | “o espaço público urbano é o lugar onde se manifesta a vida e animação urbana é onde se desencadeia o encontro das pessoas que fazem parte do quotidiano da cidade”<br>“um reflexo da sociedade e um |  |  |  |  |  |  |



|                         |   |  |  |  |  |  |  |
|-------------------------|---|--|--|--|--|--|--|
|                         | retrato da cidade”<br>(p.1)   |  |  |  |  |  |  |
| Sennet<br>(2003)        |   |  | “transitando entre diversos grupos podia-se tomar conhecimento do que acontecia na cidade e trocar idéias sobre os mais variados assuntos”.<br>(p. 48) |  |  |  |  |
| Serpa (2011)            |   | “[...] visto, ainda, como espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de culturas, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”. (P.9) |  |  |  |  | “[...] forma e conteúdo são a um só tempo produtos e processos: são auto condicionantes, auto-referentes e historicamente determinados”.<br>(p.15) |
| Tonucci<br>Filho (2013) | “[...] Como se usa a cidade? Através das suas ruas, quarteirões, monumentos e espaços públicos, [...] não pode haver cidade sem [...] espaços públicos vibrantes. (p. 03) |  |  |  |  |  |  |
| Vieira<br>(2010)        |   |  |  |  |  |  | “[...] No ambiente urbano, diferentes formas de espaço público, sugerem  |

|  |  |  |  |  |  |  |   |
|--|--|--|--|--|--|--|---|
|  |  |  |  |  |  |  | diversas utilizações e apresentam diferentes características espaciais”. (p.14) |
|--|--|--|--|--|--|--|---|

**Fonte:** Org. Francison, A. (2019)

**Apêndice 14:** Quadro ilustrativo representando relação simbólica/funcional do espaço público nas principais civilizações ocidentais, iniciando no Egito Antigo (4.400 a.C.) até a cidade contemporânea.

| PERÍODO/<br>CIVILIZAÇÃO             | CIDADE<br>TIPO                                       | ELEMENTO<br>SIMBÓLICO                        | METÁFORA/<br>EFEITO NO<br>ESPAÇO<br>PÚBLICO   | FUNÇÃO SOCIAL  |
|-------------------------------------|--|--|---|--|
| <b>Egito antigo</b>                 | Mênfis do antigo ao novo Império. (4.440 – 322 a.C.) | Pirâmides<br>Obeliscos                       | A cidade dos mortos permaneceu até hoje. A cidade dos vivos, com suas construções modestas, desapareceu. Apesar do paralelo interessante entre a escala do cotidiano e a escala do sagrado, dificilmente se poderá entender o espaço ao redor das pirâmides como público. | O templo não é um espaço público, mas nele é possível ver a diferenciação de classes.<br>“À medida que o indivíduo caminha para o interior do templo seu segmento social define até que ponto ele pode ir.”<br>Câmara (2014, p. 116)       |
| <b>Mesopotâmia</b>                  | Babilônia (3.000 a.C.)                               | Zigurates                                    | Expressão religiosa da preocupação material com as colheitas, a leitura do clima, as decisões da agricultura. Também não seria considerado um espaço público, uma vez que há indícios – como muros – de que o acesso não era livre.                                       | Em praças e avenidas colossais, eram os comércios os responsáveis pela socialização.<br>“[...]o comércio que comandava a evolução do próprio espaço”.<br>Começam as intervenções políticas; culturais e religiosas.<br>Gomes (2009, p.14). |
| <b>Civilizações meso-americanas</b> | Teotihuacán (1.000 a.C – 700 d.C)                    | Pirâmides e eixo processional<br>Zócalo      | O Grande desenho do eixo processional configurava um espaço monumental. A cidade gigantesca que impressionou os espanhóis tinha praças, grandes eixos, mercados e templos.  | O espaço público se dava:<br>Nos jogos de pelotas nas ruas;<br>Na praça do mercado no Gran Conjunto;<br>Nas cerimônias na Ciudadela; ou<br>Na Avenida dos Mortos. Bernardes (2008, P95)  |
| <b>Grécia a era das polis</b>       | Atenas (V a.C)                                       | A ágora<br>O teatro<br>O ginásio<br>O Templo | O público, o privado, o sagrado. Á ágora é a expressão física da democracia ateniense. Sua escala já representa uma falta de monumentalidade  | Forte valorização do espaço público;<br>Vida pública era direito dos cidadãos (homens).<br>Vida pública representa liberdade e continuidade.   |

|                               |  |  |  |  |
|-------------------------------|--|--|--|--|
|                               |  |  | que intencionalmente ou não, pode denotar o relacionamento íntimo entre os gregos e suas instituições.   | Sobarzo (2017).<br>Presença do povo na atividade política (Soriano 2006).  |
| <b>Império romano</b>         | Roma<br>Numídia (Argélia)<br>(27 a.C. - 330 d.C.)    | O fórum<br>O thermas<br>O anfiteatro<br>O aqueduto<br>O monumento<br>O circo | Os espaços centrais passam a ser formal, no entanto sem vida. Ou seja, há o espaço público, mas pouco utilizado. Sennett (2003).   | Lugar de cerimonial; Expressão e valorização da arte e elementos cênicos. Sennet (2003).   |
| <b>Império árabe</b>          | Bagdá<br>Córdoba<br>(sec. VII – XIII)                | A mesquita<br>O traçado irregular das ruas<br>Os Caravançaras                | O espaço público expressa o equilíbrio entre as instituições públicas e a importância da privacidade   | A cidade não possui o mesmo sentido que há para os ocidentais. A cidade/espço público é o local de cumprir os deveres sociais, morais e religiosos. Um programa de necessidades bastante simples. Privatização de parte do espaço público por meio da “criação de adarves” caminho no topo dos muros com a finalidade de dar um aspecto intimista a rua. Zimmermann (s.d, p.19 |
| <b>A cidade medieval</b>      | Bruges<br>Veneza<br>Bolonha<br>(baixa idade média)   | O muro<br>O castelo<br>A igreja<br>A praça do mercado                        | A busca por proteção define os limites murados da cidade e os símbolos visíveis do poder temporal e religioso. O espaço público é a expressão física da urbanização (Galender, 1992).        | Comércio;<br>Torneios;<br>Atividades religiosas (GALENDER, 1992).  |
| <b>A cidade renascentista</b> | As bastides<br>Urbino<br>Florença<br>(sec. XV – XVI) | A arte e a produção em obras isoladas  | A arte que revaloriza a forma e a escala humana aparece em intervenções localizadas e também no ideal da cidade. Praça e estrutura urbana passam a adaptar-se uma a outra. (Galender, 1992). | A praça adquire função; Valor político-social; Simbólico e, artístico. (Soriano 2006)  |
| <b>As cidades coloniais</b>   | Cidade do México                                     | O traçado ortogonal nas  | O poder da metrópole expresso no espaço  | As praças no Brasil Colônia servindo de  |

|                               |  |   |   |   |
|-------------------------------|--|---|---|---|
|                               | (séc. XVII – XVIII)                                | ciudades espanholas<br>A plaza  | urbano e na praça central   | reunião de pessoas; atividades recreativas e contemplativas, mercado, políticas e militares. (Soriano 2006)   |
| <b>A cidade barroca</b>       | Paris<br>Viena<br>(sec. XVIII)                     | O palácio<br>Os grandes eixos<br>As praças cívicas  | Os estados nacionais demonstram sua força e redesenham os espaços de convivências das grandes capitais.   | No século XVIII, na qual só participava da vida pública política, cidadãos dotados de propriedades e pessoas cultas. Os principais pontos de convívio sociais eram ambientes fechados, como: cafês, teatros, lanchonetes, entre outros. Sobarzo (2017).                                 |
| <b>A cidade industrial</b>    | Londres<br>(sec. XIX)                              | A fabrica<br>A linha férrea   | A interferência brutal da industrialização no ambiente urbano.  | Ruptura conceitual e cultural. Houve mudanças no Capitalismo industrial, o Secularismo e o enfraquecimento da vida pública social: Privatização burguesa; Perca de identidade das classes; declínio do público na convivência social; o espaço público torna-se imoral. Sobarzo (2017). |
| <b>A cidade moderna</b>       | Nova York<br>(1930-1960)<br>Brasília               | Os arranha-céus<br>Os eixos viários   | O automóvel reconfigura o desenho urbano  | O espaço tornou-se local de passagem. Sennet (2003)   |
| <b>A cidade contemporânea</b> | Xangai<br>Rio de Janeiro<br>São Paulo<br>Nova York | O shopping center<br>As grandes arenas esportivas<br>Os aeroportos<br>Os centros turísticos | O palimpsesto urbano e a multiplicidade de configurações. Os grandes projetos urbanos moldam o espaço público. Os espaços privados de uso coletivo. | Direito político<br>Espaço social, econômico, cultural e ambiental;<br>“Privatização do espaço público; Publicização do espaço privado”<br>Castelnou (2007, p.127)  |

**Fonte:** Calliari (2016), Bernardes (2008), Câmara (2014), Castelnou (2007); Galender (1992), Gomes (2009), Sennett (2003). Sobarzo (2017), Soriano (2006).<sup>47</sup>

<sup>47</sup> Quadro apresentado por Calliari (2016, p. 20) manteve sua estrutura básica, no entanto foi acrescido de informações: Acrescentou o período do Império Romano e toda a coluna “Função social”. Informações sem citações bibliográficas são oriundas do quadro original; demais informações acrescidas, indica-se a fonte.